

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
TESE DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**GATOS PELADOS x GALINHAS GORDAS:
DESDOBRAMENTOS DA EDUCAÇÃO LAICA E DA
EDUCAÇÃO CATÓLICA NA CIDADE DE PELOTAS.
(DÉCADAS DE 1930 A 1960)**

Giana Lange do Amaral

Porto Alegre

2003

Giana Lange do Amaral

**GATOS PELADOS x GALINHAS GORDAS:
DESDOBRAMENTOS DA EDUCAÇÃO LAICA E DA
EDUCAÇÃO CATÓLICA NA CIDADE DE PELOTAS.
(DÉCADAS DE 1930 A 1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena C. Bastos

Co-orientador: Prof. Dr. Elomar Tambara

Porto Alegre

2003

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese não é um trabalho solitário que envolve apenas a pesquisa e o esforço individual. São muitas as pessoas e instituições das quais necessitamos apoio e compreensão nessa trajetória que envolve anos de estudo. Estes agradecimentos, portanto, não são mera formalidade acadêmica, mas sim, a expressão do meu reconhecimento àqueles que estiveram presentes, apoiando no sentido de viabilizar este trabalho.

Aos professores Maria Helena Câmara Bastos e Elomar Tambara, por terem acreditado na relevância deste estudo, fazendo importantes sugestões.

Aos Colégios Gonzaga e Pelotense, pela disponibilidade de acesso e consulta a seus arquivos.

À Bibliotheca Pública Pelotense, na figura de seus funcionários, que sempre demonstraram boa vontade e espírito de colaboração.

À Mitra Diocesana e à Loja Maçônica Fraternidade nº 3, pela gentileza da acolhida e disponibilidade de seus arquivos.

Aos entrevistados, que prontamente cederam parte de seu tempo para compartilhar comigo um pouco de suas memórias.

À minha família, pelo amor e compreensão. Graças ao apoio que dela recebi, certas “loucuras” foram possíveis de realizar neste último ano: escrever uma tese, preparar-me para dois concursos públicos, organizar um livro e gerar uma filha. Ao Rubens, pai amoroso, saudosa lembrança... À Gladys, dedicada mãe, amiga, auxiliar de pesquisa e leitora assídua deste trabalho. À Gisela, irmã-amiga, leitora atenta que acrescentou significativas sugestões a este trabalho e de quem recebo conselhos preciosos. À Gilda, irmã-amiga, sempre presente. À Iara, sogra-amiga, que vibra com cada uma de minhas conquistas. Ao Paulo Ricardo, companheiro de todas as horas, com quem divido a alegria de começar a constituir uma nova família com a chegada da Giovana. A vocês, dedico este trabalho.

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro...” (LE GOFF, 1996).

SUMÁRIO

Resumo	8
Abstract	10
1 Introdução	12
2 Os bastidores do processo investigativo	25

Capítulo 1 - A cidade de Pelotas

1. 1 “Espetáculo da Grandeza Gaúcha” – impressões sobre a cidade de Pelotas	55
1. 2 E vieram os tempos difíceis... ..	58
1. 2. 1 “Em defesa de Pelotas”	61
1. 3 Pelotas quer progredir	68
1. 4 “Atenas Rio-Grandense”	70

Capítulo 2 – O laicismo e o catolicismo no campo educacional em Pelotas

2. 1 A Igreja Católica e o laicismo	79
2. 2 O laicismo e o catolicismo na educação brasileira: liberais e católicos na campanha pela reformulação do ensino	85
2. 3 Através do periódico A Palavra aspectos sobre a Igreja Católica e a educação em Pelotas	94
2. 3. 1 A questão escolar: o catolicismo junto à educação dos pelotenses	99
2. 3. 2 A oposição às escolas não católicas	102
2. 3. 3 O ensino popular	105
2. 3. 4 As organizações político-religiosas e a educação	107
2. 4 O ideal educacional maçônico através do periódico O Templário	112

Capítulo 3 - Os Colégios Gonzaga e Pelotense: instituições de ensino católico e de ensino laico em Pelotas

3. 1	As reformas do ensino secundário e superior e seus reflexos na estrutura organizacional do Gonzaga e do Pelotense	124
3. 2	Colégio Gonzaga: pioneiro e difusor do ensino católico na cidade de Pelotas	129
3. 2. 1	Uma escola lassalista	141
3. 2. 2	A vida religiosa no Gonzaga	155
3. 2. 3	As sessões artístico-culturais	159
3. 2. 4	O Grêmio dos Estudantes	166
3. 2. 4. 1	O “Ecos Gonzagueanos”	168
3. 2. 5	A Associação dos Antigos Alunos do Gonzaga	173
3. 3	Colégio Pelotense: uma instituição pública municipal com influências maçônicas, positivistas e laicas	175
3. 3. 1	Uma instituição educacional maçônica	175
3. 3. 2	O processo de municipalização do Pelotense	188
3. 3. 3	O Ginásio Pelotense em busca da equiparação	190
3. 3. 4	O “velho educandário”	194
3. 3. 5	O Grêmio dos Estudantes	204
3. 3. 6	O periódico “Estudante”	214
3. 3. 7	Os Festivais dos Gatos Pelados	221

Capítulo 4 - Os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas movimentam a cidade: os Pe-Gon’s e as Passeatas dos Gatos Pelados

4. 1	Pe-Gon, o clássico estudantil da cidade.....	225
4. 1. 1	Os estudantes em busca de melhores condições para a prática dos desportos	238
4. 1. 2	Pe-Gon, “campo de lutas” que alicerçou identidades	240
4. 2	As Passeatas dos Gatos Pelados	242
4. 2. 1	Semana Centenária: a festa anual da mocidade escolar	244
4. 2. 2	As Passeatas	257

4. 2. 3	As Passeatas que viraram “caso de polícia”	263
4. 2. 4	As Passeatas através de suas imagens	283
	Conclusão	312
	Fontes	322

RESUMO

Através de uma visão que privilegia a *participação discente*, o presente estudo analisa aspectos que sustentam as diferenças ideológico-educacionais existentes em duas das mais antigas Instituições Escolares ainda em funcionamento na cidade de Pelotas: o Colégio Gonzaga, de ensino católico e o Colégio Pelotense, de ensino laico, criado pela Maçonaria. O clima de disputa ideológica que havia entre a Igreja Católica e a Maçonaria, a partir da década de 1930, se transferiu de forma peculiar para os alunos do Pelotense e do Gonzaga. O significado e os desdobramentos dessas disputas no contexto sócio-cultural da cidade de Pelotas, é a principal questão a partir da qual se desenvolve esse estudo que enfatiza as décadas de 1930 a 1960 - época de explícitas rivalidades entre as duas escolas; reflexo, também, da disputa que vinha ocorrendo no Brasil entre os princípios educacionais que as sustentavam: o ensino laico (não confessional) e o ensino católico.

A pesquisa está dividida em quatro eixos. No primeiro, é apresentada uma contextualização histórica da cidade de Pelotas no período que abrange esse estudo. No segundo, são abordados aspectos sobre o laicismo e o catolicismo no campo educacional em Pelotas, através da análise dos periódicos O Templário (maçônico) e A Palavra (católico) e de observações sobre o embate dos dois grupos antagônicos que propunham reformas na educação nacional neste período: os *católicos* e os *liberais* (laicistas). No terceiro eixo, analisam-se aspectos da história dos Colégios Gonzaga e Pelotense que levaram à constituição de sua identidade, tendo como base as influências político-ideológicas aí presentes, assim como as relações de poder que se estabeleciam em âmbito municipal e que, logicamente, estavam relacionadas ao contexto rio-grandense e brasileiro. E, por fim, no quarto eixo deste estudo, são analisadas as manifestações dos Gatos Pelados e dos Galinhas Gordas - apelidos dos alunos do Pelotense e do Gonzaga, respectivamente - junto à comunidade pelotense: a

atuação dos grêmios estudantis, a imprensa estudantil, os festivais de teatro, os Pe-Gon's (jogos de futebol disputados entre o Pelotense e o Gonzaga) e as passeatas que os Gatos Pelados realizavam pela cidade. Busco, desta forma, caracterizar um *habitus* específico aos alunos do Pelotense e aos alunos do Gonzaga, a rivalidade que havia entre eles, identificando sua inserção nos espaços sociais e culturais de Pelotas. Os desdobramentos dessa disputa acarretaram pontos positivos, tais como a valorização do sentimento de pertencimento a um grupo, a participação da comunidade junto às atividades escolares, assim como, em decorrência da competitividade, o constante aprimoramento e busca de superação das dificuldades em relação ao ensino ministrado nas duas escolas.

ABSTRACT

Through a vision that favors the *students participation*, the present study analyses aspects that support the ideological-educational differences that exist at the two oldest schools still working in the city of Pelotas: Colégio Gonzaga, of Catholic education, and Colégio Pelotense, of Secular education, created by the Masonry. The environment of ideological dispute that there has been between the Catholic Church and the Masonry, since the 1930's, was transferred, in a peculiar way, to the students of Gonzaga and Pelotense. The meaning and the implications of these disputes in the social-cultural context of Pelotas, it is the main issue from which is developed this study that emphasizes the decades of 1930 and 1960 - time of explicit rivalry between the two schools; It is also a reflection of the dispute that was occurring in Brazil between the educational principles that supported them – the Secular education (non-confessional) and the Catholic education.

The research is divided in four axes. In the first, it is presented a historical contextualization of Pelotas in the period where this study is included. In the second, it is approached aspects about the secularism and the Catholicism in Pelotas' educational field, through the analysis of the periodics: *O Templário* (Masonic) and *A Palavra* (Catholic), and the observation of the two antagonist groups dispute that proposed reforms in the national education in this period: the *Catholics* and the *Liberals* (secularists). In the third axis, it is analyzed aspects of the history of Colégio Gonzaga and Colégio Pelotense, which have lead to the constitution of their identity, having as basis the political-ideological influences there present, as well as the power relationships that were established in the municipal scope and that, logically, were related to Rio Grande do Sul and Brazil's context. And to finish, in the fourth axis of this study, it is analyzed the manifestations of Gatos Pelados and Galinhas Gordas - nicknames of the students from Pelotense and Gonzaga, respectively - in Pelotas community: the acting of the students' unions, the students' press, the theater festivals, the Pe-Gon's

(soccer matches between Pelotense and Gonzaga) and the parades that Gatos Pelados have done across the city. I intend, this way, to characterize a specific *habitus* to the students from Pelotense and from Gonzaga, the rivalry that has been between them, as well as to identify their insertion in the social and cultural spaces of Pelotas. The implications of this dispute have accounted positive scores, the participation of the community in the school activities, and because of the competitiveness, the constant improvement and the search for overcoming the difficulties related to the education given at the two schools.

1 Introdução

A compreensão de nossa realidade atual, suas características e possibilidades futuras nos remetem sempre à busca da compreensão dos percursos trilhados, às origens do processo que estamos vivenciando. Um caminho necessário à contextualização desse processo leva à necessidade de regionalizar os estudos históricos, limitando no tempo e no espaço o trabalho de investigação histórica.

Esta idéia foi o ponto de partida para a realização da dissertação “*Gymnasio Pelotense: a concretização de um ideal maçônico no campo educacional*”¹, que defendi no Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pelotas, em 1998. E é também fundamentada nesta idéia que desenvolvo a presente tese doutoral que dá continuidade à pesquisa iniciada no curso de Mestrado.

Naquela pesquisa analisei aspectos da história do Colégio Municipal Pelotense, então Ginásio Pelotense, durante as três primeiras décadas do século XX. Foram abordados os propósitos envolvidos na sua criação e manutenção - especificamente no que tange aos interesses que levaram a Maçonaria de Pelotas a se empenhar na função de mantenedora dessa instituição de ensino - situando-os numa análise conjuntural mais ampla. Essa foi uma época em que havia um acirrado conflito político-ideológico entre a Maçonaria e a Igreja Católica. E, nesse contexto, o Ginásio Pelotense representou a concretização, no campo educacional, da disputa político-ideológica travada entre as duas instituições, servindo ao projeto contra-hegemônico maçom em relação à Igreja.

O Pelotense² foi criado em 1902, por iniciativa da Maçonaria, constituindo-se em uma alternativa de ensino laico de qualidade, que se

¹ Esta dissertação de Mestrado foi publicada, em 1999, pela Seiva Publicações, sob o título *Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: aspectos da história da educação em Pelotas*.

² Denominação pela qual é atualmente conhecido o Colégio Municipal Pelotense.

contrapusesse ao ensino católico ministrado no Gonzaga³, criado em 1894 pelos jesuítas, e que era a mais renomada instituição de ensino de Pelotas.

Assim, no presente estudo, através de uma visão que privilegia a *participação discente*, analiso aspectos que sustentam as diferenças ideológico-educacionais existentes nas duas Instituições Escolares mais antigas e tradicionais ainda em funcionamento na cidade de Pelotas: os Colégios Gonzaga e Pelotense. Foi dada ênfase às décadas de 1930 a 1960, pois esta foi uma época de explícitas rivalidades entre as duas escolas; reflexo, também, da disputa que vinha ocorrendo no Brasil entre os princípios educacionais que as sustentavam - o ensino laico (não confessional) e o ensino católico.

Considero que estipular esse período que vai do final da década de 1920 à década de 1960 é o mais adequado, pois cronologicamente permite uma continuidade ao trabalho anterior, estendendo-se até uma época em que, com a implantação da ditadura militar, houve sensíveis modificações no contexto histórico brasileiro.⁴

No entanto, saliento que determinar esse período não significa realizar rupturas absolutas ou desconsiderar as intrincadas e complexas relações que precedem os fatos. Tenho sempre presente a idéia de que as teorias e práticas de uma época específica resultam de acontecimentos precedentes que, muitas vezes, não podem deixar de ser analisados. Seguindo essa lógica, não é minha intenção fazer deste estudo uma narrativa de fatos que estejam estritamente

³ Denominação pela qual é atualmente conhecido o Colégio La Salle Gonzaga.

⁴ BARREIRA (1998) em sua tese de doutoramento, aponta que a crítica historiográfica que incide sobre a educação brasileira acusa a existência de pelo menos três tendências sobre os procedimentos adotados pelos historiadores dessa área no que diz respeito à periodização: 1. O objeto em exame determina a periodização e, portanto, a postulação de diferentes marcos históricos; 2. Independentemente do objeto e da referência política - ótica a partir da qual ele [o objeto] é tomado, as periodizações são dadas pelos marcos consagrados na chamada Colônia, Império, Primeira República, Período de Vargas, República Populista e o Pós-64; 3. A periodização dos fenômenos histórico-educacionais, não tendo por base a captação dos momentos "propriamente educacionais", mas sim os momentos materiais (econômicos) do desenvolvimento da sociedade brasileira, isto é, acompanhando o movimento histórico do modo de produção, que alicerça toda a estrutura social.

organizados em função de uma cronologia fechada, mas sim, inter-relacionados no tempo e no espaço.

O interesse em desenvolver um estudo sobre aspectos da história desses dois educandários de Pelotas está ligado não só ao meu envolvimento com a História, em especial com a História da Educação, como também à minha trajetória de vida. Além de ter sido aluna do Colégio Pelotense, exerci aí minhas atividades como professora de História de 1986 até o ano de 2002. Por outro lado, meu pai, assim como seus irmãos, foram alunos do Colégio Gonzaga, enquanto que minha mãe foi aluna do Colégio São José – outro educandário católico da cidade, na época destinado somente a meninas. Certamente tais fatos tiveram desdobramentos significativos sobre diversos aspectos da minha própria história, fazendo com que as experiências vividas por mim e meus familiares servissem, em muitos momentos, ora de base, ora de alavanca a minha pesquisa e minhas análises.

Ao mesmo tempo, o estudo envolvendo escolas que constituem em si *modelos culturais em circulação*, parte de uma necessidade presente de compreender a *produção* dessas escolas, sua atuação junto à comunidade pelotense, suas práticas, e suas culturas escolares ao longo deste último século.⁵ Dessa forma, espero poder contribuir com o referencial histórico para outras análises sobre a educação no município de Pelotas, assim como para a compreensão e construção de propostas pedagógicas ao Pelotense e ao Gonzaga de hoje, na busca de suas identidades de escola que, sem dúvida, resultam de uma trajetória peculiar.⁶

⁵ Neste sentido, serão fundamentais para essa análise, as reflexões de CHARTIER (1990) sobre *produção, apropriação e circulação cultural*.

⁶ Cabe ressaltar que diferentes aspectos da História da Educação do município de Pelotas vêm sendo objeto de estudos acadêmicos de vários pesquisadores: JANTZEN, Sílvio. *A ilustre Pelotense: tradição e modernidade em conflito - um estudo histórico da UFPel e suas tentativas de racionalização*, dissertação de Mestrado defendida em 1990 pelo PPGEDU da UFRGS; PERES, Eliane. *Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)*, dissertação de Mestrado defendida em 1995 pelo PPGEDU da UFRGS; PERUZZO, Rosária. *Abrigo de Menores: hibridações na constituição de si*, dissertação de Mestrado defendida em 1997 na FaE/UFPel; VANTI, Elisa. *O Fio da Infância na Trama da História*, dissertação de Mestrado defendida em 1998 na FaE/UFPel. KOLLIG, Nilo. *Educação e Escolas em contextos de imigração pomerana no sul do RS*, dissertação defendida em 2000 na FaE/ UFPel;

O Colégio Gonzaga, hoje Colégio La Salle Gonzaga, possui atualmente por volta de 2 mil alunos cursando o ensino fundamental e médio. “*Zelando pela educação cristã da mocidade*”, esta escola através de “*sólidos conhecimentos científicos, amplos conhecimentos humanísticos, rigorosa educação disciplinar e ética, ampla participação através de grêmios, associações, congregações, banda, esporte, atividades práticas e iniciação à vida litúrgica e sacramental*” (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 18), há mais de cem anos vem exercendo forte influência não só no cenário educacional, mas também político e cultural de Pelotas e da região sul do estado.⁷

O também centenário Colégio Municipal Pelotense⁸ apresenta hoje características específicas como o fato de ser uma das maiores escolas municipais da América Latina, atualmente com mais de 3.000 alunos, além de ser a única escola de ensino médio municipal desta cidade, representando uma exceção à regra em termos de Brasil, uma vez que, por provisão legal, os municípios devem responsabilizar-se prioritariamente pelo ensino fundamental.

No que tange à atuação discente, as duas Instituições tiveram uma participação marcante de seus alunos na comunidade escolar e fora dela, especialmente até a década de 60.

Por muito tempo o Pelotense distinguiu-se, quer pela sua autonomia em relação à administração pública municipal, quer pela elevada qualidade do ensino ministrado aos alunos. Estes, por sua vez, organizados através do Grêmio de Estudantes, tiveram importante participação política e cultural na vida não só do

MEIRELES, Ceres. *Educação Profissional: uma visão histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica Federal que tornou Pelotas centro de referência (1942-1998)*, dissertação de mestrado defendida em 2003 na FaE/UFPel.

⁷ Em 1995, quando o Gonzaga completou 100 anos, os irmãos que trabalharam nesse estabelecimento de ensino, J. Parmagnani e O. Ruedell lançaram o “**Memorial do Colégio Gonzaga**”, um livro de 238 páginas, onde são descritos e enaltecidos vários aspectos da história institucional da escola. Essa se constitui na única obra de conteúdo especificamente histórico institucional do Gonzaga.

⁸ Em 2002, quando o Pelotense completou 100 anos, organizei o livro *Gymnasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: entre a memória e a história (1902-2002)*, uma coletânea de 45 textos escritos por alunos e professores que passaram pelo Colégio ao longo desse tempo. Essa obra, juntamente com AMARAL (1999) e QUEIROZ (1986) abordam aspectos histórico institucionais do Pelotense.

Colégio como da própria cidade. Cabe salientar que no segundo mês de funcionamento do então Ginásio, em 1903, organizou-se o primeiro Grêmio de Estudantes da cidade de Pelotas que, inicialmente, funcionou como uma sociedade literária, berço de muitos intelectuais da comunidade.

Mas, principalmente durante as décadas de 30, 40, 50 e 60, mais acentuadamente de 1945 a 1964, período em que o Brasil viveu um processo de democracia e intenso populismo, a atuação dos alunos do Pelotense foi marcante. Sua participação política e cultural na vida de Pelotas, manifestava-se através dos Festivais dos Gatos Pelados, das famosas passeatas que realizavam pelas ruas da cidade, de programas de rádio, e de jornais e revistas literárias.

Por sua vez, nesse mesmo período, os alunos do Gonzaga também realizavam essas práticas culturais, com exceção das Passeatas. Os gonzagueanos atuavam, também, de forma significativa, em diversas áreas da vida do Colégio e da cidade, como por exemplo, através das associações religiosas como a dos Congregados Marianos.

Convém lembrar que, em nível nacional, nesse período, buscava-se a reestruturação do sistema educacional. A tramitação do projeto da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4024/61) levou a acirradas discussões entre os defensores do ensino público e do ensino privado, estes últimos ligados aos interesses da Igreja Católica.⁹ Através de debates, de conferências, da atuação da imprensa e da realização de passeatas, essa discussão deixou de se restringir ao âmbito dos poderes políticos e passou a ser realizada por diversos setores da sociedade.

Ao mesmo tempo, essa foi uma fase marcante na vida brasileira em função do intensificado processo de urbanização e industrialização por que passou o país. Todas as mudanças e transformações daí advindas, certamente se refletiram na vida dos Colégios Gonzaga e Pelotense, fazendo com que este período tivesse especial significado nas suas histórias.

⁹ Sobre essa disputa ver, entre outros, BUFFA (1979); CURY (1984); SCHWARTZMAN (2000).

Até porque, na cidade de Pelotas, o clima de disputa ideológica que havia entre a Igreja Católica e a Maçonaria, a partir dos anos 30, se transferiu de forma peculiar para os alunos do Pelotense e do Gonzaga. Em função dessa disputa, as duas escolas passaram a rivalizar nas atividades desenvolvidas pelo corpo discente. Nos jogos, nos festivais de música e teatro, na produção de revistas e jornais e, principalmente, nas passeatas que os alunos do Pelotense realizavam pela cidade, era manifestada, muitas vezes de forma pouco pacífica, esta rivalidade. E o significado e os desdobramentos dessas disputas no contexto sócio-cultural da cidade de Pelotas, é a principal questão a partir da qual será desenvolvido o presente estudo.

Este trabalho está dividido em quatro eixos de pesquisa.

No primeiro, sobre **“a cidade de Pelotas”** são abordados aspectos contextuais que levam à compreensão de algumas de suas singularidades históricas, especialmente às ligadas à área cultural e educacional, como o fato de ser conhecida como a “Atenas Rio-Grandense”.

O segundo eixo busca caracterizar **“o laicismo e o catolicismo no campo educacional em Pelotas”** a partir da análise dos periódicos “O Templário” (maçônico) e “A Palavra” (católico). Em paralelo, são apontados aspectos sobre dois setores hegemônicos que, após 1930, quando Getúlio Vargas assume o governo brasileiro, emergem com mais vigor: a Igreja Católica e o poder político do Estado, responsáveis diretos pela ordem estabelecida no país. Nesse eixo, é situado o embate dos dois grupos antagônicos que propunham reformas na educação nacional neste período: os *católicos* e os *liberais* (laicistas).

Dando continuidade, o terceiro eixo da pesquisa aborda aspectos da história dos **“Colégios Gonzaga e Pelotense: instituições de ensino católico e de ensino laico”**, que levaram à constituição de suas identidades. Tendo como base as influências político-ideológicas aí presentes, são analisados aspectos da pedagogia católica do Colégio Gonzaga, assim como a influência dos ideais laicistas (maçônicos, positivistas e anti-clericais) junto ao Pelotense. Esta análise parte da constatação de que ambas as escolas ministravam um ensino de

destacada qualidade, servindo fundamentalmente às necessidades e expectativas de segmentos sociais privilegiados.

Sendo assim, foi minha intenção buscar a compreensão não só de aspectos históricos das duas instituições de ensino mas, também, das relações de poder que se estabeleciam em âmbito municipal e que, logicamente, estavam relacionadas ao contexto político, econômico, social e cultural rio-grandense e brasileiro.

No quarto eixo deste estudo são abordados, especificamente, aspectos sobre **“Os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas”**. *Gato Pelado* é o apelido dado aos alunos do Colégio Pelotense, assim como *Galinha Gorda*, aos do Gonzaga. Tais denominações originam-se das iniciais “GP” de Ginásio Pelotense e “GG” de Ginásio Gonzaga e, ao mesmo tempo, de uma suposta alusão a alunos oriundos de famílias de origem “plebéia” e àqueles de origem mais abastada e aristocrática.

Aqui analiso as manifestações desses alunos junto à comunidade pelotense: a atuação dos grêmios estudantis, as competições esportivas, a imprensa estudantil, os festivais de teatro e as passeatas que os Gatos Pelados realizavam pela cidade, a atuação dos alunos do Gonzaga junto a instituições religiosas, caritativas e filantrópicas. Busco, desta forma, caracterizar um habitus comum aos alunos que estudaram no Pelotense e no Gonzaga, bem como identificar sua inserção nos espaços sociais e culturais da cidade e até mesmo, além dela.

A condução da pesquisa a partir da análise da participação discente das duas Instituições Educacionais é decorrência, principalmente, de dois fatores. Em primeiro lugar, pareceu-me interessante a abordagem a partir deste enfoque, que eu saiba pouco utilizado pelos pesquisadores, que faz emergir as práticas dos alunos de uma instituição, se constituindo em um rico objeto e, ao mesmo tempo, fonte de análise das conseqüências objetivas provocadas pela assunção de determinadas ideologias educativas, por parte dessas instituições. Em segundo lugar, teve importância significativa o fato de haver me deparado com uma grande

variedade de fontes, tanto escritas quanto orais e iconográficas, sobre a participação discente das duas escolas.

É importante esclarecer que não tenho a pretensão de reconstituir detalhadamente a história do Pelotense e do Gonzaga ou discutir em profundidade as orientações pedagógicas e técnicas didáticas empregadas nesse período. Proponho-me a realizar um estudo histórico das Instituições a partir de um enfoque que privilegie as ações dos sujeitos, através da sua apropriação e do uso que fazem das formas culturais, ou seja, de suas *representações*. *Representações*, que segundo as formulações de Roger Chartier, são “práticas culturais”, isto é, são estratégias de pensar a realidade e construí-la (BURKE, 1992, p. 34).¹⁰ Isso com o objetivo de entender as circunstâncias que contribuíram para que as duas escolas se mantivessem por um longo tempo como referências da educação formal na cidade. Busco caracterizar a produção de um *habitus* específico comum aos alunos que estudaram nestas escolas - os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas - e que se torna bastante nítido a partir da década de 1930. São valores, atitudes, posturas, sentimentos e idéias compartilhados por muitos daqueles que passaram por estes educandários e que, percebe-se, são nitidamente diferenciados. Eles resultam das *táticas de apropriação* e das *estratégias de imposição* de modelos culturais, ou seja, da forma pela qual os indivíduos reinterpretem e se utilizam de modelos culturais impostos e que estão em circulação num determinado momento (CERTEAU, 1994).

Nesse sentido, fica clara a importância do estudo da cultura escolar focalizando aspectos históricos de uma determinada instituição de ensino.

¹⁰ Também fundamento minhas análises sobre a *ação dos sujeitos* a partir das idéias desenvolvidas por Pierre Bourdieu. Para esse autor cada grupo social possui um *habitus*, que é a propensão de seus membros para selecionar respostas frente a um repertório cultural particular, de acordo com as demandas de uma determinada situação ou de um determinado campo. O conceito de *habitus* é empregado por BOURDIEU (1992, p. 8), portanto, como o “*sistema dos esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e ações característicos de uma cultura*”. O *habitus* funciona no nível prático como categoria de percepção e apreciação, como princípio organizador da ação, sendo caracterizado como um sistema de “disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento” (BOURDIEU, 1990, p. 21). São disposições socialmente construídas que possibilitam ações criadoras, ativas, inventivas de parte dos sujeitos, considerados como agentes ativos. Sobre a *análise das instituições* educacionais utilizo autores ligados à História Cultural, como Chartier e Certeau que, por sua vez, embasam textos escritos por Antônio Nóvoa e Justino Magalhães.

Segundo FRAGO (1994, p. 5), *cultura escolar* deve ser entendida como um conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, o que inclui, “*práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos - história cotidiana do fazer escolar -, objetos materiais - função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... -, e modos de pensar, assim como significados e idéias compartilhadas*”.

JULIA (2001, p. 10) nos alerta para o fato de que a *cultura escolar* “*não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular*”.

Esse autor define cultura escolar como

“um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos: normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sócio-políticas ou simplesmente de socialização).”

No entanto, convém salientar que, além das culturas escolares que são específicas de cada escola, há que se falar de *culturas escolares* existentes numa mesma escola num mesmo tempo ou em tempos diferentes¹¹. Assim, cada instituição escolar apresenta uma cultura própria, ou diversas culturas, em função de dado contexto do momento vivido e dos sujeitos que nela interagem. Cada nível educativo, inclusive, também tem suas tradições e culturas próprias, ou seja, cada grupo da comunidade escolar tem suas próprias estratégias, interesses e práticas, o que faz emergir distintas culturas escolares. As normas podem ser as mesmas, mas sua aplicação pode se dar de formas distintas.

Com esta pesquisa procuro apontar, portanto, características das *culturas escolares* que se podem observar nos Colégios Pelotense e Gonzaga em um determinado período (de 1930 a 1960) e analisar sua influência na formação

discente. Nesse sentido, acredito ser fundamental a compreensão das manifestações dos Gatos Pelados e dos Galinhas Gordas.

Convém ressaltar que essa questão passa necessariamente pela compreensão do Colégio Gonzaga como uma instituição de ensino, a priori, destinada aos filhos das famílias mais abastadas e/ou tradicionalmente católicas, e do Colégio Pelotense como uma instituição pública, ligada à Maçonaria, aos ideais positivistas e ao ensino laico e destinada ao que se pode considerar os “segmentos médios” e “emergentes” da sociedade. Torna-se importante, também, esclarecer o que representaram essas escolas para a comunidade pelotense, bem como caracterizar as pretensões laicas “modernizantes” e católicas “conservadoras” no campo educacional. Isto porque é inegável que a educação foi um meio estratégico para a inculcação das ideologias católica, maçônica e republicana, o que já no início do século XX provocava acirradas disputas no campo educacional.¹²

É interessante apontar que o Pelotense, assim como o Gonzaga, foram uma referência de educação formal na cidade e no estado, formando a elite intelectual e econômica da região¹³ e tiveram sua história intimamente ligada ao desenvolvimento do ensino superior em Pelotas.

A partir do Pelotense foram criadas, na década de 1910, duas importantes faculdades que hoje fazem parte da Universidade Federal de Pelotas - as Faculdades de Direito e de Odontologia. E, confirmando uma posição de vanguarda da Maçonaria nessa época, era de interesse dos maçons que a partir delas se constituísse uma universidade. Isso em uma época em que ainda não havia sido criada oficialmente a primeira universidade brasileira. Da mesma forma,

¹¹ Esse assunto foi desenvolvido na palestra proferida por Antônio Viñao Frago no 1º Congresso Brasileiro de História de Educação no Rio de Janeiro, em novembro de 2000.

¹² Esse é um assunto que trato em AMARAL (1999). O encaminhamento daquele estudo, no que se refere às relações de poder e ideologia e suas respectivas manifestações no campo educacional, foi subsidiado a partir da leitura de CHAUI (1982), FOUCAULT (1996), APPLE (1982), (1988) e (1989), BOURDIEU (1974), CHARTIER (1990) e THOMPSON (1995). Nessa pesquisa continuarei a utilizar esses autores para fundamentar as disputas ideológicas que se manifestavam no campo educacional.

¹³ Em Pelotas, nas primeiras décadas do século XX, em função da decadência econômica, mantém-se uma elite intelectual que não correspondia, necessariamente, à econômica.

o Gonzaga, em 1937, fundou a Escola Superior de Comércio¹⁴, que passou a pertencer à Mitra Diocesana de Pelotas em 1955 e, em 1960, juntamente com outros cursos, passou a constituir a Universidade Católica de Pelotas.

Deve-se salientar, então, que os cursos de ensino superior, anexos ao Gonzaga e ao Pelotense, contribuíram para a formação de duas universidades. Em se tratando de Brasil, uma situação pouco comum numa cidade de porte médio como é Pelotas. Pode-se afirmar, dessa forma, que os dois Colégios tiveram um importante papel junto ao desenvolvimento do ensino superior público e privado de Pelotas, pois a partir deles, foram criadas faculdades que, juntamente com outros cursos, deram origem à Universidade Católica de Pelotas, fundada em 1960 e à Universidade Federal de Pelotas, fundada em 1969.

Torna-se claro, desta maneira, que no clima de ferrenha disputa político-ideológica entre a Maçonaria e a Igreja Católica, através da educação, as duas Instituições buscavam preservar e ampliar sua área de influência na sociedade. A educação constituía-se, portanto, num campo estratégico para a propagação e a inculcação de suas idéias.

O Colégio Pelotense, onde meninos e meninas estudavam juntos, e o Gonzaga, colégio católico masculino, defendiam junto à comunidade pelotense diferenciadas posturas ideológicas, às quais estavam atrelados desde a sua criação. Assim, revela-se fundamental a abordagem sobre as relações declaradamente pouco amistosas, especialmente entre os alunos, dessas duas Instituições de Ensino.

É importante salientar que as gerações de alunos do período que estudei viveram uma conjuntura de escola pública que ainda era sinônimo de qualidade. Naquela época, muitas famílias da “classe média” pelotense, ligadas à Maçonaria e a diferentes nacionalidades e credos religiosos - como alemães protestantes e judeus - e que teriam recursos para enviar seus filhos a escolas particulares, confiavam e investiam no ensino do Pelotense. É pertinente, ainda, refletir sobre o fato de que o estudo histórico que aborde aspectos de uma

¹⁴ Em 1938 foi agregado a este Curso a Escola Municipal de Comércio.

instituição educacional pública de elevada qualidade de ensino, que se caracterizava pela intensa e variada participação discente, ressalta a crise da escola e do ensino que vivemos hoje.

Por outro lado, as escolas privadas religiosas, especialmente o Gonzaga (masculino) e o São José (feminino)¹⁵, naquela época, tinham sua clientela entre as famílias católicas ou de alta renda, interessadas também em preservar sua identidade social e cultural. Portanto, conhecer aspectos da cultura escolar dessas instituições de ensino, naquele período, é fundamental na busca de elementos para a discussão sobre essas escolas hoje.¹⁶

Sendo assim, apresento a questão a partir da qual está orientado e desenvolvido o presente trabalho:

qual o significado e os desdobramentos da rivalidade entre os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas no contexto sócio-cultural da cidade de Pelotas, no período que se estende da década de 1930 até os primeiros anos da década de 1960?

Para tanto se torna necessária, além da contextualização econômica, social, política e cultural da cidade neste período, a abordagem de aspectos relacionados à organização educacional brasileira e, mais especificamente, a essas instituições de ensino, tais como:

- a manutenção da influência dos ideais maçônicos, positivistas e laicistas junto ao Colégio Pelotense, em contraposição ao ideário educacional católico proposto pelo Colégio Gonzaga;
- a vinculação das propostas político-pedagógicas destas duas escolas com a legislação educacional;
- o perfil de seu corpo discente e de seu corpo docente;

¹⁵ Colégio confessional criado pelas Irmãs da Ordem de São José de Chambéry. Desde 1912 atendia as filhas das famílias cujos filhos, via de regra, freqüentavam o Colégio Gonzaga. Essa Instituição de Ensino existe até hoje, continuando a ser uma das escolas mais conceituadas da cidade de Pelotas.

- as manifestações dos *Gatos Pelados* e *Galinhas Gordas* junto à comunidade pelotense.

Dessa forma, busco comprovar a tese de que,

os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas estabeleceram importantes espaços de práticas culturais que extrapolaram a sala de aula, âmbito em que tradicionalmente se desenvolvia a formação escolar.

Com este estudo pretendo fundamentar a importância da análise das instituições educacionais na compreensão da História da Educação. Cumpre citar que esta idéia vem ganhando destaque no Grupo de Trabalho (GT) de História da Educação da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e junto às reuniões da ASPHE (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação). Constata-se atualmente, inclusive, uma tendência de alguns historiadores da educação no sentido de regionalizar os estudos históricos, buscando a compreensão das singularidades locais e institucionais, visando basicamente a compreensão da nossa realidade educacional em termos de município e de estado.

Sendo assim, objetivando dar continuidade aos estudos que venho realizando sobre instituições escolares, suas contribuições para o desenvolvimento da educação formal em Pelotas e no Rio Grande do Sul, bem como suas influências em relação à constituição de uma identidade entre os alunos, apresento a seguir esse estudo de tese doutoral.

¹⁶ Conforme BOURDIEU (1992) as elites econômicas além de se firmarem pela posse da riqueza, distinguem-se socialmente por meio de ações simbólicas, tais como o vestuário, a linguagem e a escolha da escola de seus filhos.

2 OS BASTIDORES DO PROCESSO INVESTIGATIVO

São muitas as questões a serem abordadas na construção de um referencial teórico-metodológico de uma pesquisa histórica. Sobretudo quando o enfoque é mais específico, como no presente caso: uma pesquisa em História da Educação.

De antemão, devo esclarecer que embora busque me aproximar de um tema também tratado por pedagogos, sociólogos e psicólogos, me posiciono, aqui, como historiadora, utilizando as ferramentas, ou seja, o suporte teórico-metodológico específico da História.

Nesse sentido, torna-se importante, ao iniciar uma pesquisa histórica, abrir caminhos que dêem sustentação e balizamento ao estudo. E certamente são muitos os caminhos possíveis de serem trilhados pelo historiador. São muitas as formas de abordagem da História. Essas podem estar ligadas à dita História tradicional, positivista, ou podem resultar de uma postura que busque novos problemas, fontes e objetos de pesquisa e levem a respostas mais críticas e desafiadoras.

No Brasil, nos últimos anos, é nítida a influência da *Nova História Cultural* nos estudos de história da educação. A História da Cultura, que já vinha ganhando terreno entre os historiadores dos *Annales*¹⁷ desde a década de sessenta, enfatiza a importância social, econômica e política da cultura. Tal fato acabou por provocar, no campo da História da Educação, a redefinição e incorporação de novos problemas, objetos e temas de pesquisa.

Dessa forma, passam a ser privilegiados como objetos de investigação as *práticas culturais*, seus *sujeitos* e seus *produtos*, tomados estes últimos em sua

¹⁷ Para um maior entendimento sobre os *Annales* e a *Nova História* ver, entre outros, BURKE (1991), BURKE (1992), HUNT (1995), LE GOFF (1995), BOUTIER e JÚLIA (1998), MALERBA (1996), CARDOSO e VAINFAS (1997).

materialidade de objetos culturais. Roger Chartier nos fala da necessidade de realizarmos uma *arqueologia do objeto*, em que se busque “*inscrever esta história dos objetos e esta história das práticas numa maneira mais geral de compreender as formações sociais, as estruturas psíquicas, as armaduras conceituais compreendendo suas variações históricas*” (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 45).

Assim, a ênfase nos processos de sua *produção, circulação e apropriação* passa a se manifestar significativamente em alguns estudos relacionados a questões educacionais que vinham sendo relegadas pela produção historiográfica. Os “velhos objetos” de pesquisa ganham nova roupagem, pois passam a ser vistos sob uma outra perspectiva de análise mais interpretativa e menos descritiva e laudatória. Sem deixar de considerar as escolas no sistema educativo vigente e na comunidade da qual fazem parte, tais estudos levam em conta o fato de que os bens culturais são produzidos, postos a circular e apropriados pelos sujeitos envolvidos no processo. Dessa forma, os grandes recortes temáticos são abandonados, predominando análises pontuais e delimitadas das práticas e dos produtos culturais.

Nesse sentido, alguns historiadores passaram a demonstrar um especial interesse em relação aos “veículos”, às grandes “instituições mediadoras” como, por exemplo, a imprensa, a edição, os museus, a escola e as exposições universais, conduzindo a análise num percurso que vai do significante para o significado, do veículo para a mensagem e, desta, para os grupos sociais que a produzem ou que se apropriam dela” (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 44).

É preciso salientar que num tempo em que presenciamos a crise dos paradigmas nas ciências sociais e as desconstruções da hegemonia de matrizes teóricas que fundamentam a produção da nossa historiografia, a escolha e explicitação do referencial teórico-metodológico que embasa uma pesquisa em História da Educação, põe o pesquisador diante de várias encruzilhadas. São muitas as dúvidas sobre qual o melhor caminho a seguir, ou seja, qual o caminho que não leve a um choque com posições teóricas antagônicas e que encontre em sua diversidade a complementaridade de idéias.

A realização de uma pesquisa histórica faz com que o historiador se coloque diante de idéias e realidades pré-concebidas, interrogando-as e problematizando-as. A alteração de noções dominantes através de uma postura profundamente indagadora e a transformação em problemas do que era tido como fato estabelecido é, talvez, o maior desafio aos que se dedicam a este tipo de pesquisa.

A construção teórico-metodológica deve acompanhar, portanto, todo o processo da pesquisa, não estando limitada somente à sua fase inicial. Nas investigações em que o pesquisador se dispõe mais a perguntar do que encontrar verdades prontas e acabadas, os caminhos para desvendar o desconhecido e o inesperado são construídos ao longo do trabalho.¹⁸ Nascem da mútua determinação do sujeito que investiga e do objeto investigado, a partir do diálogo que se estabelece entre a teoria e as evidências. Esse processo em que o historiador pensa a teoria e utiliza-se das evidências para fundamentar a explicação histórica, incompatibiliza-se com esquemas prévios, onde são priorizadas categorias analíticas fixas, abstratas, já que estas podem acabar escamoteando o processo constitutivo do real.

As categorias que servem de apoio ao trabalho devem ser construídas, portanto, no caminho da investigação. Elas surgem a partir da problematização do objeto escolhido, das fontes a serem utilizadas e da clareza da inserção social e cultural do pesquisador.¹⁹ Categorizar, segundo LOPES (1994), é a tarefa de organizar o material coletado a partir de perguntas que dêem inteligibilidade ao problema proposto, tendo a especificidade de servir a problemas e pesquisadores específicos, em realidades e tempos sociais determinados.

Essa atitude indagadora do pesquisador requer, entretanto, uma sólida e consistente revisão bibliográfica do tema. Nesse sentido Clarice Nunes afirma que

¹⁸ Sustentando essa idéia NUNES (1992, p. 158) nos diz que “o que dá inteligibilidade ao texto histórico são as perguntas que o orientam”.

¹⁹ Cf. VIEIRA (1989, p. 9) e LOPES (1994, p. 20).

“nesta revisão ele opera como o crítico literário que se esmera na construção de um espaço intelectual, espaço este que é ponto de encontro de diversas obras com toda a possibilidade de diálogo entre elas, o que pressupõe o jogo das afinidades e das oposições[...] Cabe a ele menos transmitir informações e mais filtrá-las. Opera por negações e associações: define, isola e, finalmente, relaciona.[...]É um exercício no qual o pesquisador busca entender não só o que as palavras dizem, mas o que se diz entre elas. É a garimpagem do texto na qual dirigimos nossa atenção não apenas para o que quer dizer o autor lido, mas, principalmente para o que efetivamente diz sua escrita, ou o que ela não diz. Ler é, portanto, praticar uma problemática. [...] A reconstrução de referenciais[...] não se esgota em sua enunciação, mas se prolonga e, de acordo com certas necessidades, se metamorfoseia na prática da pesquisa, aceitando o desafio do objeto que resiste ao nosso saber (NUNES, 1992, p. 153).

Segundo LE GOFF (1996, p. 15), a História é a ciência da mutação e da explicação da mudança. Ela é constituída pela experiência humana vivida integral e socialmente, numa constante contradição de idéias, necessidades e aspirações que se manifestam num movimento de “fazer, desfazer e refazer”.

Nesse sentido, nem sempre a idéia do determinismo dos níveis superestruturais pela infraestrutura serão suficientes para responder aos questionamentos inerentes à pesquisa histórica. As estratégias de dominação, subordinação e resistência que forjam as relações sociais, que não se localizam apenas na organização do Estado ou no nível econômico, abrem ao pesquisador um vasto campo de investigação.

Saliento que, diante do complexo universo do estudo que me proponho a realizar e da diversidade de fontes de que disponho, não me fixarei a uma única linha teórica. Na busca de uma maior liberdade de análise, combinarei abordagens distintas, resguardadas as diferenças e até a oposição de paradigmas.

Sendo assim, busco várias possibilidades de combinação teórico-metodológica que levem à emergência do fato histórico em toda a sua complexidade, possibilitando a manifestação de tempos, culturas, ideologias e memórias. Reforçando essa afirmativa, cabe ainda destacar que não concordo e, portanto, não pretendo realizar construções globalizantes, já que considero resultarem de uma visão estagnada das múltiplas dimensões do real e que negligenciam a experiência coletiva dos homens.

Nesse sentido, as diretrizes gerais que orientarão o desenvolvimento desta pesquisa são metodologias que **ampliam a perspectiva do uso de fontes** e que permitem a **análise da instituição escolar**.

Essas diretrizes, conforme a análise anterior, são bastante discutidas por autores ligados à *Nova História*²⁰ que, como afirma LE GOFF (1995, p. 21), embora não tenham um denominador ideológico comum, partilham da mesma preocupação de fazer a história avançar por novos caminhos. Desvinculados de qualquer ortodoxia ideológica, buscam em múltiplas contribuições a pluralidade dos sistemas de explicação para além da unidade da problemática. Assim, tornar-se-á evidente, ao longo desse estudo, a opção por respaldá-lo a partir de pressupostos e reflexões desenvolvidas pela *História Cultural*.

a) Metodologias que ampliam o uso das fontes

Um importante referencial em meus estudos, principalmente no que tange à sistematização da pesquisa, foi a leitura das coletâneas organizadas por BURKE (1992), LE GOFF (1995), MALERBA (1996), BOUTIER e JULIA (1998), cujos ensaios propõem um contato com as principais idéias, objetivos e realizações da *Nova História*, assim como seu território intelectual e científico. Da mesma forma, muito contribuiu a obra de CARDOSO e VAINFAS (1997), onde os autores traçam um panorama geral sobre os domínios da História, suas diversas metodologias e conceitos mais utilizados atualmente. Busquei nestas obras, assim

²⁰ A obra *Faire de l'histoire*, publicada na França, em 1974, sob direção de J. Le Goff e P. Nora, foi uma referência nessa “desconstrução criadora” pela qual passa a História. Ao afirmarem que “os domínios da história não encontram limites” propunham a criação de uma *Nova História*, expressão que, ao mesmo tempo, ilustra e promove uma nova forma de compreender a História, privada de ambições totalizantes, onde as análises macro-econômicas perdem espaço para uma história que focaliza os sistemas culturais analisados em um sentido bastante amplo. A *Nova História*, além de ampliar os objetos e estratégias de pesquisa, realiza a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica. Critica a noção de tempo e fato histórico, propondo uma história problematizadora e não automática, onde o presente seja compreendido pelo passado e a compreensão deste surja das necessidades do presente. Tendo por base a idéia de que a realidade é social e culturalmente construída, o que era previamente considerado como imutável, passa a ser encarado como “construção cultural” (BURKE, 1992, p. 11).

como em AMADO e FERREIRA (1998), CHARTIER (1990), HUNT (1992), CERTEAU (1982), FÉLIX (1998), LE GOFF, (1996), VEYNE (1995), VIEIRA (1989) e FREITAS (1998), o suporte teórico-metodológico inicial que alicerçaram esta pesquisa.

No que diz respeito ao contexto histórico brasileiro, sob uma perspectiva mais cronológica, fiz sua revisão através da leitura de FAUSTO (1977), MARANHÃO (1983) e NOVAIS (1997).

Quanto à história regional e local, autores como GUTIERREZ (1993), OSÓRIO (1962), LONER (1999), PESAVENTO (1982), PIMENTEL (1940), QUEVEDO (1999) e URBIM (1999) fornecem subsídios sobre o contexto gaúcho e pelotense no período estudado. Esses estudos, além de privilegiarem variadas reflexões sobre diversos temas, são ricos em dados empíricos.

Também revisei estudos que abordam aspectos da educação brasileira sob uma dimensão mais ampla, como ROMANELLI (1996) e RIBEIRO (1978) e obras que tratam de determinados períodos da história da educação, tais como NAGLE (1974), BUFFA, (1979), CURY, (1984), MONARCHA (1989), WERLE (1993), TAMBARA (1995), GIOLO (1997), CARVALHO (1998), BRANDÃO (1999), NUNES (2000) e SCHWARTZMAN (2000).

Considero que a articulação metodologia-teoria-empíria é um processo bastante desafiador aos que se dedicam à pesquisa histórica, principalmente no campo da educação, onde o objeto de pesquisa obriga que se faça a inter-relação de suas diversas dimensões (ideológicas, institucionais, políticas, econômicas, culturais, etc.).²¹ A partir dessa compreensão, penso que a teoria deve servir para orientar a perspectiva de análise escolhida pelo pesquisador, auxiliando-o na apreensão do que realmente interessa em sua investigação. Ela não pode se constituir em uma “ditadura sobre os dados”, em que estes são forçados a representar uma mera confirmação do referencial teórico. Dessa forma, a teoria

²¹ Respalhando essa afirmativa, Cury nos diz que “a educação se opera, na sua unidade dialética, com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no

deve, acima de tudo, embasar e orientar o trabalho do historiador, oferecendo meios para que ele possa refletir sobre os dados que resultam no conhecimento histórico. E esse conhecimento não pode ser encarado como a verdade única e absoluta, pois ele é fruto da interpretação e explicação de um pesquisador que possui uma determinada visão histórica, resultante de suas experiências, da perspectiva de análise na qual se coloca e da ideologia que a sustenta.²² O conhecimento histórico deve ser, portanto, o produto da cautelosa elaboração epistemológica do historiador.

As reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas em História da Educação, constantes em obras organizadas por FARIA FILHO (1999), SAVIANI, LOMBARDI e SANFELICE (1998), VIDAL e SOUZA (1999), assim como os debates realizados junto ao Grupo de Trabalho (GT) de História da Educação da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e junto às reuniões da ASPHE (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação), me conduziram a buscar na *Nova História* alguns referenciais, principalmente quanto às fontes documentais e sua abordagem no trabalho de pesquisa.

É certo que a pesquisa histórica exige cada vez mais a diversificação de materiais a serem utilizados na investigação, o que leva à ampliação de fontes escritas, orais e iconográficas, através da incorporação de novas linguagens: literatura, relatos, música, fotos, jornais, pintura, etc.

Nesse sentido, LE GOFF (1995) nos diz que o *documento*, aqui entendido como “prova”, é *monumento* - tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. Ressalto ainda que, assim como o *fato histórico*, que não é um objeto dado e acabado já que resulta da construção do historiador, o *documento* não pode ser considerado um material objetivo e inocente, pois

contexto objetivo de sua situação histórico-social. A educação é então uma atividade humana partícipe da totalidade da organização social” (CURY, 1984, p. 13).

²² Abordo alguns aspectos desse assunto no artigo “O caráter ideológico da pesquisa”, na revista “Nossas Trilhas”, FaE/UFPel, 1996. Ressalto que o pesquisador não capta a realidade como ela é, mas como ele a vê. Ele analisa e interpreta a realidade, onde sempre aparecerá a sua marca, a sua ideologia.

exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro. Segundo esse autor,

“O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 1995, p. 545).

Tendo presentes estas considerações, utilizei como fontes de investigação documentos ligados à história da cidade de Pelotas e dos Colégios Pelotense e Gonzaga tais como: livros, relatórios, correspondências, atas, documentos administrativos e pedagógicos, boletins informativos, revistas, jornais, periódicos, almanaques, fotografias e entrevistas.

Exponho a seguir como fiz uso, nesse estudo, de algumas dessas fontes que se constituíram em preciosos auxiliares na contextualização do presente trabalho.

O uso da imagem: fotografias

Na utilização da fotografia como fonte de pesquisa, tomo por base a pesquisa de LEITE (2000) e o artigo de CARDOSO e MAUAD (1997).

CARDOSO e MAUAD (1997), além de considerarem a fotografia como a materialização da experiência vivida, das memórias de uma trajetória de vida, de flagrantes sensacionais, de lembranças do passado, de mensagens codificadas em signos, consideram-na, também, como uma marca cultural de uma época que reflete uma dada visão de mundo, representando uma fonte que pode transmitir-nos muito mais do que os “nossos olhos podem ver”. Esses autores apontam, então, para a importância da compreensão da imagem fotográfica como um *documento* que revela aspectos da vida material de um determinado tempo do

passado e do qual a mais detalhada descrição verbal não daria conta. E, também, como uma *imagem/monumento*, ou seja, aquilo que no passado a sociedade pretendia que fosse perenizado de si mesma para o futuro.

Em seu texto, Miriam Leite busca uma compreensão crítica da fotografia histórica e das formas de se distinguir o que é dito e o que é silenciado no espaço visível. Ela nos lembra que, nos trabalhos de Ciências Humanas, é freqüente a utilização da fotografia como ilustração do texto, representando apenas a

“vitrine, através da qual o leitor pode tomar um contato imediato e simplificado com o texto.[...] O conteúdo aparente da fotografia determina sua legenda. As brechas do texto que a imagem preenche com informações ou representações não são verbalizadas.” (LEITE, 2000, p. 146 e 147).

Para que seja encaminhado o estudo em torno do material fotográfico, a autora sugere que se formule um roteiro de leitura que consista em um processo de interpretação, ou seja, um tipo de crítica temática que tenta recompor a arquitetura interior da imagem. Isto, visando descobrir não só as relações entre os elementos do conteúdo dos retratos, mas também sua arquitetura interior que será obtida através do levantamento de recorrências temáticas, da formação de núcleos em torno de imagens fundamentais e do relacionamento subterrâneo que apresentam (LEITE, 2000, p. 85).

A pesquisa realizada por DE PAULA (1998) é um interessante exemplo de como a fotografia pode auxiliar na análise e interpretação de fatos históricos, revelando nuances que podem mudar a ótica de percepção do passado, instigando o pesquisador a encontrar outras versões para os acontecimentos históricos.

Os textos apresentados no Seminário “*Pedagogia da Imagem, Imagem na Pedagogia*” (1995. Niterói, RJ) são, também, fundamentais para quem for trabalhar com fotografia como fonte de estudo de História da Educação.

Ao vasculhar as “gavetas” do Colégio Pelotense, encontrei um acervo de quase 1000 fotografias de diferentes épocas. Há desde fotos de alunos uniformizados, no ano de 1904, até fotos que marcaram “grandes acontecimentos”, como festas, desfiles, apresentações teatrais e radiofônicas dos alunos, festivais de música e partidas de futebol. Dediquei especial atenção às fotos que documentam os cartazes que os alunos carregavam nas inúmeras passeatas anualmente realizadas no “dia do Gato Pelado”²³. São mais de 200 fotografias predominantemente de cartazes que eram recheados de críticas e bom humor. Eles abordam aspectos do contexto internacional, nacional, regional e local, sendo recorrente temas como a guerra fria, a situação política e econômica do Brasil, da região sul e da cidade de Pelotas, bem como o anti-clericalismo, cujos principais alvos eram o bispo de Pelotas e o Colégio Gonzaga. As críticas ao contexto pelotense iam desde as características peculiares de sua sociedade aos problemas de infra-estrutura urbana.

Sobre o Colégio Gonzaga, a maior parte das fotografias analisadas constam nas suas “Lembranças”, que eram relatórios publicados anualmente, onde constavam as atividades desenvolvidas pela escola assim como o resultado obtido pelos alunos no respectivo ano letivo.

No uso dessas fontes foi fundamental o auxílio das entrevistas, pois a minha análise, além de partir do presente, é um olhar de quem não viveu esse período da história. Particularmente, na observação de cartazes das Passeatas dos Gatos Pelados que tratam de fatos mais específicos, dos quais não ficaram registros escritos, foi muito importante a “tradução” daqueles que viveram essa época ou produziram tais documentos.

As fotografias auxiliaram, também, na observação dos espaços físicos dos Colégios Gonzaga e Pelotense. Elas revelam com riqueza de detalhes aspectos da arquitetura, infra-estrutura e diversas instalações que correspondiam

²³ Os Gatos Pelados, desde 1935, têm o “seu dia”. Como veremos a seguir, em anos passados ele era amplamente comemorado. Mas hoje, juntamente com o “dia do professor”, o “dia do funcionalismo público” e o “dia do aniversário da escola”, sem maiores celebrações e rituais, esta data não passa de mais um feriado em que a Escola fecha suas portas, e muitos de seus membros ficam em suas casas sem saber muito bem por qual motivo.

à organização espacial dessas instituições de ensino. Inúmeras fotografias encontradas documentam o interior dos prédios em que funcionaram os colégios no período pesquisado.

O uso da memória: entrevistas

Com o objetivo de me aproximar do clima vivenciado naquele período realizei entrevistas com pessoas ligadas às Instituições Educacionais que analiso, partindo da orientação metodológica de autores que fundamentam a História Oral e o uso da memória na História da Educação²⁴. Esse procedimento, além de estimular o debate e alargar a problemática da investigação, permitiu que viessem à tona certos contextos e acontecimentos que se perderam no tempo.

Sobre esse tema destaco a leitura das coletâneas “Usos e Abusos da História Oral”, organizada por FERREIRA e AMADO (1998). Neste projeto de estudo tomo por base a idéia das autoras, que consideram a História Oral como uma *metodologia* e não como uma *técnica* ou *disciplina*. Sendo assim, a História Oral

“apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho - tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho - funcionando como ponte entre teoria e prática” (FERREIRA e AMADO, 1998, p. 16).

Segundo as autoras, a História Oral é apenas capaz de *suscitar*, mas jamais *solucionar* questões. Favorece a formulação de perguntas, mas não pode oferecer as respostas. As respostas devem ser buscadas na teoria (histórica,

²⁴ Entre vários autores que mais recentemente vêm tratando desse assunto, cito: FERREIRA, M. e AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*; FERREIRA, M. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*; FÉLIX, L. *História e memória - a problemática da pesquisa*; VIDAL, D. e M. SOUZA *A memória e a sombra - a escola brasileira entre o império e a república*.

sociológica, psicanalítica, etc.), que agrupa conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico, tais como os conceitos de *história* e *memória*, assim como as complexas relações entre ambos.

Como na presente pesquisa busco referências históricas na memória dos que passaram por duas instituições educacionais num dado período, considero pertinente apontar a seguir algumas relações que envolvem a questão da *história*, *memória* e de sua *dimensão temporal*²⁵, bem como sobre a utilização das entrevistas como uma das fontes para esse estudo.

O sociólogo Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX, realizou estudos sobre a *memória coletiva*, que até hoje são uma referência aos historiadores que se utilizam da memória como um instrumento de suas pesquisas, especialmente os que trabalham com História Oral. Esse autor enfatiza o caráter social da memória, considerando-a um dos suportes essenciais na busca dos sujeitos coletivos e na definição dos laços de identidade. Ele nos diz que a memória é individual mas também social, pois depende do relacionamento do indivíduo com os grupos com os quais travou conhecimento e manteve contato. Sendo assim, no ato de lembrar, temos como pontos de referência “campos de significados”, ou seja, espaços sociais (família, escola, trabalho, lazer, religião, etc.) onde são estabelecidos laços afetivos que criam o pertencimento ao grupo. Esses laços afetivos mantêm junto ao grupo lembranças comuns geradoras de uma memória social e de referenciais identitários. Dessa forma, passam a desenvolver uma tendência a analisar e interpretar os acontecimentos seguindo determinados esquemas comuns e coerentes que constituem “universos de significado” e que acabam por oferecer uma versão consagrada dos fatos (HALBWACHS, 1990).

Por sua vez, CARTROGA (2001, p. 45) nos diz que recordar é um ato de alteridade, pois

“ninguém se recorda exclusivamente de si mesmo, e a exigência de fidelidade, que é inerente à recordação, incita ao testemunho do outro; e, muitas vezes, a anamnese pessoal é recepção de recordações contadas por outros e só a sua inserção em narrações coletivas – comumente reavivadas por liturgias de recordação – lhes dá sentido”.

A memória se projeta no presente com representações do passado. Ela é sempre mediada pelo presente; com imagens e idéias de hoje, não revive, mas refaz e repensa as experiências do passado. O indivíduo que lembra, ao não fazer ruptura entre o passado e o presente, retém do passado apenas o que está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.

Mas convém esclarecer que, neste estudo que realizo, a *memória* não é considerada sinônimo de *história*. A memória, assim como a história, é seletiva na lembrança e no esquecimento. Ambas lidam com um problema central: o peso do passado nas representações feitas em torno dele, seus usos, suas conexões com o contexto, suas projeções políticas, sociais e intelectuais. Ambas encontram no passado o seu substrato e se complementam no fazer historiográfico (PINTO, 1998, p. 205).

Torna-se fundamental, então, que se tenha presente a linha que separa a *história* da *memória*. Cabe à história a análise, o distanciamento, a problematização, a crítica e a reflexão sobre as memórias. A memória, por seus laços afetivos e de pertencimento a um grupo, é subjetiva e afeiçoada ao passado e à sua permanência. Através da repetição e tradição, por vezes, sacraliza o vivido pelo grupo social (FÉLIX, 1998).

É função da história dessacralizar a memória e fazer aflorar o seu reverso, ou seja, os esquecimentos, os silêncios, os não ditos: “a *memória petrifica, marmoriza, fossiliza, estratifica. A História é análise, é crítica, é vida que*

²⁵ Esse é um assunto especialmente tratado por vários pesquisadores. Dentre eles cito Maurice Halbwachs, Michel de Certeau, Pierre Nora, Jacques Le Goff, Paul Thompson, Michelle Perrot e Fernando Catroga. E, no Brasil, Marilena Chauí, José Honório Rodrigues, Ecléa Bosi, entre outros.

flui e muda de acordo com as necessidades sociais, econômicas do presente e as aspirações e esperanças do futuro” (RODRIGUES, 1980, p. 220).

Nesse sentido pode-se dizer que a memória, de acordo com o interesse e a disposição dos entrevistados em lembrar, traz a história vivida em uma dada temporalidade, sem que haja o compromisso com uma racionalidade conscientemente organizada, pois, geralmente, ela é carregada de uma forte carga emocional. Na memória, o passado representa muito mais do que análise e reflexão; ele é elevado a um grau de sacro e de mito.

PERROT (1998, P. 358 E 359) nos diz, em relação aos limites do uso da memória, que ela

“não é forçosamente a verdade; ela também não é necessariamente a espontaneidade. A memória é sempre algo reconstruído. E reconstruído em função das experiências da pessoa que fala. Essa pessoa vai, inclusive, esquecer de muitas coisas e, talvez, no momento mesmo em que ela estiver falando, vai construir a maneira pela qual ela percebe o seu passado, o passado de seus pais e de seus avós. Por conseguinte, a memória é, ao mesmo tempo, extremamente importante e extremamente frágil. Não se pode nutrir um excesso de romantismo em relação a essa memória, é preciso interpretá-la inserindo-a num conjunto mais vasto de fontes.

No entanto, não se pode negar que outras fontes históricas também apresentam esse caráter tendencioso e frágil da memória, o que requer do historiador uma aproximação crítica e cautelosa de suas fontes.²⁶

Outrossim, há que se considerar que a utilização da memória na pesquisa histórica incorpora elementos e perspectivas às vezes ausentes em outras práticas históricas. Existem facetas e mazelas do cotidiano em que o uso da memória é muito eficaz. Há percepções e sentimentos de quem viveu a história que escapam aos arquivos e fontes escritas. Dessa forma, passando pela

²⁶ A problemática da memória e história vem sendo debatida pela historiografia brasileira desde as décadas de 1970, mas esse debate ganha vulto, realmente, a partir dos anos 90, quando as fontes orais experimentam, aqui, uma expansão mais significativa. No âmbito da História da Educação este é um assunto sempre presente nos fóruns de discussão, suscitando uma farta produção teórico-metodológica sobre ele. Veja-se, por exemplo, a Revista “História da Educação” da ASPHE (Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação) que, na maioria de seus números traz artigos que contemplam vários aspectos da utilização da memória nas pesquisas que vêm sendo realizadas.

instância da memória, o objeto de estudo do historiador pode ser recriado, surgindo novos caminhos alternativos de interpretação dos fatos. Pode-se afirmar, então, que a memória introduz subjetividade ao conhecimento, pois coloca as sensibilidades e o cotidiano na *trama histórica*²⁷, o que certamente contribui para novas abordagens na pesquisa histórica.

Com o uso da memória na historiografia, tenta-se reatar, através de lembranças pessoais, laços de intercâmbio que permitam recuperar a trama dos fatos presentes na memória coletiva. Busca-se recordar o coletivo, mesmo que a elaboração da memória e o ato de recordar sejam um processo individual, ou seja, são pessoas, e não grupos, que lembram. Segundo PORTELLI (1998), por ser gerada individualmente, a memória só se torna coletiva no mito e no folclore (uma história para várias pessoas), por delegação (quando uma história condensa várias histórias), nas instituições (sujeitos abstratos - escola, estado, igreja, partido - que organizam memória e rituais num todo diferente da soma de suas partes). Nesse sentido, a memória coletiva é mediatizada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições, não podendo ser-lhe conferido o caráter de espontaneidade.

Levando em conta o exposto acima, no presente estudo, a memória serve mais como uma fonte complementar, que auxilia na compreensão de meu objeto de pesquisa, não se constituindo em ferramenta principal deste trabalho. A utilização da memória como mais uma das fontes utilizadas, está diretamente ligada a acontecimentos que possam ter sido subestimados ou manipulados pelas fontes escritas. Ela serve, também, como um instrumento de resgate de uma identidade ameaçada pelo tempo e que precisa ser historicizada.

Muitas vezes, ao trabalhar com a memória de pessoas que passaram pelos Colégios Gonzaga e Pelotense, me senti levada a um mundo de nostalgia produzido pelos diálogos decorrentes do processo de entrevistas. Convém lembrar

²⁷ VEYNE (1995, p. 28) utiliza-se da expressão *trama histórica* para identificar o “tecido da história, uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa”, onde os fatos não existem isoladamente.

que a palavra “nostalgia” origina-se do grego *nostos* (regresso) e *algos* (dor, mal), ou seja, significa uma regressão até o passado vivido, enfrentando a dor da ausência de seres queridos, de espaços perdidos e dos “bons tempos” que não voltam mais. E talvez o tempo em que vivemos numa escola, especialmente como alunos, no auge de nossa juventude, seja realmente a fase mais marcante de nossas vidas. Aquela das quais guardamos nossas mais doces (ou amargas) lembranças.

Acredito que em função disso sempre fui muito bem recebida por todos os entrevistados ávidos em contar sobre sua passagem pela escola. Em muitos momentos, me confiaram fragmentos de suas histórias intercalados por fatos pitorescos e algumas lágrimas que teimavam em aparecer. Por vezes pediam que eu desligasse o gravador para que pudessem me confiar algum segredo... Pude comprovar, então, que o recordar nostálgico compromete afetivamente tanto ao que rememora o que já passou como ao que escuta e tenta historicizar os fatos.

Quanto à escolha dos depoentes, esta se deu em função de estarem ligados direta ou indiretamente a cada uma das duas escolas. Sendo assim, entrevistei pessoas que passaram pelas escolas como alunos ou professores. A maioria dos entrevistados foram indicados por pessoas “da época” como sendo os que teriam “interessantes depoimentos a fazer”. Tive o cuidado de ouvir “representantes” de todas as décadas estudadas. Ao todo foram coletados depoimentos de 16 pessoas, que manifestaram diferentes experiências e vivências no campo educacional da cidade de Pelotas. Seus nomes, período e tipo de vínculo com o Pelotense e/ou Gonzaga são apresentados a seguir:²⁸

²⁸ Lamentavelmente no decorrer deste trabalho três dos entrevistados faleceram: Luis Carlos Barbosa Lessa, Luís Fernando Lessa Freitas e Paulo Brasil do Amaral.

Nome do entrevistado	escola	vínculo com a escola	década
Anselmo Amaral	Pelotense	aluno	1930
Aldyr Schlee	Pelotense	aluno/professor	1950/1960
Claudiomar Barcellos	Pelotense	aluno	1950
Flávio Kramer Azambuja	Pelotense/Gonzaga	aluno	1950
Francisco A. da Fonseca	Pelotense	aluno/professor	1940/1950
Francisco Vidal	Gonzaga	aluno	1930/1940
Iara Rochedo	Pelotense	aluna	1940
José Luís Rohnelt	Pelotense	aluno	1930
Julieta Teles Azevedo	Pelotense	aluna	1910
Lindolfo Alberto Wrege	Gonzaga	aluno/professor	1930/1940
Luís C. Barbosa Lessa	Gonzaga	aluno	1930/1940
Luís F. Lessa Freitas	Gonzaga	aluno	1940
Mozart V. Russomano	Gonzaga/Pelotense	aluno	1930
Paulo Brasil do Amaral	Gonzaga	aluno	1940
Raimundo Arraldi	Gonzaga	aluno/funcionário/prof.	1940/1950/1960
Wanisa Esteves	Pelotense	professora	1940/1950/1960

O contato inicial para que fosse marcada a entrevista deu-se sempre pelo telefone. Geralmente ouvia manifestações como: *“Ah! Se é para falar do Colégio, podes vir em minha casa a qualquer dia, em qualquer hora. De preferência logo... Escolhe tu o dia e horário...”*. Não foram poucas as vezes em que me pediam desculpas por estarem “contando tantas histórias” que podiam, segundo eles, não ser de interesse para a pesquisa.

É interessante observar que os entrevistados não se sentiram intimidados com o gravador, esse precioso “auxiliar de pesquisa”. Ele não representou empecilho ou constrangimento no sentido de que levássemos uma conversa informal que se tornou, em muitos casos, uma fonte fundamental na garimpagem de novos dados que enriqueciam a base empírica desse estudo.

As entrevistas não seguiram um questionário padronizado, mas sim, um roteiro com questões semi-estruturadas que procuravam dar ao entrevistado liberdade para lembrar e manifestar suas lembranças. Nas entrevistas, inicialmente, lançava uma questão aberta que possibilitasse a obtenção de um máximo de informações. Perguntava, por exemplo, como era o colégio que cada um frequentou na “sua época”, o que lhes permitia falar sobre o que quisessem. Foram também abordadas questões como: época e motivos que o levou a estudar ou trabalhar no educandário; a organização administrativa e os espaços da escola; características do ensino e da disciplina, atuação dos professores e dos alunos.

No decorrer das entrevistas, em função do interesse e andamento do assunto por parte dos entrevistados, surgiam questões mais pontuais que diziam respeito à organização interna do Gonzaga e do Pelotense - aspectos de seu cotidiano, atuação dos professores e alunos, etc. - bem como a difícil relação dos Gatos Pelados e Galinhas Gordas. Dessa forma, levando sempre em conta que as entrevistas não são uma mera coleta de dados, mas que resultam de um clima de interação e confiança entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, a cada encontro surgiam variáveis que auxiliavam na condução de novas perguntas que eram direcionadas aos demais entrevistados.

Conforme foram realizadas as entrevistas – desenvolvidas em somente um encontro com cada entrevistado, com duração que variou de uma hora e meia a três horas - fui transcrevendo-as. Essa passagem da narrativa oral para a linguagem escrita foi uma tarefa que demandou bastante tempo, mas que se mostrou de grande valia para a seleção de questões relevantes ao estudo, o que acabou por ampliar minha visão sobre o objeto pesquisado. Assim como no manuseio das demais fontes utilizadas nesse estudo, foram levantados problemas

e estabelecidos recortes de alguns temas que levaram a indagações às quais procurei responder.

Na transcrição dos depoimentos mantive fidelidade absoluta ao que foi dito nas gravações, o que resultou na utilização de palavras e expressões mais comumente usadas na linguagem oral. Nestes casos, diante de uma possível falta de compreensão textual, em alguns momentos, acrescentei adendos, sempre apresentados entre colchetes.

É importante assinalar que, além da utilização das entrevistas, a interação com aspectos da história dos Colégios Gonzaga e Pelotense e da organização econômica, social, política e cultural de Pelotas no período estudado, deu-se através da necessária fundamentação em documentos escritos - livros, almanaques, revistas e, principalmente, jornais locais, dos quais trato a seguir.

O uso dos impressos: jornais, periódicos, boletins informativos, almanaques e revistas

Os jornais, periódicos, boletins informativos, almanaques e revistas se constituíram em uma fonte fundamental na coleta de dados, pois possibilitaram uma leitura das manifestações contemporâneas aos acontecimentos, e uma real aproximação dos discursos emitidos na época em relação ao projeto de sociedade, bem como às instituições sociais, e dentre elas, à escola. Tais fontes, que se caracterizam pelo seu caráter polêmico e por vezes passageiro, representam um produto cultural de sujeitos específicos em um determinado contexto histórico.

Nesse sentido, CHARTIER (1992, p. 18) enfatiza que os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lerem os textos com os quais trabalham, pois eles *“afetam o leitor de formas variadas e individuais. Os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos*

inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias”.

Portanto, na utilização destes dados, deve estar sempre presente a compreensão de que o impresso não é neutro e imparcial diante dos acontecimentos, informações e concepções. Ele serve *“como instrumento veiculador e manipulador de interesses públicos/privados, políticos/empresariais, culturais/ideológicos. Como instrumento veiculador e manipulador, está, portanto, destinado a atuar na vida social”* (ARAÚJO, 1998, p. 65).

No entanto, ao materializar aspectos ideológicos que conferem a identidade de determinados grupos sociais, o impresso utilizado como fonte de pesquisa, pode desencadear novas idéias que ampliam o sentido dos fatos estudados.

Nesse estudo, as fontes foram entrecruzadas e comparadas, não com o objetivo de buscar os fatos considerados “verdadeiros”, mas sim no sentido de perceber as diferentes versões para os acontecimentos. Considero que desta forma possibilita-se o surgimento de aspectos subjacentes aos registros oficiais, criando-se novos caminhos que conduzem, tanto à busca de outras fontes, como também à própria interpretação dos achados.

É importante também levar em conta, quando possível, os aspectos formais das fontes, realizando a “arqueologia dos objetos culturais”, concebidos como discursos que informam os valores subjacentes à educação. Esses discursos articulados nos documentos devem ser compreendidos como *práticas de representação* e, como tais, são perspectivadas por uma posição determinada: a do sujeito que as produz enquanto também nelas se produz (CHARTIER, 1990).

Na coleta de dados para a presente pesquisa, realizei uma leitura do Diário Popular das décadas de 1930 a 1960. Este jornal foi consultado dia a dia ao longo desses anos. Sua escolha se deu em função de ele ter circulado ininterruptamente no período em questão²⁹ e veicular muitas notícias, publicidade

²⁹ Exceção ao período de 09.09.1932 a 21.01.1933, quando sua circulação sofreu censura e foi forçosamente interrompida. Sobre o assunto ver LONER (1998).

e reportagens sobre a educação no município de Pelotas.³⁰ Como ele foi, em diferentes épocas, o porta voz do governo municipal, em determinados períodos, utilizei outros jornais locais mais ricos em dados que contribuíram para a averiguação de algumas informações.³¹

Cabe ressaltar que, no caso das instituições escolares que venho estudando, os jornais locais trazem, também, importantes informações sobre o cotidiano das escolas: as suas atividades curriculares, as comemorações, e até as notas dos alunos e a trajetória de vida pessoal e profissional de professores e ex-alunos.³²

A análise dos periódicos pelotenses *O Templário* (maçônico), que circulou nos anos de 1920 a 1935, e *A Palavra* (católico), que teve circulação de 1912 a 1959, foi realizada tendo em vista o esclarecimento de vários questionamentos levantados por este estudo. Tais periódicos trazem valiosas informações e esclarecimentos, particularmente ao que se refere à oposição político-ideológica entre a Maçonaria e a Igreja Católica, ao posicionamento dessas duas instituições frente à educação e ao próprio contexto da cidade, assim como à explícita rivalidade que havia entre os alunos dos Colégios Pelotense e Gonzaga.

Os jornais, periódicos, folhetos, almanaques e revistas nos fornecem inúmeras possibilidades de leitura das várias dimensões da vida escolar, especialmente em relação ao espaço discente e docente. Eles representam importantes suportes materiais dos vários discursos que constituem as práticas escolares. Portanto, a análise dos impressos educacionais tem-se mostrado uma fonte fundamental nos estudos de História da Educação. Isso vem resultando no

³⁰ Esse jornal foi bastante utilizado em minha pesquisa de mestrado, uma vez que possuía uma linha editorial e uma orientação política bastante definida: ele era o “Órgão Oficial do Partido Republicano Riograndense”, sendo dirigido por maçons. Isso me permitiu a leitura da posição “oficial” em relação aos assuntos relativos ao Ginásio Pelotense, até o final da República Velha.

³¹ Sobre os jornais diários pelotenses ver LONER (1998).

³² Ao longo desse estudo são levantados alguns dados obtidos nos jornais sobre a educação no município que podem apontar caminhos em direção a futuras pesquisas no âmbito da História da Educação em Pelotas.

interesse de vários pesquisadores em sistematizar o conhecimento e as informações acerca dessas fontes.³³

NÓVOA (1997, p. 13) afirma que a imprensa é o melhor meio para apreender a multiplicidade do campo educativo, pois ela nos revela

“as múltiplas faces dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc.), mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens”.

O autor ressalta, ainda, que a imprensa talvez seja o melhor caminho para que se compreenda as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática, sendo que

“os escritos jornalísticos se definem pelo seu caráter fugaz e imediato, inscrevendo-se freqüentemente numa lógica de reação a acontecimentos ou idéias, a normas legais ou a situações políticas [...] o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições, etc.) [...] a feitura de um periódico apela sempre a debates e discussões, a polémicas e conflitos; mesmo quando é fruto de uma vontade individual, a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto aos poderes públicos ou nos editoriais de abertura”.

Pode-se afirmar, então, que os impressos pedagógicos representam um testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma determinada época. Nesta perspectiva eles tornam-se

“um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar” (CATANI e BASTOS, 1997, p. 5).

Sem dúvida, a imprensa representa um espaço aberto às contradições e lacunas sustentadas pelos interesses que a legitimam. No entanto, muitas são

³³ Neste sentido destaca-se os estudos empreendidos na França por CASPARD-KANYDIS et al, *La presse d'éducation et d'enseignement - XVIII siècle/1940* e por NÓVOA, *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*, que vem inspirando vários

as vozes silenciadas. Cabe ao pesquisador perscrutá-las, e através de uma leitura crítica, viabilizar novas percepções do texto. É necessário, portanto, que, ao se fazer uso dessa fonte, se esteja munido de um olhar bastante crítico, atento às condições de produção e aberto às possíveis distorções que possam conter as análises dos acontecimentos. Nesse sentido, convém que se estabeleça, sempre que possível, a comparação com outras fontes diversificadas.

As pesquisas em História da Educação têm privilegiado como fonte a imprensa periódica educacional destinada aos docentes. Ela está ligada diretamente à formação da identidade do professor, uma vez que tem por finalidade precípua orientar a sua prática cotidiana no que se refere à atuação profissional, aos programas, conteúdos e didática das disciplinas.

Por sua vez, provavelmente por sua inconstante periodicidade, a imprensa estudantil não tem recebido a devida atenção dos pesquisadores, embora seja, também, uma fonte de pesquisa em potencial, onde se pode constatar *denúncias, expectativas e idealizações* (principalmente dos alunos) referentes à educação.³⁴

Em determinadas épocas, por serem considerados subversivos, são inúmeras as histórias de apreensão desses impressos, bem como de denúncias e perseguição aos envolvidos em sua elaboração. O caráter “não oficial” desses periódicos assim como, via de regra, sua irreverência e crítica através, principalmente, de representações satíricas e caricaturizadas da sociedade, da escola, de professores e de alunos faz com que não constem no acervo documental das instituições escolares. Quando muito se encontram esquecidos em algumas gavetas dos grêmios estudantis.

Embora se saiba que alunos de determinadas escolas, desde fins do século XIX, editaram vários periódicos³⁵, é interessante salientar a profusão de impressos estudantis que circularam em várias cidades brasileiras entre as

pesquisadores brasileiros a realizarem o levantamento de fontes impressas no campo educacional. No Brasil esse assunto recebe especial atenção em CATANI e BASTOS (1997).

³⁴ Sobre o assunto ver CAMARGO (2000) e PINEDA (2003).

³⁵ Cf. CATANI (1994, p. 66 e 67).

décadas de 1930 e 1960. A explicação para tal fato deve ser buscada no contexto brasileiro da época, em que é crescente a participação social e política dos estudantes. Ressalta-se, também, que neste período a imprensa ainda representava um espaço fundamental como meio de comunicação social. Ela esteve aí, talvez como em nenhuma outra época, a serviço de interesses das mais diversas instituições e grupos sociais.

Especificamente na cidade de Pelotas, nesse período, havia as seguintes publicações periódicas estudantis de escolas de ensino secundário:

- Complementarista - Escola Complementar de Pelotas
- O Normalista - Escola Normal Assis Brasil
- O Margaridense - Colégio Santa Margarida
- Ecos Gonzagueanos - Colégio Gonzaga
- Ecos da Mocidade Rural - Escola Agrotécnica Visconde da Graça
- O São José - Colégio São José
- Folha Estudantil - Colégio Salis Goulart
- Estudante - Colégio Municipal Pelotense

Os periódicos estudantis, em sua maioria, eram produzidos pelos grêmios de alunos das escolas, embora se tenha notícias da existência de muitos jornaizinhos, com duração efêmera, que surgiram da iniciativa individual de determinados alunos ou turmas específicas.

É preciso que se ressalte o fato de que os impressos estudantis podem ser, além de fonte, objeto de investigações, uma vez que se constituem em suportes materiais de discursos múltiplos que se configuram como dispositivos de constituição de práticas escolares, de controle e produção da cultura escolar (CHARTIER, 1990). Sua análise possibilita o contato com conteúdos e dispositivos textuais que configuram práticas de leituras dos alunos e que, indubitavelmente, traduzem uma certa conduta e um comportamento desejável (e às vezes indesejável) por parte das diversas instituições educacionais.

Dessa forma, sobre esse material podem ser levantadas, entre outras, questões como: período, regularidade e âmbito de circulação (repercussão nas escolas e na cidade), forma de distribuição (se era gratuito ou não), tiragem, formato (tamanho dos jornais e disposição do conteúdo e das seções), estilo tipográfico (disposição das colunas, formato das letras), número das edições, número de páginas, editores responsáveis, propagandas, conteúdo (denúncias, expectativas e idealizações), orientação (vigilância) fornecida pela escola sobre a produção, estratégias de desvio dessa orientação, *apropriações culturais* dos que escreviam nesses jornais.

Nesse estudo, buscando fazer emergir as múltiplas faces da cultura escolar necessárias à construção do complexo objeto de pesquisa que é a instituição educacional, utilizo como uma das fontes de pesquisa os impressos estudantis produzidos pelos alunos do Gonzaga e do Pelotense.

A busca dos exemplares do Ecos Gonzagueanos e do Estudante, se efetuou em diversas escolas da cidade, uma vez que era praxe que os grêmios de estudantes trocassem entre si os jornais que elaboravam.³⁶

Mas como os impressos feitos pelos estudantes não chegam a ser considerados documentos a serem preservados, e sim uma curiosidade a ser guardada, pouco resta dessa produção cultural. Busquei também exemplares dessas publicações através do contato com pessoas ligadas à produção dos periódicos e que os mantêm como acervo de suas memórias pessoais. Dessa forma, tive acesso a 29 exemplares do Estudante e 57 exemplares do Ecos Gonzagueanos, das décadas de 1930 a 1960.

É importante salientar que na análise dos impressos estudantis, as entrevistas foram uma excelente fonte complementar aos dados pesquisados, na medida em que esclareceram dúvidas e mostraram novas perspectivas para a compreensão dos fatos.

³⁶ Como curiosidade cabe destacar que os primeiros exemplares do Estudante, os quais tive bastante dificuldade em localizar, foram disponibilizados por um de meus entrevistados que adquiriu-os em um “sebo” da cidade. O editor do jornal neste período, Samuel Duval da Silva, posteriormente conhecido médico de Pelotas, encadernou os exemplares do ano de 1934. Sem dúvidas, para mim, este se constituiu em um “achado” bastante significativo.

Dessa forma, ao analisar os impressos estudantis, proponho a análise da perspectiva de um sujeito a ser perscrutado: o aluno. Assim, tem-se a possibilidade de se ouvir uma voz pouco escutada pelos pesquisadores, trazendo, quem sabe, uma nova roupagem ao “velho objeto”, que é a escola. É o ator estudante que se manifesta, que registra, que inscreve a sua manifestação através dos impressos.

Os impressos estudantis, apresentados como fonte, podem representar uma possibilidade de recriação de um dos objetos intensamente abordados nas pesquisas em História da Educação, qual seja, as instituições educacionais. Nesse sentido, NUNES (1992, p. 51) adverte que *“este velho objeto de investigação, as instituições educacionais, pode tornar-se novo aos nossos olhos na medida em que soubermos trazer à tona, na travessia da pesquisa, aspectos antes ignorados ou secundarizados”*.

b) Análise da instituição escolar

Nos meios acadêmicos brasileiros, o estudo das instituições educacionais vem ganhando espaço nos últimos anos.³⁷ São trabalhos que contribuem na elucidação e compreensão da História da Educação Brasileira, pois ao buscarem estabelecer o perfil de determinadas escolas, enfatizam aspectos da

³⁷ Apontando alguns exemplos de estudos ligados a essa temática, cita-se: NADAI, Elza. *O Ginásio do Estado de São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*; LOURO, Guacira L. *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*; ABREU Alzira A. *Intelectuais e Guerreiros: o colégio Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*; ANDRADE, Mariza G. *Educação exilada: Colégio do Caraça*; NOSELLA, P., BUFFA, E. *Scholla Mater: a antiga escola normal de São Carlos - 1911- 1933*; NOSELLA, P., BUFFA, E. *A escola profissional de São Carlos*; PERES, Eliane. *“Templo de Luz”: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense*; SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*; MONARCA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*; CAMARGO, Marilena. *“Coisas Velhas”: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)*; Werle, Flávia. *Escola Complementar: práticas e instituições*. AMARAL, Giana. *Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*.

cultura escolar, exploram questões didático-pedagógicas, político-ideológicas, étnicas e de gênero em diferentes dimensões temporais e espaciais.

Nesta pesquisa, sigo alguns passos metodológicos indicados por FRIGERIO e POGGI (1996) no que se refere à análise da instituição escolar. Segundo essas autoras,

“se considerarmos as instituições educativas como um objeto de conhecimento complexo, só pode-se apreender delas alguns aspectos, dos quais se delineiam a questão, também complexa, do “recorte” na análise da instituição educacional e das prioridades para a recopilação de informações e para seu processamento” (FRIGERIO e POGGI, 1996, p. 40).

As autoras apontam caminhos de análise do território escolar, onde são tecidas estratégias de atuação do pesquisador junto aos arquivos e aos atores educacionais, ressaltando idéias sobre a difícil articulação do tempo e do espaço escolar.

Da mesma forma, alguns conceitos desenvolvidos por NÓVOA (1992, 1995) e MAGALHÃES (1996), respaldaram aspectos teórico-metodológico da análise que realizei.

Segundo NÓVOA (1995, p. 25), a emergência de uma sociologia das organizações escolares é um fenômeno recente, que privilegia um nível *meso* de compreensão e de intervenção. Está situado entre uma abordagem centrada na sala de aula - percepção *micro* - e as análises sócio-institucionais focalizadas no sistema educativo - abordagem *macro*. Este autor afirma que os estudos centrados nas características organizacionais das escolas tendem a construir-se com base em três grandes áreas:

- *a estrutura física da escola*: dimensão da escola, recursos materiais, número de turmas, edifício escolar, organização dos espaços, etc.;

- *a estrutura administrativa da escola*: gestão, direção, controle, inspeção, tomada de decisão, pessoal docente, pessoal auxiliar, participação das comunidades, relação com as autoridades centrais e locais, etc.;

- *a estrutura social da escola*: relação entre alunos, professores e funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia interna, cultura organizacional da escola, clima social, etc.

A partir dessa compreensão, abre-se a possibilidade da análise das instituições educativas através de “recortes” que priorizem determinados períodos ou aspectos que delineiem as questões de pesquisa, reiterando, no entanto, que tal opção não implica desconsiderar as relações com o passado.

Seguindo essa lógica, os estudos das instituições educativas, embora necessitem de um recorte que sirva como balizamento, deixam de ser uma narrativa de fatos que estejam estritamente organizados em função de uma cronologia fechada, mas sim, inter-relacionados no tempo e no espaço. Há que se buscar em outros tempos e espaços, traços, pistas e sinais que auxiliem na explicação das singularidades estudadas.

Para tanto, deve-se buscar conexão com as múltiplas fontes primárias e secundárias que transcendem o estudo de estatutos, planos globais ou diretrizes que regem a escola. Esses não bastam para definir realmente a concretude da escola, que resulta das manifestações implícitas e explícitas das relações que se estabelecem no seu interior e das relações com o poder constituído, seja ele político, econômico, cultural, social, ideológico.

Nesse sentido, NÓVOA (1995, p. 16) defende que,

“mais do que nunca, os processos de mudança e de inovação educacional passam pela compreensão das instituições escolares em toda sua complexidade técnica, científica e humana.

A identificação das margens da *mudança possível* implica a contextualização social e política das instituições escolares bem como a apropriação *ad intra* dos seus mecanismos de tomada de decisão e das suas relações de poder. As escolas constituem uma *territorialidade* espacial e cultural , onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos; por isso, a sua análise só tem verdadeiro sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a acção educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia *stricto sensu*”.

Desta forma, considero fundamental o desenvolvimento de pesquisas sobre a História da Educação Brasileira, levando-se em conta as especificidades

regionais e as singularidades locais e institucionais. Como afirma MAGALHÃES (1996, p. 2):

“Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico [...] que envolve uma hermenêutica sutil de aprofundamento e de descoberta [...] **que medeia entre a memória e o arquivo** [...] onde se cruzam informações de várias naturezas - orais, arquivísticas, museológicas, arquitetônicas, fontes originais e fontes secundárias - um manancial de informação cuja exploração e utilização carecem de uma cuidada vigilância hermenêutica.” (grifo nosso).

Hoje vivemos uma época de profundas mudanças e, porque não dizer, uma época de crise; crise global que envolve todos os aspectos da nossa vida e que, logicamente, traz conseqüências ao campo educacional. É urgente a compreensão da realidade e a busca de soluções. Sendo assim, acredito na importância de investigações que levem à compreensão da escola na sua individualidade, inter-relacionada com o contexto onde se insere, mas com características internas específicas, onde as inovações que podem e devem implementar-se são, também, parte de sua história.³⁸

Portanto, são

“as questões que nos interpelam hoje é que devem orientar a nossa estratégia de interrogação do passado, de forma a que ao esforço de compreensão histórica corresponda uma intervenção mais consciente na realidade educativa. A História é sempre um diálogo em que o presente é um dos interlocutores privilegiados” (NÓVOA, 1992, p. 219).

Neste sentido, esse autor, na Conferência de Abertura do III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, ocorrido em Coimbra de 23 a 26 de fevereiro de 2000, nos lembra que *“o historiador não é um fotógrafo do passado, ele deve ser um produtor de sentidos do passado!”*.

É inegável que todo grupo social que esquece o seu passado, que apaga sua memória, acaba por perder sua identidade, tornando-se uma presa fácil

das artimanhas das relações de poder. Certamente, a compreensão do presente é incompleta sem a inserção do passado, da experiência vivida e consolidada. Portanto, o presente acaba perdendo o sentido se não se tem, na consciência histórica, um instrumento para a construção do futuro.

³⁸ WERLE (2001, p. 315) oportunamente nos lembra que “*o passado das instituições educacionais não pertence apenas à instituição, seus líderes e a mantenedora, mas à sociedade em que se encontra*”.

CAPÍTULO 1 – A CIDADE DE PELOTAS

“Quanta gente anda por aí, criticando, talvez só por ouvir dizer, por espírito de imitação, o “bairrismo” dos pelotenses... Pelotas é, com efeito, senhora de uma população “bairrista”. [...] Foram eles, os homens de Pelotas, que, sem favores oficiais, sem auxílios estranhos, com o próprio esforço e sua invencível tenacidade realizadora, transformaram, em cem anos fecundos, sua planície limpa e verde neste admirável centro de prosperidade econômica de alto nível cultural” (PIMENTEL, 1940, p. 113 e 114).

1.1 “Espetáculo da Grandeza Gaúcha - impressões sobre a cidade de Pelotas”³⁹

“A primeira bella impressão que recebo na minha viagem é em Pelotas. Que linda cidade! [...] Pelotas progride sensivelmente. É a segunda cidade do Estado em importância econômica e política, e um dos mais elegantes centros sociaes. Effectivamente, a sociedade pelotense reúne muitos dos mais bellos e distinctos ornamentos da sociedade gaúcha, e se destaca aos olhos do viajante pela belleza e fidalguia de maneiras, pela graça e fina educação” (Osvaldo Orico, In: DIÁRIO POPULAR, 29.01.1926).

³⁹Título de um artigo em que o delegado do Departamento Nacional de Ensino, Dr. Osvaldo Orico, que, em 1926, esteve no Rio Grande do Sul fiscalizando os exames escolares, tece impressões sobre a cidade de Pelotas (DIÁRIO POPULAR, 29.01.1926). Osvaldo Orico, com a obra *“O melhor meio de disseminar o ensino primário no Brasil”* foi o primeiro premiado nos concursos literários de 1927 – Prêmio Francisco Alves, da Academia Brasileira de Letras.

Do século XIX às primeiras décadas do século XX os relatos, depoimentos e evocações sobre Pelotas tecem representações que a distinguem das demais cidades gaúchas, por sua riqueza e pelo refinamento, elegância e cultura de sua sociedade, fruto de investimentos de “homens abastados” que queriam que a sua cidade prosperasse.

A ocupação da região onde hoje se localiza a cidade, teve início, no final do século XVIII, com a exploração da atividade saladeril. A indústria do charque propiciou o crescimento da classe burguesa, que passou a cultivar os valores de uma cultura europeizada, presença marcante nos adiantados centros urbanos brasileiros no século XIX.

As famílias mais abastadas da cidade mandavam seus filhos estudarem nos grandes centros do país e da Europa. E, ao retornarem, traziam consigo hábitos sociais requintados que se refletiam aqui num ambiente de efervescência social e cultural com características peculiares que fizeram, inclusive, com que a cidade ficasse conhecida como a “Atenas Rio-Grandense”.

Eram freqüentes as reuniões sociais animadas por elegantes bailes. Os teatros recebiam companhias líricas ou dramáticas que costumeiramente aportavam em Pelotas, quando estavam a caminho de Porto Alegre, Montevidéo, Buenos Aires ou Rio de Janeiro. A própria localização da cidade facilitava o contato com a cultura do considerado “mundo civilizado”. A hidrografia do município, dominada pelo canal São Gonçalo, possibilitava a comunicação com a Lagoa dos Patos, onde através dos “vapores” viajava-se para Porto Alegre e Rio Grande, importante cidade gaúcha, cujo porto possibilitava o acesso direto ao mar.

É importante salientar que no século XIX, a cidade, tendo por base um sólido desenvolvimento econômico assentado na indústria do charque, só perdia para a capital a posição de destaque na vida econômica, social e política do estado. A “Princesa do Sul”, como vem sendo denominada desde o século XIX, viveu seu apogeu econômico na segunda metade daquele século.

Pelotas, na década de 1880, era dez vezes menor do que o Rio de Janeiro, mas tinha praticamente a mesma população de Porto Alegre e São Paulo (MAGALHÃES, 1994, p. 77).

O adiantamento cultural de Pelotas, fruto de sua urbanidade e do culto às práticas intelectuais, influía na vida de toda a província, senão mais, pelo menos tanto quanto Porto Alegre (CÉSAR, 1956)⁴⁰. Convém ressaltar que para a consolidação dessa situação de progresso urbano e intelectual, houve o forte incentivo e iniciativa de cidadãos de maior poder aquisitivo, bem como da Maçonaria pelotense, da qual muitos deles faziam parte. Mantinham, além de entidades culturais e de lazer, como bibliotecas, jornais, escolas, teatros e parques, também, associações benemerentes, hospitais e asilos. Devido a considerável ausência de investimentos no que seriam os setores públicos de infra-estrutura havia, inclusive, algumas empresas privadas de serviços urbanos que, com o tempo, passaram para a guarda do Estado.

Na compreensão destes aspectos da história de Pelotas é fundamental, então, que se tenha claro que desde o século XIX, muito de seu desenvolvimento econômico e cultural deu-se a partir da iniciativa individual de alguns “homens de posses” ou da Maçonaria, instituição que foi muito atuante na cidade.

Este quadro foi reforçado durante a República Velha (1889-1930), quando era nítida a assunção do Positivismo pelo Partido Republicano Rio-Grandense que esteve à frente do governo estadual (TAMBARA, 1995). Isto refletiu-se numa situação em que predominava uma política de incentivo à liberdade de iniciativa privada, e ao municipalismo, sem um real comprometimento do Estado com o desenvolvimento das atividades econômicas, representando ele muito mais um papel de supervisor dessas atividades do que propriamente de seu propulsor.

⁴⁰ LONER (1999) afirma que dos 22.919 habitantes urbanos existentes em Pelotas em 1891, 11.164 sabiam ler, ou seja, apenas 48% do total. Dados do censo de 1920 apontam que, excluindo-se as crianças de 0 a 6 anos, 60,62% dos elementos nacionais aí residentes eram alfabetizados, enquanto que os estrangeiros tinham uma taxa maior de alfabetizados, ao redor de 69%.

A política municipalista, incentivada pelo governo estadual, incumbia as administrações municipais de realizarem investimentos em infra-estrutura. E, em Pelotas, foram marcantes as iniciativas de melhoramento urbano desvincilhadas de “favores oficiais”, ou seja, que não dependiam de verbas públicas do Estado.

O jornal Opinião Pública apontou, em várias edições, os progressos advindos da iniciativa particular, enaltecendo o “ardor progressista” dos pelotenses, como se observa a seguir:

“Todos esses padrões de glória que ostentamos, com raras exceções, nasceram da iniciativa privada, do nosso extremado amor ao aperfeiçoamento, ao embelezamento desta cidade.

Este aspecto do temperamento do pelotense não é absolutamente novo, vem dos tempos do império, accentuando-se, aliás, cada vez mais.

Há cidades que vivem do favor oficial, que aos seus governos devem os menores empreendimentos. Pelotas, não. Os seus filhos no afã de a tornar cada vez mais bella, mais completa em suas necessidades, não poupam esforços, nem lhes falta o engenho, na realização deslumbradora das suas concepções.

Que seria de Pelotas, sem a iniciativa particular? Teria chegado ao apogeu de desenvolvimento de hoje? Podemos resolutamente afirmar - não!” (OPINIÃO PÚBLICA, 22.03.1920).

Não se pode negar que esse forte vínculo com a iniciativa particular e a independência do “favoritismo oficial”, ou seja, dos investimentos do Estado, propiciou, por um bom tempo, o progresso da cidade. Mas, por outro lado, foi uma importante causa da sua estagnação econômica diante da crise de seu principal produto: o charque. Crise essa que já se percebia na virada do século XIX para o XX.

1. 2 E vieram os tempos difíceis...

Nas primeiras décadas do século XX, mesmo com a decadência do setor pecuarista e charqueador, Pelotas manteve um razoável processo de urbanização. Tal fato conferiu à cidade o status de um importante centro

comercial, industrial e cultural, singularizado pela caprichosa estética de suas construções - prédios públicos, palacetes e praças, bem como pelas escolas, teatros, bibliotecas, igrejas, hotéis, bancos, estação ferroviária, porto, iluminação pública, serviço de telefonia, ruas calçadas e arborizadas.

Nesse período, já sem o dinamismo econômico propiciado pelas charqueadas, é que se concretizam na cidade importantes transformações urbanas condizentes com os tempos modernos que chegam com o novo século. Melhoramentos na área central da cidade tais como a instalação da rede de água e esgotos, iluminação e transportes públicos, calçamento, praças e arborização, reforçaram o caráter progressista de Pelotas, que fez com que viajantes continuassem a tecer empolgados elogios à cidade, mesmo quando sua economia já não ia tão bem.

Convém lembrar que ainda na década de 1920, Pelotas era o 8º município que mais arrecadava tributos no Brasil. No entanto, nesse período já se pode constatar alguns problemas urbanos, como a falta de infra-estrutura capaz de atender o grande contingente populacional que se dirigia para a cidade em função do êxodo rural na região sul do estado, e da própria falta de perspectivas econômicas dos municípios vizinhos.

Como veremos a seguir, a cidade, a partir dos anos 30, enfrentou sérios problemas econômicos que fizeram com que a sua urbanização e crescimento econômico não correspondessem às expectativas de progresso presentes na segunda metade do século XIX.

Nos jornais locais passam a ser freqüentes os comentários sobre as péssimas condições de moradia na área central, onde proliferavam cortiços, e nos bairros populares, onde a população abrigava-se em barracos. A falta de calçamento e de infra-estrutura sanitária torna-se um dos principais problemas urbanos que passam a requerer medidas do poder público municipal.

Ressalta-se que a decadência econômica de Pelotas é reforçada pela crise da economia mundial desencadeada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, que ocasionou muitas mudanças no contexto econômico

nacional e, em nível regional, causou, entre outros estragos, o fechamento do Banco Pelotense. Esse banco, criado em 1906, a partir da iniciativa e investimentos de alguns “ilustres pelotenses”⁴¹, tinha agências, inclusive, em outros estados do Brasil. O baque na economia da região provocado pela quebra, em 1931, do poderoso Banco Pelotense⁴², foi acrescido, também, de um certo desinteresse do governo estadual em investir na região sul do estado, dando prioridade a outras regiões. Dessa forma, consolida-se definitivamente a hegemonia econômica de Porto Alegre no Estado.

É importante salientar que o Rio Grande do Sul, desde o século XIX, estava dividido em duas áreas bastante distintas econômica e socialmente: uma ao norte, centralizada em Porto Alegre e na região de colonização alemã e italiana, onde predominava o artesanato, o comércio e a atividade agrícola em pequenas propriedades; e outra ao sul, na região da campanha, onde predominava o latifúndio e atividades ligadas à pecuária (LONER, 1999). Essas regiões mantinham poucas relações econômicas entre si, ligando-se diretamente às zonas consumidoras do resto do país. Sua integração ocorreu somente na República Velha, com o desenvolvimento do sistema de transportes.

Assinala-se que essa crise que se abateu sobre Pelotas desde a década de 1930, inseria-se, também, em um contexto de crise do setor primário gaúcho que estabeleceu uma dependência econômica cada vez maior do Rio Grande do Sul em relação ao centro do país. PESAVENTO (1980, p. 85) afirma que, no Rio Grande pós-30, não houve um desenvolvimento industrial que fizesse o estado inverter a sua conotação agropecuarista tradicional:

“A pecuária não atuou, no contexto sulino, como um mecanismo gerador de acumulação de capital para a indústria, tal como se deu com o café no contexto paulista. Ocupando uma posição secundária no contexto de um Estado agropecuarista, a indústria sulina, pelo contrário, sofreu as

⁴¹ Foram eles: Dr. Augusto Assumpção, Eduardo Siqueira, Francisco Antunes Gomes da Costa (Barão do Arroio Grande), Coronel Alberto Rosa, Plotino Duarte e o Coronel Urbano Garcia. O magestoso prédio construído em 1914 e inaugurado em 1916 para ser a sede do Banco Pelotense, abriga até os dias de hoje uma agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Sobre o Banco Pelotense e o sistema financeiro regional ver LAGEMANN (1985).

⁴² PESAVENTO (1980) aponta que a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul também contribuiu para a falência do Banco Pelotense, pois o governo estadual passou a priorizar essa instituição em detrimento daquela.

conseqüências desta posição subordinada. De um modo geral, o Rio Grande notabilizou-se mais pela proliferação da pequena indústria, carente de capital e tecnologia, dependente do Estado, do que pela indústria de maior porte.”

A partir dos anos 30, em função de uma política que passou a visar o fortalecimento do Estado Nacional em detrimento da autonomia dos estados, o Rio Grande do Sul passa a ser caracterizado como o “celeiro do país”, exercendo uma posição periférica na economia nacional que se dava através de uma relação de dependência e complementaridade junto ao centro hegemônico brasileiro, em especial, São Paulo.

Em Pelotas, nesse mesmo período, devido à séria crise propiciada fundamentalmente pelo fim das charqueadas e pela falência do Banco Pelotense, a rizicultura e as indústrias alimentícias de conservas, passam a ter um importante peso na sua economia, mas não o suficiente para equiparar-se ao desenvolvimento anterior. Sem o investimento da iniciativa particular e de verbas públicas, a cidade se ressentia de um maior crescimento econômico; crescimento esse que se pode perceber, por exemplo, nas cidades que, no século XIX, igualavam-se a Pelotas em população, como era o caso de São Paulo.⁴³

1. 2. 1 “Em Defesa de Pelotas”

Em outubro de 1930, a vitória do movimento que destituiu o presidente Washington Luiz e acabou por conduzir Getúlio Vargas ao poder, foi amplamente comemorada pelos pelotenses. O povo e os estudantes realizaram passeatas pelas ruas da cidade festejando o triunfo daquela que viria a ser uma nova fase da república brasileira.

Aproveitando-se do clima otimista de patriotismo e civismo que reinava na cidade, em novembro de 1930, o getulista Cássio Tamborindeguy, que

⁴³ Sobre a comparação entre processo de crescimento econômico do Rio Grande do Sul em relação à região centro-sul ver, entre outros, DACANAL e GONZAGA (1993) e FREITAS (1980).

desenvolvia atividades ligadas ao comércio, lançou a idéia de que fosse criado o movimento “Em Defesa de Pelotas”, devendo ele contar com a participação de vários setores da sociedade pelotense. Para tanto, inicialmente, enviou correspondência com minuciosos relatórios sobre a situação econômica da cidade àqueles que organizariam e viabilizariam o movimento: o Rotary Club e a Associação Comercial de Pelotas, o intendente João Py Crespo e o secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, o pelotense Francisco Antunes Maciel.⁴⁴

Repito que, no final do ano de 1930, ao mesmo tempo em que se vislumbravam possíveis mudanças políticas e econômicas em nível nacional com a “Revolução de 1930”, em Pelotas, era visível a estagnação econômica que já vinha se consolidando desde a década anterior, o que tornava necessária a busca de outras fontes que impulsionassem o desenvolvimento da cidade.

É importante lembrar que, nessa época, diante de tal situação, os rotarianos, juntamente com a Associação Comercial, já vinham divulgando a idéia daquela que, no seu entender, seria a grande saída para a estagnação da economia pelotense: a construção da estrada de ferro que uniria Pelotas às cidades de Santa Maria ou à sua vizinha São Pedro, na zona central do estado. Para isso chegou a ser consubstanciado o projeto dessa estrada em um relatório, a fim de servir de propaganda e conseguir que alguma empresa tomasse a si a sua construção.⁴⁵ Salienta-se que esse projeto já era uma antiga aspiração dos pelotenses, pois o mesmo já havia sido solicitado junto ao Governo Federal, em 1913.

⁴⁴ Esse material, juntamente com relatórios, pareceres, estatutos e palestras proferidas em várias reuniões que constituíram esse movimento, constam em uma publicação feita pelo Rotary Club de Pelotas, em dezembro de 1930, denominada “Em Defesa de Pelotas”.

⁴⁵ “O valor e a importância dessa via férrea são incontestáveis. Partindo de Pelotas, cidade de sessenta mil habitantes e seguindo direção sul-norte, levemente inclinada para oeste, atravessará ela os municípios de Cangussu, Piratiny, Caçapava, São Sepé e Santa Maria, com uma extensão total de 400 quilômetros. Em Pelotas será ligada à rede da Viação Férrea e a uma distância de cinquenta quilômetros, em linha de excelentes condições técnicas, do porto de Rio Grande [...]. Em Santa Maria entroncará novamente na rede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e porá assim quase toda a zona norte do Estado em comunicação directa com o mar pelos portos de Rio Grande e Pelotas. Essa zona é constituída pelos ricos municípios de Palmeira, Passo Fundo, Erechim, Santo Ângelo, Ijuhy, Cruz Alta e Júlio de Castilhos” (CHAVES, 1930, p.6). Nesse relatório Antônio Chaves realiza um interessante levantamento sobre as potencialidades econômicas dos municípios que seriam beneficiados pela rede ferroviária.

No entanto, os participantes do movimento “Em Defesa de Pelotas” alertavam que, por mais rápida que fosse a execução de tal estrada, ela levaria anos para ser concluída. Na realidade, apresentavam-se outras necessidades imperiosas, de menor monta e de fácil realização, que poderiam trazer vantagens mais imediatas e que seriam complementares à construção da estrada de ferro, como a redução da elevada arrecadação tributária no porto de Pelotas.

O ponto de partida para a execução do movimento “Em Defesa de Pelotas” foi a elaboração de um vasto programa, considerando as necessidades presentes e futuras, visando a remoção dos entraves administrativos e burocráticos que tão seriamente vinham perturbando o desenvolvimento da cidade. Dessa forma, com a criação de novas fontes de riqueza, pretendiam que fossem evitados erros cujas conseqüências poderiam se fazer sentir em muitas gerações.

Na correspondência enviada ao Intendente Municipal, Tamborindeguy aponta que, de acordo com o censo de 1920, embora Pelotas ocupasse na comunidade brasileira o 11º lugar quanto à população e o 8º lugar relativamente às rendas municipais, com uma receita de 2.794 contos de réis, a sobrecarga tributária para o escoamento de sua produção não permitia o seu devido progresso econômico. Utilizando-se de dados oficiais emitidos nos relatórios dos secretários da Fazenda do Estado desde 1910, fez interessantes comparações relativas à circulação de produtos nos portos das cidades de Rio Grande e Porto Alegre onde, além de serem mais modernizados e melhor aparelhados, a tributação portuária era bem menor do que a praticada no porto de Pelotas.

A produção do norte do estado era escoada por Porto Alegre. Já a produção do sul saía por Pelotas ou Rio Grande. Os elevados impostos cobrados em Pelotas colocavam a cidade em posição de inferioridade de condições em relação à Rio Grande, onde era visível o protecionismo do governo do Estado na sustentação das taxas mais baixas. Essa disparidade na cobrança de taxas fazia, inclusive, com que os pelotenses dessem preferência ao porto da cidade vizinha, distante apenas 54 Km de Pelotas, para exportar seus produtos. Dessa forma, em Pelotas, os impostos cobrados vinham travando a circulação de mercadorias,

paralisando o comércio e produzindo a depressão de outras fontes de renda. Eram obstáculos justificados, principalmente, por desacertos político-partidários de administrações locais com o governo estadual, que entorpeciam o desenvolvimento econômico pelotense. E, realmente, a provável construção de uma estrada de ferro ligando Santa Maria a Pelotas, caso persistisse essa desvantagem tributária para Pelotas, de nada adiantaria, pois os carregamentos continuariam a passar em direção ao favorecido porto de Rio Grande...

Nessa correspondência, Tamborindeguy, de maneira bastante lúcida, constata, então, que as questões de política partidária estavam bem acima dos mais importantes problemas administrativos. Afirma, também, que parte dos grandes males que afligiam a cidade estava na burocracia de sua administração e na sua deficiente organização, sendo necessário reformulá-la e modernizá-la *“para que as gerações futuras não lancem sobre nós a blasfêmia pelo crime de nossa apatia que fatalmente nos levará à ruína irremediável”*.⁴⁶

Levando em conta o fato de que, nos últimos anos, o desenvolvimento da cidade, se comparado a outras localidades gaúchas, havia estacionado, ele afirmava que o momento era de se decidir o destino de Pelotas: a estagnação ou o progresso. Alertava que a cidade estava retrogradando, usufruindo as riquezas acumuladas pelos antepassados. Daí a sua aparência de progresso. Não resta dúvida de que tais palavras devem ter mexido com os bríos de muitos pelotenses que, negando-se a encarar a gravidade da situação, ainda acreditavam que as dificuldades enfrentadas eram passageiras. Esses denunciavam, através da imprensa, o alarmismo e o pessimismo do movimento “Em Defesa de Pelotas”.

No entanto os problemas eram reais. Dentre os que clamavam por solução urgente estavam a precariedade das vias de comunicação e transporte que exigia a desobstrução de canais que conduziam ao porto e a possibilidade de acesso de navios de maior tonelagem; a modernização e construção de rodovias,

⁴⁶ Infelizmente, passados tantos anos, vemos que se concretizaram algumas de suas predições. São muitos os problemas enfrentados nesse município que não conseguiu recuperar sua pujança política e econômica que se caracterizava por empreendimentos ousados para a época. E, após constantes perdas de representação e influência na política estadual e nacional e sob muitos erros de sucessivas administrações municipais, firmadas no personalismo político e/ou paixões partidárias, a cidade vive uma situação de difícil solução administrativa.

especialmente na zona rural; e a construção da estrada de ferro Pelotas-Santa Maria⁴⁷. Por outro lado, questões relativas à saúde pública precisavam de atenção. O problema da mortalidade, sobretudo a infantil, por exemplo, que há mais de trinta anos vinha, quase invariavelmente, apresentando, todos os anos, um coeficiente maior do que a natalidade. Ao mesmo tempo, a febre tifóide e a tuberculose exigiam campanhas mais pertinazes e sistemáticas (“EM DEFESA DE PELOTAS”, 1930, p. 100).

A divisão dos grandes latifúndios, a orientação científica aos produtores rurais visando uma maior produção, a instrução da infância, a ampliação da educação profissional e um regime de tributação sem as premências da contribuição asfixiante, tanto por parte da municipalidade como do Estado, eram alternativas apontadas como solução para muitos dos problemas que a cidade vinha enfrentado.

Para viabilizar o equacionamento dos problemas administrativos e econômicos de Pelotas, foi proposta a criação de um Conselho Consultivo Técnico para atuar junto à Prefeitura, à semelhança dos criados em países europeus no pós-guerra, e que também vinham sendo instituídos em outras cidades do Rio Grande do Sul. Tal Conselho permanente e independente de cor partidária seria constituído por elementos de notória competência nas diversas atividades comerciais, industriais e científicas da localidade.

Em reuniões que congregavam pessoas influentes e conhecidas, representantes de inúmeras associações da cidade, organizou-se a “Liga Pró Defesa de Pelotas”, segundo seus Estatutos, sem cor partidária e religiosa, embora, diga-se de passagem, houvesse um forte apelo ao “espírito liberal” do intendente municipal, Dr. João Py Crespo, e do presidente Getúlio Vargas. A Liga, para atingir seus objetivos, deveria fazer a propaganda pela imprensa ou pela tribuna de tudo o que se referisse ao progresso do Município; defender os

⁴⁷ Tamborindeguy lembra que “*em assumpto de estrada de ferro, sempre andamos de má sorte e é muito triste para nós, pois lembro-me perfeitamente que, quando ainda criança, vi confrangido carregarem de volta os trilhos de Estrada de Ferro para São Lourenço, já descarregados no nosso porto. Não sei qual o motivo desse fracasso: talvez competições partidárias. O que me admira é não ter havido, naquella época, meia dúzia de bons pelotenses que fizessem uma revolução e*

interesses do Município junto às autoridades administrativas municipais, estaduais e federais; propagar e fomentar o progresso através da criação de novas indústrias.

A direção da Liga, cuja gestão seria de dois anos, cabia a um *Conselho Consultivo* e a uma *Comissão Central*. O Conselho era composto pelos presidentes das Associações: Comercial, de Estradas e Rodagem, dos Proprietários e dos Varejistas; dos Centros dos Barraqueiros e das Uniões Coloniais; dos Clubes Caixeiral, Comercial e Rotary; das Sociedades Agrícola, Avícola, dos Fruticultores do Extremo Sul, Exportadora de Cereais Ltda; do Sindicato dos Charqueadores e de mais 12 sócios eleitos pela Liga. A Comissão Central era composta de 7 membros, eleitos pelo Conselho Consultivo, também pelo prazo de dois anos.

Se levarmos em conta a pouca repercussão na imprensa de Pelotas dos trabalhos desenvolvidos pela Liga nos anos posteriores à sua formação, constata-se que ela serviu mais como um instrumento de alerta, de denúncia contra o descaso político do governo estadual e a crise econômica que se abatia na cidade. Uma busca de conscientização que se opunha à inércia, ao cômodo contemplar de um passado cheio de glórias e tradições.

Uma nota no jornal O LIBERTADOR (05.07.1935), intitulada “Desalento” é bastante elucidativa quanto a essa questão:

“Toda vez que se procura justificar o marasmo em que vive a nossa cidade, vêm à baila, logo, a quebra dos Bancos Popular e Pelotense e a morte desse dinamico patriarcho que foi o coronel Pedro Osório.

É bem verdade que foram elles fatores que influíram, fortemente, para o estado de cousas que ahi está. Mas, com o desaparecimento dos dois bancos já citados e do grande amigo que foi desta cidade, o coronel Pedro Osório, desapareceram todas as energias que animavam e alimentavam o nosso município? Falta de recursos? Falta de capacidade administrativa? Falta de coragem? Falta de meios financeiros? Se o valor dos pelotenses é tão decantado, se descendemos de uma raça de fortes (ahi está a história farroupilha, affirmando, provando, estimulando), porque, então, não conjugar esforços em prol da grandeza da cidade que nos viu nascer, honrando uma tradição que enche de orgulho os seus filhos?

impedissem o embarque desses trilhos. Esse facto deu-se após a proclamação da República” (“EM DEFESA DE PELOTAS, 1930, p. 78).

Tantas fortunas, tantos cérebros, tantos braços... e a cidade, implorando a esmola de um benefício, ansiando por prosperar.”

Todos esses sérios problemas de fundo eminentemente econômico e político fizeram com que pairasse um clima de pessimismo na então segunda cidade do Estado e maior contribuinte em impostos depois da capital, até porque, como já foi assinalado, a sua urbanização e o crescimento econômico não mais correspondiam às expectativas de progresso das décadas anteriores. Eram inúmeros os problemas de manutenção da infra-estrutura urbana e, conseqüentemente, de qualidade de vida da população.

Numa clara demonstração de desagrado à administração municipal, à falta de um plano concreto sobre as finanças e os melhoramentos necessários, a cidade foi apontada no DIÁRIO POPULAR (07.07.1936, p.3) como a “Princesa Maltrapilha” com todos os rasgões à mostra onde, nas ruas descuradas com buracos, “jovens e velhos esmolam, matilhas de cães pululam pelas principais artérias e a sujeira infesta a ‘urbs’ num constante desafio à higiene”.

Diante desse quadro de abandono em que se encontrava o município e da derrocada bancária de que foi vítima, e corroborando com a idéia de que o Rio Grande do Sul deveria tornar-se o “celeiro do país”, passa a se desenvolver na cidade o que se chamou de uma “mentalidade agrária”, como se constata no DIÁRIO POPULAR (20.05.1936, p.1):

“Está-se desenvolvendo, presentemente, em Pelotas, uma nova mentalidade econômica, que poderemos chamar, acertadamente, mentalidade agrária. Nunca se falou tanto sobre os diferentes problemas da economia pelotense. É comum ouvir-se dizer nas rodas dos cafés, nos grupinhos de rua, nas associações de classe e, sobretudo, no seio da administração pública a frase sacramental e certa de que o futuro de Pelotas está na terra.

Os jornais anunciam a necessidade de que fossem buscadas novas possibilidades econômicas alternativas, assentadas, fundamentalmente, na agricultura através da rizicultura, da vitivinicultura e da fruticultura. Para isso foi preciso uma intensa campanha visando à sustentação e a infra-estrutura da

produção nas zonas coloniais. Um dos grandes problemas assinalados, então, consistia na deficiência das vias de comunicação.

Nos anos trinta, em função dos altos custos que representava para o Estado - e num indisfarçável desinteresse político -, a construção da estrada de ferro que ligaria Pelotas a Santa Maria havia sido adiada, sendo retomada sua construção na década seguinte. A deficiente rede de estradas de rodagem impedia o escoamento da produção não só das colônias, mas também dos municípios vizinhos. Por muitos anos, as péssimas condições das vias de comunicação tanto no meio rural quanto no urbano merecerão destaque na imprensa local como sendo o problema maior a ser enfrentado pelas administrações municipais.

1.3 Pelotas quer progredir

As notícias sobre a situação econômica, social, política ou cultural de Pelotas, através de seus jornais, logicamente, variam conforme o grau de ligação e dependência do impresso em relação a determinados partidos políticos ou facções ideológicas. Mas é bastante claro que, no período que abrange esse estudo, ou seja, dos anos trinta aos anos sessenta, a cidade continua buscando adaptar-se a uma outra realidade econômica e política, embora ainda com um certo clima de saudosismo em relação à pujança econômica e à representatividade política que tinha no passado.

A tão almejada organização e melhoria no sistema portuário da cidade continua a ser, até os dias de hoje, um fator limitante à circulação de mercadorias e à maior arrecadação de receita para o município. A estrada de ferro ligando Pelotas à zona central do estado chegou a sair do papel. Para tanto, engenheiros, construtores e operários, na década de 1940, se empenharam na execução do projeto. Por um tempo, esse foi o grande assunto dos jornais da cidade. Foi

preparada toda uma infra-estrutura que envolveu a construção de pedreira, pontes e túneis para a estrada que, infelizmente, não chegou a receber os trilhos de ferro para que passassem os trens.

Mas Pelotas, mesmo diante dos inúmeros entraves políticos e econômicos e carente de investimentos da iniciativa particular e de verbas públicas, continuou como a segunda cidade do estado quanto ao número de habitantes, sendo um importante centro industrial, comercial e educacional. Pelo que é relatado no DIÁRIO POPULAR (02.03.1944, p. 6), pode-se ter uma idéia de alguns dos empreendimentos e realizações que garantiam, segundo o cronista do jornal, “a segurança de um progresso que não estaciona”:

“Nosso parque industrial é vasto, conta com quatorze curtumes[...]; sete engenhos para beneficiamento de arroz; duas fábrica de óleo vegetais; uma de papel e papelão, outra de papelão e seus artefatos; uma fábrica de tecidos; cinco olarias; duas fábricas de adubos; duas de cola; seis de sabão e velas; cinco de bebidas diversas; seis de conservas; uma de molduras; três de cerâmica e barro; duas de vidro; três de calçados; duas de arreios; duas de roupas; duas de vassouras e escovas; seis de torrefação e moagem de café; doze da panificação e massas; uma de cigarros; três de fumos; duas de latoaria e uma de aquecedores; uma de cerveja e bebidas gaseificadas, consideradas entre as melhores do país; quatro fundições; um grande moinho para trigo; um ótimo matadouro e fábrica de frios; um entreposto para pasteurização de leite; cinco laboratórios para produtos farmacêuticos, merecidamente reputados; um grande e moderno frigorífico para industrialização de carnes; uma grande charqueada, além de muitos outros estabelecimentos industriais de menor monta. [...] Modelares estabelecimentos agrícolas e de pecuária juntamente com as pequenas, mas produtivas lavouras coloniais, enriquecem o interior do município. Isso além de importantes estabelecimentos comerciais e a construção de alterosos edifícios, inclusive o “arranha-céu” da Associação comercial. [...] Devemos à benemerência do Governo Federal a construção dos edifícios do Correio, Alfândega, Caixa Econômica; ampliação do Aprendizado Agrícola “Visconde da Graça”, instalação de uma Estação Experimental Agrícola; construção do imponente edifício da Escola Técnica Profissional [...]; construção da estrada de ferro Pelotas-Santa Maria[...]; projeto da represa do Camaquã [...]. ao Governo Estadual, devemos a construção das pontes General Cordeiro de Farias e do Retiro [...] a construção dos armazéns do porto, do Grupo Escolar Assis Brasil; assistência técnica para a pecuária e a agricultura; o serviço de conservação e melhora das estradas municipais; a instalação do Centro de Saúde e dos serviços a ele correlatos; a construção da rodovia Pelotas-Rio Grande.”

O novo prédio da Associação Comercial, incrustado no centro da cidade e com o sugestivo nome de “Palácio do Comércio” servia como um símbolo, uma luz aos novos tempos que todos os pelotenses desejavam que viessem:

“Estamos atravessando momentos de dificuldades que nos obrigam, muitas vezes, a um estatismo que contrasta com o muito que temos a realizar. Mas dentro do pequeno círculo das nossas possibilidades, limitado ainda mais pela ocasião, tudo procuramos fazer para que a marcha característica da nossa evolução continue. Não queremos estacionar no meio do caminho. É neste sentido que se tem conjugado todas as forças vivas do município. E quando descemos, por um dos elevadores do Palácio do Comércio, para a rua de todos os dias, trazíamos, lá do alto do nosso edifício mais amplo, a certeza de que Pelotas, que no pretérito encontra tantos motivos de orgulho, maiores razões de vaidade encontrará num futuro próximo, em busca do qual se lançam os nossos empreendimentos e as aspirações dos pelotenses” (DIÁRIO POPULAR, 21.01.1945).

Na realidade, o comércio juntamente com o sistema de prestação de serviços - destacando-se a saúde, a educação e financeiros – são as atividades que passam a ser mais significativas na economia pelotense, o que perdura até os dias de hoje. Tais atividades acabaram por atrair a população rural do município assim como a de cidades vizinhas. As atividades industriais não se desenvolvem de forma significativa o que não permite a conquista de mercados expressivos, ficando restritas ao mercado local e regional.

1.4 A “Atenas Rio-Grandense”

Diante do quadro de desaceleração do crescimento material que se observa nas primeiras décadas do século XX, tem-se a impressão de que restou à “Atenas Rio-Grandense” fazer jus ao seu epíteto e buscar manter ao menos uma boa estrutura educacional e cultural.

Na sociedade “aristocrática” do início do século, a elite convivia com um grande contingente de ex-escravos e imigrantes de diversas nacionalidades - que se constituíam em mão-de-obra barata - e com uma emergente classe média composta por indivíduos ligados aos serviços públicos e privados. De pólo

escravista charqueador, a cidade passou a ser um centro urbano de diversificadas atividades voltadas para a produção de serviços e de bens de consumo. Não se pode esquecer também que, no interior do município, formaram-se vários centros de colonização, dedicados ao cultivo de hortifrutigranjeiros em pequenas e médias propriedades rurais, e à agro-indústria de conservas artesanais, o que contribuiu para um processo de readequação da economia local.

Na cidade, muitos representantes da elite econômica, bem como da classe média em ascensão, compunham os setores mais progressistas e intelectualizados da sociedade. Em grande parte eram ligados à Maçonaria e consideravam a educação um elemento essencial ao desenvolvimento e manutenção do progresso, bem como um caminho para amainar as contradições inerentes à organização social vigente, que se mostravam acentuadas pelo processo de urbanização.

Torna-se importante salientar que no Brasil, a partir da década de 1910, constata-se a inclusão sistemática dos assuntos educacionais e, fundamentalmente, da luta contra o analfabetismo, nos programas das diferentes correntes de idéias e dos movimentos políticos e sociais que emergem nesse período. São retomados, então, os ideais republicanos e democráticos ligados aos anseios de ampliação das oportunidades educacionais para todos, ou seja, de universalização do ensino elementar à massa da população inculta e analfabeta. A escolarização passa a ser percebida como uma força propulsora do progresso da sociedade brasileira.

Na década de 1920, segundo NAGLE (1974), a educação brasileira foi caracterizada pelo que denominou de *entusiasmo educacional* e de *otimismo pedagógico*. Para o autor, embora o jogo das forças sociais e de estrutura do poder continuasse o mesmo de momentos históricos antecedentes, esse decênio se diferencia pelo conjunto de condições que estimulam e provocam um processo que vai se desencadeando. O país se envolve em um clima de efervescência ideológica e de inquietação social, onde se observa um maior grau de perturbação provocado pelas campanhas presidenciais, o alastramento das incursões armadas, as lutas reivindicatórias do operariado, as pressões da burguesia

industrial, as medidas de restrições adotadas na Revisão Constitucional de 1926, assim como o desenrolar do movimento revolucionário vitorioso de outubro de 1930.

O *entusiasmo pela educação* seria caracterizado pela importância atribuída à escolarização, considerada o maior problema nacional a ser enfrentado e cuja solução dependeria do encaminhamento adequado de todos os demais problemas nacionais. Já o *otimismo pedagógico* manteria essa crença no poder da educação, mas não de qualquer tipo de educação. Diante do acelerado desenvolvimento urbano-industrial tornar-se-ia necessário superar o atraso e a ignorância em que se encontrava o país através de uma nova pedagogia para a formação de um homem novo, ou seja, um “novo trabalhador”. Era preciso uma reforma da escola a partir da implantação dos princípios escolanovistas que visavam a superação do ensino academicista, formalista e intelectualista. A simples disseminação das escolas não bastava. Portanto, o ensino academicista era de pouca valia para um país que necessitava de trabalhadores que fossem a força propulsora e produtora da riqueza nacional.

O movimento reformista e remodelador das instituições escolares, nesse período, ocorreu principalmente, em São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, onde o *entusiasmo pela educação* e o *otimismo pedagógico* tiveram influência mais decisiva e marcante.

Nas primeiras décadas do século XX, no Rio Grande do Sul, o governo positivista apoiava o ensino primário livre, não obrigatório, o que, indubitavelmente, eximia o Estado de uma maior responsabilidade em relação aos altos índices de analfabetismo. A maioria das escolas de ensino primário estava sob responsabilidade das administrações municipais. O Estado, por sua vez, precariamente subvencionava quase a totalidade da instrução primária no meio rural, sendo respaldado pela política de nacionalização de ensino. Mesmo assim, pode-se observar a diminuição da taxa de analfabetismo no território gaúcho (TAMBARA, 2000, p. 212).

A luta contra o analfabetismo teve na Maçonaria um forte aliado. A idéia de o ensino elementar ser público e obrigatório tornou-se uma das bandeiras de

luta dessa Instituição, já no primeiro decênio do século XX. Essa postura era, por sua vez, reflexo direto do anti-clericalismo vigente (especialmente do combate às concepções teológicas e metafísicas da educação jesuítica), sendo uma forma de diminuir a influência das escolas particulares confessionais na sociedade da época.

No campo educacional, os positivistas e maçons contestavam a prática pedagógica jesuítica, considerada por eles excessivamente humanística, bacharlesca, desvinculada da realidade.⁴⁸ Propunham o desenvolvimento de um sistema de ensino baseado no método experimental, de caráter mais técnico, onde houvesse o privilégio da prática sobre a teoria.

Embora fosse evidente a identificação dos maçons com o Positivismo, sendo, inclusive, vários deles membros do Partido Republicano Rio-Grandense, a divergência ficava por conta do fato de o governo estadual não expandir a rede de ensino, uma vez que preconizava o ensino livre. A crítica da Maçonaria recaía também no descaso com que vinha sendo tratada a instrução pública por parte do Governo Federal. Este, em princípio, responsabilizava-se pelos cursos secundários e superiores, destinados às classes mais abastadas da população, entregando a instrução primária aos governos estaduais e municipais. Tais governos não se comprometiam na expansão da rede de ensino às classes menos favorecidas, excluídas dos benefícios da instrução e das vantagens por eles produzidas.

Em Pelotas, a Maçonaria, desde o Império às primeiras três décadas do século XX, teve marcante participação política e social, exercendo inegável influência sobre a administração e a intelectualidade urbana. Muitos maçons estão ligados à instituição de obras filantrópicas, educacionais e culturais da cidade, o que contribuiu para que ela, destacada pelo elevado nível cultural e educacional, fosse considerada a “Atenas Rio-Grandense”.

⁴⁸ Em AMARAL (1999) fundamento algumas idéias aqui apresentadas relativas ao Positivismo e ao ideal educacional maçônico, tendo por base a análise do jornal maçônico pelotense O Templário.

Na obra “A cidade de Pelotas”, onde Fernando Luís Osório aponta algumas instituições de ensino existentes na cidade desde o início de sua formação, o autor afirma que, em 1922, *“dentro dos limites urbanos existem 61 estabelecimentos de ensino, a saber – 2 colégios elementares estaduais, 23 escolas primárias estaduais e municipais, 3 ginásios de iniciativa particular, 30 colégios, 3 escolas superiores (Agronomia e Veterinária, Direito, Farmácia e Odontologia) e 1 escola de Comércio”* (OSÓRIO, 1962, p. 167). Isso sem contar as inúmeras aulas gratuitas que funcionavam junto a associações e igrejas.

Pelotas entra nos anos de 1930, segundo dados de relatórios intencionais, contando com uma numerosa, organizada e eficiente rede de instrução pública, aumentando a procura dos alunos pelas escolas municipais urbanas e rurais *“após vultosas reformas que foram feitas nas mesmas e que atingiram, não só a adaptação e o saneamento dos edifícios, como também os métodos de ensino e selecção do professorado”* (DIÁRIO POPULAR, 15.05.1930, p. 3).

Cabe destacar, além do Ginásio Pelotense e dos cursos de ensino superior mantidos pelo governo municipal (Direito, Agronomia e Odontologia e Farmácia)⁴⁹, dois importantes estabelecimentos escolares criados pela municipalidade nesse período: o Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção e a Escola Technico-Profissional.

O primeiro tornou-se uma instituição modelar, que serviu como um laboratório para as demais escolas municipais, onde foi introduzido o sistema da Escola Ativa de Kerchesteiner, sob a orientação do Dr. Jorge Salis Goulart⁵⁰ e de João Simões Lopes Filho, então diretor da Instrução Municipal. Salis Goulart em visita à capital federal, observou e estudou as mudanças implementadas pela reforma do ensino primário de Fernando de Azevedo:

“Durante todo esse ano se levará a efeito uma importantíssima e notável reforma escolar, a começar pelo Grupo dr. Joaquim de Assumpção, ponto de partida para a introdução dos novíssimos métodos de ensino nas demais escolas. Tem-se trabalhado

⁴⁹Sobre esses cursos ver JANTZEN (1990) e AMARAL (1999).

⁵⁰ Professor, Filósofo, Sociólogo, Poeta e Jurista de reconhecimento nacional e internacional. Sobre sua atuação ver AMARAL (2002).

activamente na remodelação das aulas, de acordo com o systema Decroly, Ferrieri, Kerchesteiner e Vera Kovarsky, numa occupação verdadeiramente árdua, como são todas as obras dessa monta” (DIÁRIO POPULAR, 26.05.1931).⁵¹

A Escola Technico-Profissional (atual CEFET-RS)⁵² foi criada pelo poder público municipal, em 1930, representando, na época, uma *escola “que vem a concretizar as mais justas aspirações da mocidade infantil desprotegida, e solucionar um problema de transcendência para o progresso moral e material de Pelotas, preparando novas energias para os embates cotidianos nas diferentes esferas de actividade humana”*⁵³ (DIÁRIO POPULAR, 03.04.1930, p. 1).

Um dos grandes problemas enfrentados nas escolas municipais, nesse período, era a falta de freqüência dos alunos. Conforme indicam os relatórios, havia escolas suficientes para suprir a demanda pelo ensino primário no município, mas muitas funcionavam com espaço ocioso, pois os alunos se matriculavam e não assistiam às aulas⁵⁴. Buscando solucionar esse problema a municipalidade implantou os “Círculos de Pais”, visando aproximar e comprometer a família com o processo escolar de seus filhos. Nos jornais locais muitas são as notas que apontam para a importância do trabalho a ser realizado pelos “Círculos de Pais” junto às escolas. Da mesma forma os jornais dão ampla divulgação sobre a necessidade de dotar alguns estabelecimentos escolares públicos como o Ginásio Pelotense, a Escola Complementar e os Colégios Elementares Félix da Cunha e Cassiano do Nascimento, de prédios mais adequados, modernos e higiênicos.

⁵¹ A implantação e o real alcance dessa reforma é um assunto que merece estudos no âmbito da História da Educação no município de Pelotas. Vale lembrar que Salis Goulart, professor do Curso de ensino Primário D. Pedro II (que funcionava junto à Bibliotheca Pelotense), do Ginásio Pelotense, da Faculdade de Direito, membro atuante da sessão local da Associação Brasileira de Educação e grande incentivador da “Escola Ativa” (com vários artigos escritos sobre o assunto no Diário Popular), faleceu nesse período em que estava sendo implantada a reforma nas escolas de ensino primário do município. Tal fato provavelmente influenciou na implantação e continuidade da pretendida reforma do ensino primário no município.

⁵² Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, antiga Escola Técnica Federal de Pelotas.

⁵³ Sobre essa instituição de ensino ver a dissertação de MEIRELES (2003).

⁵⁴ Em 1925 as matrículas nas escolas municipais foram de 1.142 alunos; em 1929, foram elevadas para 2.703 alunos (DIÁRIO POPULAR, 16.05.1930, p. 3).

Nos anos de 1930, ainda eram muitas as escolas particulares que ofereciam ensino primário e secundário na cidade. Com o passar do tempo, principalmente aquelas que não possuíam número elevado de alunos, deixaram de existir, provavelmente em função das mudanças na legislação educacional e devido à forte crise econômica que se abateu sobre Pelotas. Dentre essas escolas, cita-se:

- **Collegio Allemão** – organizado e mantido pela colônia alemã, desde 1899, ministrava cursos de ensino primário em língua vernácula e alemã a um número de alunos que não ultrapassava uma centena. Suas aulas eram dadas em dois turnos: das 8 às 12 horas e das 14 às 16 horas. Alheio a qualquer credo religioso, aceitava alunos que não falassem alemão “somente nas classes inferiores”, inclusive no jardim de infância, criado em 1932. Estava instalado em prédio próprio à rua Félix da Cunha, nº 761 e 763 (DIÁRIO POPULAR, 16.07.1929, p.7 e 19.02.1932, p.1).

- **Escola Brasileira** – sob regime de externato e semi-internato, em 1930 tinha como diretora Cecília Wilhelmy Motta. Oferecia ensino primário, secundário e preparações para o ensino superior; cursos especiais de Francês , Alemão e Inglês; cultura física e trabalhos manuais, com aulas noturnas para menores e adultos (DIÁRIO POPULAR, 09.02.1930, p. 5).

- **Collegio Baptista** – iniciou suas aulas em 1930 sob a direção de Alberto Dunstan. Funcionava na rua Marechal Deodoro, nº 459, mantendo cursos de ensino primário, secundário, Escrituração Mercantil, Inglês e Datilografia.

- **Ginásio Sul Riograndense** – funcionando junto à Faculdade de Direito de Pelotas desde 1936, ministrando cursos de acordo com o artigo 100 da Lei de Ensino Federal, que instituía o curso ginasial em três anos, tinha o corpo docente constituído por professores de renome na cidade de Pelotas.⁵⁵ Como não era equiparado ao Pedro II, os alunos deviam prestar exames em um estabelecimento

⁵⁵ A maioria do corpo docente desse estabelecimento escolar era constituída por professores do Ginásio Pelotense: Joaquim Alves da Fonseca, Francisco do Paula Alves da Fonseca, Felisberto Machado Jr., Hugo Vieira da Cunha, Álvaro Kramer de Lima, Adolfo Rodrigues de Souza, Alcides de Mendonça Lima, Julio Delanoy, Antônio Augusto Pinto e João Mendonça.

oficial e, ao cabo de três anos, completavam o curso ginasial, estando em condições de se matricularem em uma escola de comércio a fim de frequentar o curso de guarda livros ou perito contador (DIÁRIO POPULAR, 20.03.1938, p.1).

Com a crise que se abateu na cidade, particularmente a partir dos anos de 1930, a idéia de difusão da instrução escolar passa a ser considerada como uma estratégia fundamental na defesa da tão propalada “civilidade” dos pelotenses, sendo uma preocupação também presente nos discursos dos administradores municipais. Com esses discursos

“as lideranças locais queriam fazer frente a um processo inevitável de periferização econômica e cultural. As primeiras faculdades já estavam, desde o início, destinadas a cumprir uma importante função “compensatória” para a cidade. O que a cidade perdia em hegemonia econômica começa a ser contrabalançado pelas tentativas de dinamização da sua vida cultural” (JANTZEN, 1990, p. 7).

Assim como as escolas de ensino primário, ao que tudo indica, as instituições educacionais de ensino secundário e superior apresentavam um bom nível de qualidade. É o caso do Ginásio Gonzaga (que possuía a Escola Superior de Comércio), do Ginásio Pelotense e das Faculdades de Agronomia e Veterinária, de Odontologia e Farmácia e de Direito, que surgem a partir da iniciativa privada e que após alguns anos passam para o poder municipal.⁵⁶ Sem sombra de dúvidas tais instituições de ensino corroboraram na manutenção da aura intelectual que sempre pairou sobre a cidade.

Em Pelotas, a partir dos anos de 1940, constata-se a emergência do que JANTZEN (1990) considera um discurso desenvolvimentista e populista, que congrega interesses das camadas médias da sociedade. A educação de nível médio e superior, voltada para a formação de profissionais liberais, encontra uma importante demanda junto a esse grupo. Isso justifica, em princípio, a existência, além de importantes escolas de ensino médio (em nível municipal, estadual e particular), de duas escolas técnicas federais (Conjunto Agro-técnico Visconde da Graça e Escola Técnica Federal de Pelotas) e a criação, a partir da década de

⁵⁶ Hoje essas faculdades fazem parte da Universidade Federal de Pelotas. Sobre o assunto ver JANTZEN (1990) e AMARAL (1999).

1960, de duas universidades: a Universidade Católica de Pelotas e a Universidade Federal de Pelotas.

CAPÍTULO 2 – O LAICISMO E O CATOLICISMO NO CAMPO EDUCACIONAL EM PELOTAS

“Queremos a instrução, mas a instrução laica, a instrução livre, sem as peias do dogmatismo tortuoso e obscuro que tem servido e só serve para lançar a confusão nos cérebros adolescentes e embaraços à ciência” (O Templário, 27.06.1935, p. 3).

“Devemos, por isso, preparar a mocidade do presente, que será a fina flor dos trabalhadores do futuro, através de uma instrução geral e sólida, ao lado de uma educação religiosa, moral e cívica, continuada e irrepreensível, que possa consolidar o ser superior dos cidadãos de amanhã, temperando-lhes o caráter e o espírito, de tal forma, que possam, vitoriosamente, vencer na trajetória terrena, resistindo a todos os inimigos do corpo, da alma e da felicidade humana” (A Palavra, 29.11.1931, p. 1).

2. 1 A igreja Católica e o laicismo

Tendo por base o jornal maçônico O Templário e o católico A Palavra, ambos editados em Pelotas, busco neste capítulo o esclarecimento de alguns pontos que considero fundamentais na compreensão do laicismo e do catolicismo no campo educacional da cidade, particularmente das idéias que respaldavam o ensino laico e o ensino católico presentes nos Colégios Pelotense e Gonzaga, respectivamente.

Cabe esclarecer que, neste estudo, laicismo é compreendido conforme a definição de ZANONE (1995, P. 670) que ao levar em conta as suas diferentes significações identifica-o com “cultura leiga” e “Estado leigo”. Por cultura leiga entende-se aquela que se desenvolveu desde a Renascença, tendo como principal referência a idéia de separação entre o pensamento político e os problemas religiosos. Estado leigo, por sua vez, é aquele que se contrapõe ao

Estado Confessional, ou seja, que se contrapõe ao Estado que assume como sua uma determinada religião e privilegia seus fiéis em relação aos crentes de outras religiões e aos não crentes. Portanto, segundo o autor,

“é a esta noção de Estado leigo que fazem referência as correntes políticas que defendem a autonomia das instituições públicas e da sociedade civil de toda diretriz emanada do magistério escolástico e de toda interferência exercida por organizações confessionais; o regime de separação jurídica entre o Estado e a Igreja; a garantia da liberdade dos cidadãos perante ambos os poderes”.

O termo *laicismo* prende-se ao conceito de *secularização*, que é o processo de perda progressiva dos valores cristãos, gerados pela expansão do capitalismo, que provocou inúmeras mudanças no campo social e cultural. Mudanças essas impulsionadas, no Brasil, ainda no século XIX, por movimentos ligados à idéia de modernidade, ou seja, de cunho liberal e republicano. Segundo MANUEL (1992, p. 26) eram emblemas desse mundo moderno que trazia a ciência, a tecnologia, a modernização dos meios de produção e de transportes: a liberdade de credo e de consciência, a rotatividade do poder executivo, a participação popular (ainda que limitada), o questionamento da sociedade patriarcal e a indicação da educação para todos (inclusive para as mulheres). O autor lembra que o catolicismo brasileiro rejeitou a modernidade que era identificada pela Igreja a laicismo, ateísmo, liberalismo, positivismo, feminismo, maçonaria e comunismo.

A postura da Maçonaria quanto à tolerância religiosa e filosófica e o seu caráter de sociedade secreta ligada a movimentos revolucionários, representava para a Igreja um risco à manutenção da ordem pública e do *status quo* do Catolicismo e da monarquia européia. Esta situação se torna mais crítica com a Unificação Italiana, que acarretou a extinção da autoridade temporal do papa que, em 1870, recolheu-se ao Vaticano, não tendo mais poder de governo sobre o território italiano.

Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, vários são os documentos pontifícios que emitem duras críticas à Maçonaria,

acusando-a de ter a intenção de destruir toda a ordem civil e religiosa estabelecida pelo cristianismo.

A encíclica *Humanum Genus* emitida por Leão XIII, em 20 de abril de 1884, foi o documento pontifício que expôs mais claramente a “teoria conspiratória da Maçonaria”. Nela são enumeradas várias acusações contra essa Instituição, tanto por parte de papas que precederam Leão XIII, quanto por governantes de diversos estados europeus como a Holanda, Áustria, Suíça, Espanha, Baviera, Savóia e partes da Itália. Segundo essa encíclica, a Maçonaria exaltava e preconizava a separação da Igreja em relação ao Estado, o que excluiria das leis e da administração pública o “salutar influxo da religião católica”. Esse documento apostólico causou um grande impacto entre os católicos e os maçons. Tal fato provocou manifestações de ambas as partes, através de congressos, organização de associações, revistas e livros que se sucederam até o início do século XX. BENIMELLI (1981, p. 85) afirma que “*a imprensa católica dedicou páginas inteiras e seções permanentes durante muitos anos destinadas a combater a maçonaria de uma forma tão visceral e apaixonada, o que hoje em dia faz com que sua leitura resulte entre pitoresca e lamentável*”. Por sua vez, a Maçonaria se manifestou através dos mesmos recursos utilizados pela Igreja Católica.⁵⁷

Apresentando como lema os ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” propugnados pelas revoluções liberais democráticas, a Maçonaria encontrou no Brasil colonial e imperial um terreno fértil para a propagação das idéias iluministas e liberais do século XVIII. Desta forma, os maçons tiveram influência decisiva em muitos acontecimentos ligados ao processo de independência, da abolição da escravatura e da proclamação e implantação do sistema republicano brasileiro.

Durante o período imperial, a atividade maçônica desenvolveu-se com o apoio e a participação da Igreja e do Estado em função do objetivo comum de consolidar o recém instituído regime monárquico brasileiro. No entanto, a pressão

⁵⁷ Sobre as relações entre a Igreja e a Maçonaria é interessante a leitura de KLOPPENBURG (1956) e PORTO (1957), embora ambos abordem o assunto de forma bastante tendenciosa, tanto para o lado da Igreja (Kloppenburger), quanto para o da Maçonaria (Porto).

anti-maçônica desencadeada pelo Vaticano, no final do século XIX, deflagrou um clima de conflito político-ideológico entre a Igreja Católica e a Maçonaria.⁵⁸

No Brasil, o regime republicano consolidou a separação entre a Igreja Católica e o Estado. Até então, o Catolicismo era a religião oficial do país, o casamento religioso tinha validade civil e os clérigos recebiam salários do governo. O *padroado*, por sua vez, submetia a Igreja à tutela governamental, pois as decisões do Vaticano deviam receber o *beneplácito*, ou seja, a aprovação do governo, para terem validade em nosso país. Com a Constituição Republicana de 1891 foi posto fim ao *regalismo*⁵⁹ que sustentava essa inter-relação de interesses entre a Igreja e o Estado.

É importante assinalar que o processo de Proclamação da República resultou do triunfo das idéias liberais de políticos ligados fundamentalmente à ideologia positivista e à Maçonaria, que neste período era considerada pelo Vaticano como a grande inimiga da Igreja Católica. Portanto, a compreensão da disputa político ideológica travada entre a Maçonaria - que congregava interesses de positivistas, republicanos, liberais, espíritas e protestantes - e a Igreja Católica no Brasil, nas primeiras décadas do regime republicano, não pode ser desvinculada de um contexto internacional mais amplo.

É inegável que a Igreja e a Maçonaria exerceram influência decisiva em muitos acontecimentos políticos e sociais de nosso país. Essas duas Instituições entraram o século XX num clima de conflito político-ideológico desencadeado tanto por questões oriundas das determinações do Vaticano, que acentuaram o processo de *romanização*⁶⁰ da Igreja e de perseguição desta aos maçons – já mencionada - como por questões internas que diziam respeito à nossa política nacional, como o processo da implantação do sistema republicano laico.

Nesse amplo contexto de oposição da Igreja ao processo de modernização, laicização e secularização da sociedade, que já vinha se

⁵⁸Esse tema é abordado com maior profundidade em AMARAL (1999).

⁵⁹Doutrina que defende a ingerência do chefe de Estado em questões religiosas.

⁶⁰Processo de centralização do poder da Igreja Católica em Roma, no Vaticano.

desenvolvendo num período bem anterior ao século XX, não só os maçons eram considerados os grandes inimigos do catolicismo, mas também os comunistas.⁶¹

Principalmente a partir dos anos 30, com a desarticulação da Maçonaria imposta pelo governo de Vargas, a Igreja brasileira desenvolve uma intensa campanha anticomunista. As ações fundamentadas no materialismo empreendidas por comunistas, socialistas e anarquistas, assim como seu projeto de sociedade, opunham-se frontalmente ao espiritualismo da Igreja que os via como um caminho para a desmoralização dos costumes e destruição dos valores religiosos, da família e do amor à pátria.

Sendo assim, a Igreja Católica combatia a laicização e a secularização e por extensão todos os movimentos político-sociais e culturais que defendessem essas idéias. Ela os considerava como seus “inimigos mortais” pois, em sua ótica, pregavam o ateísmo, uma vez que propunham formas de pensar a realidade que não estavam sujeitas ao seu controle doutrinário. Sua principal arma contra a modernidade foi a política ultramontana, que compreendia a centralização institucional em Roma.

Nesse sentido a educação tornou-se um elemento extremamente importante para a Igreja que, entre outras determinações, passou a obrigar seus seguidores a freqüentar somente escolas católicas. Essa seria uma forma de reforçar os preceitos do catolicismo junto às famílias, aumentando o controle doutrinário da Igreja.

A necessidade de combater a laicização e a secularização, assim como os movimentos que as defendiam, como pode ser comprovada através da análise da imprensa católica, aproximou a Igreja do nazi-fascismo, do anti-

⁶¹RODEGHERO (1998) apresenta um interessante estudo sobre o imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul nos períodos de 1945 a 1964. “*Uma das primeiras referências condenatórias ao comunismo e ao socialismo, expressa na encíclica Quanta Cura de 1864, denuncia o desejo do funesto erro do comunismo de eliminar a religião do âmbito familiar. O comunismo, segundo a encíclica, defende que é somente da lei civil que emanam e dependem os direitos dos pais sobre os filhos e o direito de instrução e educação. Assim, seus defensores eram criticados por pretenderem eliminar a influência da Igreja Católica sobre a educação da juventude e por humilharem o clero, proclamando-o inimigo do progresso, da ciência e da civilização*” DEZINGER apud RODEGHERO (1998, p.47).

semitismo e do Varguismo. Desde os anos 20, muitas são as manifestações da Igreja favoráveis a Mussolini por defender o ensino religioso nas escolas públicas italianas e se opor à Maçonaria e ao comunismo. A admiração da Igreja pela figura de Mussolini pode ser comprovada no trecho a seguir transcrito do periódico A PALAVRA (02.06.1923):

“Mais uma de Mussolini. Quem nos dera ter um homem como esse! Sem temor algum oppoz-se elle a maçonaria, excluindo das fileiras do fascismo todos os maçons. Agora para dar um golpe certo no socialismo, aboliu o 1º de maio, que como o 14 de Julho é uma festa revolucionária e anarchista (o que afinal muitos ignoram!) e transferiu a festa do trabalho para o dia 21 de Abril, data da fundação de Roma. Com o que elle não bole é com a igreja, que elle respeita e quer ver respeitada por todos, ao contrário desses estadistas de borra que a perseguem de todos os modos”.

No DIÁRIO POPULAR (08.05.1930, p. 2) há uma notícia sobre um imenso grupo de professores fascistas que foram recebidos pelo Papa:

“O Santo Padre recebeu em audiência especial, na Sala das Bênçãos, cerca de 1000 professores fascistas [...] Pio XI deu entrada no recinto debaixo de vibrante e demorada acclamação da enorme assistência [...] Em seguida falou sobre a atividade do professorado, e definiu a missão a este confiada pela família”.

Em Pelotas, a partir de 1924, é possível encontrar referências nos jornais sobre os ideais fascistas. Desde a fundação da sessão local fascista, o cargo de secretário dessa entidade era de responsabilidade de Ernesto Ronna, gerente da agência consular italiana na cidade e, por muitos anos, professor do Ginásio Gonzaga. No DIÁRIO POPULAR (25.03.1930, p. 4) há o seguinte comentário sobre uma cerimônia fascista realizada em Pelotas:

“Como tínhamos adiantado, domingo último teve lugar na sede do consulado italiano a cerimônia commemorativa do 11º aniversário da fundação do “fascio” na Itália. O dr. Ernesto Ronna explicou aos presentes o phenomeno histórico que levou os italianos, logo depois da grande guerra, a reunirem-se para combater os elementos destruidores da Nação que, liberta de todos os empecilhos revolucionários, pode desenvolver e realizar um programma de progresistas reconstrucções que hoje todo mundo reconhece e aprecia.”

Nesse mesmo período os comunistas da cidade promoviam mobilizações e comícios que provocavam “a perturbação da ordem”:

“com a distribuição de boletins, alguns operários realizaram ontem, á noite, um comício comunista. Depois de percorrerem algumas ruas, vivendo nomes simbólicos dos comunistas, dirigiram-se à Praça José Bonifácio, no largo fronteiro á Cathedral. Ahi, alguns oradores, usando expressões vehementes e hostis contra as nossas instituições políticas, entraram em franco ataque a eminentes personalidades do nosso mundo político, chegando até a accusação ao governo do Estado e da República. Nessa ocasião, deu-se um tumulto no seio do povo, pelo choque das opiniões, o que degenerou em verdadeira ameaça à ordem pública” (DIÁRIO POPULAR, 01.02.1930, p. 3).

Nesse contexto, os judeus, maçons e espíritas, não raras vezes, eram apontados como defensores do comunismo sendo, portanto, “inimigos da Igreja”. O anticomunismo católico, que levou a ação da Igreja nos meios operários, neutralizando o extremismo de esquerda, foi fundamental para a aproximação do catolicismo ao governo de Getúlio Vargas. Governo que, com a implantação do Estado Novo, perseguiu e proibiu o funcionamento de Centros Espíritas e de Lojas Maçônicas, sob a alegação de que eram núcleos utilizados por comunistas para as suas reuniões. Conforme LONER (1999, p. 425), a Igreja Católica, *“de uma só vez, foi agraciada com a perseguição estatal a três de seus principais adversários de então: os comunistas, os espíritas e os maçons.”*

Por outro lado, quando em 1942, no contexto da 2ª Guerra Mundial, o Brasil declarou guerra à Alemanha, o governo ditatorial de Vargas, com forte apoio da Igreja Católica, empreendeu uma intensa “campanha de nacionalização” cujo principal alvo eram os representantes da cultura ítalo-germânica. Na realidade, ao combater o nazismo e tentar impedir a prática de religiões que poderiam estar a ele vinculadas, como o luteranismo, a Igreja católica buscava consolidar seu poder de atuação.⁶²

2. 2 O laicismo e o catolicismo na educação brasileira: liberais e católicos na campanha pela reformulação do ensino

⁶² Sobre o posicionamento da Igreja Católica de Pelotas em relação às violências contra alemães e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial, ver FACHEL (2002).

Se no final do século XIX e primeiros anos do século XX consolidam-se os movimentos anticlericais no Brasil - aglutinados fundamentalmente pela Maçonaria - a Igreja Católica, por sua vez, liberta de uma relação de subserviência ao Estado, realiza reformas internas que ajudam a melhorar sua imagem. A decadência institucional das décadas anteriores é revertida pelo fortalecimento das ordens religiosas que passam a recrutar e a importar novos membros. Muitas congregações religiosas entram no Brasil no final do século XIX e fundam colégios.⁶³ É instituído um maior controle sobre as atividades clericais bem como um processo de expansão e descentralização das dioceses, que acabam por recuperar para a Igreja um espaço que vinha sendo perdido.

Através da intensa *romanização*, a Igreja Católica, no Brasil, supera a situação de decadência enfrentada ainda nos primeiros anos da República Velha e revitaliza-se, apresentando uma postura mais ágil e agressiva, assumindo, no final deste período, uma incontestável hegemonia ideológica (TAMBARA, 1995).

A busca de fortalecimento institucional da Igreja tinha como meta a fundação e propagação da “boa imprensa”, a oposição ao ensino leigo assim como a organização das forças católicas no terreno político - atingindo o governo e as instituições, visando trazer de volta a nação ao catolicismo. Tudo isso sem se descuidar das questões sociais provocadas pela luta entre o capital e o trabalho, terreno fértil à divulgação de doutrinas tidas como revolucionárias, subversivas e inimigas da ordem proposta pelo catolicismo. Esse empreendimento restaurador da Igreja fazia-se através de ações de combate à secularização e da busca de apoio do Estado em defesa do monopólio religioso (DIAS, 1996, p. 26).

Portanto, a Igreja não se limita ao estritamente religioso e se expande através de sua atuação junto aos meios políticos, sociais, educacionais e culturais. Para que se efetivasse essa ação, a Igreja Católica brasileira assumiu uma política de formação de uma elite intelectual capaz de exercer influências na re-cristianização burguesa e liberal, e na mobilização de leigos em favor das teses católicas (CURY, 1984). Nesse sentido, foi fundamental a veiculação da revista “A

⁶³ Em MOURA (2000) é apresentada uma lista desses colégios, sendo identificados o ano de sua fundação, o município onde se localizam e sua respectiva mantenedora.

Ordem”, que se deu a partir de 1921, e a criação, em 1922, no Rio de Janeiro, do Centro Dom Vital. Ambos visavam essencialmente criticar o liberalismo em bases moralistas e reformistas, combatendo veementemente as idéias que lhes fossem contrárias.⁶⁴ A revista, inclusive, torna-se um importante meio de divulgação das idéias católicas no país e, a partir dela, a imprensa católica nacional se fortalece. Os seus textos são publicados em vários órgãos da “boa imprensa” espalhados pelo Brasil, incluindo o periódico A Palavra, da diocese de Pelotas (que já circulava 10 anos antes da criação de A Ordem). Dessa forma a Igreja pretendia divulgar os valores religiosos e extirpar da sociedade a influência maçônica, positivista e comunista.

Ressalta-se que o forte clima de tensão e divergências, principalmente entre católicos e maçons, acabou por se estender ao longo de toda a República Velha e, na busca de sedimentação e ampliação de suas áreas de influências, a educação passou a ser um meio estratégico para a inculcação de suas idéias.

Assim, desde a implantação da república brasileira já se assistia, no campo educacional, a uma importante disputa entre os defensores dos interesses católicos e dos interesses laicos; disputa essa que a partir dos anos 20 ganha força com as idéias católicas apregoadas pelo Centro Dom Vital e o laicismo proposto pela Associação Brasileira de Educação.

O Centro Dom Vital, ligado à Igreja Católica, através de pensadores como Jackson de Figueiredo e Tristão de Athaíde, assumiu grande importância do ponto de vista educacional, pois nele eram formuladas propostas pedagógicas para a educação brasileira.⁶⁵ Tais propostas tinham por base a disseminação do ensino religioso obrigatório em todas as escolas, uma vez que as ciências especulativas deveriam estar subordinadas à ética e à teologia. Segundo elas, a educação escolar deveria possuir como ideal a ordem e a hierarquia no sentido de

⁶⁴DIAS (1996) e MANUEL (1996) também realizam interessantes abordagens sobre esse assunto, servindo de fundamentação a muitas questões a serem levantadas pela presente pesquisa.

⁶⁵ Sobre o uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia ver CARVALHO (1994).

controle dos instintos sob as ordens do espírito, sendo que a educação das crianças deveria ficar ao encargo, sobretudo, da família e da Igreja.

A Associação Brasileira de Educação (ABE) contrapunha-se a essa concepção. Criada em 1924 por um grupo de intelectuais (advogados, médicos, professores e engenheiros) que, fundamentados na idéia de que na educação residia a solução dos problemas nacionais, realizaram uma ampla campanha pela causa educacional. Tendo por base o Movimento da Escola Nova, propunham políticas e estratégias de intervenção na defesa de uma escola pública, leiga, universal e gratuita. Essa Associação buscava sensibilizar principalmente o poder público e a classe dos educadores sobre os problemas da educação brasileira. Através da promoção de simpósios, debates, cursos e congressos nacionais de educação, constituiu-se na principal propagandista e articuladora do chamado movimento de renovação educacional, que se desenrolou no Brasil nos anos 20 e 30 e acabou se estendendo até os anos 60.⁶⁶

A Igreja Católica, que inicialmente participava das discussões promovidas pela ABE, com o tempo foi manifestando forte oposição a esse grupo. Isso por entender que as pretensões da ABE redundariam no monopólio do Estado junto à Educação, o que representaria um risco de esvaziamento das escolas privadas e uma ameaça aos privilégios que até então eram assegurados somente às elites.

Por sua vez, o movimento renovador liderado pela ABE apresentava-se bastante confuso no campo teórico. Diferentes doutrinas sobre educação eram discutidas nas Conferências Nacionais de Educação promovidas por essa Associação. Em 1931, quando o governo Vargas solicitou a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, estabeleceu-se uma grande polêmica em relação ao ensino leigo e à escola pública. Em função disso, os líderes do movimento renovador resolveram levar a público, em 1932, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, onde ficava definida a ideologia e os princípios dos reformadores. Tal documento suscitou debates e polêmicas entre os

reformadores e os defensores dos interesses católicos junto à educação, refletindo-se, sobretudo, na elaboração das Constituições de 1934 e 1937, e nas discussões no campo educacional brasileiro até a década de 1960.⁶⁷

O assunto que passou a centralizar as discussões educacionais da virada dos anos 30 ao início dos anos 60 foi a questão do ensino público e privado (confessional). Para melhor situar essas discussões torna-se importante ter presente alguns aspectos da organização político-social brasileira, nesse período pontuada pelo fenômeno conhecido como populismo.

O populismo desenvolveu-se em diversos países da América Latina, principalmente no período acima citado. Ele é caracterizado, em linhas gerais, como uma ideologia onde o Estado procura mobilizar e manipular grandes massas, principalmente urbanas, constituídas pelo proletariado e pela pequena burguesia das cidades e também do campo, que aspiram a melhores condições sócio-econômicas. Envolve um sistema paternalista, reformista (não revolucionário), onde as lideranças carismáticas, através de um discurso nacionalista e anti-imperialista, disputam o poder, ora fazendo concessões, ora utilizando o povo como elemento de ataque às antigas oligarquias.

A crise de 1929, gerada pela quebra da Bolsa de Nova York, abalou o capitalismo mundial, desestabilizando o sistema oligárquico de economia agro-

⁶⁶ NAGLE (1974) e CARVALHO (1998), em suas teses de doutoramento, fazem importantes reflexões sobre esse tema.

⁶⁷ROMANELLI (1996), tendo em vista uma melhor compreensão da evolução do sistema educacional brasileiro e os reflexos das lutas das camadas dominantes na estrutura do poder, divide esse período em três fases. A primeira compreende o período que vai de 1930 a 1937, marcada pelo governo provisório de Vargas e pelas lutas ideológicas sobre a forma que deveria assumir o regime político e a atuação do governo no setor econômico para sair da catástrofe financeira. A educação sofria reflexos da Reforma Francisco Campos e do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. A segunda fase abrange o período do Estado Novo, caracterizando-se pelo regime totalitário. O Estado assume as funções de empresário industrial. A educação passa a ser mais voltada para o desenvolvimento (cria-se o SENAC e o SENAI). Constata-se um intervalo nas lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais. A terceira fase compreende o período que vai de 1946, quando foi votada a Constituição que restabeleceu o regime democrático, até 1961, quando foi votada a Lei 4.024 que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com a normalidade democrática e o nacionalismo e o populismo servindo de pano de fundo no plano político, radicalizaram-se posições ideológicas consideradas de esquerda e de direita em torno do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases. Assim, os grupos ligados basicamente aos interesses dos católicos, defendem o ensino particular e os liberais, defendem o ensino público.

exportadora que predominava em nosso continente. Os países latino-americanos, então, através de acelerada industrialização, desenvolveram uma nova forma de integração com o capitalismo internacional. Nessa fase, o Estado tomou a si a tarefa de modernizar as estruturas econômicas. A industrialização gerou acentuada urbanização, ampliação dos quadros médios da sociedade, crescimento do proletariado urbano e da burguesia industrial. Todo esse processo serviu para minar as bases do antigo estado oligárquico, característico das primeiras três décadas do século XX. As classes dominantes se mostram incapazes de manterem no poder mediante os procedimentos eleitorais tradicionais. O populismo surge como alternativa nessa conjuntura de crise do poder oligárquico, especialmente porque seus líderes passam a acenar com promessas de abundância distributiva e moralidade administrativa (WEFFORT, 1980).

No Brasil, o populismo resultou da crise política e econômica desencadeada com a chamada Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, reflexo direto da crise de 1929. WEFFORT (1980, p. 61 e 63) nos afirma que o populismo

“foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura de Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas do após-guerra (1945-64); [...] foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações; [...] representou um estilo de governo de comportamento essencialmente ambíguo, devido à ambigüidade pessoal dos políticos divididos entre o amor ao povo e ao poder.”

Com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial, à medida que as potências liberais foram derrotando militarmente as potências do Eixo, um clima favorável às idéias democráticas foi-se espalhando pelo mundo. Isso afetou, no Brasil, as rígidas estruturas do Estado Novo – ditadura instalada por Getúlio Vargas em 1937, que se estendeu até 1945. Ainda durante o governo getulista, antes do fim da guerra, ocorreu uma reforma constitucional, que representou a “abertura política” do Estado Novo. Renascia a vida partidária, sendo fundados

diversos partidos como a UDN (União Democrática Nacional); PSD (Partido Social Democrático); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); PSP (Partido Social Progressista); PCB (Partido Comunista Brasileiro). Foram marcadas para dezembro de 1945 eleições presidenciais. Iniciava-se um período em que a agitação ideológica ganhava as ruas e revigorava a sociedade brasileira.

O processo de democracia instalado no Brasil com o fim do Estado Novo tinha características bastante peculiares, tais como o fato de nem todos os partidos políticos terem existência legal (o Partido Comunista caiu na ilegalidade em 1947). Outra peculiaridade era o populismo presente nos partidos tanto de esquerda quanto de direita, objetivando uma política de conciliação de classes, onde as massas eram cooptadas a participarem de um regime que prometia a harmonia entre capital e trabalho.

A democracia que se instaura no Brasil *“defronta-se com a tarefa trágica de toda democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político”* (WEFFORT, 1980, p. 17). Segundo esse autor, setores dos grupos dominantes promovem a participação dos dominados, massa que serve de suporte para o regime que os domina.

Sob a vigência da Constituição democrática de 1946 o povo, ainda com grande dependência face ao poder constituído, através do voto, passa a influir na composição de forças ao nível das elites e em sua renovação. Embora os sindicatos e as organizações populares em geral estivessem atrelados aos interesses governamentais, percebe-se um clima de efervescência política e mobilização popular que se refletiu diretamente em setores ligados à educação brasileira.

Este foi um período bastante profícuo em relação ao questionamento da estrutura educacional de nosso país, resultado das discussões e posicionamentos tomados nos anos 30.⁶⁸

⁶⁸ Ver CURY (1984), HORTA (1994), DIAS (1996), MANUEL (1996), CARVALHO (1998), SCHARTZMAN (2000), entre outros.

Como exposto anteriormente, os defensores da escola pública, através da ABE, divulgaram em março de 1932 o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, dirigido ao povo e seus governantes, tendo por propósito a exigência da reconstrução da educação nacional, baseada nas idéias de laicidade, de gratuidade, de obrigatoriedade e de co-educação. Esse manifesto reflete as diferentes posturas ideológicas que coexistiam na ABE, pois mesclava princípios do positivismo de Comte, do sociologismo de Durkheim e do pragmatismo de Dewey. Seu principal redator foi Fernando de Azevedo, embora muitos educadores e intelectuais também tenham sido seus signatários.⁶⁹

A ABE enviou um anteprojeto à Assembléia Constituinte que se organizava no país. Os católicos, por sua vez, passaram a defender junto à constituinte a liberdade do ensino privado e a implantação do ensino religioso nas escolas. Nesse sentido foi fundamental, como será visto a seguir, a formação da Liga Eleitoral Católica. A Carta Constitucional de 1934 recebeu, portanto, influências desses dois grupos - os renovadores ou escolanovistas e os católicos - no seu projeto final.

A disputa entre os dois segmentos continuou no Estado Novo (1937-1945) - embora o ministro Capanema tenha contado com o apoio de intelectuais católicos e de alguns integrantes da ABE junto ao Ministério da Educação - e se estendeu até o início dos anos 60.

A Constituição de 1946, de característica liberal e democrática, responsabilizava os poderes públicos quanto ao dever de proporcionar e garantir a educação escolar estipulando, inclusive, a previsão de recursos mínimos a ela destinados. Cabia à União fixar as “diretrizes e bases da educação nacional”. Isso representou um grande avanço, uma vez que o direito à educação não era sequer mencionado na Constituição de 1937, até então vigente.

Baseado na Carta de 1946, o ministro da educação na época, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores para que fosse elaborado um

⁶⁹ Dentre outros Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Roquete Pinto, Sampaio Dória, Mário Casassanta e Cecília Meireles.

anteprojeto de reforma da educação nacional, a LDBEN. O anteprojeto foi remetido ao Congresso Nacional em 1948 e, após um ano, foi arquivado. Isto devido a um parecer desfavorável do deputado Capanema, que fora ministro da educação no período em que o país viveu a ditadura do Estado Novo. A partir de 1951, quando foi constatado o extravio do anteprojeto no Senado, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara desenvolveu, num período que se estendeu por seis anos, os trabalhos de sua reconstituição e discussão junto ao Congresso. Houve uma verdadeira batalha em torno de interpretações contraditórias do texto constitucional no que se referia à questão da centralização e descentralização da organização dos sistemas de ensino. Segundo ROMANELLI (1996, p. 173),

“na questão da centralização e descentralização, que dominou essa fase das discussões do projeto, refletia-se ainda o período de transição em que viviam os meios políticos nacionais. Após 15 anos de regime centralizador, parecia impossível a uma boa parte dos políticos pensarem um sistema educacional capaz de viver sem o controle rígido do Governo Federal”.

A longa tramitação do projeto da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) entre 1948 e 1961, quando foi votado e aprovado pelo Congresso Nacional, provocou intensos debates, principalmente em relação ao ensino público e privado. Extrapolando os limites das discussões no Congresso Nacional e as fronteiras que separavam os partidos, a sociedade civil através da Igreja, dos órgãos da imprensa e de diversas associações, envolveu-se, tomando posições definidas.

Em 1959, o deputado Carlos Lacerda propôs um substitutivo que mudou a direção das discussões realizadas até então. O assunto da centralização e descentralização perde espaço para a questão da “liberdade de ensino”. O conteúdo do novo anteprojeto atendia aos interesses dos donos das escolas privadas, pois se baseava nas teses do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ocorrido em 1948.

O debate entre os defensores da escola pública e os defensores da escola particular extrapola os limites do Congresso Nacional e toma corpo junto à sociedade civil. O episódio que desencadeou esse conflito foi o discurso no Congresso Nacional do deputado padre Fonseca e Silva, quando este acusou os defensores do ensino público de “perigosamente comunistas”.

Diante do substitutivo Lacerda, que representava uma ameaça à escola pública, educadores de várias tendências, estudantes e líderes sindicais, desencadearam a Campanha em Defesa da Escola Pública. Em 1959, foi publicado o “Manifesto dos Educadores Mais uma Vez Convocados” que, invocando as idéias do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de 1932,

serviu de base para a campanha. Deram sustentação a esse documento, educadores e intelectuais liberais, socialistas e comunistas.

O “Manifesto de 1959” tratou de questões gerais da política educacional. Era favorável à existência da rede pública e privada, mas propunha que as verbas públicas servissem somente à rede pública e que as escolas particulares se submetessem à fiscalização oficial.

Frente à possibilidade de que o substitutivo Lacerda viesse a ser transformado em lei, correntes progressistas organizaram debates nas escolas, conferências públicas e se utilizaram da imprensa.

Os interesses privatistas eram fervorosamente defendidos por segmentos da Igreja Católica e donos de estabelecimentos particulares que, pretendendo resguardar o direito ao “ensino livre”, se opunham à idéia de monopólio do Estado na Educação. Afirmavam que a educação não era função do Estado, mas sim um “direito da família”, respaldado pelo suprimento de recursos técnicos e financeiros, oferecidos pelo Estado. O discurso da Igreja era de que, como zeladora dos valores morais e sociais, devia tomar a si o ensino em nível institucional. A “liberdade de ensino” deve ser compreendida, no entanto, como liberdade da Igreja de exercer a ação educativa.

Na realidade o que estava acontecendo era a retomada de uma luta ideológica iniciada décadas antes. Era uma nova investida das lideranças conservadoras contra a ação do Estado que com a Proclamação da República, se separara da Igreja e, desde então, vinha assumindo um papel que cabia a ela com prioridade: o da educação (ROMANELLI, 1996, p. 176).

Em dezembro de 1961, frustrando a expectativa dos setores mais progressistas, o projeto da LDBEN, tendo por base o substitutivo Lacerda, foi sancionado pelo Presidente João Goulart e transformado em lei. A Lei nº 4024/61, como ficou conhecida, garantiu os interesses privatistas, estabelecendo a igualdade de tratamento por parte do Poder Público para os estabelecimentos oficiais e particulares.

Prevaleceu, portanto, a velha situação do sistema educacional brasileiro. Isso agravou os problemas complexos da educação que se acentuaram com as necessidades do processo de desenvolvimento brasileiro na época. Foi uma lei que não atendeu às necessidades educacionais prementes de um país que se industrializava e se urbanizava rapidamente, mas ainda sofria com as elevadíssimas taxas de analfabetismo e evasão escolar.

2.3 Através do periódico A Palavra aspectos sobre a Igreja Católica e a educação em Pelotas

Em 1910, o arcebispado de Porto Alegre, sob a direção de D. Cláudio Ponce de Leão, num processo de difusão do *ultramontanismo*⁷⁰, de descentralização da Igreja e de visível recuperação moral do clero, criou as primeiras dioceses do interior do estado, com sede nas cidades de Pelotas, Santa

⁷⁰ Doutrina que defende o poder absoluto do Papa, tanto no aspecto material quanto no espiritual.

Maria e Uruguaiana.⁷¹ As dioceses abrangiam o litoral e a campanha, regiões do estado em que era forte a atuação da Maçonaria, e onde predominava um clima de indiferença e até mesmo de franca hostilidade ao clero. A Igreja, por sua vez, encontrava-se com seus quadros desfalcados e desqualificados, apresentando um abandono, quase que por completo, da vida sacramental (TAMBARA, 1995, p. 453).

Mapa do Rio Grande do Sul, destacando a diocese de Pelotas. Fonte: ZANOTELLI (2000, p.27)

Na diocese de Pelotas, o bispo D. Francisco de Campos Barreto, que tomou posse em 1911, encontrou, como se pode observar nos relatórios de suas atividades que constam no A Palavra, uma situação bastante desfavorável.⁷² Os poucos párocos que havia não davam conta de suas atividades, pois além da forte propaganda anti-clerical e da completa desorganização das atividades sacramentais, era visível a falta de infra-estrutura de funcionamento das

⁷¹ Ressalta-se que a diocese de Porto Alegre, que abrangia todo o Rio Grande do Sul, só havia sido criada em 1848, tendo seu primeiro bispo somente em 1853. Até então, os poucos sacerdotes que atuavam na região estavam subordinados à diocese do Rio de Janeiro.

paróquias, que não dispunham nem mesmo de mobiliários adequados para a realização dos sacramentos.

Nos primeiros meses de sua atuação, o bispo visitou vários municípios que compunham a diocese,

“deixando em toda a parte com a sua pregação apostólica a semente nova e fructífera de uma vida religiosa mais fervorosa e concentrada. Sua Exa. promoveu activamente o catechismo entre os meninos pobres das capellas desta cidade [Pelotas], augmentando a assistência de um modo consolador. Sua Exa. reformou as cerimônias na cathedral, onde hoje há outro respeito e recolhimento do que antigamente. Sua Exa. deu impulso á vida religiosa em Pelotas, centro da sua diocese, ora fazendo conferências summamente apreciadas e concorridas, ora dando ensinamentos preciosos e direcção aos sacerdotes; os seus trabalhos foram coroados de pleno êxito, e uma prova disso foi a grandiosa procissão do Corpo de Deus, em que reinava respeito religioso muito edificante e em que se via a dedicação das **primeiras famílias** á causa católica” (A PALAVRA, 07.07.1912, p. 3, grifo nosso).

Toda essa situação desestimulava a freqüência dos fiéis às missas onde, até então, a participação estava restrita, basicamente, à presença feminina. Os homens iam somente na condição de “acompanhantes” e, como tais, dividiam os espaços das Igrejas, fumando e colocando seus assuntos em dia, enquanto os sacerdotes tentavam conduzir as cerimônias religiosas. Portanto, foi necessário, inicialmente, um forte empenho no sentido de sua reorganização e moralização, estimulando não só a participação dos fiéis nas Igrejas, mas, também, a uma postura de recolhimento e respeito.

Nesse sentido, a vida sacramental, principalmente a confissão, o matrimônio e a comunhão, receberam especial atenção das autoridades eclesiásticas e foram fundamentais no processo de coerção do poder da hierarquia religiosa sobre os fiéis (TAMBARA, 1996, p. 115).⁷³

⁷² D. Francisco de Campos Barreto foi bispo da diocese de Pelotas até o ano de 1921, quando assumiu a diocese de Campinas.

⁷³ Tendo por base o Relatório Geral da Diocese de Pelotas o periódico A Palavra dos dias 20 e 28 de abril de 1918 tece considerações sobre o desenvolvimento religioso da Diocese, comparando os números de sacramentos realizados nos 6 primeiros anos de sua implantação: em 1911 foram realizados 300 casamentos religiosos, em 1917, 721; em 1912 havia 3976 alunos de catecismo, já em 1917, 6159; as comunhões aumentaram de 146.537 em 1912 para 333.971 em 1917.

É importante ressaltar, também, que a atuação do bispo D. Francisco teve resistência de parte do clero da diocese e de alguns fiéis, que se encontravam divididos quanto à idéia de supressão do *regalismo* e submissão da Igreja às determinações do Vaticano.

Sendo assim, logo que assumiu a diocese de Pelotas, o bispo tratou de criar uma forma de congregar os membros da Igreja e de atacar os seus inimigos. Utilizou-se daquela que vinha sendo a arma mais poderosa dos anti-clericalistas: a imprensa. Considerava que se ela era o maior veículo de propagação das idéias anti-clericalistas na cidade de Pelotas, seria por ela que a Igreja também passaria a agir, recolhendo seu rebanho e fazendo-o crescer.⁷⁴

É assim que, em janeiro de 1912, surge A Palavra, um periódico quinzenal que foi editado ininterruptamente até 1959, órgão oficial de divulgação e propagação do catolicismo na cidade de Pelotas. Tendo por objetivo trazer “*informações religiosas e sociaes, tanto nacionaes como estrangeiras*”, ele era alardeado como sendo o “*defensor da causa católica*”, pois combatia as “*más doutrinas e as calúnias dos inimigos da Igreja e da verdade*” (A PALAVRA, 22.12.1912). Esses inimigos eram os maçons, os liberais, os positivistas, os protestantes, os espíritas, os anarquistas, os comunistas e todos aqueles que fossem contrários à supremacia da tradição católica no país.

O periódico passou a ser efetivamente um meio estratégico de inculcação ideológica da mitra diocesana, que passava a utilizá-lo como um veículo de propaganda do catolicismo com forte poder coercitivo sobre os quadros da Igreja e seus fiéis. Como lê-se em vários exemplares, “*A Palavra expõe somente a verdade* (grifo nosso), *somente o que deve ser seguido por todos os bons cristãos*”. É através dele que o bispo torna público os relatórios de suas atividades, bem como as cartas pastorais, que pregam o *ultramontanismo* e divulgam o posicionamento da Igreja sobre a realidade sócio-religiosa, referindo-se a assuntos como o poder do Papa, o ensino, o espiritismo, a imprensa, o matrimônio, o trabalho, o anticomunismo, dentre outros.

Buscando uma base de sustentação que garantisse a circulação do periódico católico em toda a diocese de Pelotas, D. Francisco criou a “Legião da Boa Imprensa”, que era composta de comissões de legionárias que se responsabilizavam pela arrecadação de novas assinaturas. De acordo com o regulamento da Legião, cuja sede situava-se em Pelotas, cada paróquia deveria ter a sua comissão, sendo estipulado um número mínimo de assinaturas por paróquia. O trabalho das legionárias e dos párocos era constantemente enaltecido pelo periódico que publicava os seus nomes e os respectivos números de assinaturas por eles angariados. É provável que com isso se sentissem estimulados a se empenharem cada vez mais na propaganda e desenvolvimento daquela que era considerada uma “causa santa”.

Não resta dúvida de que o jornal aumentou a influência da Igreja junto à população, representando um instrumento que, diante da precariedade material e humana em que se encontravam algumas das paróquias, superava o púlpito quanto ao convencimento dos fiéis à expansão das idéias do catolicismo.

No segundo ano de circulação, A Palavra já tinha uma tiragem de 1200 exemplares. Constata-se, desde o início, a preocupação com o pagamento das mensalidades dos assinantes, bem como o incentivo à circulação do periódico entre a comunidade católica. Sua cobrança era realizada de forma bastante direta e enérgica. Em todas as décadas em que circulou o periódico eram constantes as solicitações dos pagamentos em atraso e o chamamento para que fossem realizadas novas assinaturas.

⁷⁴ Desde 1862 já circulava na diocese de Porto Alegre o jornal católico Estrela do Sul, sendo que muitos de seus artigos eram transcritos para A Palavra.

2. 3. 1 A questão escolar: o catolicismo junto à educação dos pelotenses

Dos muitos assuntos que mereciam a preocupação da Igreja, a educação era um tema recorrente em todos os números do periódico católico. Dentro do processo de romanização, a Igreja Católica, no que dizia respeito à “educação cristã”, apresentava diretrizes extremamente coercitivas, determinando uma série de procedimentos a seus fiéis. Especificamente no que tange à educação escolar, obrigava-os a enviar seus filhos a escolas católicas e era categoricamente contrária ao ensino ministrado em escolas de ensino laico ou sob orientação de outras religiões.

Isso justifica o empenho da Igreja, que se observa desde os últimos anos do século XIX, em estimular em todas as paróquias a criação de escolas sob a orientação ou direção dos sacerdotes católicos. E justifica, também, a sua campanha para introduzir e monopolizar o ensino religioso nas escolas públicas.

Salienta-se que, quando foi criada a diocese de Pelotas, havia em toda ela 18 estabelecimentos *“em que a instrução e a caridade irmanadas são ministradas pelo espírito de congregações religiosas”* (A PALAVRA, 07.07.1912, p.4).

No ano de 1926, funcionaram só na paróquia da Catedral, seis colégios católicos, com 1.008 alunos matriculados. Eram eles: Ginásio Gonzaga, com 450 alunos; Colégio São Francisco de Assis, com 164 alunos; Escola São Pedro do Parque, com 160 alunos; Colégio Santa Ignez, 110 alunos; Escola São Francisco de Paula, 74 alunos; Colégio Santa Terezinha, 50 alunos. (A PALAVRA, 19.02.1927). No ano seguinte foi criada também por essa paróquia a Escola Popular Santo Cura d’Ars, que funcionou nos primeiros anos à rua Manduca Rodrigues, nº 616 e 618 sendo, em 1934, transferida para um novo e imponente prédio construído a partir de donativos de fiéis da Igreja. Segundo A Palavra de

09.09.1934, até esse ano, 1.582 crianças haviam sido alfabetizadas por este estabelecimento de ensino.⁷⁵

Em 1934, 5.650 alunos eram atendidos por 29 estabelecimentos católicos de ensino existentes na diocese.

Segundo dados obtidos no A PALAVRA (09.07.1942), a Mitra do Bispado de Pelotas, mantinha as seguintes escolas paroquiais:

Escola Santa Philomena – fundada em 1915. Mantida por donativos angariados pela “Congregação da Doutrina Cristã” da Matriz do Porto, onde funcionavam suas aulas. Sob a direção de irmãs franciscanas, até o ano de 1942 havia atendido 5.000 crianças, tendo matriculados nesse ano, 260 alunos do sexo feminino e masculino. Seis professoras ministravam instrução primária integral, ensino profissional, corte, costura, bordado, escrituração mercantil, datilografia, ginástica, etc. Em 1924 foi fundada a Escola Doméstica S. Terezinha com a finalidade de capacitar as alunas para a “verdadeira vida no lar”.

Escola São João Bosco – Criada em 1928 no bairro Simões Lopes. Dirigida por Irmãs de São José, depois passou para a direção de professoras contratadas, tendo em média 40 alunos matriculados.

Escola São Pedro – Localizada no bairro Fragata, fundada em 1922. Duas Irmãs Franciscanas atendiam 120 alunos do sexo feminino e masculino. O ensino compreendia o curso primário, corte, costura, ginástica e instrução religiosa, preparando os alunos para a primeira comunhão.

Escola Santo Cura d’Ars – Fundada em 1927. Sob a assistência de 5 Irmãs Franciscanas que atendiam 183 alunos com ensino idêntico ao ministrado na Escola Santa Philomena.

Escola Rural Santo Antônio – Localizada no bairro Três Vendas, foi fundada em 1927. Com ensino primário agrícola, em dez anos de existência atendera mais de mil alunos. A Escola mantinha a sopa escolar e o clube agrícola. Membros da

⁷⁵ Esse prédio localiza-se à Rua Prof. Araújo, nº 1511. Atualmente funciona ali a Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Dom Joaquim Ferreira de Mello.

comunidade local, assim como os governos estadual e municipal, cooperavam com a manutenção dessa Escola.⁷⁶

Escola São Francisco de Paula - Fundada em 1918. De início, o ensino foi exclusivamente para meninos. Em 1933 criaram-se as aulas femininas, que funcionavam pela manhã, sendo a tarde reservada para a turma masculina. À noite funcionava um curso para adultos.

Escola Sagrado Coração de Jesus – Localizada na Matriz do Porto, foi fundada em 1916. Inicialmente dirigida pelos Irmãos Maristas, em 1926 passou para a Irmandade Lassalista. Com matrícula no ensino primário, exclusivamente masculino, em 1942 tinha 320 alunos. A fim de proporcionar um “meio de aperfeiçoamento cristão e moral” possuía associações religiosas e civis como o Apostolado, a Arquiconfraria do Ssmo. Menino Jesus, a Ação Católica e o Grêmio de Ex-alunos S. João Batista de La Salle.

Com o tempo, em função da expansão de escolas públicas municipais e estaduais, muitas dessas escolas católicas fecharam ou foram entregues ao poder público para que as administrasse. É importante lembrar também que, no período pós Segunda Guerra, a questão educacional para a Igreja já não tinha a mesma importância política do contexto anterior. O projeto educacional passou a ocupar um lugar secundário na política institucional, sendo que a Igreja foi buscar outros espaços como forma de manter sua influência doutrinária. Com o Concílio Vaticano II, a Igreja sofreu mudanças que indicaram novos rumos para a sua atuação junto à sociedade.

⁷⁶ No DIÁRIO POPULAR (19.08.1938, p. 8) lemos o seguinte sobre essa Escola: “a senhorinha Raquel Mello (diretora da Escola) informou-nos que [...] todos os meses [...] percorre os estabelecimentos bancários, o comércio e, mesmo, residências particulares, onde recebe a contribuição solícita e generosa de cada um. [...] A escola tem-se mantido com a mesma frequência e regularidade, pois que as atuais professoras, sem perceberem ordenado algum, não poupam sacrifícios em bem servir aqueles que ali vão aprender.[...] Pode-se dizer que as crianças são paupérrimas e não fazem alimentação alguma antes de virem para a escola. À generosidade da população de Pelotas, é que se deve tudo isto. Uns mandam carne, outros massas e legumes, e, muitos, somas em dinheiro e material de construção.”

2. 3. 2 A oposição às escolas não católicas

O fim do ano escolar e a entrada de um novo ano era o período em que a Igreja procurava alertar os pais sobre os perigos de confiarem a educação de seus filhos a escolas que não fossem católicas. Era-lhes dirigido um veemente discurso com o objetivo de afastá-los da intenção de colocarem seus filhos em escolas que ministravam o ensino laico ou naquelas que estavam sob os auspícios de outras religiões. Tratava-se, segundo a Igreja, da salvação da alma, tanto dos pais quanto dos filhos: *“os paes que enviam seu filho ou sua filha a taes collegios [...] commetem gravíssimo pecado [...] Mandar instruir nelles os filhos, equivale a roubar-lhes a verdadeira fé e tornar-se assassino de suas almas”* (A PALAVRA, 21.03.1925). Os católicos que permitiam que seus filhos estudassem em escolas não católicas ficavam, ainda, sob pena da excomunhão. Tal resolução fora tomada numa Conferência realizada em 1920 e respaldada pelo arcebispo metropolitano e os bispos das dioceses de Pelotas, Florianópolis, Santa Maria e Uruguiana.

Os Colégios protestantes, tanto da capital gaúcha como o Porto Alegre College e o Colégio Americano (pertencentes à Igreja Metodista Episcopal norte-americana) e o Colégio Cruzeiro do Sul (pertencente à Igreja Episcopal Brasileira), quanto o Colégio Santa Margarida, da Igreja Episcopal Brasileira de Pelotas, eram apontados como instrumentos de desnacionalização que abriam caminho para a dominação estrangeira no país, atentando contra a unidade pátria. Eram desencaminhadores da fé católica de seus alunos, pois além de exercerem forte doutrinação, exigiam a participação do corpo discente nos cultos dominicais.

Diga-se de passagem, no entanto, que essa prática era muito presente nas escolas católicas. A afirmativa a seguir, do periódico A PALAVRA (26.02.1927), é bastante elucidativa a esse respeito:

“os paes dizem que em tal ou qual collegio protestante, espírita ou maçom, vae o filho instruir-se apenas e não educar-se ou aprender religião. É erro perniciosíssimo. Nenhuma religião faz collegio sinão para se propagar. E aquella que se encobre com essa capa de liberalismo de que faz collegio apenas para espalhar a instrução, mente

para enganar. Com a instrução formam-se as idéas segundo as quaes se vão modelando nas almas das creanças os hábitos e costumes com que ellas hão de tomar conta de si mesmas e entrar na vida social; as idéas religiosas, como as idéas políticas e sociaes, que são de si imperativas na humanidade, infiltram-se insensivelmente na alma do discípulo, ao contacto, estima e amizade do mestre e formam o alicerce sobre que se levantará no homem de amanhã a sua vida moral consciente”.

A imprensa católica pelotense cita nominalmente somente o colégio feminino Santa Margarida, embora houvesse outras instituições ligadas a religiões protestantes, como o Colégio Alemão e o Colégio Batista, entre outros. Pela nota a seguir pode-se ter uma idéia do quão incisiva era a Igreja Católica no que se referia ao Colégio Santa Margarida:

“Lembramos mais uma vez, que os catholicos não podem pôr os seus filhos no Collegio “Santa Margaria”, que é protestante. Si o fazem, peccam gravemente e ficam sujeitos à pena de excomunhão. Acima do modo de pensar de quem quer que seja, opinando não haver mal em levar os filhos para collegio protestante, está o pensar e a ordem da Igreja, única competente para ajuizar sobre o caso. Quem não se conforma com a decisão da Igreja, é um rebellado, um inimigo de Deus” (A PALAVRA, 07.06.1936).

Sob regime de internato, semi-internato e externato, o Colégio Santa Margarida passou a concorrer com o Colégio católico São José, pois as moças que lá estudavam tinham um status social mais elevado. O Santa Margarida, já em 1934 oferecia, também, jardim de infância para meninos e meninas de 3 a 6 anos. Seu novo prédio, onde funciona até os dias de hoje, foi inaugurado em 1936. Pela nota a seguir tem-se uma idéia sobre a formação de seu corpo docente:

“Embarcou para a Europa, em gozo de férias, a senhora Hedy Sergel, formada pela Universidade de Cambridge, Inglaterra, fundadora do Colégio Santa Margarida [...] Assumiu a direção desse educandário a talentosa professora Elsie O’Connor, formada na London University e na Sociedade Real de Professoras da Inglaterra. [...] A vice-diretora do Santa Margarida é a diaconisa Bernice Cartwright, educadora também de grande cultura, formada nas afamadas Universidades de Wisconsin e Colômbia, dos Estados Unidos. Essas laureadas educadoras auxiliadas por 17 professoras diplomadas por estabelecimentos oficiais de nosso estado, formam agora o corpo docente do Colégio Santa Margarida, o novel educandário que enobrece a cidade de Pelotas” (OPINIÃO PÚBLICA, 15.07.1938, p. 2).

A educação rigorosamente científica, imbuída de neutralidade religiosa proposta pelas escolas públicas de educação laica também era bastante questionada pela Igreja, sendo identificada como a causadora “da degeneração social, do despreparo intelectual e moral da mocidade”, como se pode observar nesse trecho de um artigo do Padre Leonel Franca:

“O laicismo pedagógico é a mutilação do homem; é a separação entre a instrução e a educação; a descontinuidade entre o lar e a escola; o dualismo entre a consciência religiosa do homem e a consciência social do cidadão. A instrução fica decapitada do que lhe constitui a coroa indispensável depois de lhe ter servido de fundamento insubstituível. Durante todo o período de formação da criança, a escola leiga ou neutra não atinge o que há de mais essencial e profundo no homem: a consciência” (A PALAVRA, 16.10.1932).

Em inúmeros artigos do periódico católico pelotense é discutida exaustivamente a importância da implantação do ensino religioso facultativo nas escolas.

Alcançada essa concessão, que foi respaldada em nível constitucional em 1934, a Igreja passou a centrar seus esforços no crescente monopólio escolar exercido pelo governo, através do incentivo às escolas de ensino público em detrimento das confessionais. Mas em se tratando de orientação aos pais, A Palavra somente alertava quanto às deficiências do ensino ministrado nas escolas públicas da cidade, sem identificá-las pelo nome. Era bastante discreta até mesmo em relação ao Colégio Pelotense, que era nitidamente contrário aos preceitos do catolicismo educacional. A Igreja em Pelotas, através de seu periódico, não atacava frontalmente o Colégio Pelotense e as pessoas a ele ligadas. Provavelmente isso ocorria porque lá trabalhava uma elite intelectual respeitadíssima na cidade. Em suas críticas não havia referências ao nome do Colégio, mas sim a “escolas públicas de ensino laico”, alertando os pais sobre a educação por elas ministrada e aos perigos de lá colocarem seus filhos.

Da mesma forma não passa despercebido o empenho da Igreja em exercer influência sobre o ensino público através de professores fortemente

ligados ao catolicismo. Por sua vez, no período estudado, ainda eram poucos os professores leigos que trabalhavam nas escolas católicas, já que estas tinham a maioria de seu corpo docente preenchido por representantes religiosos das irmandades.

A co-educação, ou seja, aquela praticada em estabelecimentos de ensino que atendiam conjuntamente meninos e meninas, sendo um dos ideais laicistas, também era bastante combatida pelos educadores e moralistas católicos, como se pode observar a seguir:

“O criador ordenou e dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimônio e, gradualmente distinta, na família e na sociedade. Além disso, não há na própria natureza, que os faz diversos no organismo, nas inclinações e nas aptidões, nenhum argumento donde se deduza que possa ou deva haver promiscuidade, e muito menos igualdade na formação dos dois sexos. Estes, segundo os admiráveis desígnios do Criador, são destinados a completar-se mutuamente na família e na sociedade, precisamente pela sua diversidade, a qual, portanto, deve ser mantida e favorecida na formação educativa, com a necessária distinção e correspondente separação proporcionada às diversas idades e circunstâncias. Aplique-se estes princípios no tempo e lugar oportunos segundo as normas da prudência cristã, em todas as escolas, nomeadamente no período mais delicado e decisivo da formação qual é o da adolescência” (A PALAVRA, 04.05.1945).

Para a Igreja, tendo por base a Encíclica *Divini Illus Magistri* do Papa Pio XI, de 1929, que considerava ser um erro perigoso para a educação cristã o chamado método de co-educação, a familiaridade entre os sexos propiciaria a promiscuidade, facilitando a “eclosão das más paixões, de fatos imorais e de incidentes sentimentais”.

2. 3. 3 O ensino popular

Logo que assumiu o bispado, D. Francisco, preocupado com a expansão do catolicismo junto à “classe laboriosa”, fundou a União Pelotense, que

disponibilizava a seus sócios o ensino popular gratuito. Este ensino constituía-se em aulas noturnas, destinadas ao sexo masculino de todas as idades, que eram ministradas no Ginásio Gonzaga, além de conferências históricas e apresentações teatrais, que ficavam sob responsabilidade do “grêmio dramático”.⁷⁷

Conforme A PALAVRA de 15.12.1912, a freqüência às aulas nesse ano havia sido de mais de 250 alunos, sendo que não foi maior devido ao fato de que muitos operários trabalhavam até altas horas da noite. As aulas eram ministradas de 3^a a 6^a feira, das 19 às 20:30 horas, divididas em dois cursos para as disciplinas primárias. A partir de 1914 a União Pelotense, tendo em vista o esperado desenvolvimento industrial da cidade, também criou um curso noturno de desenho, em cujo programa, dirigido por um mestre de comprovada competência, constava a ornamentação, o traçado de plantas, de objetos e edifícios, a reprodução de modelos *d’après nature* e a aplicação das cores (A PALAVRA, 12.04.1914). Nesse mesmo periódico é destacada a importância e a utilidade dessa disciplina escolar que nem sempre vinha merecendo a devida solicitude nos diversos estabelecimentos de ensino:

“para o pintor, o pedreiro, o carpinteiro e todos os que transformam a madeira e os metais em móveis e utensílios, o saber decifrar uma planta, o ser habilitado para traçar os contornos e os detalhes do objeto a fabricar é de imprescindível necessidade”.

Para as operárias sabe-se que havia, também, o Colégio D. Barreto, criado pelo bispo D. Francisco Barreto, sobre o qual não foi possível localizar maiores referências.

Aos pobres, segundo A PALAVRA de 23.02.1918 havia, também, os Colégios Santa Philomena (destinado às meninas), Sagrado Coração de Jesus e São Francisco de Paula (mantidos o primeiro, pelo bispado, e o segundo, pela Irmandade do Santíssimo, destinados aos meninos). Aqueles que podiam pagar

⁷⁷ As aulas noturnas gratuitas destinadas aos segmentos proletários da sociedade eram incentivadas pelos jesuítas que também criaram um curso em Florianópolis e, em 1915, em Porto Alegre, vinculado ao Colégio Anchieta (TAMBARA, 1995, p. 445).

tinham à sua disposição o Ginásio Gonzaga, os Colégios São José e São Francisco de Assis e o externato Santa Iñez.

Na realidade, o denominado ensino popular era considerado pelos católicos uma arma poderosa para o triunfo dos seus ideais, uma obra de saneamento moral que produzia ótimos resultados, extirpando muitos falsos preconceitos, calando ódios violentos e combatendo o ateísmo. Servia, também, para instruir o povo sobre a ação social do catolicismo, sobre os benefícios que a Igreja trazia aos trabalhadores (A PALAVRA, 04.10.1914).

No entanto, a questão da gratuidade absoluta nas escolas é apontada nesse periódico como um grande bem que não deveria ser generalizado, pois ela poderia levar ao desinteresse dos pais pela escola e propiciar o caminho livre para que alguns governos que instituíam o ensino leigo e gratuito, inculcassem princípios anti-cristãos junto aos jovens:

“a gratuidade é apenas uma ficção. O governo sustenta o ensino, é incontestável, mas tira os fundos do thesouro público alimentado pelos contribuintes. Essa ficção dissimula uma realidade: a pretensão monstruosa do Estado ateu que encarrega o pae de attender as necessidades corporaes do seu filho mas que reserva a si próprio o direito de incutir-lhe as suas ideas e pensamentos” (A PALAVRA, 23.13.1923, p. 2).

A preocupação com a questão operária aparece no periódico católico desde os seus primeiros anos havendo, inclusive, uma coluna intitulada “Crônica Operária”. Nela, a Igreja já se colocava contrária às organizações trabalhistas de cunho socialista.⁷⁸

2. 3. 4 As organizações político-religiosas e a educação.

Tendo por base a idéia de superioridade numérica dos católicos no Brasil e com o objetivo de consolidar a supremacia ideológica e a hegemonia

⁷⁸ Sobre o assunto ver LONER (1999).

política da Igreja, a hierarquia católica, juntamente com suas elites intelectuais, promove a criação de agremiações políticas que passam a fazer frente a certos segmentos da sociedade que ofereciam forte resistência à sua atuação.

Em Pelotas, acompanhando uma tendência organizacional do catolicismo no país, nas duas primeiras décadas da instalação da diocese, houve uma maior preocupação com as atividades clericais e aquelas voltadas para a educação, ligadas fundamentalmente à propagação da “boa imprensa” e à criação de estabelecimentos de ensino que atendessem várias camadas da sociedade. Será somente a partir da década de 1930 que se organizarão no meio católico diversos movimentos políticos, em sua maioria, partidários. Tal fato é consequência da conjuntura nacional pós-30, quando é possível observar-se uma rearticulação partidária em que os grupos urbanos buscam uma maior participação política. Partidos tradicionais que defendem interesses de grupos mais conservadores, como os ligados ao catolicismo, passam a enfrentar a concorrência comunista assim como as propostas trabalhistas do governo.

Portanto, a Igreja não se limita ao estritamente religioso e se expande através de sua atuação junto aos meios políticos, sociais, educacionais e culturais.

Nesse processo de articulação da Igreja Católica via movimentos político-partidários a educação passa a ser, então, um tema fundamental.

Sem ter a pretensão de buscar um conhecimento aprofundado sobre a atuação desses movimentos políticos na cidade (que certamente são interessantes objetos para pesquisas), mas sim visando estabelecer aspectos sobre a política educacional católica pelotense, serão abordados a seguir alguns desses movimentos.

a) A União de Moços Católicos (UMC)

A UMC foi fundada em Pelotas em 1932 seguindo um movimento que já vinha sendo desenvolvido no país. Tendo em comum o lema “Deus e Pátria”, sua finalidade era a de reunir a mocidade católica para orientá-la nos princípios

crístãos sociais e cívicos, propagando a religião católica, auxiliando nas obras sociais da Igreja e combatendo os grandes inimigos da Igreja: a Maçonaria e o Comunismo. Nesse sentido, a UMC propunha-se a realizar reuniões freqüentes dos associados, bem como excursões, congressos, conferências, discursos e palestras sobre assuntos religiosos e patrióticos; manter cursos, bibliotecas, jornais e revistas para instrução dos sócios e da mocidade em geral; prestar aos sócios, quando possível, assistência médica, dentária e jurídica (A PALAVRA, 23.08.1930).

Quando da fundação dessa agremiação, o periódico católico conclama aos jovens que combatam o comunismo e o anarquismo que “como avalanche se precipita sobre os povos organizados”, alertando que

“não é só ao Poder público que compete zelar pelo interesse e harmonia da coletividade brasileira, a nós todos também é lícito trabalhar para o mesmo fim para que a sociedade fique livre, completamente livre desse cancro que, desde longos anos, vem destruindo com a sua ação demolidora os organismos sociais e fazendo a desgraça dos povos” (A PALAVRA, 03.03.1932).

b) O Círculo Operário Pelotense (COP)

A Igreja Católica preocupada em dar assistência espiritual e social aos operários brasileiros e principalmente visando conter a infiltração do comunismo junto aos meios proletários – o que vinha ao encontro dos interesses do governo populista – passou a criar, no início dos anos 30, os círculos operários.⁷⁹ Eles constituíam-se em um tipo de associação paralela aos sindicatos de trabalhadores, tendo por objetivo orientar sua atuação.

Fundado oficialmente em 01.05.1932, pelo Padre Brentano - capelão do Ginásio Gonzaga – o COP foi o primeiro dos círculos operários do Brasil. BARRETO (1996, p. 89) destaca a importância da participação das Congregações Marianas na instalação do COP, apontando ambas instituições como fundamentais na estratégia de luta ofensiva da Igreja no sentido de cristianizar a sociedade, especificamente o proletariado.

⁷⁹ Sobre os Círculos Operários no Rio Grande do Sul ver DIHEL (1990).

O COP mantinha mecanismos que visavam o auxílio aos trabalhadores, tais como: atendimento médico e jurídico gratuito; distribuição de remédios; criação de uma vila operária, de uma padaria com preços inferiores ao do mercado, de uma casa de saúde e de um colégio. No colégio de ensino primário, que chegou a matricular 280 alunos, sob o sistema de semi-internato, eram admitidos meninos de 7 a 13 anos que eram atendidos por professores municipais (TAMBARA, 1993).

Dessa forma, esse foi mais um estabelecimento educacional católico que disponibilizava ensino gratuito à parcela mais carente da população pelotense, representando um espaço promissor para que a Igreja consolidasse seu ideário.

c) Liga Eleitoral Católica (LEC)

Sob o beneplácito do arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, e do episcopado nacional foi fundada, em 1932, a LEC, inspirada nos preceitos das Pastorais Coletivas de 1910 e 1915, que já previam a existências dessas Ligas no país.⁸⁰ Estando acima dos partidos políticos, objetivava a arregimentação e orientação do eleitorado católico em torno da candidatura de constituintes favoráveis às pretensões da Igreja, que pertencessem a partidos que “não infringissem os deveres da consciência religiosa”. Os estatutos da LEC tinham como alguns dos pontos de seu programa: o combate ao ensino religioso facultativo nas escolas, o reconhecimento de efeitos civis sobre o casamento religioso, a assistência religiosa nos quartéis, presídios e hospitais e o combate ao divórcio.

A justificativa para a explícita interferência da Igreja nos rumos da política eleitoral pode ser lida na nota intitulada “Religião e Política”, de autoria de Tristão de Athayde, secretário da Liga Eleitoral Católica Brasileira:

“O que interessa, porém, à Igreja, na política, e para isso é que ella exige a disciplina dos seus fiéis, é tudo aquilo que, na vida política, toca de perto a vida moral e religiosa. A sociedade é um todo orgânico e os vários planos, doméstico, econômico, político, pedagógico, moral são

⁸⁰ Sobre o assunto ver, entre outros, LUSTOSA (1983).

partes ligadas por uma hierarquia de valores, mas nunca separadas na realidade. De modo que a Igreja, mormente depois que o Estado dela se separou, quase por toda parte, precisa exercer uma vigilância redobrada para impedir que as leis civis e políticas, que a organização de trabalho, que os códigos higiênicos, que os regulamentos de ensino, contravenham aos princípios da lei moral, pelos quais lhe compete velar. É nesse ponto que Ela intervem na política, para impedir que esta seja dominada por credos filosóficos tendenciosos e anti-católicos” (A PALAVRA, 22.01.1933).

Em Pelotas a LEC foi bastante atuante desenvolvendo um trabalho de orientação e organização de juntas locais em todas as paróquias da diocese.

d) Associação Católica de Professores de Cultura Social (ACPCS)

A ACPCS, encabeçando uma campanha de formação moral, religiosa e intelectual no meio social pelotense surgiu, em 1934, a partir da fusão da Associação de Professores Católicos (que já existia há um ano) como a filial do Centro D. Vital, do Rio de Janeiro, que estava se constituindo na cidade. Serviu-lhe inicialmente de sede, um dos salões da Bibliotheca Pública Pelotense.

Essa Associação mantinha o funcionamento de aulas (Apologética, Literatura e Alemão), cursos e serões literários quinzenais, onde seus associados debatiam temas proferidos por palestrantes do grupo. Os assuntos eram os mais variados: estrangeirismos na linguagem, a Escola Nova e a Igreja, a “Liga Brasil Unido”, o espiritismo e o uso ilegal da medicina, a necessidade sócio-psicológica do ensino religioso nas escolas, a Idade Média, entre outros. Participavam dessa Associação destacados intelectuais e professores de escolas públicas e particulares ligados ao catolicismo pelotense, como Alvacir Collares, Sílvia Mello, Osmânia Campos e Waldemar Lages (que era o assistente eclesiástico da Associação e também seu presidente e, curiosamente, foi diretor do Ginásio Pelotense, em 1931).

A ACPCS manteve suas atividades até 1938, voltando a funcionar em 1949, oferecendo cursos de Filosofia, Latim, Inglês, Francês e Italiano aos professores do município.

Pode-se afirmar que a atuação da ACPCS foi fundamental na campanha para implantação do ensino religioso e disseminação do catolicismo nas escolas públicas pelotenses, pois representou um elo de ligação e de organização dos professores em torno dos interesses da Igreja no que diz respeito à educação.

2.4 O ideal educacional maçônico através do periódico O Templário⁸¹

Em Pelotas, no final do século XIX e primeiros anos do século XX, o anti-clericalismo estava presente nos mais diferentes grupos sociais, que direta ou indiretamente possuíam ligações com a Maçonaria, a qual buscava propagar suas idéias, envolvendo-se ativamente com as aspirações e necessidades da comunidade.

No século XIX, as primeiras Lojas Maçônicas pelotenses foram constituídas, principalmente, por pessoas ligadas ao comércio e proprietários rurais. Já no fim desse século, passou a congregar, basicamente, elementos do que se pode considerar uma emergente classe média urbana, ou seja, profissionais liberais, comerciantes, industriais e intelectuais. Pode-se afirmar que a presença da Maçonaria em Pelotas foi fundamental para que a cidade entrasse o século XX como uma referência progressista em termos culturais, já que os maçons estavam vinculados à criação e manutenção de instituições educacionais, da Bibliotheca Pública Pelotense, bem como de jornais e revistas da cidade.⁸²

Como reiteradas vezes constata-se no periódico católico A Palavra, a denominada “imprensa livre”, ou “imprensa neutra” - jornais diários que circulavam na cidade - estava nas mãos dos acatólicos, dos “inimigos da fé católica”, ou seja, dos intelectuais ligados à Maçonaria. Isso justifica o fato de que a Maçonaria pelotense, inicialmente, não se preocupou em ter o seu próprio veículo de comunicação com a sociedade.

⁸¹ Este texto resulta de reflexões desenvolvidas em minha dissertação de mestrado.

⁸² Sobre a Bibliotheca Pública Pelotense ver PERES (1995).

Somente em janeiro de 1920 a Maçonaria começa a editar O Templário, que foi impresso, regularmente (exceto no ano de 1921), mensal ou quinzenalmente, até meados da década de 30. Por muitos anos, foi distribuído gratuitamente e, por não veicular anúncios comerciais, era impresso graças a doações de simpatizantes e a recursos da Maçonaria de Pelotas e de municípios da região sul.⁸³ Esse periódico representou um importante meio de divulgação das idéias maçônicas, exercendo considerável influência junto à opinião pública, já que tinha ampla e livre circulação, não sendo dirigido somente a maçons. Cabe salientar que O Templário surgiu num momento em que a Maçonaria ainda se encontrava muito ligada aos acontecimentos históricos do país e exercia forte pressão e influência sobre as mudanças na política desenvolvida em nível regional e local.

Baseado nos ideais maçônicos de liberdade de consciência e livre exame, O Templário propunha-se a difundir “*todos os conhecimentos úteis e capazes de melhorar o meio social [...] perseguindo sem pausas o erro e o vício, combatendo sem tréguas a ignorância e a mentira*” (O TEMPLÁRIO, 17.01.1920, p.1 e 15.11.1921, p.1). Representava um instrumento não só de difusão dos ideais maçônicos, mas também de acusação aos arbítrios cometidos pelo *romanismo*, utilizando uma linguagem irônica e muitas vezes pouco sutil de indignada denúncia direta e ríspida contra o clero e às instituições a ele ligadas. A escrita combativa, agressiva e hostil era, certamente, uma forte arma utilizada, também, pelo adversário periódico A Palavra.

Nas páginas de O Templário, havia espaço para a publicação de artigos de maçons ou profanos⁸⁴ simpatizantes da causa. Eram abordados assuntos que interessavam à Ordem Maçônica e à comunidade em geral, sendo enfocadas questões de cunho social, tais como educação, situação feminina, combate ao alcoolismo, causa operária, divórcio, política nacional e internacional, assuntos espiritualistas e, é claro, anedotas, contos e descrições anticlericais. Essas

⁸³ Em 1925 sua tiragem era de 2.500 exemplares por edição (FELIPPE, 1925, p. 26).

⁸⁴ Termo utilizado pela Maçonaria para designar aqueles que não pertencem a essa Instituição.

questões de cunho social também eram freqüentemente abordadas no periódico A Palavra, que enfatizava, obviamente, a postura da Igreja em relação a elas.

Salienta-se que os temas de interesse social a serem debatidos e a merecerem atenção da Maçonaria, eram propostos nos Congressos de Veneráveis. Tendo a participação de representantes de todas as Lojas gaúchas, deles saíam determinações a serem cumpridas por todos ligados à ordem maçônica. É curioso observar que O Templário veiculava posicionamentos de uma sociedade que se auto-definia como de “existência discreta” e que, *a priori*, não deveria manifestar sua postura política:

“o trabalho maçônico é feito sempre em silêncio, em recolhimento, sem alarde. Não queremos palmas ou aplausos, porque o trabalho em prol da humanidade é um dever maçônico e o maçom que cumpre com o seu dever não é louvado: cumpriu uma obrigação. Aquele que deixar de assim proceder descurou de sua tarefa” (O TEMPLÁRIO, 27.06.1935, p.3).

No entanto, a própria história nos comprova que a participação política da Maçonaria mostrou-se decisiva em vários acontecimentos. E, no início do século XX, identifica-se pelo menos dois motivos que poderiam ter levado a Instituição a tornar públicos seus objetivos e posicionamentos: a vigorosa política antimaçônica propagada pelo ultramontanismo católico e a necessidade de mudanças políticas e sociais, defendidas pela Maçonaria e que não foram contempladas com o processo desencadeado pela Proclamação da República.

Nas páginas de O Templário é constante a identificação dos problemas que afligem a sociedade brasileira. Neste contexto, a Igreja Católica é apontada como a instituição que mais contribuía para a construção de uma mentalidade arcaica que levava o país ao atraso e à dependência externa. Segundo os maçons, o clero, através de sua ação pastoral, e, especialmente a Companhia de Jesus, atuando junto à educação das elites, sedimentavam conceitos e condutas que perpetuavam uma organização social típica de um país colonizado, pré-industrial.

É importante que se diga que, a partir de 1930, O Templário passou a circular sem obedecer a periodicidade anterior. Este é um período que coincide com a ascensão de Getúlio Vargas no governo brasileiro, fato que indiscutivelmente, beneficiou os interesses ideológicos católicos no país. Por sua vez, esta é uma fase em que se constata o visível declínio da ingerência da Maçonaria em assuntos de ordem política e social no Brasil.

Com o objetivo de melhor embasar a compreensão do posicionamento da Maçonaria frente à educação e, particularmente, junto ao Colégio Pelotense, comecei a analisar, em estudos anteriores, três questões abordadas sistematicamente no Templário: a situação da mulher, a religiosidade e a educação.⁸⁵ A partir daí foram levantados subsídios que fundamentaram aspectos ligados à organização do Colégio Pelotense, tais como as características de seu projeto pedagógico, a disciplina, os conteúdos desenvolvidos e o fato de ele ser misto, numa época em que “não era conveniente” que meninos estudassem com meninas.

Alguns desses pontos são aqui retomados, sendo possível que se faça uma contraposição baseada no posicionamento católico que era veiculado pelo periódico A Palavra, explicitado anteriormente.

Inicialmente é preciso esclarecer que a Instituição Maçônica utilizou-se de muitos aspectos da teoria Positivista⁸⁶ para fundamentar as influências ideológicas próprias de sua esfera de interesse. As idéias positivistas de separação entre a Igreja e o Estado, de liberdade espiritual, de valorização da tradição, da família, do dever, da hierarquia social, serviram de sustentáculo aos propósitos defendidos pela Maçonaria, sobretudo no campo educacional.

É importante salientar que o Positivismo, como corrente ideológica, apresenta desvios que variaram de acordo com os interesses materiais e políticos de seus adeptos, bem como com os modismos intelectuais de cada período. Isso se revelou, como afirma BOEIRA (1980, p. 36), numa “*constante mudança de ênfases, omissão de temas e empréstimos intelectuais*”. É necessário ter claro,

⁸⁵ Ver AMARAL(1999).

⁸⁶ Sobre este assunto ver LINS (1967).

portanto, a relatividade dos parâmetros ao se classificar uma obra, autor ou ideologia institucional como positivista.

Essa afirmativa serve bem para situar a postura ideológica da Maçonaria que, movida pelas circunstâncias, utilizou-se de muitos aspectos do positivismo e, por vezes, assumiu posicionamentos aparentemente contrários a esta ideologia para fundamentar seus princípios e sua atuação perante a sociedade.

Sendo assim, a Maçonaria tomou a si a tarefa de identificar os problemas de evolução histórica da nação brasileira. Refletindo o ideário positivista, via no aprimoramento sócio-cultural através do ensino, a solução para o quadro negativo em que se encontrava o país.

No Brasil, a idéia de o ensino elementar ser público e obrigatório passou a ser uma das bandeiras de luta da Maçonaria, principalmente a partir do primeiro decênio do século XX. Essa sua postura era reflexo direto do anti-clericalismo vigente (especialmente do combate às concepções teológicas e metafísicas da educação jesuítica), sendo uma forma de diminuir a influência das escolas particulares confessionais. Esse seu posicionamento em defesa do ensino público somado a exigências legais que envolviam o processo de equiparação, como será analisado a seguir, levaram a Maçonaria a entregar o Ginásio Pelotense à municipalidade.

No campo educacional os positivistas e maçons contestavam a prática pedagógica jesuítica, considerada por eles excessivamente humanística, bacharelesca, desvinculada da realidade. Propunham o desenvolvimento de um sistema de ensino baseado no método experimental, de caráter mais técnico, onde houvesse o privilégio da prática sobre a teoria.

A Maçonaria manifestava-se da seguinte forma em relação à educação:

“Queremos a instrução, mas a instrução laica, a instrução livre, sem as peias do dogmatismo tortuoso e obscuro que tem servido e só serve para lançar a confusão nos cérebros adolescentes e embaraços á sciencia. A maçonaria aconselha as escolas de sciencia positiva e condemna as dogmaticas, cheias de emmaranhados em que os próprios professores por muito *expertos* que sejam se veem enredados.

Não se supponha com isso que a maçonaria seja antireligiosa. Ella, ao contrario, exige que seus filiados creiam, pelo menos, em Deus: não acceita um atheu, mas não se confórma que numa escola, onde possam haver creanças de diversos crédos religiosos, sejam ministrados a essas creanças ensinamentos referentes a um só crédo. Bastaria ali haver sómente uma creança de crédo religioso diferente das demais, para que isso não devesse ser admittido. A Maçonaria considera a liberdade de pensar acima de tudo e combaterá sempre e com todo o ardor contra o escravisamento da consciencia.

O ensino da religião é no lar, pertence aos paes. Nas escolas só as sciencias positivas” (O TEMPLÁRIO, 27.06.1935, p. 3).

As idéias da Maçonaria em relação à educação e sua luta pelo ensino público laico, contra o analfabetismo e em prol da obrigatoriedade do ensino primário, já são apresentadas nos quatro primeiros números de “O Templário”. Os artigos realizam uma crítica em relação ao descaso com que vinha sendo tratada a instrução pública por parte do governo federal. Este, em princípio, responsabilizava-se pelos cursos secundários e superiores, destinados às classes mais abastadas da população, entregando o ensino primário (livre) aos governos estaduais e municipais. Tais governos não se comprometiam com a expansão da rede de ensino “`a classe pobre, verdadeiramente produtora e laboriosa e que era excluída dos benefícios da instrução e das vantagens por eles produzidas” (O TEMPLÁRIO, 17.01.1920, p. 1).

A educação elementar estendida a todos os brasileiros não era vista como um caminho para mudanças estruturais da sociedade. Seria, isto sim, um caminho que levaria a uma “boa ordem e tranqüilidade pública [...] com homens laboriosos que, com perfeito conhecimento dos seus mystéres, conheçam, também os seus deveres e direitos, e saibam alguma cousa do mundo, suas leis e seus sucessos” (O TEMPLÁRIO, 17.01.1920, p. 1).

A instrução desejada pelos maçons seria aquela através da qual cada indivíduo adquirisse os meios de tornar-se mais proveitoso para si e para a sociedade. Tinham presente a idéia de que as crianças que freqüentassem a escola desenvolveriam uma “cultura moral” que as livraria da ociosidade e dos perigos a ela relacionados:

“A simples instrução de lêr, escrever e contar já abre uma larga porta para a cultura moral. Os homens que tenham aprendido esses princípios já serão mais esclarecidos, mais razoáveis e poderão por conseqüência desempenhar mais facilmente e melhor suas funções” (O TEMPLÁRIO, 02.02.1920, p. 1).

O ensino elementar obrigatório seria, portanto, uma forma de produzir trabalhadores mais interados nos modernos processos de produção. A educação era considerada como “*o factor mais importante e eficaz para estabelecer a fraternidade entre os homens*” (O TEMPLÁRIO, 15.02.1928, p. 1). Estimulando as diferenças individuais, deveria habilitar a população para assumir os diferentes papéis exigidos pela “nova sociedade”, ou seja, a sociedade industrial emergente. Como se observa a seguir, a educação seria um meio de resguardar os interesses dos proprietários e contribuir na formação de uma sociedade industrial dócil e pacífica:

“ Dia a dia as machinas vão substituindo os braços, a força bruta cede lugar aos engenhos. O que acontecerá aos seres lançados de um momento para o outro na dura contingência da lucta pela existência?! Estancarão ante os complicados aparelhos que não saberão movimentar por lhes faltar a luz que se adquire nos bancos dos collegios [...] Na officina não se tramarão mais greves, porque todo o operário saberá e poderá aceitar o que lhe convém, porque para tal terá aparelhada a razão no valor equitativo do trabalho” (O TEMPLÁRIO, 15.02.1928, p. 1).

Dessa forma, a instrução elementar estendida a todos os brasileiros, resultaria na “ordem e progresso” tão propalada pelo nascente sistema democrático republicano brasileiro.

Como já foi dito, com o processo de laicização do ensino desencadeado a partir da Proclamação da República, a Igreja Católica, que vinha praticamente monopolizando a educação brasileira, passou a disputar com diversas religiões protestantes, bem como com a Maçonaria, a primazia no campo educacional. Isso porque a educação, como veiculadora de idéias e valores, é um campo estratégico para o exercício de influência e controle sobre a sociedade.

Sendo assim, em Pelotas, no início do século XX, a Instituição Maçônica, aglutinando interesses de diversas religiões protestantes, lançou-se à tarefa de se opor à atuação católica junto à educação.

Uma ação bastante concreta neste sentido foi a instauração, em 1925, do “Comitê Pró-liberdade de Consciência”.⁸⁷ Este comitê fazia parte de um movimento desenvolvido em nível nacional pela Maçonaria, diante da iminência de que fossem realizadas reformas na Constituição de 1891 que beneficiariam os interesses católicos junto à educação. Havia, inclusive, uma proposta de emenda constitucional que reconhecia o catolicismo como religião oficial e obrigava o seu ensino nas escolas públicas.

A rapidez com que se processou a derrubada dessas “emendas católicas” não deixa dúvidas sobre a incrível capacidade de articulação e a importante influência política que a Maçonaria ainda exercia no país nesse período.

Nos primeiros anos da década de 30, novamente reuniu-se o “Comitê Pró-Liberdade de Consciência”. Desta vez, o motivo foi o fato de Getúlio Vargas ter assumido a presidência do país e haver o risco da elaboração de uma nova constituição que beneficiasse os interesses católicos.

O “Comitê” reuniu-se em Pelotas de 1931 a 1933. Chegou a ser levantada a hipótese (que não se concretizou) de que O Templário, que havia deixado de circular no ano anterior, voltasse a ser distribuído gratuitamente para fazer frente ao grande poder político da Igreja Católica. E, realmente, graças ao seu poder de influência, a Igreja conseguiu, depois de sérias disputas políticas e ideológicas, fazer vencer suas pretensões de inclusão do ensino religioso nas escolas.

Isso porque, em 1925, a Igreja Católica não se deixou abalar pela perda no campo político que foi a não inclusão da emenda constitucional que previa o ensino religioso nas escolas. Provando que também tinha uma grande capacidade de organização e aglutinação de forças conseguiu, na Constituição de 1934, a previsão de inclusão do ensino religioso nas escolas públicas.⁸⁸ Isto fez com que esta Instituição, em poucos anos, reconquistasse o espaço que vinha perdendo

⁸⁷ Há referências em relação à constituição deste comitê em O Templário de outubro, novembro e dezembro de 1925.

⁸⁸ Sobre este assunto ver, entre outros, ROMANELLI (1996) e CURY (1984).

desde a instalação da República e recuperasse sua influência junto à sociedade brasileira.

Mas não só das disputas com a Igreja Católica tratava O Templário. Os maçons manifestaram através dessa publicação alguns temas que envolviam também o processo do relacionamento professor-aluno no interior das escolas. A importância de seu bom relacionamento e a responsabilidade do professor ao ministrar os conhecimentos são apontados como fatores essenciais no processo de ensino e aprendizagem como se observa a seguir:

“Um dos peores detalhes de alguns sistemas presentes é a ideia de que a criação deve ser levada pelo medo, quando deve ser levada pelo amor; pelo castigo, quando deve ser atraída a aprender, logo que se lhe saiba ensinar como deve ser. [...] Si a criação foge da escola e tem medo às lições, culpa o professor e não a criação, o professor que não sabe administrar conhecimentos dum modo agradável e que, portanto não pode guiar o aluno direito, accordando-lhe a inteligência e o interesse. As crianças normais têm o desejo de compreender e de adquirir conhecimentos. Basta que as guieis” (O TEMPLÁRIO, novembro de 1925, p. 3).

Numa época em que a educação escolar ainda acontecia através da coerção e do medo, percebe-se uma preocupação no sentido de que fossem repensados os métodos pedagógicos de ensino. É proposto que o habitual autoritarismo, que caracterizava as relações professor-aluno, fosse substituído por uma relação de amor e compreensão que deveria partir daquele que ensina, ou seja, “o *guia, condutor das inteligências*”. Segundo essa perspectiva, a responsabilidade no processo de ensino e aprendizagem dependia única e exclusivamente do professor.

É interessante observar que esses textos podem ser encarados, também, como uma crítica sutil à influência do jesuitismo junto ao ensino ministrado nas escolas, onde, segundo esse jornal maçônico, eram notórios os métodos que enfatizavam a disciplina, os castigos, a obediência “cega” e o respeito à hierarquia, e que faziam da educação um processo que tinha por base a repressão.

Ressaltando a importância de o ensino ser laico nas escolas chega a ser proposto que

“o professor primário não deva ser catechista de religião alguma ‘mesmo fora da escola’. É que o hábito se inocula facilmente: o professor, pelo facto mesmo de ser professor, tem já o todo de catechista, de moralista, fala de cathedra, impõe. Facilmente se conhece um professor; doutrina sempre. E se esse mesmo indivíduo se propõe a ensinar religião, instinctivamente a mistura ás licções escolares. Eis ahi a escola laica transformada em escola confessional. [...] O papel do profesor é bem diverso. Não pode ter sectarismo nem político nem religioso. O logar de professor, no futuro, há de ser dado escrupulosamente aos mais bellos caracteres, ás almas mais brilhantemente emancipadas” (O TEMPLÁRIO, novembro de 1924, p. 1).

Neste sentido, são ressaltados os aspectos negativos do ensino ministrado nas escolas confessionais, onde predominava uma educação diferenciada para homens e mulheres e que tinha por base o apelo à superstição, ao mistério e ao poder sobrenatural:

“Enquanto durar esse prejuízo hereditário, o que convencionamos chamar, entre nós, educação feminina é acima de tudo - escola de hypocrisia. [...] o rapaz e a moça têm o direito de exigir o respeito á sua razão em procura da verdade. O raciocínio não pode ir muito longe, é contra a regra da Ordem jesuítica, cujo escopo é conservar a intelligencia envolta em espesso véo de marasmo e ignorância.

O ensino científico não deve ser divulgado porque a igreja anathematiza a sciencia. Para que se possa governar as massas é necessário conservá-las na mediocridade intellectual” (O TEMPLÁRIO, novembro de 1924, p. 1).

Como já foi dito, em matéria de educação, a Maçonaria tinha interesses em comum com o emergente sistema republicano, principalmente em relação à idéia de que o ensino fosse laico, desvinculado da religião católica. Segundo a concepção católica, deveria haver escolas separadas para meninos e meninas, onde seria ministrado um ensino diferenciado, respeitando o que consideravam “a diversidade psicológica entre os sexos”. Dessa forma fica claro que a educação de inspiração jesuítica que predominava no país reforçava a situação de desigualdade social da mulher perante o homem.

Uma vez que os maçons consideravam-se “*os verdadeiros e únicos defensores dos direitos e prerrogativas que assistem a mulher*”, a defesa da coeducação e a manutenção de uma escola mista em Pelotas (Ginásio Pelotense) ia ao encontro de suas idéias “feministas”, laicistas e anticlericais.

É curioso observar como a Maçonaria, embora demonstrando uma atitude aparentemente contraditória aos princípios que seguia até então, no que diz respeito à posição social da mulher, desenvolveu um discurso, e até mesmo uma prática, com ares feministas, para se contrapor ao papel social que o catolicismo reservava à mulher. Em relação a este assunto lemos o seguinte em O TEMPLÁRIO (13.08.1920, p. 3):

“Quem contribuiu para mergulhar a mulher no somno de si mesma através de tantos séculos, quem a deprimiu? O christianismo dos homens, não o Christianismo doce de Jesus, o super-homem, o primeiro verdadeiro feminista que a terra viu nascer. Christo alevantou a mulher e a Igreja romana deprimiu-a de novo na gynophobia dos seus maiores. [...] A mulher é força vencida pela igreja [...].”

Ao analisar a concepção da Maçonaria em relação à mulher, tendo por base O Templário, percebe-se que essa Instituição, mantendo alguns aspectos do Positivismo em seu discurso, tais como a sua função de procriadora, educadora e moralizadora das futuras gerações, também pretendia a igualdade de direitos e deveres da mulher e do homem perante a sociedade. Estes dois fatores estavam interligados na busca de uma regeneração social, ou seja, quanto mais esclarecida fosse a mulher, mais bem preparadas estariam as novas gerações.

Conforme já foi abordado, nessa época a Igreja Católica e a Maçonaria eram duas instituições que rivalizavam e exerciam forte influência sobre os valores da sociedade. Considerando-se guardiãs da moral e dos bons costumes, tentavam trazer para si a responsabilidade de organizar a nova ordem social que surgia no início do século XX. A Maçonaria, em especial, tinha uma forte intenção de preparar a sociedade (dentro da idéia positivista de “ordem e progresso”), a partir da colaboração e participação dos setores mais esclarecidos. E para isso o apoio e a presença da mulher na organização maçônica era significativo, tendo em vista o processo de emancipação feminina que ampliava cada vez mais o espaço social por ela ocupado.

CAPÍTULO 3 – COLÉGIOS GONZAGA E PELOTENSE: INSTITUIÇÕES DE ENSINO CATÓLICO E DE ENSINO LAICO EM PELOTAS

“ O Ginásio Gonzaga é um estabelecimento de ensino de primeira ordem e do qual se honra a nossa cidade. Sua fama já ultrapassou as fronteiras do Estado e do país. [...] Fundado pelos beneméritos padres jesuítas, em 1926 passou a ser dirigido pelos intrépidos filhos de S. João Batista de La Salle, que sabidamente o dirigem até os nossos dias”
PIMENTEL (1940, p. 39).

“É com justo desvanecimento que Pelotas refere-se ao seu velho e acreditado estabelecimento de ensino secundário, que é o Ginásio Pelotense. [...] Com um corpo docente revestido dos mais elevados sentimentos profissionais e onde são apontados os verdadeiros mestres do ensino secundário de Pelotas” PIMENTEL (1940, p. 39 e 40).

Os Colégios Gonzaga e Pelotense, que até os dias de hoje são uma referência da educação formal em Pelotas, surgiram num período em que se assistia no Brasil e no mundo intensas disputas ideológicas entre a Igreja Católica e a Maçonaria. E as duas instituições se constituíram na concretização dessas duas ideologias no campo educacional. O Gonzaga foi criado em 1894 pelos padres jesuítas, sendo o primeiro colégio religioso de ensino secundário da cidade. E o Pelotense, criado pela Maçonaria, em 1902, representou uma alternativa de ensino laico de elevada qualidade que se contrapunha ao ensino ministrado no Gonzaga. É inegável a constatação de que a educação foi um meio estratégico para a inculcação dos ideais católicos - no caso do Gonzaga - e dos ideais maçônicos, laicos e positivistas - no caso do Pelotense.

3. 1 As reformas do ensino secundário e superior e seus reflexos na estrutura organizacional do Gonzaga e do Pelotense

Convém salientar que, para que se conheça e compreenda a estrutura organizacional não só desses estabelecimentos de ensino, mas de todos aqueles que ministravam o ensino secundário e superior nas primeiras décadas do período republicano brasileiro, deve-se partir da compreensão de que esse estava atrelado a uma legislação federal que impunha um modelo a ser seguido, através do sistema de “equiparação”. A equiparação servia para uniformizar o ensino secundário no Brasil. As escolas públicas e particulares de nível secundário deveriam ter sua estrutura organizacional equiparada à instituição estabelecida como modelar: o Ginásio “D. Pedro II”, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Os alunos oriundos dos estabelecimentos equiparados tinham direito de ingressar no curso superior sem prestar exames. Portanto, a equiparação era um indicador da “qualidade” do ensino ministrado na instituição escolar. A questão das equiparações, por representar um mecanismo de controle do governo sobre o

ensino secundário, esteve presente em todas as tentativas de reorganização educacional que ocorreram nas primeiras décadas da República. Dependendo do decreto de reforma do ensino que estivesse em vigor, as equiparações eram facilmente conseguidas pelas escolas ou, em alguns períodos, era necessário atender a todo um conjunto de exigências para serem concedidas as “regalias” da equiparação.

É preciso ter claro que a Constituição Republicana de 1891 pretendeu manter o modelo educacional elitista e dual que havia no Império, onde a legislação privilegiava o ensino secundário e superior, aos quais somente tinha acesso uma pequeníssima parcela da população, dando pouca atenção ao ensino primário e profissional, este destinado às classes populares. Nesse modelo, cabia à União criar e controlar a instrução secundária e superior, e aos estados, a responsabilidade pelo ensino primário e profissional.⁸⁹

Durante a Primeira República (1889-1930), o modelo educacional herdado do Império foi posto em questão, através de várias reformulações no ensino secundário e superior realizadas pelo Poder Executivo.

Legislar sobre o ensino deveria ser uma tarefa do Legislativo, mas este abdicou de sua responsabilidade e autorizou o Executivo a promover tal tarefa. As reformulações, na prática, não surtiram efeitos positivos na solução dos problemas educacionais mais graves. O curso secundário continuou sendo elitista, beneficiando a poucos que tinham o privilégio de poder custear seus estudos, uma vez que mesmo nas escolas públicas eram cobradas mensalidades. Mantendo sua característica de selecionar e preparar as elites do país, o curso secundário existia em função dos cursos superiores. Era eminentemente propedêutico, se constituindo num preparatório para o ingresso no curso superior, sendo que sua ligação e dependência chegava ao ponto de ambos serem reformulados pelo mesmo decreto.

⁸⁹ Nas palavras de NAGLE (1974, p. 127): “Não sendo possível a centralização política ou econômica, o novo regime apegou-se à centralização “cultural”, mantendo a escola secundária e superior dentro de sua exclusiva esfera jurisdicional. Por meio deste expediente, e de forma muito mais ostensiva e duradoura, os valores da sociedade imperial permaneceram e influenciaram os destinos da República brasileira.”

As principais reformas do ensino secundário e superior nesse período foram: Benjamim Constant (1890); Epitácio Pessoa (1901); Rivadávia Correa (1911); Carlos Maximiliano (1915); João Luís Alves (1925). Da primeira e da segunda, poucas determinações chegaram a ser concretizadas, mas provocaram discussões e questionamentos sobre a estruturação do ensino, especialmente no que se referia ao sistema de equiparação, aos regimes regulares de ensino (seriado) e de exames parcelados. Os parcelados eram preparatórios onde não era exigida nem seriação, nem freqüência, mas também habilitavam o aluno ao ingresso nos cursos superiores. Num mesmo estabelecimento de ensino, o aluno poderia optar sobre a modalidade de ensino que desejasse seguir: parcelado ou seriado.

No final da década de 1920 predominava o sistema de “preparatórios” e de exames parcelados para ingresso no ensino superior. Tendo em vista dar mais organicidade ao ensino secundário, a Reforma Francisco Campos, proposta em 1931 e consolidada em 1932, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal, dando a mesma oportunidade às escolas particulares para que se organizassem conforme o decreto; estabeleceu normas para a admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde; criou a carreira do inspetor e organizou a estrutura do sistema de inspeção federal e de equiparação das escolas; estabeleceu definitivamente o currículo seriado, a freqüência obrigatória, dois ciclos – um fundamental, de 5 anos e outro complementar, de 2 anos – e a exigência de habilitação no ciclo fundamental para o ingresso em qualquer escola superior, e no ciclo complementar em determinadas escolas. Para esse ciclo complementar, foi estabelecida uma subdivisão que compreendia um certo grau de especialização, conforme se tratasse de curso preparatório para ingresso nas Faculdades de Direito, Ciências Médicas e Engenharia (ROMANELLI, 1996, p. 135).

É inegável a constatação de que essa Reforma ao mesmo tempo em que traçou novas diretrizes organizacionais ao ensino secundário, continuou a destiná-lo à elite, pois previa a obrigatoriedade de exames para o ingresso dos alunos e um esquema de avaliação rígido e exagerado quanto ao número de

provas e exames (o que provocava um alto índice de evasão escolar). Essa Reforma manteve a concepção relativa à educação voltada para as carreiras liberais, não se preocupando com a implantação do ensino técnico. Manteve, também, um rígido sistema de equiparação das escolas públicas e particulares, o que possibilitava a poucas instituições o gozo de seus benefícios e, conseqüentemente, dificultava a vida daqueles que conseguiam chegar às portas dos cursos secundários e/ou deles queriam se dirigir aos cursos superiores.

Em 1942, por iniciativa de Gustavo Capanema, então ministro da educação do Estado Novo de Vargas, novamente o ensino secundário é modificado através do conjunto de reformas que ficaram conhecidas como “Leis Orgânicas do Ensino”. Essas reformas refletiam, na realidade, o momento político vivenciado no país, caracterizado por um regime autoritário e populista.

Essa nova reestruturação continuou a manter o ensino secundário como acadêmico, propedêutico e voltado para o ingresso no ensino superior, tendo por base um rígido sistema de provas e exames que lhe conferia um alto grau de seletividade. Apresentando um primeiro ciclo, o ginásial - com 4 séries - e um segundo ciclo, subdividido em clássico e científico - com três séries - havia o predomínio das disciplinas com caráter de cultura geral e humanística, que tão bem serviam para o preparo e formação das lideranças, das “individualidades condutoras” do país. Voltava a ser instituída, nos estabelecimentos de ensino secundário, aos alunos do sexo masculino, a educação militar. A co-educação é desestimulada, sendo recomendado que a educação feminina se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva freqüência feminina. A educação religiosa continuou a ser facultativa nas instituições de ensino secundário. (ROMANELLI, 1996 e RIBEIRO, 1978).

Somente com a Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1961, houve mudanças substanciais. Foi possibilitada às escolas a anexação de disciplinas optativas ao currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação. Dessa forma puderam elas compor o seu currículo de acordo como os recursos materiais e humanos de cada estabelecimento de ensino.

A criação tanto do Pelotense quanto do Gonzaga teve como objetivo atender aos interesses de uma elite que podia pagar por sua educação escolar. Desde então, passou a ser possível aos pelotenses das classes mais abastadas a escolha entre duas instituições que ministravam um ensino com bastante qualidade: uma voltada aos interesses católicos ou outra identificada com o laicismo.⁹⁰

Em alguns períodos, essas escolas ofereceram o ensino primário e o secundário. Em outros, como será visto a seguir, mantiveram somente o secundário. Desde os primeiros anos de funcionamento de seus cursos secundários, sempre estiveram em conformidade com o regulamento e o programa do Ginásio D. Pedro II, não só na parte referente às disposições que competiam aos alunos, como também aos conteúdos, ao número de disciplinas e à distribuição das horas de trabalho. Cabe lembrar que, se assim não fosse, não lhes seria concedida equiparação àquele Ginásio, o que impossibilitaria aos alunos realizarem nessas escolas os exames que permitiam o ingresso nos cursos de ensino superior, obrigando-os, neste caso, a realizarem tais exames em Porto Alegre ou em outra capital.

Portanto, nas primeiras décadas do século XX, o Pelotense e o Gonzaga estavam atrelados à determinação federal quanto à organização de seus currículos⁹¹, mas possuíam, por outro lado, diferentes orientações ideológicas quanto à sua aplicação. O acréscimo de disciplinas e a re-significação de seus conteúdos programáticos, estipulados nos programas oficiais das disciplinas, suas atividades rituais, assim como as estratégias de disciplina, vigilância e avaliação funcionavam como dispositivos didáticos a serviço dos interesses católicos e dos interesses laicos no campo educacional

⁹⁰ Tal fato não acontecia, por exemplo, em Florianópolis, onde o Ginásio Catarinense, única instituição de ensino secundário da cidade (e que era público), foi entregue aos jesuítas alemães pelas autoridades locais, no início do século XX, não sendo oferecida a alternativa de ensino laico. Sobre esse assunto ver DALLABRIDA (2001).

3. 2 Colégio Gonzaga: pioneiro e difusor do ensino católico na cidade de Pelotas

A reorganização das escolas católicas no Brasil foi uma importante arma no processo de reestruturação do catolicismo nos anos posteriores à implantação da República. E no Rio Grande do Sul este processo desenvolveu-se de forma singular e muito significativa, graças à ideologia do governo castilhistas, que estimulava a iniciativa particular na área educacional.⁹²

Dessa forma, são criados no estado, a partir da década de 1890, vários estabelecimentos de ensino católicos, dentre os quais, em 1894, a então Escola São Luiz Gonzaga, que foi a primeira instituição católica de ensino primário e secundário da cidade de Pelotas, obra do pioneirismo dos padres jesuítas Anselmo de Souza e Gustavo Locher⁹³.

Os jesuítas chegaram à cidade em 1888. Nos primeiros anos, desenvolveram intensa atividade pastoral não só em Pelotas, mas, também, nos municípios vizinhos, encontrando condições adversas e pouca receptividade. Há relatos de que, nessa época, em Pelotas, a confissão era quase desconhecida e que na igreja matriz apenas uma senhora idosa comungava. Foi difícil a aceitação da atuação da Companhia de Jesus, não só nessa cidade, mas em toda zona da campanha gaúcha, devido à forte presença da Maçonaria e ao espírito anti-clerical reinante. Situação bem diferente da encontrada nas regiões de colonização alemã e italiana do estado, onde havia uma maior predisposição à aceitação das concepções *ultramontanas*.

Sabe-se que em Pelotas o anti-clericalismo se manifestava, principalmente, através dos inúmeros órgãos da imprensa local que, através de

⁹¹ Sobre os currículos das escolas secundárias ver VECHIA (1998).

⁹² Em AMARAL (1999) desenvolvo algumas idéias sobre os interesses do governo positivista gaúcho no campo educacional. Ver sobre o assunto, entre outros, TAMBARA (1995), CORSETTI (1998) e GIOLO (1997).

⁹³ O padre Locher, em sua passagem pela cidade, escreveu o livro **Vade Mecum Philosophico**, em 1898, abordando aspectos da concepção ideológica hegemônica no sistema educacional católico rio-grandense de então. Tal obra é um importante subsídio para o esclarecimento de questões que se referem às posturas dos jesuítas no campo educacional. Sobre a educação jesuítica ver, também, FRANCA (1952) e MAIA (1986).

acusações e campanhas difamatórias, hostilizavam abertamente a presença dos padres na comunidade pelotense.

Sendo assim, após alguns anos de árduas atividades, os jesuítas passaram a utilizar-se de um meio bastante eficaz na complementação de sua ação pastoral: a educação escolar. Como afirmam PARMAGNANI e RUEDELL (1995, p. 28)⁹⁴:

“O Padre Anselmo de Souza deu-se conta de que o melhor meio de reavivar o espírito cristão seria começar pelas crianças, abrindo uma escola de que faria seu **quartel general** (*grifo nosso*) sob a proteção de São Luiz Gonzaga.

Não tardou que as famílias se dessem conta do grande bem que a escola vinha realizando. Enfrentaram as chacotas, os motejos e até algo de pior por parte dos anticlericais, mas corajosamente confiaram seus filhos à nova Escola.

No fim do ano letivo, a matrícula passou dos 15 do primeiro dia, a um total de 92 alunos. O número não foi maior por absoluta falta de espaço. As instalações e a mobília eram deficientes.”

Como pode ser observado a seguir, nas primeiras décadas, de acordo com os relatórios anuais, o número de alunos que acorreram para o estabelecimento de ensino aumentou bastante: 1895, 62 alunos; 1900, 296 alunos; 1910, 349 alunos; 1920, 395 alunos; 1925, 508 alunos; 1940, 1228 alunos.

O corpo docente que inicialmente era composto por três padres, foi sendo acrescentado a cada ano que passava por outros professores, todos religiosos. Somente a partir dos anos de 1920 é que se constata a presença de professores leigos.⁹⁵

⁹⁴ Muitos dos dados sobre o Gonzaga expostos a seguir têm por base levantamentos realizados pelos Irmãos Parmagnani e Ruedell que, em 1995, organizaram o *Memorial do Colégio Gonzaga*, editado em comemoração aos 100 anos desse estabelecimento escolar. As “lembranças”, que eram relatórios anuais que davam uma visibilidade das atividades e do andamento da vida escolar, também foram uma importante fonte de análise. Em 1899, foi publicado pela primeira vez, o relatório com a premiação dos alunos em comportamento, aplicação, aproveitamento e melhor classificação nas notas das disciplinas. A partir da década de 1920 aparecem, nas “lembranças”, fotos dos alunos premiados, dos participantes das associações católicas, do batalhão militar, das festas religiosas, das excursões, dos festivais teatrais e musicais e de autoridades civis e religiosas. Também há muitas fotografias dos prédios do Gonzaga, com tomadas de seus espaços internos e externos.

⁹⁵ Em 1922 o Gonzaga possuía um curso de principiantes, que aceitava crianças a partir dos 7 anos, três cursos de ensino primário, cinco anos de ensino secundário ginásial e dois de ensino comercial (correspondentes ao 2º e 3º anos do ginásial). O corpo docente era composto de 13

Para atender a este crescimento, construíram espaços que comportassem o acréscimo de alunos e da própria comunidade religiosa para atendê-los.

Foto do prédio em que funcionou, inicialmente, o Gonzaga

Esse prédio, cuja foto é de 1905, herdado pelo então seminarista João Francisco Braga - posteriormente, D. João Braga, bispo de Petrópolis e arcebispo de Curitiba - foi doado aos jesuítas. Já nessa época pode-se observar a existência do emblemático coqueiro tão admirado pela comunidade gonzagueana de todos os tempos.

Buscando o pleno desenvolvimento das atividades escolares, em 1905, foi demolido o prédio em que funcionava a escola, dando lugar a um outro de dois andares. Da mesma forma, com o passar dos anos foram sendo adquiridos várias casas e terrenos que possibilitaram a ampliação dos prédios e demais áreas que constituíam um conjunto arquitetônico de configuração jesuítica. Um espaço escolar retangular, com suas alas voltadas para os pátios internos de recreação, que eram divididos conforme seu público: alunos menores, alunos maiores e pensionistas. Essa disposição espacial tem forte conotação, refletindo na sua

lentes (Padres da Companhia de Jesus), 5 professores (Irmãos Maristas) e 4 professores leigos: Egídio Zanotta (Curso de principiantes), Domingos Duprat Bandeira (2ª secção do 1º curso), João Gualberto Duprat Bandeira (3ª secção do 2º curso) Ernesto Ronna – cônsul da Itália e naturalista, auxiliava os Jesuítas nas cadeiras de Química e História Natural, no Curso Ginásial (LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1922).

materialidade um sistema de valores reguladores como ordem, disciplina, controle e vigilância, inerentes à liturgia acadêmica que aí reinava.

Segundo ESCOLANO (1998), os espaços educativos e a arquitetura escolar, ao mesmo tempo em que se impõem como organizações disciplinares, estão carregados de significados que transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ou seja, aquele que é invisível e silencioso. Nesse sentido, esse autor nos diz, também, que a localização da escola e suas relações com a ordem urbana, o traçado arquitetônico do prédio, elementos simbólicos que lhe são próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.⁹⁶

Foto – vista geral do Gymnasio

Nessa fotografia de 1926 têm-se uma vista da parte dos fundos do prédio do Gonzaga, voltada para os pátios. Em primeiro plano, o prédio que abrigava o internato e o teatro. Ao fundo é possível ver as torres da Catedral. O Ginásio Gonzaga, a mais importante instituição educacional católica da cidade, localizava-se estrategicamente em frente à Catedral e ao Palácio Episcopal,

⁹⁶ Sobre o tema em questão ver também FRAGO (1998); BENITO (2000) e ALVES (1998).

constituindo um importante núcleo religioso e educacional do catolicismo, que só era quebrado pela existência junto à Praça José Bonifácio, do Centro Espírita Jesus.⁹⁷

Em muitas cidades brasileiras a Igreja principal localiza-se junto à prefeitura, ao redor de uma Praça. Pelotas possui uma situação diferenciada, pois a Catedral (embora tenha sido doado terreno próximo à prefeitura para a sua construção) localiza-se a algumas quadras do “centro administrativo da cidade”. De um lado da Prefeitura, num prédio de igual imponência, encontra-se a Bibliotheca Pública Pelotense, local que, desde fins do século XIX, tornou-se o centro de muitas atividades culturais realizadas na cidade; e do outro, o prédio daquela que foi a primeira Faculdade de Agronomia do país e hoje faz parte da Universidade Federal de Pelotas.

Foto do segundo prédio

O novo prédio, no elegante estilo neoclássico de dois pisos, foi construído para atender a grande demanda pelo ensino primário e secundário ministrado no Gonzaga. Sendo uma escola privada, esse espaço atendia aos interesses de sua elitizada clientela que podia pagar por sua educação escolar. Dessa forma, no início dos anos de 1940, a matrícula no internato ultrapassou os 100 alunos, oriundos em sua maioria de cidades vizinhas como Rio Grande, Piratini, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul, Camaquã, Pinheiro Machado, Bagé, Jaguarão, Herval e Arroio Grande.

⁹⁷ Em AMARAL (1999) faço referências à preferência dos maçons pelo Espiritismo Kardecista, que também recebia fortes restrições por parte da Igreja. Nas primeiras décadas do século XX houve grande crescimento e propagação do Espiritismo em Pelotas relacionado, provavelmente, à sua forte ligação com a Maçonaria. Como curiosidade cabe ressaltar a “afronta” dos maçons e espíritas da cidade que, em comemoração ao centenário da Independência, em 1922, inauguraram um busto do maçom José Bonifácio, o “Patriarca da Independência”, na praça em frente da Catedral, que passou a se denominar “Praça José Bonifácio”.

Foto do prédio onde atualmente funciona o Gonzaga

Em 1962 o prédio principal do Gonzaga sofreu sensíveis reformas que, além de ampliarem seus espaços, descaracterizaram totalmente sua fachada. Seus administradores, talvez preocupados com uma imagem mais “moderna” do estabelecimento escolar, lamentavelmente optaram por não conservar seu estilo arquitetônico.

Em setembro de 1902, o Gonzaga recebeu a *equiparação prévia* ao Ginásio Pedro II, símbolo maior da qualidade de um estabelecimento de ensino, passando, então, a se denominar *Gymnasio São Luiz Gonzaga*⁹⁸. É interessante relacionar o fato de que o então *Gymnasio Pelotense* foi criado em outubro, um mês após a equiparação prévia do Gonzaga (que foi finalmente efetivada em 1904).

No ano de 1905, na Bibliotheca Pública Pelotense, houve a formatura dos cinco primeiros bacharelados em Ciências e Letras do Ginásio Gonzaga. O reduzido número de formandos indica, provavelmente, o rigoroso processo de seleção escolar no curso secundário.⁹⁹ A solenidade contou, inclusive, com a participação do vice-presidente da Província, o que denotava não só a importância social, mas também política desse ato, podendo-se comprovar o apoio do governo estadual positivista a uma importante iniciativa da Igreja Católica na área da educação.

O método educacional dos jesuítas, que uniformizava a pedagogia por eles aplicada em toda a sua extensa rede de colégios, se fundamentava na “Ratio Studiorum”¹⁰⁰, que definia critérios e organizava o conhecimento escolar. O sistema de ensino pautado pelos princípios da disciplina, da obediência, do respeito e dos bons exemplos, tendo por base a inculcação moral e religiosa, visava a formação de alunos dóceis, obedientes mas ao mesmo tempo preparados para ocuparem futuramente posições e responsabilidades de mando. Como afirma DALLABRIDA (2001, p. 164 e 165)

⁹⁸ São Luiz Gonzaga, o “protetor da mocidade estudiosa”, era considerado o modelo de estudante católico.

⁹⁹ DALLABRIDA (2001, p. 221 e 222) observa que o ensino secundário na Primeira República era considerado um “luxo aristocrático”, destinado à elite brasileira, pois para a maioria dos intelectuais e políticos da época, a disseminação do ensino primário era suficiente para estabelecer a “democracia” republicana: “*em verdade havia quase um fosso intransponível entre os níveis de ensino primário e secundário, pois o segundo tinha um caráter propedêutico, estando intimamente articulado com o ensino superior. Os poucos alunos que conseguiam concluir o curso secundário tinham grandes chances de ingressar nos cursos superiores, pelo fato de o exame vestibular, implantado na década de dez, não representar barreira significativa, devido à inexistência de limitação de matrícula [...] sendo sistematicamente aprovado quem se matriculasse*”.

¹⁰⁰ A Ratio Studiorum era o plano completo de estudos mantidos pela Companhia de Jesus. Sobre esse assunto ver FRANCA (1952), MAIA (1996) e TAMBARA (1995).

“o regime do ginásio dos jesuítas e dos quartéis modernos era parecido, tendo em comum várias táticas e estratégias de regulação, sendo que no primeiro priorizava-se o aprimoramento intelectual, enquanto no segundo adestrava-se sobremaneira o corpo. Organizados em divisões os ginásianos eram vistos como soldados [...] a semelhança entre os soldados e os ginásianos foi reforçada pelo fato do currículo do colégio conter instrução militar, de modo que a formatura do bacharelado coincidia com a cerimônia de entrega da carteira de reservista.”

As permanentes atividades propostas aos alunos, o controle do espaço e do tempo, a emulação e a premiação aos melhores alunos eram importantes dispositivos utilizados pelos jesuítas para atingirem os seus objetivos educacionais.

O método de ensino jesuítico previa avaliações freqüentes objetivando verificar o desempenho intelectual e inspecionar a conduta dos alunos. No Gonzaga, quatro vezes ao ano havia os “dias do boletim”. O corpo docente e os alunos se reuniam no salão nobre do Ginásio e assistiam ao “ritual militar” da proclamação das notas. Aspectos desse ritual, amenizado por apresentações artístico-culturais que envolviam o teatro, a música, o canto e as declamações feitas pelos alunos, nos é relatado a seguir:

“É como si o general e a officialidade passassem revista aos seus batalhões. Perante aquella assembléa cada alumno ouve publicar o seu muito ou pouco adeantamento e recebe o prêmio da sua applicação, ou talvez um estimulante menos agradável para a sua indolência natural. Como, porém, a leitura das notas de mais de 400 alumnos é bastante árida, costuma-se enfeitar este acto dos arabescos de música, canto, declamação e theatro.

A pequena orchestra do Gymnasio é, sem dúvida, o factor mais efficiente para amenizar as reuniões officiaes da casa e contribuir para a educação artística e o bom gosto dos alumnos. Nestas occasiões algumas aulas deram mostra apreciável do seu progresso na difficil arte do canto. Com bastante agrado o auditório acolheu sempre os pequenos declamadores e com merecido applauso os jovens oradores, dos quaes um ou outro um dia se torne celebridade da tribuna brasileira. O que, porém, despertava mais entusiasmo no auditório juvenil era o theatro com suas pequenas comédias que os alumnos representavam com naturalidade e graça empolgante. Toda a proclamação das notas é fechada com chave de ouro pelo Revmo. Pe. Reitor que com a eloquência dos sentimentos paternaes, ora felicitando, ora estimulando os brios da mocidade, aponta-lhe a nova posição a tomar até que alcance a Victoria final na festa da conclusão do anno escolar” (LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1924, p. 96).

Os padres jesuítas do Gonzaga, desde 1910, passaram a ser auxiliados pelos irmãos maristas, os quais se responsabilizaram pelo curso primário da escola, até 1926.¹⁰¹ Nesse período, lecionaram naquela escola 15 irmãos maristas de origem francesa e alemã. A Companhia de Jesus dirigiu o Gonzaga até o ano de 1926, quando os Irmãos Lassaístas assumiram a sua direção, tarefa à qual se dedicam até os dias de hoje.

Em 1924, por decisão dos superiores da Congregação Jesuítica na Alemanha para que a Ordem priorizasse sua atuação junto à formação eclesiástica, o Gonzaga esteve na iminência de fechar. Isso muito em função da eclosão da Primeira Guerra Mundial, que impediu a vinda de elementos de várias congregações para o nosso país, e fez surgir centros de formação de novos quadros que passaram a preparar as vocações religiosas de brasileiros.

O reitor do Gonzaga, demonstrando empenho pelo seu não fechamento, através de correspondência datada de 26.07.1925, tenta justificar ao provincial da Alemanha a importância estratégica de se manter um colégio destinado à formação da elite rio-grandense numa região onde predominava o latifúndio, de onde mais saíam quadros de influência na vida pública :

“O Rio Grande do sul é o 3º ou o 4º em influência entre os estados do Brasil, muito revolucionário. O sul fornece muitos ministros, generais, etc., e para o Rio Grande do Sul, funcionários públicos graduados, médicos, advogados, engenheiros. Há muitos latifundiários. Nas colônias alemãs é tudo minifúndio e de lá não surgem pessoas de influência na vida pública. Mas, das 15 casas dos jesuítas, no Rio Grande do Sul, 13 estão nas colônias, 1 em Porto Alegre e 1 em Pelotas. Nas colônias há muitos outros religiosos e bom clero diocesano. No sul, em Pelotas, estamos nós, o bispo, seu secretário e mais 3 padres. Na campanha, 11 padres idosos, distantes entre si 10 a 20 horas a cavalo. E só os padres das colônias fizeram bom trabalho, salvando a fé desse povo. [...] Nossos internos têm tanta importância, provindo da campanha, como os 400 externos da cidade de Pelotas” (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 61)

Ficou então decidido que os Jesuítas, que se retiraram para Santa Maria, onde foram dirigir o Seminário Diocesano daquele Bispado, entregariam o

¹⁰¹ Sobre a atuação dos Irmãos maristas no campo educacional, ver AZZI (1997).

Gonzaga para uma outra congregação religiosa masculina. Como aos maristas faltava pessoal para substituir com igual competência aos jesuítas, a administração dessa escola passou para os lassalistas, que inicialmente o alugaram e, em 1934, acabaram por comprá-lo dos jesuítas.

Os Irmãos lassalistas começaram suas atividades no Brasil na primeira década do século XX. Vindos em sua maioria da França, de onde tiveram muitos de seus colégios fechados pelo governo anti-clerical maçônico, aqui dedicaram-se também à ação educativa nas escolas.¹⁰²

A pedagogia lassalista tem por fundamento os preceitos do educador católico São João Batista de La Salle. Conforme nos afirma JUSTO (1991, p. 7 e 8),

“o fim supremo de La Salle, na educação, foi o ideal do Evangelho: “procurai primeiramente o reino de Deus”. A formação moral e religiosa do educando por meio da instrução, do exemplo, da participação na Missa, da freqüência dos Sacramentos, da oração, ocupa o lugar primacial no seu sistema pedagógico. Imprescindível também considerava – embora lhe concedesse importância secundária – a educação intelectual, profissional, social e física. [...] Corolários: a obrigatoriedade escolar e a gratuidade do ensino para quem não tivesse condições de pagá-lo. [La Salle] generalizou o uso do modo simultâneo e a leitura na língua materna no curso primário e suavizou a severa disciplina da época. Abriu as primeiras escolas para a formação de professores leigos, organizou escolas dominicais, profissionais e de comércio”.

Os Irmãos lassalistas, que estavam no Rio Grande do Sul há 19 anos, ao virem para Pelotas, fecharam o internato de São José de Canoas, que se tornou uma casa de formação eclesial. Dos quase 200 internos alguns poucos se dispuseram a ser transferidos para o Gonzaga. Quando assumiram a direção, o Ginásio Gonzaga tinha 400 alunos externos e 68 internos. No sistema de internato, que vigorava desde 1916, os alunos eram dos cursos primários e secundários e estavam divididos em dois grupos, conforme sua idade.

Sabe-se que, desde 1922, a vinda dos lassalistas para a cidade já era pleiteada pelo bispo de Pelotas, D. Joaquim Ferreira de Mello para que

¹⁰² Sobre as idéias educacionais e a obra de São João Batista de La Salle, ver JUSTO (1991), e sobre a história dos Irmãos lassalistas no Brasil, CAMPAGNONI (1980). Em HENGEMÜLLE (2000) são abordadas diversas leituras que os historiadores da educação efetuaram sobre o educador e pedagogo João Batista de La Salle.

administrassem o Asilo de Meninos Desvalidos por ele criado. Mas os Irmãos, de início, não demonstraram interesse nessa obra. Somente assumiram-na quando vieram para Pelotas para dirigir o Gonzaga. Ressalta-se que, até os dias de hoje, os lassalistas têm como prática, a partir de sua atuação em um estabelecimento educacional pago, ajudar na manutenção de uma escola gratuita.

Dessa forma, em Pelotas, assumiram a direção da Escola Sagrado Coração de Jesus, destinada a meninos, localizada ao lado da Igreja de mesmo nome, no bairro do Porto, e junto da qual também funcionava o Asilo de Meninos Desvalidos. PARMAGNANI e RUEDELL (1995, p. 89) lembram que:

“desde os primórdios da congregação, La salle e, em continuação os Irmãos, fizeram da gratuidade do ensino para os pobres, prioridade para a ação educativa. [...] Mas já no tempo de La Salle, havia Escolas Pagas, isto é, mantidas pelas mensalidades dos alunos. Para salvaguardar o princípio de gratuidade, os Irmãos faziam e fazem questão de que o estabelecimento em que se recebia pagamento dos alunos mantivesse uma escola gratuita em bairro pobre, a que se chamava **Escola Quartier**. Houve três tentativas de se manter uma escola para pobres na zona portuária, dentro da paróquia do Sagrado Coração de Jesus. Primeiramente, os jesuítas, depois os maristas e, finalmente, de novo os jesuítas.”

Era elevado o número de alunos que acorreram à Escola Sagrado Coração de Jesus, contando, no ano de 1929, com 220 alunos e, em 1938, com 300.¹⁰³ Junto à Escola os Irmãos fundaram o Grêmio São João Batista de La Salle, para ex-alunos, com a finalidade de

“conservá-los na prática de uma vivência cristã. Esse Grêmio, com o passar dos anos, cresceu e foi um exemplo de fidelidade às práticas religiosas[...] Missas houve em que mais de 100 moços ou já pais de família, enchiam os bancos da igreja paroquial e animavam o culto com cantos e orações. Esse Grêmio ainda existe com sede própria” (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 91).

¹⁰³ Aos alunos foi adotado o uniforme de escoteiros, sendo formado o Batalhão de Escoteiros da Escola Sagrado Coração de Jesus: “*não eram escoteiros aqueles alunos, mas recebiam alguns ensinamentos e se comportavam um pouco à semelhança dos escoteiros organizados. Quando percorria as ruas da cidade, bem disciplinado, o Batalhão colhia salva de palmas e despertava a generosidade dos pelotenses para com a Escola*” (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p.89). É interessante apontar que, através da análise do periódico A Palavra, há severas críticas à prática do escotismo que não era bem vista por certos segmentos da Igreja.

Batalhão de escoteiros da Escola Sagrado Coração de Jesus

Em 1944, o Asilo de Meninos Desvalidos mudou-se para o bairro Areal (onde está até os dias de hoje), passando a chamar-se Instituto de Menores de Pelotas. A Escola Sagrado Coração de Jesus ou “Escola do Porto”, como era conhecida, funcionou até 1955, quando estabelecimentos de ensino público municipais e estaduais passaram a dar conta dos alunos até então atendidos por aquela escola comunitária. A Escola fechou em função de não ter havido acerto entre os Irmãos e o bispo D. Antônio Záttera quanto à sua manutenção e reformas que se faziam necessárias. Em 1957, no mesmo local, foi instalado o Colégio Diocesano, que ministrava ensino secundário.¹⁰⁴

Anos mais tarde, em 1964, os Irmãos criaram uma outra escola gratuita em um bairro pobre da cidade, a Escola e Assistência Social Hipólito Leite, aproveitando uma obra de assistência que fora iniciada no bairro Cruzeiro pela Irmã Maria Assunta Tacca. Hoje, a Escola atende a mais de 500 crianças carentes e continua a ter seus trabalhos coordenados por representantes do Colégio Gonzaga.

¹⁰⁴ Esse Colégio, juntamente com o Asilo, eram as “meninas dos olhos” do bispo D. Antônio Záttera. No final da década de 1970 o Colégio foi fechado, sendo que ali passou a funcionar o Campus II da Universidade Católica de Pelotas. A influência de D. Antônio no campo educacional em Pelotas

3. 2. 1 Uma escola lassalista

Quando a direção do Gonzaga passou para os lassalistas, o Curso Primário continuou a existir, mas o Ginásial foi suprimido, sendo adotado em seu lugar o Curso Comercial, a “Escola Superior de Comércio anexa ao Ginásio Gonzaga”. Isso em função de que já mantinham um Curso Comercial teórico e prático no Instituto São José de Canoas, tendo, portanto, um corpo docente bastante habilitado. E, também, devido à legislação da época que concedia a equiparação ao Ginásio D. Pedro II somente a estabelecimentos públicos de ensino, o que desoficializava os cursos preparatórios para ingresso no ensino superior existentes nos estabelecimentos educacionais particulares.¹⁰⁵ Com essa mudança, embora tenha havido muitas desistências de alunos que freqüentavam o Curso Ginásial desse estabelecimento escolar, já em 1927 as matrículas nos Cursos Primário e Comercial deram um salto para mais de 800 alunos.

Em função da Lei Maximiliano, de 1915, a equiparação ao Colégio D. Pedro II passou a ser concedida somente a estabelecimentos públicos estaduais de ensino secundário. É importante dizer que esse foi um período em que as elites acorreram às escolas públicas uma vez que essas, através do sistema de equiparação, representavam o caminho mais rápido e seguro para ingressarem no ensino superior. No caso de Pelotas, a equiparação foi recuperada na segunda metade dos anos 20 pelo Ginásio Municipal Pelotense, o que fez com que boa parcela de jovens (inclusive de famílias católicas) lá realizassem seus estudos de nível secundário. Era bastante comum que, na década de 1930, os alunos realizassem o curso primário no Gonzaga e o secundário no Pelotense (que desde 1925 ministrava somente o ensino secundário). E aos alunos internos do Gonzaga, em sua maioria filhos de famílias de fazendeiros da região sul, restou

merece uma atenção especial em futuras pesquisas que pretendo realizar no âmbito da História da Educação na cidade.

¹⁰⁵ Sobre o assunto ver NAGLE (1974).

habilitarem-se como “Peritos Contadores”, que correspondia ao segundo ciclo do secundário.¹⁰⁶

Dessa forma, o Gonzaga passou a oferecer um curso secundário que, embora não atendesse às expectativas das elites - sua principal clientela até então - fosse voltado para as necessidades prementes de mercado de trabalho ligado às atividades que mais cresciam na cidade, ou seja, as atividades comerciais, bancárias e de administração pública.

O Curso Comercial do Gonzaga, diferentemente do ensino clássico propedêutico - que servia aos interesses dos que objetivavam o ensino superior - era mais prático, com conteúdos programáticos voltados para o desempenho de atividades comerciais, bancárias e da administração pública, preparando jovens para ingressarem de imediato no mercado de trabalho. Nesse Curso, o aluno recebia ensino teórico e prático através de um escritório modelo onde os jovens eram iniciados nas mais variadas “operações do comércio moderno”.

O currículo do Curso de Comércio constava de 13 disciplinas distribuídas em 4 anos: Religião, Português, Francês, Alemão, Inglês, Aritmética Comercial, Geografia, História Universal, Álgebra, Escrituração Mercantil, Direito Comercial, Correspondência Comercial e Caligrafia.

Os alunos, segundo os relatórios anuais, no primeiro ano eram iniciados em redação de faturas, recibos, duplicatas, letras de câmbio, promissórias, cheques, bem como na escrituração de operações mais fáceis. No segundo ano, aprofundavam e ampliavam os conhecimentos adquiridos no primeiro ano. No terceiro e no quarto ano os alunos punham em prática os conhecimentos teóricos adquiridos até então. Os terceiranistas eram auxiliares dos quartanistas, sendo esses chefes da casa e responsáveis pela marcha dos negócios simulados. Eles possuíam ampla iniciativa para a gestão de seus negócios: consignações,

¹⁰⁶ A Reforma Francisco Campos, através de decreto nº 20.158, de 30.06.1931, organizou o ensino comercial nos níveis médio e superior e regulamentou a profissão de contador. Pelo decreto, os cursos ficaram assim estruturados: Cursos médios: 1º ciclo (curso propedêutico, de 3 anos e curso de auxiliar de comércio, de 2 anos); 2º ciclo (cursos técnicos de secretário, de 1 ano; guarda-livros, de 2 anos; administrador-vendedor, de 2 anos; atuário, de 3 anos; perito contador, de 3 anos); Curso Superior de Finanças (3 anos). (ROMANELLI, 1996, P. 139).

comissões, empréstimos, hipotecas, dissolução de sociedades, etc. O professor limitava-se a acompanhar e orientar.

Foto do Banco Modelo (Fonte Parmagnani e Ruedell, 1995, p. 83)

Alunos do Curso de Comércio Prático em uma aula no Banco do Gonzaga, sobre o qual lê-se no DIÁRIO POPULAR (26.02.1935): *“no recinto do Banco Modelo [...] há uma artística guarnição de madeira envernizada e emoldurada, tendo na parte superior e central da moldura o dístico BANCO DO GONZAGA. Dá a impressão nítida de se estar frente a um verdadeiro estabelecimento de crédito. O Banco Modelo, para melhor e segura orientação de sua clientela, possui diversos guichês: caixa, câmbio, letras descontadas, letras de cobrança, etc. As respectivas carteiras adstritas ao gerente contador, caixa e diversos escritórios, estão afetas aos alunos do 3º ano de Perito Contador. Todo o material indispensável ao expediente, como sejam: livros, talões de cheques, cadernetas de depósito em conta corrente, devedor e credor, avisos de ordens de pagamento e outros mais, é impresso, o que imprime certa realidade às transações bancárias e comerciais.”*

Em 1933 recomeçou a funcionar o curso Ginásial, reconhecido provisoriamente até que o Gonzaga conseguisse novamente a equiparação permanente ao “Pedro II”, obtida em 1938. Dessa forma, os cursos mantidos pelo

Gonzaga, nesse período, eram os seguintes: Ginásial e Comercial (compreendendo os cursos propedêutico e técnico), os cursos de admissão e primário. O Curso Comercial passou, então, a funcionar no turno da noite para que seus alunos pudessem trabalhar durante o dia, o que possibilitava a muitos o custeio de seus estudos.

Pela LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA (1935, p. 79) pode-se constatar que continuavam a ser poucos os concluintes do ensino secundário. Em 1934, 18 alunos do Curso Ginásial e 22 do Curso Comercial terminaram os seus estudos e receberam os diplomas oficiais de Bacharel e de Perito Contador.

Mesmo diante dessa situação, pelos depoimentos dos alunos egressos do Gonzaga, pode-se constatar o bom nível de seu corpo docente e o seu empenho para que os alunos vencessem os obstáculos e fossem aprovados. O fato de os Irmãos residirem no Colégio e fazerem do magistério seu principal objetivo de vida refletia em uma “dedicação sem limites” ao processo de ensino e aprendizagem. Mas, por todos foi lembrado o fato de que até a década de 1950 os professores “com maior tradição”, os “medalhões”, os “grandes intelectuais pelotenses”, ministravam aulas no Colégio Pelotense. Alguns, inclusive, eram chamados para participarem de bancas no Gonzaga, no final do ano letivo. É o caso dos competentíssimos “irmãos Paula Alves”: Joaquim, professor de Matemática, que foi venerável da Loja Maçônica “Fraternidade” e diretor do Pelotense de 1931 a 1937, e Francisco, professor de Português. Professores leigos do Gonzaga, também deram aulas no Pelotense. Entre eles, dois que chegaram a ser diretores dessa Escola, Raphael Caldellas, diretor de 1960 a 1963 e Luis Carlos Correa da Silva, primeiro diretor eleito pela comunidade do Colégio Pelotense, em 1983.

Clay Rochefort, aluno do Gonzaga na década de 1940, comenta:

“O Gonzaga distinguia-se não só por ministrar ensino de qualidade, mas também pela formação religiosa, ética e moral que procurava dar aos alunos. Eram dignas de nota a relação respeitosa e a disciplina reinantes no Colégio, em todas as situações. Estou certo de que essa influência me marcou para sempre.[...] Os tempos do Gonzaga estão vivos em minha memória. Recordo-os sempre com saudade, como se estivesse a escalar a íngreme escadaria de acesso à capela; a seguir em fila para as

aulas; a desfrutar doces minutos de recreio; a bater bola às tardes de quartas e sábados no pátio, ou a suar a camiseta nos gramados da Chácara dos Padres, como era conhecida. Havia, também, nossa participação nos festivais e nos convescotes (pique-niques) de fim de ano. Era uma festa, uma alegria.”

Em relação às aulas, para que se tenha uma idéia de como seria o que PARMAGNANI e RUEDELL (1995, p. 130 e 131) consideram uma “aula tradicional no Gonzaga” nos anos 30 e 40, aponta-se o relato a seguir:

“Uma sala vazia, vasta para 50 alunos bem acomodados. Na frente, um quadro negro, a escrivaninha do professor sobre o estrado de uns 35 cm de altura para bem dominar toda a classe.

No centro da parede, acima do quadro negro, a imagem do Sagrado Coração de Jesus e o Crucifixo. Tudo em perfeita ordem.

A porta abre-se. Um irmão de batina preta e colarinho branco entra e vai direto à sua mesinha. Pouco depois, chegam os alunos. Vão entrando e ocupando seus lugares quase em silêncio. O Irmão, de pé, recebe-os com um sorriso e corresponde com leve inclinação aos que o saúdam. Estão todos de pé. Silêncio. Faz-se uma breve oração. Todos se sentam e não têm nada sobre a mesinha. O Irmão, com voz clara, palavras bem espaçadas, inicia a lição. Os olhares dos 50 alunos estão cravados nele, pelo menos no começo.[...] O professor serve-se do quadro e giz e assim vai prosseguindo a explicação. Concluída, ele diz: “Tomem o livro...página...”. Então é feita a leitura da lição explicada, em voz alta, geralmente alternando-se os alunos em cada parágrafo. Há interrupções para verificar se os alunos entendem todas as palavras e o conteúdo. Terminada a leitura, são feitas perguntas de modo que os alunos no fim já quase saibam a lição. [...] Quando o relógio dava horas, um aluno, de súbito, punha-se de pé e bem alto dizia: “Lembre-mos que estamos na Santa presença de Deus”. E todos os alunos, interrompiam seu trabalho, o professor se recolhia em oração e todos respondiam “Adoremos o Senhor”.

Raymundo Arraldi, que foi aluno e funcionário do Gonzaga na década de 1940, relata sobre a classe social do corpo discente dessa Escola:

“Era gente da alta sociedade, porque era muito caro. Tinham que ter muito dinheiro para pagá-lo. Não havia alunos bolsistas. O colégio só descontava pelo número de irmãos, na família. Os filhos de professores e funcionários não pagavam. Eu não paguei nada, nem na Faculdade de Ciências Econômicas. Teve até filhos de faxineiro e cozinheiro. Um até é médico. [...] Eu fiquei no Gonzaga de porteiro, um ano. Depois fui ajudante de secretário e secretário. Eu fui o primeiro leigo no mundo, que foi secretário numa escola lassalista. O diretor, prefeito, tesoureiro e secretário eram cargos dos Irmãos”.

Fora do espaço da sala de aula, os alunos eram fiscalizados pelos prefeitos, que eram Irmãos responsáveis pela disciplina e controle de suas atividades na escola. Havia o prefeito dos alunos internos e dos alunos externos.

Os prefeitos encarregados da disciplina realizavam a vigilância geral da escola, estando num posto hierarquicamente inferior ao do diretor geral. Acompanhavam os alunos nos corredores, nos recreios, nos jogos, nas salas de estudo, nos dormitórios e refeitórios e em seus passeios. A sua maior vigilância recaía sobre os alunos internos que, juntamente com aqueles que participavam mais ativamente da vida religiosa da escola, eram considerados a elite, os “alunos ideais”.¹⁰⁷

A avaliação da vida escolar dos internos, no período que abrange esse estudo, era feita por meio de boletim quinzenal com cinco avaliações: comportamento, aplicação, temas, lições e cortesia:

“Nota 10 em tudo era cartão rosa; alguma nota 9 era cartão verde; nota 8 ou menos, era cartão amarelo, ruim. Nota 5 ou menos, podia decidir exclusão. Os Boletins eram entregues pelo Diretor, sábado à tarde, das 18h às 19 h, na sala de estudo. Era a hora solene, esperada por muitos, temida por alguns. No fim da entrega havia a “chuva de rosa”, introduzida pelo diretor Irmão Benildo. Os que recebiam cartão rosa, de pé, sacudiam alegremente o cartão sobre a cabeça. Era o passaporte para a saída no dia seguinte.[...] Sábado, após a janta, havia cinema no grande salão. Os filmes, bem selecionados eram emprestados gratuitamente pelas diversas companhias cinematográficas. Condição: serem exibidos só para os internos, os Irmãos e os empregados caseiros” (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 99).

Nos relatórios anuais pode-se perceber que os Irmãos reconheciam e viam como necessário o duro sistema de vigilância e disciplina que vigorava no internato. Ele era necessário para que imperasse a “ordem e a boa educação”. Esse sistema nem sempre foi bem aceito pelos alunos e chega a causar estranheza a maneira como a resistência a ele, por parte dos alunos, nos é relatada na LEMBRANÇA DE 1938, p. 10:

¹⁰⁷ Sobre o sistema disciplinar e de vigilância no cotidiano de uma escola católica, consultar DALLABRIDA (2001).

“AGOSTO – vários pensionistas dão baixa do Pensionato em busca de maior liberdade. Repete-se a história do lobo montanhês e do cão doméstico: ‘Prefiro padecer fome e privações mas correndo livremente pelos montes e campinas a estar gordo e bem tratado com uma corrente no pescoço’ ”.

Como os alunos do Gonzaga, especialmente os internos, estavam submetidos a um exigente regime de cobrança intelectual e disciplinar, eram-lhes proporcionados alguns passeios ao longo do ano. Geralmente visitavam propriedades rurais pertencentes a parentes dos alunos ou a pessoas ligadas à Igreja. Essas saídas envolviam recreação e atividades físicas que propiciassem o desenvolvimento moral dos rapazes, fortalecendo a “educação do caráter juvenil”. Nas “Lembranças” há relatos extensos e detalhados, inclusive com fotografias, desses momentos de “lazer construtivo”, passando-nos uma idéia de que a escola não era somente um espaço que aprisionava os alunos para “despejar-lhes” conhecimentos.

Além desses passeios esporádicos, semanalmente os alunos iam a pé para a “chácara dos padres”.¹⁰⁸ A chácara, adquirida em 1920 pelos padres jesuítas e ampliada pelos lassalistas chegou a ter 14 hectares. Localizava-se no final da rua Anchieta, onde hoje se situa o Clube Esportivo Gonzaga.¹⁰⁹ Nesse local, com belas alamedas de eucaliptos, onde os Irmãos plantavam hortaliças e criavam vacas leiteiras, havia espaços para os alunos praticarem o esporte que era mais incentivado no Gonzaga, o futebol. Flávio Kramer, aluno do Gonzaga na década de 1950, nos conta:

¹⁰⁸ Em seu estudo sobre o Ginásio Catarinense, de orientação jesuítica, DALLABRIDA (2001) faz menção à existência de uma chácara dos padres em Florianópolis. Constata-se, dessa forma, a importância dada pelas escolas de orientação católica a atividades realizadas ao ar livre, reflexo, inclusive, das políticas higienicistas da época.

¹⁰⁹ Em 1965, numa iniciativa das Associações La Salle, Pais e Mestres e Grêmio Estudantil do Colégio Gonzaga foi fundado o Parque Esportivo Gonzaga (PEG) como um departamento desse Colégio, tendo por finalidade, segundo seus estatutos: “*congregar para objetivos culturais e esportivos de caráter amadorista de antigos alunos, pais de alunos, educandos e educadores do Colégio, bem como de outras pessoas de ambos os sexos, que desejarem participar como sócios e admitidos como tais pela direção do PEG*”. Com o tempo foi-se criando uma consciência associativa diversa da que dera origem ao PEG. Em função disso, em 1989 o Gonzaga deixou de participar dessa Associação, surgindo com a doação de seu espaço a seus sócios, o Clube Esportivo Gonzaga. O Clube passou a ter a finalidade de proporcionar lazer e recreação a seus associados, sendo que o Colégio Gonzaga continuou a utilizar-se de suas dependências sem ônus para a Escola.

“quando nós íamos à chácara dos padres não tinham nem instalações para se mudar ou tomar banho. Havia uns dois ou três campos de futebol. Quando jogávamos uma peleja de futebol no sol e cansávamos, a gente descansava ali na sombra dos eucaliptos, tomando água muito boa, cristalina, do córrego que hoje é o poluídíssimo “canal do Pepino”.

Quando o Gonzaga completou seu 45º aniversário a “Lembrança do Ginásio Gonzaga de 1940” foi apresentada numa edição bastante caprichada. Nas 234 páginas, com detalhes coloridos que mais pareciam vitrines de uma instituição escolar modelar, era apresentado o fruto do intenso trabalho desenvolvido pelos lassalistas: uma escola com 1.223 alunos. O corpo discente estava assim dividido: Curso Primário, 405 alunos; Ginásial, 267 alunos; comercial diurno, 137 alunos; comercial noturno, 247 alunos; cursos pré-universitários, 80 alunos; Faculdade de Ciências Econômicas, 35 alunos.

Nesse ano, o relatório era dedicado às autoridades civis, militares e eclesiásticas, aos benfeitores, aos amigos e ex-alunos, aos alunos e seus familiares. Lê-se na sua dedicatória:

“a vós queridos alunos pela cordialidade e aproveitamento nunca desmedidos, pela galhardia, elegância e brio com que sempre soubestes dignificar e engrandecer o nosso amado Gonzaga, oferecemos como recordação de vossos triunfos escolares”.

No entanto é inevitável o questionamento sobre aqueles que “não triunfavam”, que nesse processo de disputa “não eram os vencedores”, que não se enquadravam no sistema de produção, obediência e assunção de preceitos do catolicismo. Aqueles que não eram católicos e que, conforme declaração de vários entrevistados, não estavam em igualdade de condições na disputa pelos prêmios, especialmente no quesito “Comportamento e Aplicação”. Aqueles que não incorporaram o *habitus* vigente no estabelecimento escolar e não compartilhavam do *capital cultural*¹¹⁰ e/ou *capital social*¹¹¹ propiciado pelo corpo discente.

¹¹⁰ Segundo BOURDIEU (1998, p. 71 a 79), o capital cultural pode existir sob três formas : “no estado incorporado, ou seja, sob a forma de dispositivos duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros dicionários, instrumentos, máquinas; e no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se

Observando as notas que eram publicadas anualmente nas “Lembranças” constata-se que, esses alunos considerados “fora do padrão” desejado pela escola, correspondiam a um percentual que variava de 10% a 20 % em cada turma. Seus nomes e notas eram expostos nos últimos lugares das listas...

Foto Lembr. De 1940 p. 152

Nesse quadro que consta na LEMBRANÇA DE 1940 aparecem duas figuras que posteriormente se destacaram na educação em Pelotas: Luís Carlos Corrêa da Silva, grande incentivador do teatro na cidade, foi professor do Gonzaga e do Pelotense, tendo sido diretor do Colégio Pelotense na década de 1980; Amilcar Gigante, médico, professor e reitor da Universidade Federal de Pelotas.

observa em relação ao certificado escolar, ela confere capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais.”

¹¹¹ “O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação de um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” BOURDIEU (1998, p. 67).

A emulação e o sistema de premiação foram fundamentais no projeto pedagógico dos lassalistas. O Gonzaga chegou a conceder medalha de ouro ao aluno que obtivesse, na conclusão do curso, o primeiro lugar no conjunto das matérias e medalha de prata, ao que obtivesse segundo lugar. O “prêmio de mais alta distinção” era conferido àqueles que obtivessem, em cada aula, os primeiros lugares no conjunto das disciplinas: distinção de 1º grau, uma medalha de honra aos dois primeiros; distinção de 2º grau, menção honrosa aos três seguintes. O “prêmio de excelência” era oferecido pelo excelente Comportamento e Aplicação demonstrado durante o ano todo: 1º grau, uma medalha de honra ao primeiro; 2º grau, menção honrosa aos quatro seguintes. O prêmio de Aproveitamento era atribuído àqueles que obtivessem o primeiro lugar numa ou mais disciplinas da aula. Assim como os premiados pelo Comportamento e Aplicação, os premiados pelo Aproveitamento tinham publicado o seu “retrato” no quadro de honra da “Lembrança”. O “diploma de honra” era conferido aos alunos que conseguissem “nota de honra” durante todo o ano letivo. Havia, também, os Prêmios de Português, Matemática, Contabilidade, que consistiam em uma medalha de honra oferecida aos melhores alunos de cada turma. O Prêmio de Francês era oferecido pela “Liga da União Latina” aos alunos melhor classificados no Concurso que se realizava em fins de novembro. Em cada aula era dada uma medalha de honra ao aluno que se destacasse em Religião. Os alunos melhor classificados no “concurso final de Catecismo” também eram premiados.

Sobre os Concursos de Catecismo assim se manifestou Francisco Vidal, que estudou no Gonzaga em 1940:

“O diretor chegava de inopino e dizia: “vamos fazer um concurso de catecismo”. Todos nos erguíamos. Ficávamos de pé, formando fila em torno da aula e ele ia indagando e a gente respondendo. Depois ele selecionava. Mais adiante no fim do ano a pessoa tinha que saber as perguntas e respostas. Eu me lembro de um campeoníssimo que foi o Osvaldo Bachi, que depois de todos cairmos ele ficou sozinho e foi até o fim do livro com ele” na cabeça”. No fim do ano o bispo participava da prova final. Até que depois consideraram que não era mais conveniente uma coisa dessas, uma competição em torno do saber sobre religião... Acharam por bem que não era o melhor fazer competição em torno do seu saber teórico”.

Pelo que nos é relatado na LEMBRANÇA DE 1938, p. 98, pode-se constatar o espírito competitivo do qual se revestia esse “certame catequético” em que a disputa entre os “atletas da fé” era comparada, inclusive, às pugnas futebolísticas entre os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas:

“No dia 29 de novembro realizou-se o grande “CONCURSO DE CATECISMO” para a conquista do título máximo de CAMPEÃO no período de 1938. Às 10 horas reuniram-se no Palco do Salão os “campeões” das aulas que iam participar deste importante certame catequético: as respectivas aulas achavam-se na platéia para assistir à pugna de seus representantes e ao mesmo tempo para “torcer” por eles (naturalmente uma torcida menos ruidosa que a do Gonzaga versus Pelotense, si bem que em certos momentos tivesse certa analogia com aquela). Presidiu a sessão da Diretoria do Ginásio e o zelosíssimo Pe. Capelão. A luta foi terrível: alguns caíram nas primeiras rodadas ao passo que outros resistiram tenazmente a várias dezenas de perguntas e respostas durante mais de uma hora, até que o distinto aluno Luiz Fernando Crespo de Souza, da 1ª série B, conseguiu vencer a renhidíssima peleja, sagrando-se gloriosamente “CAMPEÃO DE CATECISMO” do ano de 1938. Um artístico quadro representando a agonia de Jesus foi, além dos inúmeros aplausos e felicitações dos presentes, a recompensa que coube ao triunfador.[...] Os destemidos atletas da fé tomaram parte nesta maratona catequética.”

Mesmo que o Gonzaga tenha sido uma escola de orientação lassalista no período desse estudo, pode-se aproveitar a constatação de DALLABRIDA (2001, p. 265), que estudou Ginásio Catarinense dos jesuítas, quando o autor afirma que

“a emulação e o sistema de premiação também eram peças fundamentais da engrenagem escolar, pelo fato de manterem acesa a chama da disputa, que catalisava a produtividade escolar. A otimização do forte ritmo de trabalho escolar era proporcionada por pausas produtivas, programadas e distribuídas adequadamente ao longo do dia, da semana e do ano escolar, na forma de recreios, jogos, festas, piqueniques, banhos de mar, passeios”.

Em 1940, o Gonzaga teve seu prédio ampliado e modernizado. Sobre as novas instalações do Gonzaga, lê-se algumas declarações impressas no Diário Popular e que foram transcritas para a LEMBRANÇA DE 1940, p. 187 e 189, onde consta as duas fotos apresentadas a seguir:

“Dentre os modelares estabelecimentos de ensino secundário do país o Ginásio Gonzaga tem, fora de dúvida, lugar destacado constituindo esse fato um dos motivos de justificado orgulho para Pelotas. Essa é a impressão que tivemos ao visitar o novo e majestoso edifício há pouco

inaugurado e que veio ampliar as instalações já existentes. [...] O novo e elegante edifício tem quatro andares, medindo 110 metros de comprimento por 9 de largura. O andar térreo foi destinado para ginástica e para recreio nos dias chuvosos. No primeiro andar, estão as aulas do curso primário e comercial e no segundo, funcionam os cursos ginasiais, os gabinetes, laboratórios e museus de física, química e história natural, todos eles instalados com requisitos indispensáveis. No andar superior estão situados três grandes salões para dormitórios dos alunos internos. Cada um desses salões tem quarenta leitos, dispostos em espaço suficiente, além de completas instalações sanitárias”.

Foto – ala central do novo edifício

Ala central do novo edifício

Um dos dormitórios dos alunos internos

No Gonzaga, muitas de suas dependências, eram mantidas como de uso restrito de seu corpo docente. Esse era o caso da biblioteca, cujo acesso não se estendia aos alunos, que se viam obrigados a realizarem suas leituras e pesquisas junto à Bibliotheca Pública Pelotense. Para muitos, essa era uma forma de entrarem em contato com as “perigosíssimas” obras literárias censuradas pela Igreja...

Outro aspecto interessante a ser abordado, é o fato de os alunos do Gonzaga, assim como os do Pelotense, por determinação da legislação de ensino nacional, receberem, até a década de 1940, instrução militar. Formavam um batalhão que quando desfilava pelas ruas, particularmente nas datas nacionais, era bastante admirado pelo povo e pela imprensa pelotense. Nessas ocasiões contavam com a banda de tamboreiros¹¹² e com o grupo de ciclistas. Nos desfiles, o batalhão do Gonzaga era seguido pelo batalhão dos escoteiros, do Colégio Sagrado Coração, formando uma *“respeitável coluna que ocupava nada menos que 10 quadras marchando garbosamente como verdadeiros soldados”* (LEMBRANÇA DO GINÁSIO GONZAGA de 1938, p. 103). Não resta dúvida de que essa era uma forma de, conforme foi afirmado nesse relatório, o Ginásio

¹¹² Em 1958 foi criada no Gonzaga a sua banda marcial, que teve inicialmente 180 componentes e, na década de 1970, chegou a ser a maior banda marcial e musical estudantil, sendo considerada por três vezes campeã brasileira em concurso de bandas e fanfarras realizado em São Paulo. Esses títulos foram motivo de grande orgulho para os gonzagueanos e para a população pelotense, que vibrava e assistia emocionada às suas apresentações pelas ruas da cidade: “Tornava-se a Banda do Gonzaga o grande cartão de visita da cidade e não só nas tradicionais marchas da Semana da Pátria, ela fazia apresentações, levando o Colégio e sua história estudantil às ruas, como também, solicitada sempre que se fazia presente a qualquer festividade importante de Pelotas” (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 138). Nos anos de 1970 o Colégio Pelotense, ainda mantendo o espírito de competição com o Gonzaga, tem sua banda marcial que, com garbosidade e preparo técnico, continua a dividir a admiração e a preferência dos pelotenses por

Gonzaga “*impor-se à admiração do povo pelotense mostrando-lhe do que é capaz o elevado espírito cívico e marcial dos gonzagueanos*”. Parece óbvio que se os alunos recebiam instrução militar deveriam ser “verdadeiros soldados”. Essas palavras deixam transparecer uma idéia de que era necessário provar para a sociedade que o Gonzaga, além dos valores religiosos, também cultivava em seus alunos o civismo e o patriotismo, considerados fundamentais no processo educativo naquele período.

Da mesma forma que o Colégio Pelotense, como será visto posteriormente, o Colégio Gonzaga tem importante papel na criação de cursos superiores que, anos mais tarde, deram origem às universidades da cidade de Pelotas. Em 1937 foi fundada, junto ao Gonzaga, a Faculdade de Ciências Econômicas, ministrando Cursos de Comércio de ensino secundário e superior, chegando a atender, nesse ano, 360 alunos. Em 1938, foram incorporados a essa Faculdade, os alunos da Escola Municipal de Comércio, que funcionava junto ao Ginásio Pelotense, extinta pelo Prefeito José J. da Albuquerque Barros.¹¹³ Tal fato se deu em função da lei proibitiva de acumulações que acabou por reduzir o corpo docente da Escola a dois únicos professores.

A Faculdade de Ciências Econômicas foi desvinculada do Gonzaga em 1955 e incorporada à Mitra Diocesana. Juntamente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e outros Cursos criados pelo bispo D. Antônio Záttera, deram origem à Universidade Católica de Pelotas, fundada em 1960.¹¹⁴

uma e outra escola. Esse é um período em que, na cidade, movidas pelas apresentações na Semana da Pátria, todas as “grandes escolas” têm a sua banda e buscam fazer bonito pelas ruas.

¹¹³ A Escola Prática de Comércio, que ministrava ensino superior, foi criada em 1920 pelo então intendente do município, Dr. Cypriano Correa Barcellos. Desde sua fundação a freqüência anual nunca foi inferior a 80 alunos. Até 1930 haviam sido seus diretores: Alberto Echenique Leite, Fernando Luís Osório, Francisco de Paula Alves da Fonseca e Maurício Rodrigues. “*O ensino ministrado desdobra-se em três annos pela forma seguinte: 1º anno: Portuguez, Francez, Arithmética, Geografia, História do Brasil, História Universal e Geometria. 2º anno: Portuguez, Francez, Inglez, Escripuração Mercantil e Dactilografia. 3º anno: Inglez, Allemão, Escripuração Mercantil e Contabilidade Bancária, Direito Commercial, Sciencias Naturaes e Phisicas e Tachygrafia*” (DIÁRIO POPULAR, 01.04.1930, p. 1).

¹¹⁴ A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) foi a primeira Universidade do interior do Rio Grande do Sul e a terceira a ser criada nesse estado. Na década de 1950, D. Antônio Záttera, demonstrando notável espírito empreendedor, criou os seguintes Cursos e Faculdades que deram origem à Universidade Católica de Pelotas (UCPel): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

3. 2. 2 A vida religiosa no Gonzaga

Pode-se afirmar que a expressão objetiva e palpável do espírito religioso gonzagueano era a freqüência aos sacramentos e o florescimento e desenvolvimento das associações pias entre o corpo discente. Um panorama sobre a vida religiosa dos alunos e a ação educacional dos Irmãos Lassalistas dez anos após terem assumido o Gonzaga nos é relatado a seguir a partir da correspondência do Padre Lenz, capelão responsável pela direção espiritual dos alunos e dos Irmãos daquela escola, datada de 1936¹¹⁵:

“Temos no Ginásio 700 alunos dos quais 70 são internos. Vou para lá todos os dias às 5h30min. Às 6h é a comunidade dos Irmãos. Às 6h30min algumas confissões dos alunos internos. A seguir rezo um pouco de breviário e mais algumas confissões (dos alunos externos). Às 8h, missa para todos. Desde o princípio da missa, enchem-se todos os bancos, ao todo 28 com 7 a 8 assistentes por banco. O espaço da entrada é tomado de imediato e, muitas vezes, o corredor diante da capela. De ordinário, as comunhões são 25 a 30; por vezes, 50 a 70. [...] Os grandes são precisamente os mais fiéis. Da 5ª B aparecem todos pelo menos uma vez por semana, sendo que os da 5ª A, são mais indolentes. Aos domingos dos últimos tempos, até se faz preciso fechar a porta logo após o primeiro sinal, porque a capela não comporta todos os rapazes. (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 96 e 97)

É importante lembrar que aos alunos era obrigatória a freqüência às missas dominicais, momento em que tinham, inclusive, sua presença fiscalizada pelos Irmãos. Mas, durante a semana, estavam desobrigados dessa prática.

(1953); Faculdade de Ciências Econômicas de Bagé (1954); Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas (incorporada pela Mitra diocesana em 1955); Colégio Comercial Universitário (1955); Cursos de Pedagogia e Didática (1956); Colégio de Aplicação de Pelotas (1957); Curso de Jornalismo (1958); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé (1958); Cursos de Filosofia e Pedagogia de Bagé (1959); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Grande (1960); Faculdade de Direito e Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Rio Grande (1960).

Com o tempo os cursos e faculdades de Bagé foram incorporados pela FUNBA (Fundação Universidade de Bagé, hoje URCAMP) e os de Rio Grande pela FURG (Fundação Universidade de Rio Grande). (ZANOTELLI, 2000)

¹¹⁵ Mesmo após ter-se retirado do Gonzaga, a Companhia de Jesus continuou a manter um padre para dar assistência religiosa à capelania da escola. O Padre Brentano (capelão de 1928 a 1932) foi fundador do Círculo Operário Pelotense; o Padre Lenz (capelão em 1936), ex-provincial dos jesuítas, veio transferido do Ginásio Catarinense, Florianópolis, onde exercia o cargo de Prefeito de disciplina; o padre Jaime Chemello (capelão em 1960 e 1961) foi bispo de Pelotas e presidente da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Como as aulas no Gonzaga tinham início às 8h30 min, muitos antecipavam sua chegada e assistiam às missas diárias na capela da escola. Percebe-se, dessa forma, o quanto, entre os alunos, fora assimilada a pedagogia de La Salle, que também fundamentava a formação moral e religiosa do educando através da sua devoção, que se manifestava na participação nas missas, frequência nos sacramentos e oração. Em articulação com as missas, a confissão e a comunhão se incorporavam nas práticas educativas diárias dos estudantes. Através da escola recebiam solenemente, com a presença do bispo, a primeira comunhão, a crisma e até mesmo o batismo.

Os alunos da 5ª série a que se refere o capelão eram concluintes do curso ginásial. Naquela época, vigorava o currículo de 10 anos, sendo que 4 anos correspondiam ao Curso Primário, 1 ano ao Curso de Admissão e 5 anos ao Ginásio. Esses alunos “grandes” tinham, provavelmente, entre 16 e 20 anos.

Em suas correspondências, Padre Lenz comenta sobre as aulas de Religião ministradas diariamente aos alunos de todas as séries. Conforme a opinião do Padre, os rapazes do Gonzaga eram diferentes daqueles que com ele conviveram no Ginásio Catarinense:

“Aqui os alunos, também os da 5ª série, têm cada dia aula de Religião e estas aulas preparadas pelos Irmãos com uma consciência admirável. Devem fazer eles mesmos exames bem rigorosos de Religião: Dogmática, Apologética e Ascética. Vi os programas. [...] Aqui ocorreu sem alterações todo o ano. A opinião que formei, vindo para cá, foi-se firmando sempre mais. Os meninos de Pelotas são de outra raça, muito mais generosos e nobres que os de Florianópolis. São menos ingratos, menos preguiçosos e menos mal criados. Encontrei aqui meninos os quais nunca encontrei lá” (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 97).

A disciplina de Religião, embora fosse facultativa, conforme a indicação da legislação federal, figurava entre aquelas em que os alunos concorriam para o recebimento de premiação. Além das aulas de religião, ministradas pelos Irmãos, o capelão jesuíta também se encarregava de realizar visitas esporádicas às salas de aula para palestrar sobre temas de interesse doutrinário católico.

Ao corpo discente era também propiciado o aprofundamento de seus conhecimentos sobre o catolicismo e vivência cristã através da participação nas associações católicas como as Congregações Marianas, Juventude Estudantil

Católica, Apostolado da Oração e também diversos retiros espirituais dos quais geralmente participavam jovens ligados à Juventude Estudantil Católica.

As associações católicas de alunos, até meados da década de 1960, eram dispositivos pedagógicos bastante comuns nas escolas que pertenciam a diversas congregações religiosas.

Desde os primeiros anos do século XX, sabe-se da existência da Congregação Mariana que se destinava, inclusive, à participação de ex-alunos que, ao saírem do Gonzaga, continuavam fiéis à prática da Religião e à Congregação. Em 1924, foram criadas duas Congregações independentes: uma para os alunos internos - "Nossa Senhora do Rosário" - e outra para os externos - "Nossa Senhora da Glória".

Com os lassalistas no Gonzaga, as Congregações Marianas, sob a orientação dos padres capelães jesuítas, continuaram a cumprir com seus objetivos de estimular os congregados a serem modelos de aplicação, procedimentos, moralidade e obediência, através da fervorosa prática dos deveres religiosos e do bom encaminhamento para uma vivência cristã na vida social. Os congregados participavam de conferências cujos temas eram sempre considerados altamente morais e educativos. Realizavam reuniões semanais, participavam de devoções específicas e colaboravam com a organização e apresentação das festas religiosas que anualmente faziam parte do calendário escolar, dando-lhes um brilho especial. Dentre elas, a de São João Batista de La Salle, no dia 15 de maio, a Procissão de Corpus Christi, a festa de São Luiz Gonzaga, em 21 de junho, a festa do Coração de Jesus, as cerimônias de primeira comunhão e crisma dos alunos e as festas titulares das congregações de N. S. da Glória, N. S. do Rosário e N. S. da Conceição.

Essas associações contavam com uma diretoria, eleita pelos alunos, composta por diversos cargos: diretor espiritual (padre capelão), prefeito, 1º e 2º assistentes, secretário, tesoureiro bibliotecário e consultores.

No Gonzaga, cada associação religiosa tinha sua própria diretoria e seus programas de atuação. Por vezes dividiam seus trabalhos em seções como por exemplo:

- **Congregação do SS. Menino Jesus**, fundada em 1927, formada por meninos dos Cursos Preliminares, tendo por objetivos

“alcançar de Deus, pela meditação do Menino Jesus, 1) que em todas as casas de educação Deus tenha o primeiro lugar; 2) que em toda parte e em todo o tempo tanto os professores como os alumnos possam livremente observar as leis de Deus e da Igreja; 3) que os meninos não sejam expostos a perder a fé naquellas escolas onde Deus é menos honrado; 4) que Deus seja servido em suscitar numerosas vocações para professores christãos e educadores religiosos” (LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1930, p. 75).

- **Grêmio São Tarcísio**, fundado em 1930, tinha por finalidade: a devoção especial e íntima união com Cristo Sacramentado, assim como a contribuição para a piedade e esplendor do culto divino, servindo aos turnos do altar, preparando os “coroinhas”.

- **Conferência Vicentina**, fundada em 1928. Segundo seus relatórios, visava ao atendimento material e espiritual a famílias carentes através da distribuição de gêneros alimentícios e agasalhos, livros, brochuras e jornais “para fazer frente aos inimigos da fé católica e para a propagação da mesma”.

- **Cruzada Eucarística**, fundada quando os jesuítas ainda administravam o Gonzaga. Funcionava em todas as classes do Gonzaga, havendo em cada uma, diretoria própria, eleita no início do ano, tendo por objetivo o incentivo a todos os alunos à comunhão freqüente.

- **Centro de Juventude Católica**, fundado em 1934. Baseado nos princípios de vida espiritual intensa, espírito de renúncia e de disciplina, seus membros objetivavam apostolizar a juventude.

Portanto, essas associações religiosas visavam, além do aprofundamento do conhecimento da doutrina católica, o desenvolvimento de uma ação apostólica interna que acabava por contribuir para a consolidação do projeto político-pedagógico da Igreja, exercendo o importante papel de regulação da vida escolar. Esses grupos representavam um papel fundamental no conjunto de estratégias e táticas didáticas utilizadas pelos lassalistas para alcançar a produção e obediência do corpo discente.

É preciso reconhecer que os alunos participantes dessas agremiações constituíam-se em uma elite, um modelo de conduta a ser seguido pelos demais.

É notório que recebiam um tratamento diferenciado por parte dos Irmãos, que lhes propiciavam muitos passeios, jogos, piqueniques e viagens que objetivavam, além do “lazer saudável e familiar”, maior união e comprometimento do grupo:

“mas não é só pelas festas celebradas com edificante piedade, pelos festivais e pelas excursões que os congregados se distinguem. Em dez das quatorze aulas dos cursos secundário e comercial onde eles são recrutados, os primeiros prêmios foram conquistados brilhantemente por membros destas abençoadas agremiações marianas. Franca piedade, sã alegria, dedicação ao estudo: três substantivos que caracterizam os diletos “filhos de Maria” (LEMBRANÇA DO GINÁSIO GONZAGA, 1937, p. 126).

A participação dos alunos nesses grupos organizados servia de estímulo à adesão aos princípios do catolicismo e à normalização disciplinar. Muitas eram as táticas de vigilância e avaliação que levavam aos alunos o desejo de vencer e superar-se, resultado das recompensas oferecidas através das solenes premiações e/ou das pequenas recompensas diárias.

À avaliação dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas, que se dava através de provas e exames regulados pela legislação nacional, somava-se à avaliação do comportamento escolar dos alunos. Esse tinha por base sua conduta em relação à interiorização das normas institucionais vigentes, especialmente as religiosas.

Pode-se afirmar que essa avaliação do desempenho comportamental dos alunos, no qual se incluía a assunção dos valores e princípios do catolicismo (participação nas associações religiosas, missas, sacramentos e retiros) é um aspecto fundamental não só para caracterização da identidade do corpo discente do Gonzaga, mas também de toda essa instituição escolar. É esse o ponto que afasta essa Escola da uniformização curricular imposta pelo sistema de equiparação, conferindo-lhe uma cultura escolar própria e uma identidade peculiar.

3. 2. 3 As sessões artístico-culturais

Na programação festiva anual do Gonzaga as sessões artístico-culturais visavam interromper a monotonia da vida escolar. As apresentações

musicais, teatrais, literárias e cívicas, assim como os festejos religiosos, eram considerados como de grande importância pedagógica no sentido de aprimorar a educação e os valores católicos. As associações religiosas dos alunos sempre se faziam presentes com sua participação através de conferências, dissertações, récitas, exibições musicais, teatrais e cinematográficas.

O teatro era das atividades que mais despertava o interesse dos alunos. Como a realização de apresentações teatrais com fins educativos estava prevista na “Ratio Studiorum”, elas faziam parte da cultura escolar desde o tempo em que o Gonzaga pertencia aos jesuítas, sendo praticadas com regularidade, geralmente só com personagens masculinos e com temáticas impregnadas de religiosidade.

Os lassalistas também foram grandes incentivadores do teatro entre os alunos. PARMAGNANI e RUEDELL (1995, p. 166) assinalam que no começo do século XX, os Irmãos dirigiam, na França, 43 internatos onde as sessões teatrais eram previstas no planejamento anual. No primeiro grande internato criado por eles no Brasil, o Instituto São José, em Canoas, logo introduziram a arte teatral, continuada no Gonzaga, com a transferência daquele internato para Pelotas.

Em 1929 foi fundado o “Corpo Cênico”, tendo por fim o aprimoramento da *“cultura intelectual e social dos alunos, proporcionando horas convenientemente recreativas, por meio de representações teatrais”* (LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1929, p. 90). Em seus encontros mensais alguns membros do grupo faziam uso da palavra, dissertando sobre uma tese previamente preparada.

O “Corpo Cênico” possuía uma diretoria eleita, sendo que dela participavam Irmãos, professores e colaboradores do grupo de artistas amadores. Essa era uma forma de manter a vigilância, orientação e regulação do ritmo coletivo de um trabalho que divulgaria o nome da instituição escolar, dando visibilidade aos valores que lhes eram caros.

As peças teatrais eram rigorosamente escolhidas para que correspondessem não só às expectativas da escola mas, também, de toda a comunidade católica que pagava para assistir à “boa e honesta arte”. As

apresentações, que eram intercaladas com números musicais e declamatórios, contavam, inclusive, com a presença do bispo diocesano e de autoridades locais. Por diversas vezes o “Corpo Cênico” organizou matinês gratuitas para outras escolas e asilos. Geralmente eram encenados dramas dos séculos passados, cujos títulos eram bem sugestivos, como “O Remorso que Mata”, “O Triunfo da Coragem”, “Sublime Dedicção”, “Generoso Perdão”, “Os Gondoleiros da Morte”, “O Mártir da Eucaristia”, “Paixão de Cristo”, entre outros. Também representavam algumas comédias. Dentre elas, “Estudante em Apuros”, “O Inglês Mal Vestido”, “Quiabo” e “Lamparina”.

O “Corpo Cênico” realizava festivais de teatro que, além de serem apresentados no “Teatro Gonzaga” e no Colégio São José de Pelotas, também eram levados para cidades próximas, como Arroio Grande, Canguçu e Rio Grande. Em diversos períodos, os Congregados Marianos também tiveram seus grupos teatrais que se apresentavam no Ginásio e fora dele. É importante salientar que essas atividades constituíam-se em uma excelente fonte de arrecadação de fundos, que eram revertidos para outras iniciativas artístico-culturais e/ou religiosas.

Pela foto, que consta na Lembrança do Ginásio Gonzaga de 1926, primeiro ano dos Lassalistas no Gonzaga, pode-se observar que alunos de diferentes faixas etárias participavam das apresentações teatrais. Vê-se, ao centro do grupo, uma pessoa que, provavelmente, não fizesse parte do elenco.

Foto - Renegado e Mártir

“Festa de Nossa Sra. Da Glória [...] À tarde os Congregados ofereceram a suas exmas famílias um festival no teatro do Ginásio. “Renegado e Mártir” é o título do incomparável drama em 3 atos que levaram á cena. “Renegado e Mártir”! Drama que não teve precedentes no palco do Ginásio e que dificilmente poderá ter subseqüentes: drama em que o espectador encantado não sabia o que mais admirar: se a maravilhosa beleza dos cenários, se o deslumbrante efeito do luxuoso guarda-roupa, se a emotividade irresistível do enredo, ou a naturalidade comovedora dos atores. “Renegado e Mártir”! emocionante epopéia, vivida no palco por um grupo de congregados de Nossa Sra. da Glória, vivida na platéia por uma multidão com os olhos arrasados de lágrimas! “Renegado e Mártir”! O maior sucesso teatral do Ginásio, conseguido sob o patrocínio de Nossa Sra. da Glória pelo melhor conjunto dramático que o Gonzaga tenha até hoje apresentado! [...] drama insuperável cuja ação se desenrola no Egito, na época da 5º Cruzada”. (LEMBRANÇA DO GINÁSIO GONZAGA, 1937, p. 125).

Um indício da importância dessa prática cultural no Gonzaga, foi a construção de seu teatro. Por algum tempo, ele foi um dos poucos espaços disponíveis na cidade para a realização de espetáculos, uma vez que os tradicionais teatros haviam se transformado em cinemas. Dessa forma, o espaço do teatro servia, também, como mais uma fonte de renda ao Colégio.

As apresentações teatrais fizeram parte dos momentos festivos do Gonzaga até meados dos anos de 1950, como afirmam PARMAGNANI e RUEDELL (1995, p. 166):

“ o último drama apresentado foi no ano de 1954, pelo corpo cênico dos Congregados Marianos. Encenaram as “Pistrinas” ou a “Última Hora do Paganismo”, sendo protagonista o Imperador Juliano, o Apóstata, que havia renegado o cristianismo e voltado ao paganismo. Zombava de Cristo “o carpinteiro Galileu”. Um dia perguntou a um cristão: “Que está fazendo teu carpinteiro Galileu?” E a resposta: “Está fazendo o caixão para o imperador”. Pouco tempo depois, numa batalha, Juliano foi atingido por uma flecha no peito. Arrancou-a com força, agarrou um punhado de sangue e jogou-o contra o céu bradando: “Tu me venceste, Galileu...” E morreu. Cenas como essas emocionavam e educavam.”

As cerimônias e festas religiosas eram, também, abrilhantadas pela participação da “Schola Cantorum”, reorganizada em 1929, sendo que os cantores eram escolhidos entre os alunos pensionistas. Os constantes ensaios que ocorriam nas “horas de lazer” eram uma maneira de mantê-los com uma “ocupação produtiva”. Acompanhados pela orquestra da Catedral, geralmente “interpretavam com maestria a missa de Gounod”. Participavam, igualmente, das missas diárias que ocorriam na capela do Ginásio.

Outra festa que motivava grandes comemorações era o aniversário onomástico do diretor do Gonzaga. Geralmente sua programação ficava por conta do Grêmio dos Estudantes que organizava “magníficas manifestações de apreço ao Rev. Irmão Diretor”. Logo cedo havia missa na capela do Ginásio, da qual participavam os alunos e professores. Após, acontecia sessão solene, onde através de discursos os alunos enalteciam as virtudes do homenageado,

entregando-lhe flores. À noite, as famílias dos alunos eram convidadas para assistirem às apresentações artístico-culturais. Todos confraternizavam, vibrando com as manifestações das habilidades musicais, teatrais e declamatórias que o Gonzaga proporcionava a seus alunos.

No Gonzaga, no período estudado, havia uma preocupação em comemorar as datas cívico-religiosas. O dia do aniversário do Colégio, talvez por não se enquadrar nessa categoria e apresentar características que pudessem remeter a sentimentos considerados por demais profanos, perdia em brilho e participação para as festas dos dias de São João Batista de La Salle e de São Luiz Gonzaga, as festas titulares das Congregações Marianas N. Sra. da Glória (considerada, nos relatórios, “das festas do Ginásio a que mais comove e empolga”) e N. Sra. do Rosário, Corpus Christi, e as comemorações de exaltação à pátria.

Dentre as festas patrióticas, principalmente a partir da implantação do Estado Novo, o dia 7 de setembro era comemorado com grande entusiasmo e participação de todas as escolas. O Gonzaga, como se pode observar a seguir, assumiu plenamente o chamamento do Governo Vargas, que conclamava a participação da juventude nas homenagens à Pátria brasileira¹¹⁶:

“Pôs-se em marcha uma das maiores manifestações cívicas de rua que Pelotas jamais viu. [...] O numeroso cortejo que seguia estava assim constituído: a) Carro alegórico com um enorme escudo do Gonzaga profusamente iluminado com lâmpadas elétricas, levando à frente os seguintes dizeres: “Homenagem do Ginásio Gonzaga à Semana da Pátria”. b) Um pelotão de alunos com farda de ginástica. c) Um carro alegórico com o busto de José Bonifácio, armas e bandeira do Império, levando os dizeres: Homenagem ao Patriarca de nossa Independência. d) Pelotão de alunos. e) Carro alegórico com um grande quadro representando o “Grito do Ipiranga” com a seguinte dedicatória: Ao Criador da nossa independência, homenagem. f) Pelotão de alunos. Carro alegórico com as Armas e busto da República abundantemente iluminado, com a seguinte legenda: Brasil! Nome sagrado, só por ti viver queremos. h) Pelotão de alunos. i) carro alegórico levando um rico quadro representando o Presidente Getúlio Vargas, também profusamente iluminado, lendo-se a seguinte dedicatória: Homenagem ao criador e presidente do Estado Novo. j) Pelotão de alunos. k) enorme Bandeira Nacional, levada, pelas bordas, por uns 30 alunos menores. l) Pelotão de alunos. m) Finalmente, de cada lado da rua, um cordão de alunos com

¹¹⁶ Sobre esse assunto ver SCHWARTZMAN (2000).

farda caqui e constituído pelos cursos primários, protegia o suntuoso préstito contra a multidão” (LEMBRANÇA DO GINÁSIO GONZAGA, 1940, p. 31).

Não deve ser esquecido que esse é um período em que a Igreja Católica caminhava de “mãos dadas” com o governo brasileiro, que atendera muitas de suas reivindicações no campo educacional. A ditadura de Vargas, através da implantação do Estado Novo, era enaltecida. Curiosamente até o Patriarca da Independência, José Bonifácio, grande nome da Maçonaria brasileira e, por conseguinte, personagem visto com ressalvas pela Igreja Católica, no início do século XX, recebeu homenagens especiais do Gonzaga, nas comemorações da Semana da Pátria de 1940. São manifestações como essa que nos levam a constatar que a Igreja vinha revendo sua postura em relação ao governo republicano no Brasil.

Também faziam parte das comemorações da Semana da Pátria as demonstrações de exercícios físicos realizadas pelos alunos de diversas escolas da cidade. Essas demonstrações eram verdadeiros espetáculos ao ar livre que empolgavam a multidão que enchia todas as dependências do Esporte Clube Pelotas. No ano de 1940, num mesmo espetáculo, apresentaram-se cerca de 350 alunos do Gonzaga e 180 alunas do Colégio São José.

Clayr Rochefort comenta sobre algumas das práticas culturais desenvolvidas pelos alunos do Gonzaga nos anos de 1940, assim como sua importância em suas vidas após saírem da escola:

“Quanto a acontecimentos, vêm-me à lembrança os grandes desfiles, com a famosa banda, a rapaziada a envergar bonito talabarte, quepi e a indefectível gravata – tudo isso banido hoje de nossos costumes. Pelo menos com o garbo daquela época. Quero registrar dois fatos destacados do meu período no Gonzaga: o Conjunto Minuano [...] tocávamos nos festivais do Ginásio, festinhas de aniversário e, uma vez, “ousamos” enfrentar um baile [...] Poucas semanas atrás, o Barbosa Lessa, em artigo especial para a Gazeta Mercantil, alusivo ao cinquentenário do Movimento Tradicionalista Gaúcho, reportava-se ao Minuano, que ele tivera a iniciativa de formar. Coube também a Barbosa Lessa, ao lado de colegas como Bainy, Gastaud, Trilho Otero, eu e outros a fundação de um jornal. Estávamos na 3ª série, o professor (Ir. Agostinho) estimulava o exercício de redação e Lessa desde menino mostrava vocação, não só para a música, mas também para as letras. Surge, então, o Ecos Gonzagueanos, elo de aproximação entre pais,

professores e alunos e escola prática para futuros jornalistas. Por obra do destino, o Lessa, o Bainy e eu viríamos a ser profissionais da Comunicação Social...”

Barbosa Lessa, aluno da década de 1940, afirma que sua passagem pelo Gonzaga serviu de embasamento para toda a sua carreira:

“o Gonzaga prestigiava o aluno, alimentava as minhas loucurinhas, apoiava o meu jornal. E havia também um conjunto musical campeiro – Os Minuanos, que contou com o apoio dos professores. Mas teve um problema: não havia repertório. Tivemos que fechar o conjunto e suas apresentações, pois não havia música gaúcha. Então resolvi fazer composição de músicas. E daí pra frente...”

3. 2. 4 O Grêmio dos Estudantes

O Grêmio de Estudantes do Gonzaga, foi fundado em 1928, no ano seguinte à criação do Grêmio Estudantil do Pelotense, tendo por fim, segundo seus estatutos, “*a união, o divertimento e o cultivo literário e social dos alunos*”. Logo que a primeira diretoria foi empossada, também se iniciou a constituição de uma biblioteca. No entanto, antes de ser fundado o Grêmio, existia o Sport Club Gonzaga, com diretoria própria, eleita todos os anos.

As atividades do Grêmio Estudantil do Gonzaga, por um longo tempo, receberam a interferência direta da direção do educandário, sendo que os Irmãos faziam parte de Conselho Fiscal ou eram presidentes de honra. Em várias entrevistas que foram realizadas com ex-alunos do Gonzaga, esta situação é citada como um fator de desmobilização de uma atuação mais política por parte dos alunos. Conforme lê-se no ECOS GONZAGUEANOS (novembro, 1961, p. 1): “*O G.E.C.G. embora livre e autônomo, trabalha de mãos dadas com a direção do estabelecimento. São duas forças convergentes que juntas têm tamanho potencial que conduzem ao triunfo certo*”.

Se a atuação política do Grêmio dos Estudantes não chegou a ser incentivada pelos Irmãos, o mesmo não se pode dizer quanto à participação dos alunos nos esportes. Como se pode observar a seguir, no Gonzaga existia um

forte incentivo à prática de esportes, principalmente o futebol, provavelmente seguindo o milenar escopo *“mens sana in corpore sano”*:

“O “foot-ball” continua a ser o divertimento preferido dos colegiais estudiosos. Notável foi este ano, entre os médios e os alunos menores do Gonzaga, o entusiasmo para esse ramo de educação física. Os intervalos, aliás escassos, que os porfiados estudos permitem, não conheceram outra preocupação que não fosse o jogo de bola. Aos dias feriados, nos pátios do ginásio, no “ground” do valoroso Sport Club Pelotas, no campo do Colégio S. Coração, por toda a parte eram brados, palmas, torcidas [...] a boa e correta população escolar do Gonzaga cultivou a saúde do corpo e favoreceu o desenvolvimento da inteligência. Mostrou que o perfeito equilíbrio do organismo, além de ser uma fonte de alegria, comunica novo vigor ao espírito.” (LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1934, p. 120).

Essa era uma forma de alívio da pesada faina escolar e ao mesmo tempo desenvolvia a competitividade entre os alunos do Gonzaga e desses com os alunos de outras escolas (de modo particular com os Gatos Pelados). Competir e receber prêmios era realmente muito importante aos alunos, da mesma forma que estar inserido num sistema de meritocracia escolar que privilegiava os “melhores”, os mais “comportados”, os que correspondiam às expectativas pedagógicas e disciplinares da escola.

No Gonzaga, constata-se o controle e a vigilância constante sobre as atividades discentes fora do espaço da sala de aula, nas quais sempre havia a participação e orientação dos Irmãos. Essas atividades faziam parte de seu projeto político-pedagógico, sendo que muitas delas estavam incluídas no currículo a ser desenvolvido ao longo do ano. O controle do espaço, a escansão do tempo, o sistema de premiação e a emulação, podem ser considerados como mais um dos dispositivos que faziam parte das estratégias escolares daquele estabelecimento de ensino. As atividades extra-classe desenvolvidas pelos alunos eram uma forma de levá-los à produção e à obediência, mantendo-os ocupados em seus momentos de lazer em torno de uma causa fundamental: o desenvolvimento do espírito cristão católico.

Quanto às duas agremiações estudantis que havia no Gonzaga, em 1943 ocorre a sua fusão, passando o Sport Club Gonzaga a ser um departamento do Grêmio. Nesse mesmo ano, foi criado pelo Grêmio o periódico estudantil “Ecos

Gonzagueanos”. Dessa forma, como uma agremiação com fins literários e desportistas, as atividades do grêmio passam a ter uma maior visibilidade.

3. 2. 4. 1 O Ecos Gonzagueanos

No Gonzaga, os primeiros impressos estudantis surgiram como iniciativa individual de alunos que, em determinados períodos, geralmente incentivados por um ou outro professor, criavam jornaizinhos para que fossem apresentadas produções literárias assim como suas atividades cotidianas.

Tendo por base um artigo de Luís Carlos Barbosa Lessa, então aluno do Gonzaga, que escreveu no Ecos Gonzagueanos (17.07.1944) sobre a existência de alguns periódicos estudantis dessa Escola, aponta-se a seguir alguns dados sobre esse assunto.

É provável que o primeiro jornal fundado por gonzagueanos tenha sido o Ensaio, de 1914. Ele era impresso e distribuído pelo aluno quartanista Tristão Nunes Vieira que, sob pseudônimos, apresentava diversos artigos. Em 1933 surgiu O Pagode, dirigido por Alvacir Collares¹¹⁷, aluno do 3º propedêutico. A turma da 2ª série, em 1935, com Francisco Portugal à frente, fundava um periódico, datilografado, de distribuição mensal e gratuita e que teve publicação até meados de 1937. Nesse mesmo ano, o Centro de Juventude Católica “Aldo Marcozzi” apresentava O Centrista, dirigido por Raul Cohen e que circulou até 1939, aparecendo na última fase com o nome Vida. Em 1937 circulou O Alvorecer, jornal das 1^{as} séries, que surgiu incentivado pelo Irmão Gregório Afonso e pelo professor Dr. Germano Petrucci, tendo como diretor, Mário Freitas. Em 1939, incentivado pelo Irmão Gregório Afonso, o aluno Ney Jorge dirigiu a publicação de um periódico que apresentou somente 6 números e tinha suas páginas “artisticamente desenhadas”. Ney Maciel e Amílcar Gigante, alunos da 3ª Série, em 1942, incentivados pelo Irmão Miguel, dirigiram O Estudante. Nesse ano, o aluno da 2ª série Luiz Carlos Barbosa Lessa, juntamente com seus colegas,

orientados pelo Irmão Agostinho Simão, faziam circular O Gonzagueano, que durou até fins de 1943 e chegou a ter 32 páginas mimeografadas.

O Estudante era fortemente combatido pelo jornal O Gonzagueano. Essa briga chamou a atenção do Grêmio de Estudantes que, em 1943, resolveu criar o seu periódico estudantil, o Ecos Gonzagueanos.

Em entrevista realizada em 22.10.2001, Barbosa Lessa comenta sobre a importância de seus estudos antes de ingressar no Gonzaga, assim como sua influência para que criasse o jornal O Gonzagueano:

“Havia muita dificuldade de escola em Piratini (*pequena cidade próxima a Pelotas e que, no século XIX, chegou a ser, por um tempo, a capital da República Rio-Grandense*), então minha mãe resolveu improvisar-se em professora e me ensinou a ler, contar, escrever e ter gosto pela redação e pela música. Isso era feito em horas pré-determinadas e dentro de casa. Por exemplo, se um amiguinho batia lá em casa e queria brincar comigo, minha mãe dizia: *‘não, não pode porque ele está na escola’*. Eu tinha que cumprir o horário rigidamente. Como sobrou tempo, a minha mãe, que era formada pelo Conservatório Musical de Pelotas, passou a me ensinar Teoria Musical e piano. E, num passo seguinte, ela, embora não soubesse executar, me ensinou os princípios de uma coisa revolucionária, que se chamava datilografia. No município de Piratini havia só dois datilógrafos: o ‘seu’ Acrísio Gomes (secretário da Prefeitura) e eu. Por isso quando eu fui estudar no Gonzaga, aos 11 anos, eu já tinha condições de fazer o jornalzinho. Eu não só redigia, como datilografava. Eu era das oficinas, também. [...] Para imprimir, nas oficinas do Diário Popular, nessa época, era muito caro. Então meu professor de Português me encorajou e me passou uma receita que acabou ele mesmo fazendo, que era uma gelatina que datilografando-se em uma folha com papel carbono, essa gelatina chupava o impresso da fita no papel carbono, e permitia uma reprodução dos números desejados. Então começamos a imprimir por esse processo de gelatina. O jornal se projetou, foi muito bem aceito no Colégio a ponto de o Grêmio Estudantil pedir que nós cedêssemos o jornal. Eu cedi o jornal para o Grêmio Estudantil. Aí passou a ser publicado com o nome de Ecos Gonzagueanos.”

O Ecos Gonzagueanos, que circula até os dias de hoje no Gonzaga, por vezes apresentou alguns intervalos e nem sempre esteve sob a responsabilidade do Grêmio dos Estudantes. Ele representou, em muitos momentos, uma fonte de arrecadação de verbas para o Grêmio, pois mesmo com o incentivo de patrocinadores não era distribuído gratuitamente, não havendo identificação

¹¹⁷ Alvacyr Collares foi, por muitos anos, professor leigo do Gonzaga, sendo um representante da Igreja Católica de grande destaque no âmbito político-educacional em Pelotas. Até os dias de hoje,

quanto à sua tiragem. Pelo edital de seu primeiro número têm-se uma idéia de alguns de seus objetivos:

“a meta para a qual estamos voltados - o proveito intelectual dos nossos colegas – é o que exigimos do nosso jornal, no desempenho da sua missão. Queremos ainda satisfazer os alunos com leituras que os interessem e que os ponha a par dos acontecimentos havidos em nosso educandário. Em síntese, queremos constituir um jornal GONZAGUEANO, do GONZAGUEANO e para o GONZAGUEANO” (ECOS GONZAGUEANOS, 17.05.1943, P. 1).

Inicialmente, a proposta dos alunos do Grêmio é que o seu periódico, expedido a cada quinze dias, seja, particularmente, um órgão de caráter informativo dos acontecimentos que envolvem a vida escolar do Gonzaga.

Chama a atenção, já em seu primeiro número, a figura dos censores. No espaço onde são apresentados os representantes que compõem a diretoria do Grêmio e seus respectivos departamentos, são apontados no final, os nomes dos dois censores do jornal: Irmão Henrique Miguel e Prof. Rafael Alves Caldellas.

A realização de eventos que ocorriam na escola como concursos lítero-históricos, festas cívicas e religiosas e jogos (principalmente futebolísticos) ganham especial destaque em todos os números do Ecos Gonzagueanos.

Nesse periódico há predominância de um estilo humorístico bastante ingênuo que se manifesta explicitamente na secção “mexericos”, que como o próprio nome diz, aborda fofocas e acontecimentos cômicos que envolvem os alunos do Gonzaga. As “diversões e brincadeiras” dão margem a atividades de recreação: charadas, adivinhações, seguir o caminho em ziguezague e palavras-cruzadas. Através desse material humorístico pode-se apreender muito sobre os costumes vigentes na época bem como a representação social da escola, dos professores e dos próprios alunos.

Os seus textos sobre questões comportamentais, político-ideológicas e filosóficas, são abordados em um tom religioso, poético, patriótico ou satírico. Eles são produzidos tanto pelos alunos como pelos colaboradores, em sua maioria Irmãos, ex-alunos ou pessoas ligadas à religião católica, deixando transparecer

normas de conduta na ação desses indivíduos. Alguns desses textos já haviam sido publicados nos jornais locais da cidade. “Aproveitar” uma notícia veiculada em outro jornal era uma prática comum não só nos periódicos estudantis. Diversos jornais de circulação diária também se utilizavam desse expediente.

A partir de 1945, os interesses político-ideológicos da Igreja Católica, principalmente ligados ao anti-comunismo, ganham espaço no jornal através de textos assinados por representantes de associações leigas. Em alguns números há, inclusive, a “página a cargo e sob responsabilidade da Congregação Mariana”, como se pode observar a seguir no ECOS GONZAGUEANOS (05.11.1945, p. 7) :

foto

A partir de 1945, no imediato pós-guerra, com o processo de redemocratização que se instala no Brasil, a Igreja Católica incorporou, através do anticomunismo, o papel de prevenção frente aos perigos que poderiam acompanhar a instauração da liberdade política. E os estudantes das escolas católicas eram importantes “soldados” nessa verdadeira cruzada anticomunista desenvolvida pela Igreja.

Nesse período, como pode ser observado no ECOS GONZAGUEANOS (novembro, 1949, p. 1) apresentado a seguir, começam a aparecer alguns textos que demonstram a preocupação dos estudantes com a situação do ensino secundário no Brasil. Em sua maioria é veiculado o posicionamento de autoridades sobre o assunto. É raro encontrar textos escritos pelos alunos manifestando a sua opinião sobre esse tema.

foto

A arte de escrever e trabalhar na elaboração de um jornal contagiou a muitos dos estudantes responsáveis pela edição do Ecos Gonzagueanos, resultando no fato de alguns seguirem a carreira jornalística, como se pode constatar a seguir:

“Vários dos mais famosos jornalistas pelotenses orgulham-se do Ecos Gonzagueanos e este orgulha-se deles, pois foram as páginas deste jornal que receberam os seus primeiros artigos, as suas primeiras composições. Enfim, foi no jornal gonzagueano que iniciaram sua carreira jornalística” (Ecos Gonzagueanos, abril/maio, 1956, p. 1).

3. 2. 5 A Associação dos Antigos Alunos do Gonzaga

Ao mesmo tempo em que o Grêmio dos Estudantes do Gonzaga não exercia um papel muito representativo e atuante no cenário escolar, em função da imposição de uma certa vigilância e censura quanto ao desenvolvimento de suas atividades, a Associação dos Antigos Alunos do Ginásio Gonzaga, fundada em 1930, era uma entidade atuante que auxiliava e exercia forte influência no funcionamento do Colégio Gonzaga. Segundo seus estatutos essa Associação tinha por fim

“conservar e consolidar os sentimentos de amizade existente entre os seus associados; crear, entreter e desenvolver, entre elles, laços effectivos a bem da defesa e prosperidade de seus interesses communs e profissionaes; promover, material e moralmente o ensino religioso e a instrucção nos Estabelecimentos de ensino religioso” (LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1930, p. 68).

No seu primeiro ano de existência essa Associação já havia constituído personalidade jurídica para melhor expansão de seus objetivos. Visando “*proteger os sócios desempregados na árdua tarefa de encontrarem colocação*”

(LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1932, p. 75) criaram o departamento intitulado “Bureau de Colocação”, cujos representantes dirigiam-se às Associações Comercial e Varejista local e aos comerciantes locais em busca de colocação para os ex-alunos junto ao mercado de trabalho. Cabe lembrar que esse é um período em que os reflexos da Crise de 1929, da quebra do Banco Pelotense e da decadência das charqueadas se faziam sentir de forma crucial na cidade, resultando num alto índice de desemprego, onde se incluía a “elite” que havia conseguido freqüentar uma das melhores escolas da cidade.

Como afirma PARMAGNANI e RUEDELL (1995, p. 152), os membros dessa Associação

“estavam ao lado do Gonzaga nos dias bons e também nos dias difíceis, nos sucessos e nos problemas, incluindo, quiçá, processos. Não havia no Gonzaga iniciativas, promoções, festas cívicas e religiosas, homenagens aos padres jesuítas, aos Irmãos, a São João Batista de La Salle, a São Luiz Gonzaga, jubileus,... nos quais a Associação não tivesse a liderança.”

É possível acompanhar os trabalhos prestados à comunidade gonzagueana através dos relatórios anuais publicados nas “Lembranças do Ginásio Gonzaga”. Sediada, inicialmente em uma sala, no prédio do Ginásio, sua direção era eleita anualmente, apresentando já no seu primeiro ano 148 sócios e, no segundo ano um número que beirava a 200 ex-alunos. Na década de 1930 esse espaço estava aberto diariamente aos seus sócios das 19h30min às 22h30min, onde lhes era disponibilizado o acesso à sua biblioteca¹¹⁸ - que dispunha de livros, jornais e revistas - e aos jogos de xadrez.

Ao participarem da Associação dos Antigos Alunos os egressos continuavam a manter fortes vínculos de amizade e coleguismo entre si, com a Instituição de Ensino e com tudo o que ela representava em termos de educação, formação religiosa, ética e moral. Fortaleciam sua identidade de alunos oriundos de uma escola católica e recriavam laços sociais que proporcionavam trânsitos pessoais e institucionais que facilitavam o seu enquadramento profissional.

¹¹⁸ Em 1931, o Grêmio dos Estudantes que “cessou suas atividades por motivo superior” ofereceu à Associação sua biblioteca composta de mais de 60 livros “*mediante o pagamento de um saldo passivo daquelle Grêmio para com a Secretaria do Gymnasio Gonzaga, de vinte e oito mil e quatrocentos réis*” (LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1931, p. 88).

3. 3 Colégio Pelotense: uma instituição pública municipal com influências maçônicas, positivistas e laicas.

3. 3. 1 Uma instituição educacional maçônica

Como já foi afirmado anteriormente, em Pelotas, nas primeiras décadas do regime republicano, em função de não estar consolidado de forma hegemônica o *ultramontanismo*, a Maçonaria teve ainda uma marcante participação política e social. Envolveu-se ativamente não só com problemas nacionais mas, também, com as aspirações e necessidades da comunidade, embora buscasse congregar, principalmente, os interesses da elite pelotense e do que se pode considerar uma emergente classe média.

Dessa forma, os maçons, que desempenhavam um importante papel junto às atividades culturais e educacionais na cidade, criaram, em 24 de outubro de 1902, o *Gymnasio Pelotense*, uma alternativa de ensino laico de elevada qualidade, destinado a camadas mais abastadas da sociedade, e que se contrapunha ao Gonzaga, criado anos antes pelos jesuítas.

A criação e manutenção desse estabelecimento de ensino pela Maçonaria só pode ser compreendida dentro do contexto de disputa político-ideológica em que estavam envolvidas essa Instituição e a Igreja Católica, nos últimos anos de século XIX e primeiras décadas do século XX. Convém lembrar que a educação era um campo estratégico na preservação e ampliação das áreas de influência de suas ideologias.

E, como a Igreja Católica era mantenedora do Gonzaga - um estabelecimento de ensino de grande expressão na região - a Maçonaria, graças à sua organização e influência político-econômica, pretendeu criar um educandário que, ao mesmo tempo em que seguisse os ideais maçônicos na área de educação, superasse em qualidade a instituição educacional católica. Portanto, o Pelotense representou uma ação concreta da Maçonaria no projeto contra-hegemônico maçom em relação à Igreja.

Sendo assim, o objetivo da Maçonaria era criar um estabelecimento de ensino que, *“independente de sectarismos, combatesse o ensino clerical”* (FELIPPE, 1925, p. 16 e 17). Um local onde, através do ensino laico, ficasse assegurada a liberdade de consciência, de modo que fossem preparados *“futuros cidadãos aptos a viverem em uma democracia, da qual deveriam ser bons auxiliares, e não pela sua educação estreita e fanática, elementos perturbadores da ordem e do progresso”* (O TEMPLÁRIO, 07.07.1922, p. 8). Portanto, a escola propunha-se a ministrar o *ensino laico*, baseado no cientificismo e racionalismo, onde era pretendido o ensino experimental voltado para a vida prática do aluno, seguindo os mais *“avançados métodos da pedagogia moderna”*¹¹⁹ - contrários à *“pedagogia católica”* - onde eram partilhados valores que tinham por base o desenvolvimento da moral, do civismo e do patriotismo.

Para esse estabelecimento educacional acorreram estudantes oriundos de diversas cidades gaúchas. Sob o regime de internato e externato, desenvolvendo o ensino primário e secundário para meninos, o *“Gymnasio era aberto a todos que desejassem freqüentá-lo, sem qualquer injunção filosófica ou religiosa e sem preceitos raciais de qualquer espécie”* (HISTÓRICO DO COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE, 1952, p. 4), devendo os alunos, entretanto, ter condições de pagá-lo.¹²⁰

¹¹⁹ Sobre a “Pedagogia Moderna”, ver HILSDORF (1998).

¹²⁰ Quando o Colégio Pelotense completou 50 anos, foi elaborado, por alguns professores, um pequeno histórico. Alguns dos dados apontados nesse histórico foram utilizados por QUEIROZ (1986) que também realizou, obedecendo a uma perspectiva linear e cronológica, um apanhado histórico do Colégio Municipal Pelotense. GONÇALVES (1988) escreveu algumas memórias dos

Foto casa do Itapitocai

Inicialmente, o Pelotense foi instalado provisoriamente na antiga residência do Dr. Miguel Barcellos, Barão de Itapitocai, um dos mais antigos casarões da cidade de Pelotas, à rua que hoje leva o seu nome. Foi necessário alugar, devido à grande afluência de alunos, um prédio contíguo a este para o funcionamento da aula primária. Atualmente ali funciona a Escola Estadual “Monsenhor Queiroz”.

Em setembro de 1903, o Ginásio Pelotense foi transferido para outro palacete. Esse, adquirido pela Maçonaria e situado à rua Félix da Cunha esquina Tiradentes, onde permaneceu até 1961¹²¹. A compra desse prédio se fez necessária, pois a equiparação ao Ginásio Nacional D. Pedro II, à época, só era concedida àqueles institutos particulares que apresentassem um patrimônio de 50 contos de réis e prédio próprio. Para tanto, o Ginásio Pelotense contraiu um empréstimo de mais de 40 contos de réis em títulos de 100 mil réis a juros de 6%

Gatos Pelados. Esses três textos, juntamente com AMARAL (1999) E AMARAL (2002), correspondem ao material escrito sobre essa instituição de ensino.

¹²¹ Funcionava, anteriormente, neste prédio, na sua parte térrea, o Colégio Gama (que para lá foi transferido em 1881) (MAGALHÃES, 1993, p. 227). Atualmente, este imóvel ainda pertence à Maçonaria que o aluga para o Colégio Sallis Goulart.

ao ano, junto a cidadãos dispostos a colaborar com a causa da educação laica. Muitos foram os pelotenses que adquiriram esses títulos, chegando alguns a possuírem mais de 5 títulos de dívida. Esses, em sua maioria, foram pagos integralmente somente 20 anos após sua emissão.

Percebe-se, neste período, ao analisar o grande número de pessoas que contribuíram para a criação do Pelotense, o poder de organização e influência da Instituição Maçônica em Pelotas, capaz de congregar tamanho empenho ao redor desta causa.¹²²

Foto do prédio da Félix esquina Tiradentes

¹²² A presença da Maçonaria em Pelotas remonta ao século XIX. Sobre a criação das inúmeras lojas que existiam no município ver AMARAL (1999). Ao mesmo tempo em que havia diferenças internas na Maçonaria Pelotense, que levaram à criação de diversas Lojas, percebe-se que, diante de seus interesses e objetivos comuns, algumas oficinas fundiram-se, o que fortaleceu bastante a Instituição. Tal atitude representou uma questão estratégica frente à forte pressão antimaçônica desenvolvida pelo catolicismo no início do século XX. A união, em 1915, das Lojas “Honra e Humanidade”, “Rio Branco” e “Lealdade” que constituíram a “Lojas Unidas”, reforça essa afirmativa. Nesse período, a Maçonaria pelotense contava com 246 obreiros. Mas, ao que parece, tal união não se concretizou na prática, pois em 1923, ocorreu a completa fusão destas três Lojas, sendo constituída a “Fraternidade nº 3”. A partir de então, a Maçonaria em Pelotas, passou realmente a ser representada por uma única Loja. Esta situação permaneceu até 1958, quando houve a criação da Loja “Sete de Setembro”.

Este é um dos casarões que ainda nos traz a memória da riqueza e opulência vivida em Pelotas no século passado. Tendo sua construção sido iniciada em 1833, foi concluído em 1835 (data que mantém até hoje em sua parte frontal). Foi um prédio de “eira e beira”(duas fileiras de telhas coloniais portuguesas, em níveis diferentes), o que seguindo a tradição lusitana, denotava o status e refinamento de seus proprietários. Em duas ocasiões serviu de Paço Imperial: a família Ribas (então dona do prédio) abrigou D. Pedro II em uma visita que o imperador fez a Pelotas, em 1865, e, em 1885, por vinte dias, hospedou a Princesa Izabel e sua família. Este prédio sofreu inúmeras adaptações e reformas ao longo deste século. Externamente apresenta algumas descaracterizações como a retirada das eiras e das pinhas, a demolição do terceiro piso e os acréscimos de peças na parte dos fundos (DE LEÓN, 1994).

Foto da atual fachada do Colégio Municipal Pelotense

Pelo que se pode acompanhar pelos jornais locais, desde os primeiros anos da década de 1930 era intenção da municipalidade dotar o Pelotense de amplo e moderno edifício, tornando-o um estabelecimento modelar de instrução secundária. Tal fato só foi concretizado com a inauguração do novo prédio em 1961.

Desde os primeiros anos, a qualidade do ensino do Pelotense passou a ser garantida pelos professores, escolhidos entre a elite intelectual da cidade e que em sua maioria tinham diploma de curso superior (médicos, dentistas, advogados e engenheiros).

As referências escritas e depoimentos sobre os docentes do Ginásio Pelotense, destacam as formalidades que envolviam o mundo acadêmico daquela

época. Inicialmente, o grupo de professores era constituído pelos catedráticos ou lentes. Esses formavam a Congregação a qual, desde os primeiros anos do Pelotense, teve um grande poder deliberativo nas decisões internas daquele estabelecimento de ensino. Ela era constituída por professores tidos como competentes e qualificados. Alguns, eram profissionais de nível superior que, mesmo exercendo outra profissão, se dispunham a contribuir para que efetivamente se tornassem concretas as idéias maçônicas na área educacional. Os primeiros docentes do Pelotense eram membros da Maçonaria.¹²³ Com o tempo foram também convidados alguns professores que se “tornaram” maçons, provavelmente para que fossem melhor aceitos dentro do grupo. Não raros eram os que, devido à sua destacada posição política e profissional, viam-se obrigados a se ausentarem temporária ou definitivamente de suas atividades no Ginásio para assumir compromissos na capital federal e na capital do estado. Alguns membros do corpo docente do Ginásio foram, inclusive, prefeitos da cidade.¹²⁴

Como se pode observar na afirmativa a seguir feita por Mozart Russomano, aluno do Ginásio Pelotense ainda nos primeiros anos da década de 1930, é provável que não houvesse professores “católicos praticantes” no Ginásio: *“eu estou por lhe dizer que não recordo de nenhum professor católico praticante no Pelotense, na minha época. É verdade que naquela época os homens não praticavam quase a religião.”*

¹²³ É interessante observar que, ao final do primeiro ano de funcionamento, havia uma professora, Joaquina Ramos. Mas seu nome já não consta nas listas de professores (que são publicadas nos jornais) no ano seguinte. As mulheres constituíam uma exceção junto ao corpo docente do Ginásio. Na década de 10 ingressou Olindina Cortelari para trabalhar com os cursos primários e, nos anos 20, Estela Wilkinson era professora de Inglês.

¹²⁴ O primeiro professor a se exonerar, após dois meses de atuação, foi o então engenheiro militar e posteriormente conhecido político gaúcho, Otávio Rocha, que lecionava Aritmética e Álgebra no Ginásio. Victor Russomano, professor, médico, jornalista, advogado, notável orador, ausentou-se do Ginásio para seguir carreira pública como deputado estadual e federal. Joaquim Luís Osório, diretor do Ginásio de 1925 a 1926, afastou-se do cargo para assumir uma cadeira na Câmara Federal, onde foi influente representante do Partido Republicano Rio-Grandense; Pedro Luís Osório, lente e diretor da Faculdade de Odontologia e Farmácia, foi intendente de 1920 a 1924; Joaquim Augusto Assumpção Júnior, um dos diretores do Ginásio no período de 1914 a 1917, foi intendente em 1933 e 1934; José Júlio de Albuquerque Barros, diretor do Ginásio em 1914 e um dos fundadores da Faculdade de Direito anexa a este estabelecimento de ensino, foi intendente de 1938 a 1944; Antero Moreira Leivas, diretor do Ginásio de 1938 a 1945, afastou-se do cargo por ter sido eleito deputado federal.

Muitos professores deste estabelecimento de ensino tinham estreitas ligações com a imprensa local. A imprensa, considerada a “pedra de toque” da intelectualidade pelotense, em 1919, tinha como diretores de três dos quatros jornais que circulavam na cidade - Diário Popular, Opinião Pública, e O Rebate - professores ligados ao Ginásio Pelotense.¹²⁵ Alguns docentes foram, também, expoentes da literatura regional e nacional.¹²⁶

No Ginásio Pelotense, bem como em outras instituições de ensino secundário de Pelotas, era comum que um mesmo professor ministrasse diferentes disciplinas. Dos professores que trabalhavam no Ginásio, os que possuíam suas rendas oriundas exclusivamente do magistério, devido à baixa remuneração, trabalhavam em outros estabelecimentos de ensino da cidade, davam aulas particulares e ministravam cursos.

Embora fosse próprio da época atribuir prestígio, distinção e respeito a todos aqueles que se dedicavam ao ensino, isto não significava uma justa retribuição pecuniária aos professores. Não só os professores de estabelecimentos mantidos pela iniciativa privada por vezes passavam por dificuldades financeiras mas, principalmente, os professores de escolas públicas, cujos salários além de serem baixos, chegavam a atrasar por vários meses.

É preciso salientar que, embora o Ginásio Pelotense fosse a única instituição de ensino secundário fundada pela Maçonaria Pelotense, outras instituições de ensino da cidade foram criadas ou mantidas por maçons. É o caso dos cursos noturnos da Bibliotheca Pública Pelotense, destinados às classes menos favorecidas, e de cursos de ensino superior, como a Escola de Agronomia e a Escola de Comércio que funcionava junto ao Clube Caixeiral. Era comum, portanto, que professores ligados à Maçonaria, ministrassem aulas no Pelotense e também nestes estabelecimentos de ensino.

¹²⁵ O Diário Popular, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense, teve como diretor o Dr. Cunha Ramos, deputado estadual e membro da diretoria do Ginásio já em 1903; do “Opinião Pública”, foi diretor o Dr. Álvaro Eston, diretor do Ginásio e um dos fundadores da Faculdade de Odontologia anexa ao Ginásio Pelotense; “O Rebate”, teve como diretor, Frediano Trebbi, que foi por muitos anos professor do Ginásio.

O Pelotense sempre apresentou um considerável número de alunos que freqüentavam tanto o curso primário como o secundário. Alguns deles vinham de outras cidades gaúchas e eram internos. Já no primeiro ano de funcionamento ele contava com 130 alunos sendo que destes, 35 eram internos e semi-internos (DIÁRIO POPULAR, 29.03.1903). Em poucos anos, passou a receber mais de 200 alunos.

Como a escola se propunha a ministrar um ensino diferenciado, desvinculado das “peias do tortuoso dogmatismo” religioso, os alunos que a ela acorriam, geralmente, não eram católicos. Muitos pertenciam a famílias de maçons ligadas ao Espiritismo Kardecista¹²⁷ que estava, nos primeiros anos do século XX, em franca ascensão na cidade. Em Pelotas, eram fortes as ligações entre a Maçonaria, o Espiritismo e as camadas sociais mais intelectualizadas.¹²⁸

Os alunos do Pelotense, em sua maioria oriundos de famílias de maçons, pertenciam a uma classe média emergente, ou seja, profissionais liberais, comerciantes, industriais e intelectuais. No dizer de uma ex-aluna entrevistada, “*havia, também, os ‘filhinhos de papai’, mas estes eram uma exceção... mas negros... Ah!... estes não estudavam lá!*”¹²⁹ Isto confirma a idéia de que, para a Maçonaria, as “classes inferiores do povo” deveriam usufruir somente dos benefícios da instrução elementar. E esta era propiciada pelos maçons da cidade através dos cursos noturnos da Bibliotheca Pública Pelotense. Portanto, os cursos de nível primário, secundário e superior, oferecidos pelo Ginásio Pelotense, eram destinados às classes mais abastadas da população, o que, certamente, também contribuía para que muitos dos alunos se tornassem profissionais de destaque em diversas áreas de atuação.¹³⁰

¹²⁶ Dentre eles pode-se citar João Simões Lopes Neto, Vitor Russomano, Fernando Luís Osório e Jorge Sallis Goulart.

¹²⁷ Esta afirmativa tem por base relatos de descendentes de alunos deste período. E, também, o fato de que, nos primeiros anos deste século, já havia grupos que se reuniam para estudar a Doutrina Espírita, e os nomes dos participantes era divulgado pelos jornais.

¹²⁸ Esse assunto é mais detalhado em AMARAL (1999).

¹²⁹ A entrevistada é Julieta Teles de Azevedo. No seu entender, “filho de papai” eram alunos ricos, geralmente filhos de fazendeiros.

¹³⁰ No JORNAL DA MANHÃ (01.04.1924) há uma extensa lista de uma “*plêiade brilhante de profissionais*” oriundos do Ginásio Pelotense e que destacavam-se por suas atividades exercidas

Em 1915, o Ginásio Pelotense passou a constituir, oficialmente, turmas mistas nos cursos primário e secundário, o que sem dúvidas correspondia aos interesses maçônicos de se contrapor à concepção católica de ensino diferenciado para meninos e meninas.¹³¹ Mas dois anos antes uma menina já havia freqüentado o Curso Preparatório de um ano (que equivalia, na época, ao ensino secundário) e, em seguida, se tornou aluna do Curso de Odontologia. Era Julieta Teles que hoje com seus 102 anos é a mais idosa ex-aluna do Ginásio e foi, ao que tudo indica, a primeira aluna deste estabelecimento de ensino. A entrevista que com ela realizei, graças à sua ótima memória, em muito me auxiliou na elucidação de diversos aspectos que envolviam a história do Pelotense nesse período.

Ao analisar os nomes dos alunos e professores do Ginásio Pelotense, percebe-se que era comum existir vínculos familiares entre eles. Muitos eram os alunos parentes de professores e diretores. Com o tempo, o corpo docente passou a ser constituído em grande parte por ex-alunos, fato este que se pode perceber até os dias atuais. Observa-se que, já nos primeiros anos, foi-se sedimentando uma ligação muito forte dos alunos e professores em relação ao Pelotense, onde o reconhecimento pela qualidade do ensino ministrado e o orgulho de pertencer a esta escola, misturava-se aos ideais maçônicos de amor à pátria, ao trabalho e à escola - que era vista, então, como uma continuidade da família.

Nas primeiras décadas de sua existência, a formação escolar oferecida pelo Pelotense, assim como pelos demais estabelecimentos de ensino secundário do país, se constituía em um instrumento de manutenção do status social elevado e de ascensão a este status. Isto devido ao seu caráter seletivo e preparatório,

até mesmo fora do país. Eram médicos, dentistas, farmacêuticos, jornalistas, agrônomos, professores e funcionários públicos.

¹³¹ Segundo o relatório apresentado em 20.09.1914 ao Conselho Municipal pelo intendente Eng. Cypriano Corrêa Barcellos, neste ano, o Ginásio Pelotense apresentava um total de 198 alunos matriculados e destes, 16 eram meninas. Estas pertenciam, provavelmente, ao Curso Feminil criado no início do ano. Convém salientar que, em 1910, as Irmãs da Ordem de São José, inauguraram um internato e externato para meninas, com cursos primário e secundário, o Colégio São José - que se constitui, até hoje, em um importante estabelecimento educacional de Pelotas. Tal fato pode ter contribuído, tendo em vista o clima de disputa ideológica que havia entre maçons e católicos, para que o Pelotense também passasse a aceitar meninas junto ao seu corpo discente.

subordinado às exigências dos cursos superiores e às próprias exigências impostas pelo governo federal através do mecanismo da equiparação ao Ginásio D. Pedro II. Dirigia-se aos que pretendiam realizar estudos superiores tendo em vista profissões liberais e carreiras políticas e burocráticas, ou seja, posições sociais que gozavam de alto prestígio. O Pelotense não fugia a esta regra. E isto referenda a característica da Maçonaria como sendo uma Instituição comprometida com os interesses das classes sociais de maior status. A disputa entre a Maçonaria e a Igreja Católica significava, em realidade, um embate entre dois grupos ideológicos dominantes buscando a consolidação de sua influência sobre a sociedade.

Com relação à estrutura da escola, uma grande modificação foi ocasionada pela implantação da Lei Orgânica de 1911, proposta pelo ministro Rivadávia Correa, que era ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense. Nessa legislação havia forte influência do ideal positivista de liberdade e de desoficialização do ensino. Através de um regime que concedia ampla autonomia aos estabelecimentos escolares, onde o ensino passava a ser livre, diversificado e flexível, a nova reformulação do ensino se impôs desestruturando ainda mais a escola brasileira.

Esta Lei permitia, inclusive, que os estabelecimentos de ensino criassem cursos de ensino superior. Deixou de existir o sistema de equiparação ao Ginásio Nacional (D. Pedro II). Foram eliminados os privilégios escolares, representados no ensino secundário, pelas cartas de bacharel e pelos certificados de exames ginasiais ou de preparatórios, que permitiam o ingresso no ensino superior aos estudantes do Ginásio Nacional ou instituições a ele equiparadas. Foi instituído o exame de admissão ao ensino superior, independente de certificados ou atestados de estudos secundários (NAGLE, 1974, p. 144 e 145). Isto significava que para ingressar nos cursos superiores bastava que o aluno fosse aprovado nos exames vestibulares, independente do seu grau de escolaridade.

No Pelotense, a Lei Rivadávia Correa acarretou sérios problemas administrativos que acabaram desencadeando seu processo de municipalização.

Mas a autonomia prevista por esta lei, serviu, também, para que a Congregação do Ginásio fundasse três cursos de ensino superior: a Faculdade de Farmácia e Odontologia já no primeiro ano da vigência dessa lei e, no ano posterior, a Escola de Agrimensura e a Faculdade de Direito.¹³² A Maçonaria pelotense cogitou, também, da fundação de uma Faculdade de Medicina, que fosse anexa ao Ginásio. Deve-se ressaltar, ainda, que a Maçonaria tinha interesse em que a partir do Ginásio Pelotense e dos cursos superiores a ele anexados, se constituísse uma Universidade.¹³³ Este fato demonstra o grau de adiantamento da cidade em assuntos relativos à educação, e a própria posição de vanguarda assumida pela Maçonaria pelotense, uma vez que a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, somente foi fundada pelo governo federal em 1920.

É possível deduzir que a criação destes três cursos de ensino superior, anexos ao Pelotense, serviu aos interesses maçônicos de atuação junto à formação profissional de um grupo que se consolidava na cidade nos primeiros anos deste século: os profissionais liberais. Nos cursos de Farmácia e Odontologia e de Agrimensura, privilegiava-se o método experimental, de caráter mais técnico, através de estudos práticos bastante vinculados à realidade e à própria necessidade da comunidade. Já a Faculdade de Direito, através do desenvolvimento e domínio da retórica e do conhecimento das leis, encarregava-se da indispensável preparação da elite dirigente. Desta forma, eram atendidos os interesses de representantes da elite tradicional da cidade e do emergente grupo social ligado à indústria e ao comércio, que compunham a Maçonaria local.

A Faculdade de Farmácia e Odontologia, primeiro curso de nível superior do Ginásio, foi a “menina dos olhos” de seus fundadores. Manteve-se anexa ao Pelotense até os primeiros anos da década de 1920. Assim como a

¹³² Já o Ginásio Gonzaga, em função da autonomia prevista pela “Rivadavia Correa”, aumentou a oferta de cursos primários e secundários e adotou um novo programa escolar. Este passava a contemplar, além do “*sólido preparo para os exames de admissão em qualquer academia do paiz*”, a necessária preparação prática para a carreira comercial, tendo em vista o amplo desenvolvimento desta atividade econômica na cidade de Pelotas (DIÁRIO POPULAR, 07.12.1911).

Faculdade de Direito (que no segundo ano de funcionamento desligou-se do Pelotense), é hoje uma importante unidade da Universidade Federal de Pelotas. Já a Escola de Agrimensura teve duração efêmera, possuindo um número bastante reduzido de professores tendo formado poucos alunos.

Analisando a estrutura organizacional do Ginásio Pelotense nas suas primeiras décadas, constata-se que ele é uma instituição de ensino cuja identidade foi alicerçada nos pressupostos de liberdade de consciência e de livre exame, tão apregoados pela Maçonaria, que se utilizou de muitos aspectos da teoria Positivista para fundamentar as influências ideológicas próprias de sua esfera de interesse. As idéias positivistas de separação entre a Igreja e o Estado, de liberdade espiritual, de valorização da tradição, da família, do dever, da hierarquia social, serviram de sustentáculo aos propósitos maçônicos no campo educacional. E essas idéias, por sua vez, foram consolidadas pelos mestres do Pelotense, alguns dos quais maçons e/ou positivistas, escolhidos entre a elite intelectual da cidade.¹³⁴

No entanto, tais princípios não impediam que aí também acontecesse a emulação e a premiação dos alunos, o que parece incentivar a competição e o individualismo.

Embora não adotasse o sistema de publicação de um relatório específico de suas atividades desenvolvidas no ano letivo, como era o caso do Gonzaga com suas “Lembranças”, até os anos de 1930 é possível ler nos jornais locais as notas dos alunos e as referências elogiosas àqueles que se destacaram.

Era praxe que os alunos mais aplicados durante o ano recebessem prêmios (geralmente livros) e diplomas de menção honrosa por sua aplicação e comportamento.¹³⁵ Esses prêmios eram considerados “um estímulo para o

¹³³ A criação dos cursos de ensino superior anexos ao Ginásio Pelotense é um assunto tratado com maiores detalhes em AMARAL (1999).

¹³⁴ Sobre os professores do Ginásio Pelotense, ver AMARAL (1999) e AMARAL (2002).

¹³⁵ “Foram contemplados com diploma de menção honrosa, por sua aplicação e comportamento, os inteligentes alumnos Dyrio Gorgot, do 1º anno; Paulina Bloch, do 2º; Sophia Galanternick, do 3º; Manuel Jacintho Cordeiro de Farias, do 4º, os quais receberam os seguintes livros: *Edifica tua vida*, por Charles Rivet; *Terra Verde*, por Aduino Alencar Fernandes; *La Vida em las Aguas Dulces*,

progresso social”. Sua entrega, amplamente divulgada pelos jornais locais, se dava por ocasião do encerramento das aulas, em cerimônias que reuniam autoridades municipais, o corpo docente e o discente do Ginásio Pelotense.

Em 1926, na festa de encerramento das aulas no Ginásio Pelotense, o aluno da 2ª série Adail Bento Costa recebeu a medalha de prata “Pelo Amor d’Arte” conferida pelo professor Sylvino Braz Darengoski, que preencher a cadeira de Desenho, então vaga com a aposentadoria de Frederico Trebbi¹³⁶. Ao que tudo indica, esse prêmio realmente serviu de estímulo e comprometimento desse aluno com o campo das artes: Adail Bento Costa firmou-se na cidade não só como artista, mas como um incansável incentivador e protetor das Artes. Por muitos anos seu grande sonho foi organizar o museu da cidade num dos casarões ao redor da Praça Cel. Pedro Osório. Para tanto arrecadou e doou muitas peças que fariam parte de seu acervo. Há mais de duas décadas espera-se que o prédio seja “preparado à altura” para abrigar o museu.

Se o Gonzaga utilizava-se das suas “Lembranças” para tornar pública a avaliação de sua vida escolar, o Pelotense tinha, principalmente no Diário Popular, o veículo de informação do andamento de suas atividades docentes e discentes. Mas, ao que tudo indica, se comparado ao Pelotense, o Gonzaga desempenhava de forma muito mais organizada e metódica o sistema de vigilância, disciplina e emulação, aspectos fundamentais de sua engrenagem escolar.

De qualquer forma, tal prática parece não ter afetado às demais características intrínsecas ao projeto pedagógico da escola, relacionadas aos ideais de liberdade de consciência e livre exame.

É evidente que, ao longo do tempo, tais características conferiram valores e ideais que foram sendo absorvidos e desenvolvidos pelo corpo discente, sendo incentivados e respaldados pelos docentes. Dessa maneira e graças ao espírito organizativo dos estudantes, que desenvolviam inúmeras atividades fora

da *Coleção Labor e a Guerra de Lopes, por Gustavo Barroso*” (DIÁRIO POPULAR, 02.04.1930, p.1).

¹³⁶ Renomado pintor pelotense.

das salas de aula foi-se constituindo o “espírito Gato Pelado”, que com esse estudo busco identificar e caracterizar.

3. 3. 2 O processo de municipalização do Pelotense

A situação do ensino secundário brasileiro voltou a se “normalizar” com a implantação da reforma Carlos Maximiliano, em 1915. Esta lei restabeleceu a influência do governo federal sobre o ensino secundário e superior através da reoficialização do ensino. Houve reintegração do Ginásio D. Pedro II à sua função de estabelecimento modelo e a manutenção dos vestibulares como meio de acesso às escolas superiores. Mas esta legislação restringiu as equiparações somente a estabelecimentos estaduais de ensino, o que gerou um grave impasse no estado do Rio Grande do Sul, pois sua Constituição vetava a existência de estabelecimentos de ensino secundário estaduais. O ensino secundário, neste estado, deveria ficar a cargo da iniciativa privada ou dos municípios. Inicia-se, então, uma grande luta para que o Ginásio Pelotense obtivesse a sua reequiparação.

Dentro desse processo de busca da reequiparação, em 1917, o Pelotense passou à administração municipal, pois nesta época, a Maçonaria assume uma postura totalmente favorável ao ensino público, o que tornaria contraditório o fato de continuar proprietária de uma escola. Assim, ficando o Pelotense sob a administração municipal, a Maçonaria poderia continuar a exercer sua ingerência sobre ele, ao mesmo tempo em que pleiteava a sua equiparação.

É interessante ressaltar que, quando o Ginásio foi entregue à municipalidade, através de seu patrimônio e das mensalidades cobradas, ele tinha condições de se sustentar, não necessitando recorrer aos recursos financeiros municipais. Mas, com o tempo, foi necessário que o governo municipal se empenhasse em dotar o Ginásio de muitos requisitos materiais para que fosse

conseguida a reequiparação. Estes abrangiam desde obras de remodelação do prédio até a melhoria salarial do corpo docente. Reformas e melhoramentos do prédio, assim como aquisição de mobiliário e de material de ensino, se fizeram necessárias muitas delas em função de um incêndio que, em 1923, destruiu grande parte do Ginásio.¹³⁷

Desta forma, o Pelotense continuou a se consolidar como um dos mais destacados estabelecimentos de ensino do estado.

Sabe-se, no entanto, que a Maçonaria, mesmo com a efetivação da municipalização do Ginásio, continuou a exercer sobre ele sua influência. Na entrega da escola ao município, foi estabelecido um contrato em que ficaram resguardados não só os fins da sua criação como também seu patrimônio, passando o Pelotense a ser dirigido por nomeação intencional.

Nesse contrato, firmado em 1917, e reformado em 1924 - após o referido incêndio nas instalações do Ginásio - é explicitada a manutenção da presença da Maçonaria junto a ele. Sobre esse acordo lê-se, em um relatório apresentado pelo venerável Rocco Felipe à Loja “Fraternidade”, o seguinte:

“Por esse contrato fica assegurada ao município a exploração do Gymnasio pelo prazo de 50 anos, podendo ser rescindido, caso não sejam cumpridas as suas cláusulas, que pensamos oferecem amplas garantias a ambas as partes contratantes. Entretanto essa cessão temporária **jamais nos deve afastar do Gymnasio, senão que nos impõe o dever de procurar auxiliá-lo em seu progresso, secundando na órbita da nossa ação, os esforços do poder municipal**” (FELIPPE, 1925, p.14, grifo nosso).

Como por muitos anos mantiveram-se no governo municipal representantes do Partido Republicano Rio-Grandense, ligados à Maçonaria, os propósitos que levaram à criação do Pelotense, permaneceram intactos. Sendo assim, os objetivos de seus fundadores de *“dotar a cidade de um centro de instrução ampla, liberal, sem peias nem contrangimento de qualquer espécie”* (DIÁRIO POPULAR, 17.07.1917) - e destinado às camadas mais privilegiadas da

¹³⁷ Curiosamente, o sinistro ocorreu na noite anterior ao dia em que o GINÁSIO completaria seus

população, pois continuavam a ser cobradas mensalidades -, mantiveram-se e continuaram a ser a característica marcante desta escola.

E, realmente, durante as décadas posteriores pôde-se observar os estreitos laços que continuaram a unir este estabelecimento de ensino à Maçonaria, o que, sem dúvidas, foi um fator que contribuiu bastante para que o Ginásio continuasse a manter sua qualidade de ensino.¹³⁸

Pode-se afirmar, então, que a justificativa para a municipalização do Ginásio Pelotense prende-se muito mais à manutenção de um estabelecimento de ensino destinado às classes mais privilegiadas do que realmente ao fato de ser uma escola que, por ser pública, visasse ao atendimento de toda a população. A forte ligação entre governantes municipais e a Maçonaria, justifica o empenho do Município em subsidiar esta escola de ensino secundário. Esta foi uma forma de a Maçonaria continuar atuando nesse estabelecimento de ensino. Situação que pode ser confirmada pelo fato de durante décadas a maioria de seus diretores serem maçons. Além do que, a escola, mesmo sendo pública, manteve até poucos anos atrás uma grande autonomia em relação à administração educacional do Município.

3. 3. 3 O Ginásio Pelotense em busca da equiparação

Em 1925, em função da implantação da reforma de ensino Luis Alves, que estipulou uma remodelação no Ginásio D. Pedro II, foi necessária uma nova reorganização nos estabelecimentos escolares que visassem gozar das vantagens oficiais da equiparação. Desta forma, foi nomeado diretor administrativo do Ginásio Pelotense o influente político pelotense Dr. Joaquim Luís Osório, que por

21 anos.

¹³⁸ Em 1962, em função da construção de um novo prédio para abrigar esta escola (local onde até hoje ela se encontra), foi firmada uma rescisão do contrato estabelecido, em 1924, entre a Maçonaria e o município de Pelotas.

diversas legislaturas vinha representando o Rio Grande do Sul no Congresso Nacional, onde demonstrava um especial empenho junto à política educacional brasileira. Sob sua direção, o Ginásio passou por uma remodelação de seu edifício - que ainda encontrava-se bastante danificado em função do incêndio - assim como uma reorganização das atividades internas para que pudesse pleitear a sua reequiparação ao Ginásio D. Pedro II.

Nesse ano são aprovados os novos estatutos do Pelotense, onde, entre outras determinações, ficou definido que ele passava a ser um estabelecimento de ensino secundário. A justificativa para tal fato é dada pelo intendente municipal Augusto Simões Lopes:

“O Gymnasio passou a ministrar exclusivamente a instrução secundária, pois, além de não dispôr de casa sufficiente para manter os cursos primário e médio, teve verba votada que poderia attender unicamente o custeio do ensino secundário. Aliás nos grupos escolares e aulas isoladas o município attende o ensino de gráo elementar” (DIÁRIO POPULAR, 23.09.1925).

Devido à sua forte influência política, o novo diretor conseguiu, após um mês em seu cargo, a equiparação prévia. Segundo a nova legislação de ensino, esta era indispensável para obter a equiparação definitiva, só possível ao cabo de dois anos. Como curiosidade, cabe apontar que sob esta nova reformulação de ensino, o Ginásio Gonzaga, diante da impossibilidade de conseguir a reequiparação - por ser uma instituição particular de ensino - chegou a suprimir o curso secundário e manteve apenas o curso primário e um curso comercial. Em função disso, nesse período, como já foi mencionado antes, muitos alunos realizavam o curso primário no Gonzaga e o secundário no Pelotense.

Em virtude de o Ginásio Pelotense passar a possuir somente o curso secundário, e sendo a admissão a seu curso ginásial realizada com “*extremo rigorismo e seriedade*”, foi criado o curso D. Pedro II, que administrava o ensino primário, funcionando na Biblioteca Pública Pelotense. O seu corpo docente, que preparava os alunos para o exame de admissão no Pelotense e em qualquer outro estabelecimento de ensino secundário, era constituído, em 1928, por dois

catedráticos do Ginásio Pelotense: Jorge Sallis Goulart e José Francisco Duarte e pelos professores Alvim Prietto e José Alves da Fonseca.

Em 1932, mesmo com a existência do Curso D. Pedro II, voltou a funcionar no Pelotense o Curso Preliminar com o objetivo de preparar candidatos para exames de admissão nos estabelecimentos de ensino secundário. De acordo com o decreto de sua criação, não seriam aceitos alunos não pagantes, podendo ser cassadas as matrículas dos alunos inadimplentes. Os professores desse Curso não faziam parte da Congregação do Ginásio. Seriam nomeados, independente de concurso, pelo prefeito municipal (CORREIO MERCANTIL, 19.02.1932).

Os alunos para ingressarem no Curso Secundário do Ginásio Pelotense deviam realizar exames de admissão (que eram pagos) onde constavam as seguintes disciplinas: Português, Cálculo Aritmético, Morfologia Geométrica, História do Brasil, Desenho e noções de Ciências Físicas e Naturais. Para se ter uma idéia da dificuldade de acesso ao curso secundário, dos 45 candidatos que se apresentaram para a realização de exames de admissão no Ginásio, em 1926, somente 26 foram aprovados (DIÁRIO POPULAR, 01.10.1926). Convém lembrar que a escola, embora municipalizada, continuava a cobrar mensalidades e, além disso, grande parte de seus futuros alunos preparavam-se em um curso onde, ao que tudo indica, também eram cobradas mensalidades. Estudar no Pelotense, instituição pública de ensino que recebia forte respaldo financeiro do município era uma alternativa só para a elite, que conseguia ingressar e pagar as mensalidades. Segundo os Estatutos, somente 15 alunos carentes seriam beneficiados pela isenção do pagamento de mensalidades, devendo os mesmos demonstrar competência nos estudos.¹³⁹

A reequiparação do Pelotense, após uma intensa mobilização política - que envolveu, inclusive, sua municipalização - ocorre definitivamente somente em

¹³⁹ A idéia de gratuidade do ensino no Ginásio Pelotense era cogitada no final da década de 1920. Em solenidade que reunia autoridades, o corpo docente, discente e familiares dos alunos do Ginásio, o deputado estadual Víctor Russomano, professor de Filosofia do Pelotense “*produziu magistral oração [...] onde fez largos comentários sobre a importante these da gratuidade do ensino secundário*” (DIÁRIO POPULAR, 25.10.1928).

1928, quando já estava em vigor a Lei João Luís Alves, de 1925. Esta Lei, tendo em vista a redefinição da finalidade da escola secundária, alargou as funções normativas e fiscalizadoras da União, implantando de forma generalizada um ensino ginásial seriado e com frequência obrigatória.

A partir da vigência da Reforma Luís Alves, que reorganizou o ensino secundário e superior, os estabelecimentos escolares equiparados ao Pedro II, ou em processo de equiparação, deveriam realizar concurso para o provimento de cargo para professor. Em 1926 foi publicado em jornais, em nível local, estadual e federal (conforme determinava a lei), edital de concurso para lente catedrático de Instrução Moral e Cívica, Latim e Francês. O sorteio dos pontos que constituiriam as teses a serem defendidas pelos candidatos era realizado na presença de todos os professores do Ginásio. É provável que esse sistema de ingresso dos docentes do Pelotense tenha-se mantido, com dificuldades, enquanto vigorou o sistema de equiparação. As características dos candidatos exigidas pela lei, tais como o fato de terem menos de 40 anos e serem diplomados em qualquer curso superior, bem como a exigüidade dos vencimentos oferecidos, são causas de seu insucesso que já eram antecipadas no jornal OPINIÃO PÚBLICA (11.05.1926):

“o magistério só poderá dar de si todos os frutos, quando, entre nós, chegar a especialização. Um professor de física e química só deveria leccionar essa matéria. Poderá conhecer outras, mas deverá apenas leccionar essa. Outro gravíssimo inconveniente [...] é o fato de se entregar a regência de certas cadeiras a médicos advogados, dentistas... que lecionam essas e essas matérias, por desfastio ou interesse material de um “achego”. Sem bons vencimentos não será possível conseguir no concurso em questão a inscrição de um diplomado! Ora, tudo está dizendo que urge organizar o corpo docente, para que os esforços da nossa municipalidade sejam coroados de êxito que todos lhe desejamos.”

O Ginásio Pelotense, mesmo sob a administração municipal, continuou a merecer da Maçonaria especial atenção. Não raras vezes, inclusive, a Loja Maçônica Fraternidade nº 3 instituía prêmios (geralmente medalhas de ouro) conferidas a alunos ou alunas do Pelotense que, nos exames finais do ano letivo, obtivessem melhor classificação em aplicação e comportamento em cada um dos adiantamentos escolares.

3. 3. 4 O “velho educandário”

A partir dos anos de 1930 e até os anos 60, quando foi inaugurado o novo prédio, são inúmeras as referências ao Ginásio Pelotense como o “velho educandário”. Principalmente nos anos 30 e 40, quando ainda o corpo docente era constituído por mestres com um vasto conhecimento erudito e enciclopédico, a qualidade do ensino, segundo o então aluno Mozart Russomano, não deixava nada a desejar a um dos melhores estabelecimentos educacionais da capital federal:

“Na minha época de aluno, o Pelotense primava pela qualidade do ensino! Afirmando isso porque eu estudei no melhor colégio do Rio de Janeiro, o melhor colégio particular. O colégio padrão era o D. Pedro II, ao qual se equiparava. Então se dizia “o ginásio estava equiparado ao D. Pedro II”. Só se dizia “equiparado”, se sabia que era ao D. Pedro II. Mas o meu colégio era um colégio inglês, era o Aldrige College, que era o melhor que havia. A mensalidade era extremamente cara. Posso lhe dizer que a mensalidade da minha irmã e a minha devorava quase uma terça parte dos subsídios de meu pai como deputado federal. Ele pagava quase, mas não chegava bem, a um conto de réis por mês. Havia notas de 50 mil réis, de 100 mil réis...Mas era um colégio realmente excepcional localizado em um prédio moderno, com microfones em aula, professores muito competentes e turmas reduzidas. Quando passava de 25 alunos, dividia-se a turma em duas. Assim o ensino tornava-se muito mais eficiente. Agora, o nível dos professores do Colégio Pelotense, nunca foi inferior, nunca foi inferior ao nível dos professores que eu tive no Aldrige College (*disse isso em tom bastante solene e pausado*). Em determinadas disciplinas ocorria até o contrário. Havia uma evidente superioridade do Colégio Pelotense. A equipe de professores do Colégio Pelotense era excelente!”

Buscando caracterizar o que considera o “estilo do ginásio” naquela época, Russomano relata:

“Vou lhe contar um episódio de 1937 que ocorreu com a minha turma de formandos, para mostrar o que caracterizava bem o estilo do Ginásio Pelotense na época. O nosso diretor era o professor Joaquim Alves da Fonseca. Os alunos o respeitavam, o estimavam e o consideravam muito. Veio o Estado Novo. Às vésperas da implantação do Estado Novo, em 10 de novembro, já estava a cisão política feita...os que

apoiavam Getúlio e os que não apoiavam Getúlio...O professor Joaquim Alves da Fonseca foi demitido pelo prefeito da sua função de diretor. Perdeu a direção. Um homem poeta, Quíncio Barcellos, foi nomeado diretor. A nossa turma, veja no quadro de 37, tem por paraninfo Joaquim Alves da Fonseca e, se não me falha a memória, no quadro não figura o diretor (*risos*). Não tínhamos nada contra o Quíncio Barcellos... mas eu acho que ele não figura como homenageado... Isso revela o espírito do alunado do ginásio.[...] Mas o pioneirismo que eu acho no ginásio Pelotense e essa característica marcante que teve foi de desdobrar o ensino laico, introduzir o ensino laico em nível secundário aqui em Pelotas; marcar muito o ensino através da atuação dos professores e dos alunos como livres pensadores, digamos assim, sem nenhum comprometimento ideológico, com muita tolerância; um convívio social dos alunos muito igualitário, inclusive com a participação da mulher no ensino secundário.”

Anselmo Amaral, também aluno do Pelotense nesse período, assim como vários entrevistados, afirmam que o ensino ministrado e a autonomia que era dada aos alunos no Ginásio Pelotense, era comparável ao Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre:

“ No Pelotense havia a mesma liberdade do Colégio Júlio de Castilhos de Porto Alegre. Eu também fui aluno lá. Eram muito parecidos...eram iguais.... Era a liberdade de pensamento, a liberdade de iniciativa! Nos colégios católicos ou de outra religião qualquer não existe essa liberdade porque eles têm que respeitar a religião. Aliás, não vejo nisso demérito nenhum, acho que até às vezes é importante. Em relação à iniciativa propiciada aos alunos, por exemplo, o Grêmio dos Estudantes do Ginásio Pelotense tomava providências até no tratamento do prédio do ginásio. Muitas vezes nós fazíamos parte de uma reivindicação para o ginásio juntamente com os professores. Os professores iam sempre juntos quando reivindicávamos algumas coisa. Essa compreensão eu lamentavelmente não encontrei mais...mas os tempos mudaram. A gente tem que se situar nas determinadas épocas, não é? mas aquela época era uma época sadia...o futebol, quando o Pelotense e o Gonzaga jogavam era a mesma coisa que os times do Pelotas e do Brasil. Enchia os estádios, enchia os estádios...”

Muitos alunos de diferentes épocas se reportam à frase comtiana “respeita, estuda e vencerás”, inscrita sob a porta da sala do conselho de disciplina. Segundo eles, esse foi o lema, o rumo que norteava toda a condução pedagógica do corpo discente do Pelotense e que, indubitavelmente, refreava o espírito de autonomia e liberdade que a escola propiciava aos alunos, principalmente nos anos de 1930. Formar alunos “vencedores” tendo por base o respeito e o estudo resumia a conduta esperada pelo corpo docente e pela

administração do Pelotense. José Luís Rohnelt, aluno dos anos 30, afirma que a liberdade usufruída pelos alunos era respaldada pelo respeito que, na maioria das vezes, não se dava pela coação ou medidas disciplinares rígidas:

“Do Pelotense eu só me lembro de coisas boas. Havia um ambiente de muita liberdade, muita autonomia, dentro de certos limites. Tanto que lá tinha uma sala central - que até hoje existe - havia uma sala, onde ficavam os alunos e, em cima da porta estava escrito “respeita, estuda e vencerás”. Eu nunca esqueci esse lema: “respeita, estuda e vencerás”. Isso significava que essa liberdade que tínhamos era limitada pelo respeito. Pelo respeito aos professores, aos funcionários e aos próprios colegas. Era um ambiente muito bom, muito saudável... Não era comum em aula, na minha época, castigarem os alunos. E eu posso falar com uma certa autoridade porque depois que eu fiz a Faculdade de Direito eu fui professor do Pelotense. Não do Colégio propriamente dito, mas de um curso que funcionava lá, o “Curso 91” que era uma espécie de supletivo de hoje. Então eu lecionava História nesse Curso, eu lecionei durante dois anos e eu nunca tive problema de indisciplina, nunca tive. Os professores tinham completa liberdade para ministrar sua disciplina. Nunca ninguém interferiu na minha área. [...] As meninas eram poucas naquela época. Na época que eu estava lá não eram muitas. O colégio era mais masculino. Embora ele fosse misto, as meninas preferiam mais o São José. O São José era só feminino, assim como o Gonzaga era só masculino. Os dois colégios católicos.”

O ensino laico e misto (mesmo que com poucas moças), no entender do entrevistado, conferiam ao Ginásio Pelotense um status de modernidade, se comparado com o Gonzaga. Modernidade essa que era encontrada, também, no Ginásio Lemos Júnior da cidade de Rio Grande:

“o Pelotense era um colégio muito moderno e avançado para a época em relação aos padrões dos demais, principalmente do Gonzaga onde os alunos eram bastante bitolados, não tinham o espírito crítico dos alunos do Pelotense, a sua liberdade e independência. O Pelotense estava estruturado com bases completamente diferentes dos demais colégios da época. Eu me lembro que em Rio Grande, na época, tinha um colégio que era mais ou menos parecido com o Pelotense, era o “Lemos Júnior”, que também existe até hoje. Era com o mesmo espírito, a mesma mentalidade”.

Com relação à matrícula de meninas nesse educandário é interessante observar que seu número é inferior ao de meninos. Ao mesmo tempo observa-se que as alunas egressas do Pelotense que se dirigiram para cursos de ensino superior, tornavam-se profissionais liberais – geralmente dentistas, médicas ou advogadas. Tais constatações podem ser justificadas se levarmos em conta que,

nas famílias mais conservadoras – que provavelmente eram maioria – o comum era não concordar com a co-educação e considerar o magistério como a “ocupação” mais adequada para aquelas moças que pretendessem exercer alguma atividade fora do âmbito doméstico. Assim, matricular suas filhas no Colégio São José – só para meninas e com Curso Normal – ou na Escola Estadual Assis Brasil - que também possuía o Curso Normal - certamente lhes parecia o mais apropriado.

Ao que tudo indica, para o Pelotense se dirigiam, provavelmente, as filhas de família não católicas, que aceitavam a convivência como sexo oposto e que, caso pretendessem exercer uma profissão, não optassem pelo Magistério. Certamente esse é um conjunto de condicionantes que fugiam aos padrões da época e que, conseqüentemente, pode explicar o reduzido número de alunas no Pelotense.

Em décadas posteriores aos anos de 1930, constata-se que, embora se mantivesse a qualidade do ensino ministrado pelos professores (contratados, ou seja, convidados para trabalhar no educandário, ou concursados), o espírito de liberdade, de autonomia e irreverência dos alunos do Pelotense nem sempre foi bem aceito. As atividades do Grêmio de Estudantes, particularmente as Passeatas dos Gatos Pelados, recebiam pesadas críticas de pessoas ligadas à Igreja Católica e à própria direção do Colégio Pelotense. Nesse período ganha realce a figura do inspetor de disciplina, responsável por manter a ordem junto ao corpo discente do Colégio. É importante salientar que a condução da disciplina no Pelotense variava conforme o diretor que estivesse no cargo. Em determinados períodos, pode-se observar que a sua cobrança tornava-se bem mais rígida.

O diretor do Pelotense, nomeado pelo prefeito municipal, não era, necessariamente, um professor. Seu cargo era político-partidário. Dessa forma, a direção nem sempre estava realmente comprometida com o processo educacional ministrado no Colégio. Ao que tudo indica, o melhor que se esperava na época é que o diretor escolhido fosse um ex-aluno do Colégio e que buscasse manter o seu padrão de ensino.

Setor administrativo e burocrático do Pelotense. É bastante curioso o cartaz afixado na porta: **“é obséquio não insistir para o aumento de notas”**, o que nos faz pensar que essa era uma prática comum entre os alunos, em determinado período.

Aldyr Schlee, aluno do Pelotense na década de 1950, ressalta o quanto o Pelotense tinha de “tradicional”, comparado à escola por ele freqüentada anteriormente:

“Eu havia estudado no IPA (*conceituado Instituto de Porto Alegre*), mas no departamento de Jaguarão. Tive a possibilidade e a felicidade de fazer o antigo primário e o ginásio no tempo em que aquela escola funcionou em Jaguarão – escola de vanguarda, escola experimental,

com um grupo de professores especialmente preparados para participarem de uma experiência com a teoria de John Dewey. No IPA aprendi os ideais de liberdade, responsabilidade e civismo, que eram raros naquela época, em que predominava uma visão autoritária e obscura nas escolas. O IPA era uma escola confessional metodista, diferente do Pelotense, uma escola leiga. [...] Aí chego no Pelotense que era considerada uma escola muito aberta e vejo tudo fechado: os alunos tinham que entrar em filas e haviam inspetores de disciplina. Uma escola que me parecia o mais atrasada possível, num padrão de autoritarismo quase insuportável. Se eu fosse fazer uma frase para chocar, eu diria o seguinte: *“Na minha primeira manhã no Pelotense eu saí de lá chorando e disse que nunca voltaria”*. E, no entanto, tenho essa paixão pelo Pelotense. Sei lá, são dessas coisas... É uma questão não só de a pessoa estar adaptada, mas de aprender a se adaptar! [...] O que eu acho é que cheguei com muito preconceito em relação ao Pelotense, que na realidade ele era um Colégio diferenciado. [...] O Colégio Pelotense durante um bom período foi, também, uma escola de civismo. O que era ensinado lá, em qualquer disciplina, era revisado e transcendia, através da própria interpretação dos alunos a partir de uma postura que era mais ou menos uniforme. Havia uma certa unidade que correspondia a um padrão e isso era muito importante. Isso eu senti durante o período em que eu estudei na Escola, e depois, no período de 53 a 59 e, em 60 quando eu voltei como professor.”

Se o fato de o Pelotense ser mantido pela municipalidade constituiu, por um tempo, um importante fator responsável pela sua qualidade de ensino, a partir dos anos de 1930, quando a cidade enfrentou sérios problemas financeiros, observa-se, através da imprensa local, uma intensa campanha para a sua estadualização. O governo municipal não dispunha de condições financeiras para prover recursos fundamentais para o bom andamento do ensino no Ginásio Pelotense e, muito menos, para construir o tão almejado novo prédio para a Escola. Mas, ao que tudo indica, não houve interesse de sucessivos governos municipais em entregar o Pelotense para ser administrado pelo poder público estadual. Nem mesmo a obrigatoriedade da implantação, por determinação legal, da gratuidade do ensino ministrado no Pelotense, levou a municipalidade a entregar ao governo estadual o “velho educandário”. Dessa forma a campanha para a construção do novo prédio mobilizou vários setores da sociedade pelotense no decorrer de quase trinta anos.

O Grêmio de Estudantes do Pelotense teve destacada participação nessa campanha, chegando a constituir, em 1941, juntamente com alguns alunos egressos, a Associação dos Antigos Alunos do Pelotense. Essa Associação,

inicialmente, teve o objetivo precípua de buscar apoio daqueles que cursaram o Ginásio e ocupavam eminentes posições político-administrativas no governo municipal, estadual e federal para que fosse liberada a verba para a construção do novo prédio.

O envolvimento dos alunos do Grêmio foi de tal monta que, em 1956, chegaram a entregar pessoalmente um ofício que solicitava a liberação da prometida verba federal para o novo prédio, ao presidente da República Juscelino Kubitschek, que se encontrava em Porto Alegre.

FOTO DOS ALUNOS COM JUCELINO

Entrevista dos representantes do Grêmio dos Estudantes com o presidente Juscelino K. de Oliveira no Palácio Piratini em função da campanha do Grêmio em favor do descongelamento da verba para que fosse terminado o prédio da rua Marcílio Dias.

A foto mostra Renato Simões, Claudiomar Barcellos e Alberto Abuchaim (representantes do Grêmio) e José Bachieri Duarte, entregando o Memorial dos Gatos Pelados, em 06.04.1956, ao Presidente da República.

É interessante observar como até a década de 1950 ainda é guardada na memória da escola a importância de professores “do passado”, como o seu

fundador, o professor Araújo. Os professores “que fizeram história” são lembrados nos discursos em todas as datas comemorativas e festejos que ocorriam no Ginásio Pelotense, havendo via de regra referências afetuosas ao “velho educandário”.

Serão apresentadas, a seguir, algumas fotos do interior do “velho educandário”, acompanhadas do texto intitulado “Em defesa do réu”, publicado no periódico ESTUDANTE (10.08.1957, p.5), de autoria da aluna Leyla Salomão:

Senhores Jurados.

Venho, diante do tribunal de vossos corações, cumprir uma missão que é das mais fáceis: defender o velho casarão da rua Félix da Cunha que se tornou réu de um crime bastante grave. O crime de não mais oferecer conforto, o crime de estar em tão precárias condições que já não é capaz de nos defender da chuva.

Dentro do velho educandário, não estamos ao abrigo das intempéries; chove como na rua.

E já ouvi alguém dizer: “É um verdadeiro crime esta casa em ruínas servir de colégio”.

Concordo com a justa revolta e impaciência pelo prédio novo, que promete ser confortável e possuir todos os requisitos necessários para o desenvolvimento da nossa cultura. Vossos argumentos são sólidos e baseados na razão. Não os contesto porque não é à vossa lógica que vou dirigir minha defesa, é ao vosso coração que pedirei a absolvição deste réu.

Embora vosso cérebro se entusiasme ao pensar nas vantagens incontestáveis que o novo edifício trará, detende-vos um pouquinho a sentir a alma desta velha casa.

Sim, porque as casas também têm alma, uma alma que guarda silenciosamente todas as aspirações dos que nela vivem, todos os seus sonhos, todas as suas decepções, enfim, uma alma que vibra com a mesma vibração dos que nela habitam.

E o velho casarão é o guarda insubstituível dos ideais de muitas e muitas gerações de moços como eu e como vós. Cada parede, cada recanto, cada degrau de escada fala de alguém que sonhou ali, de um riso que ecoou, de uma lágrima chorada às escondidas para que outros não a vissem rolar.

Senhores do Conselho de Sentença! Aí está o réu: seu próprio aspecto, embora um tanto melhorado pela pintura nova, não permite que eu vos diga que não é culpado.

Lembraí-vos, entretanto, do muito que ele já serviu aos que vos precederam e a nós mesmos.

Cada gotinha de chuva que ele já não pode impedir que chegue até nós é uma lágrima que a velha casa chora, lágrimas de mãe prestes a ser abandonada e temerosa de não mais poder ouvir as vozes de seus filhos, lágrimas de velho educandário pleno de recordações que não podemos esquecer.

É baseada nestas recordações, Senhores do Conselho de Sentença, que estou aqui em defesa do réu e peço sua absolvição!

A imagem do “velho educandário”, misto de aconchego e guarida, fonte de “luz e saber”, que por seus frutos e por sua longevidade merecia o respeito e o afeto de todos que por ele passaram, fez do antigo prédio um símbolo, quase um ícone. A adequação e a aceitação às deficiências de espaço e de estrutura do antigo prédio, em troca de todos os benefícios que pareciam advir do fato de estudar no Pelotense, parece ter estreitado ainda mais os laços que uniam os membros dessa comunidade entre si e com o próprio Colégio. Não é novidade que as dificuldades tendem a unir os que tentam superá-las.

A partir dos anos 60, com o novo prédio e tantas mudanças ocorrendo em nível nacional e local, tem-se a impressão de que se desenvolve um novo discurso em relação ao Colégio. Nesse discurso, talvez um pouco mais distanciado do ideário positivista e maçônico que respaldava aspectos de seu projeto político-pedagógico, interessava mais o presente e o futuro. O “passado de glórias” não se justificava mais num moderno estabelecimento escolar do “velho educandário” há um certo esquecimento, parecendo que a representatividade e a importância dos “vultos do passado” vai sendo esquecida, sendo apagada na memória...

3. 3. 5 O Grêmio dos Estudantes

Em 1903, no segundo mês de funcionamento do Ginásio Pelotense, seus alunos criaram a sociedade literária Grêmio dos Estudantes¹⁴⁰, que tinha por fim o desenvolvimento da retórica e dos conhecimentos literários. Ao que tudo

¹⁴⁰ Como não foram encontradas atas ou relatórios, as informações sobre esta sociedade têm por base publicações do Diário Popular, jornal que divulgava amplamente as atividades do “Grêmio de

indica, foi a primeira agremiação de alunos da cidade de Pelotas. O grupo realizava sessões comemorativas onde eram proferidos ardorosos discursos nas datas cívicas e patrióticas, como a da Abolição da Escravatura, da Independência do Brasil, da Descoberta da América e da Proclamação da República. Como não poderia deixar de ser, tendo em vista o contexto deste período, a data da Revolução Francesa recebia especial atenção do Grêmio, que aproveitava o ensejo para exaltar os ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, tão caros aos maçons e republicanos da época. As reuniões eram animadas por banda de música e no auditório, além de professores e alunos da escola, parentes e amigos, sempre havia convidados ilustres, como os membros da Maçonaria e as lideranças políticas ligadas ao Partido Republicano Rio-Grandense.

O Grêmio dos Estudantes, embora propiciando o estímulo a competições literárias representou, também, um caminho para o despertar da consciência política e social dos que participavam de suas atividades. Percebe-se isto claramente ao analisarmos o conteúdo dos discursos, onde predominavam as preocupações - maçônicas - com questões sociais ligadas à educação e ao então recente processo de abolição da escravatura. Atitudes filantrópicas, como o auxílio pecuniário aos “famintos do norte do país” e até mesmo ao eminente jornalista José do Patrocínio, que enfrentava sérios problemas financeiros, faziam parte da atuação desta sociedade. Vários oradores e participantes do Grêmio tornaram-se profissionais de destaque na comunidade, sendo que alguns retornaram ao Pelotense como professores.¹⁴¹

Esta agremiação teve, por um tempo, sede social própria, fora do prédio onde estava instalado o Ginásio. Os membros de sua diretoria eram escolhidos através de eleições.

Estudantes”. É interessante observar que, no jornal, os assuntos sobre o Grêmio, apresentavam o título exposto em negrito “Grêmio de Estudantes”, subentendendo-se que fosse do Pelotense.

¹⁴¹ Pode-se citar como exemplo Álvaro Eston, que se tornou lente e também diretor do Pelotense; Victor Russomano, lente e orador oficial daquele estabelecimento de ensino; Pedro Gomes de Freitas, Sílvio Torres e Raul Azambuja, lentes da Faculdade de Odontologia e Farmácia anexa ao Ginásio.

É interessante observar a intensa mobilização acontecida na cidade para que fosse constituída a biblioteca do Grêmio, que passou a receber doações de inúmeros livros, contando, também, com o recebimento do Diário Popular. Não deve ser esquecido que esta era uma época em que a informação e o lazer vinham por intermédio da escrita, portanto a biblioteca era bem mais do que um espaço reservado ao conhecimento formal.

Era tão grande a participação e o envolvimento dos alunos com o Grêmio, que a direção do Pelotense proibiu suas atividades durante o período dos exames, pois segundo a imprensa local, *“os alunos só queriam saber de reuniões e leituras que prejudicavam o desempenho escolar”*.

Em 1905, o Grêmio de Estudantes chegou a organizar um festival no Teatro Sete de Abril, onde foram apresentados comédias, canções e monólogos. Espetáculos desta categoria também eram realizados na própria Escola, contando, inclusive, com a participação de alunos do curso primário.

Nessa época, no Gonzaga, também era comum a realização desse tipo de atividade. Convém lembrar que todas as representações eram realizadas somente por meninos, pois o Pelotense ainda não era uma escola mista. Nestas ocasiões, as festividades eram encerradas com *“animadíssimos bailes”* que se prolongavam até a madrugada. Tais reuniões sociais, na verdade, refletiam o próprio interesse das classes mais abastadas da sociedade pelotense, grande apreciadora de todas as manifestações artísticas e culturais, e eram, também, uma forma de congregarem as famílias de maçons.

Entre 1909 e 1911 não há referências nos jornais sobre a atuação do Grêmio de Estudantes. Este período coincide com a formatura da primeira turma de bacharéis, sendo que muitos deles participavam do Grêmio. Coincide, também, com a inclusão de atividades e exercícios militares, que passam a ser ministrados aos alunos de diversos estabelecimentos escolares da cidade por instrutores militares que preparavam a juventude para uma eventual necessidade de defesa dos interesses da pátria.

Lemos num discurso do tenente instrutor do Ginásio Pelotense, Mário Silveira:

“O regulamento da lei que institui esse serviço isentou da incorporação ao exército activo os estudantes que se submeterem à instrução militar os quaes serão incluídos ulteriormente na classe dos reservistas. [...] sem perturbardes vosso tirocínio escolar, cumprireis o mais sagrado dos deveres cívicos, transformando-vos em cidadãos. Soldados úteis a vossa amada pátria, não só nos lazeres da paz, exercendo qualquer função civil, como nas linhas de combate, empunhando o fuzil e defendendo a integridade de seu território, quando ameaçado por qualquer nação aventureira” (DIÁRIO POPULAR, 10.09.1909).¹⁴²

Esta situação prolongou-se pelo período em que transcorreram as duas guerras mundiais, já que os alunos eram considerados soldados em potencial. Participavam de manobras militares e desfilavam garbosamente pelas ruas da cidade onde, ao som de bandas locais, demonstravam com orgulho seu preparo para servir à nação. Nas escolas que ofereciam instrução militar havia armas e todo o material necessário para o treinamento militar.

Mas não só para demonstrações militares os alunos saíam às ruas. Era comum desfilarem a pé ou em bondes para manifestar seu apreço ao educandário ou a pessoas a ele ligadas. Tais demonstrações eram realizadas, segundo os jornais da época, de maneira bastante entusiasmada e efusiva. O itinerário das Passeatas incluía sempre a principal rua da cidade, a 15 de Novembro e, é claro, uma visita ao Diário Popular, que se localizava (e até hoje ainda se localiza) nesta rua, para que fossem noticiados seus feitos. Esses rituais acadêmicos que, indubitavelmente, fornecem uma identidade ao corpo discente da escola, se mantiveram nas décadas posteriores, sendo materializados, principalmente, através da “Passeata dos Gatos Pelados”.

¹⁴² Cabe ressaltar que em 12.10.1908 foi criado, em Pelotas, o “Tiro de Guerra nº 31” do qual muitos jovens participavam. Em 1916, surgiu uma Secção de Escoteiros, a primeira do Estado, anexa ao “Tiro de Guerra”, e que contou, na sua inauguração, com a presença de Olavo Bilac, que além de notável intelectual, foi grande incentivador do desenvolvimento do espírito cívico e patriótico entre os estudantes brasileiros.

Os estudantes do Pelotense conseguiram reorganizar o seu grêmio no início de 1911.¹⁴³ Fundaram o Grêmio 24 de Outubro,¹⁴⁴ tendo por objetivo principal o desenvolvimento intelectual de seus associados. Uma de suas realizações foi o desenvolvimento de um intenso trabalho pela revogação da Lei Rivadávia Correa. Essa legislação, desoficializando o ensino secundário e causou sérios transtornos ao Pelotense que, como já foi dito, perdeu sua equiparação ao Ginásio D. Pedro II. Não foi possível determinar até quando se deu a atuação deste grêmio. Sabe-se, no entanto, que em 1927 foi criado o Grêmio dos Estudantes do Ginásio Pelotense” que existe até hoje.

O Grêmio, que foi novamente instituído em 1927, tinha finalidades exclusivamente literárias. Foi somente em 1929, após a fusão com o “Esporte Clube Pelotense” - entidade de alunos que se dedicava à prática dos esportes – que ele assumiu a forma cuja qual, com algumas mudanças, mantém até os dias atuais.

A partir da década de 1930, sua atuação passa a ser voltada para eventos sociais, esportivos e culturais. Eram bailes, festas comemorativas, apresentações artísticas e jogos, bem como a edição do periódico estudantil “Estudante”, que demandavam dos alunos uma intensa participação e organização, principalmente no que se refere à obtenção de recursos financeiros para a realização dos eventos.

De 1931 a 1937, anos em que o professor Joaquim Paula Alves da Fonseca foi diretor do Pelotense, percebe-se muito apoio da direção da escola às atividades realizadas pelo Grêmio. Embora a direção não dispusesse de verbas para a realização de festas, em várias reuniões o professor Joaquim, que era presidente honorário do Grêmio, estava presente, auxiliando os alunos na busca de soluções para muitas das responsabilidades financeiras por eles assumidas.

¹⁴³ Foi anunciado no DIÁRIO POPULAR (04.04.1911) que, neste dia, alunos do Ginásio Pelotense se reuniram para fundarem o seu grêmio. Portanto, provavelmente seja esta a data de sua fundação, desconhecida até pelos professores que elaboraram um pequeno histórico do educandário, em 1952.

¹⁴⁴ Salienta-se que “24 de outubro” é o dia do aniversário do Colégio Pelotense.

Mas a eventual presença do diretor, pelo que nos indicam as atas, não intimidava os alunos. Vários assuntos eram debatidos e não faltaram acaloradas discussões em que as divergências de idéias entre os contendores extrapolavam as acusações verbais, acarretando inevitáveis demissões ou, o que era pior, a expulsão do Grêmio.

Se em alguns momentos era requisitada a presença do diretor da escola nas reuniões do Grêmio, da mesma forma os alunos eram solicitados pela direção a opinarem sobre assuntos considerados de seu interesse. Esse foi o caso, em 1931, quando houve reformas no fardamento dos alunos. Joaquim Alves da Fonseca deu plenos poderes aos membros do Grêmio para que eles resolvessem do melhor modo possível a mudança.

Sobre as atividades do Grêmio e o apoio recebido por parte da direção do Ginásio, o então aluno Anselmo Amaral faz o seguinte relato:

“O Grêmio desenvolvia a parte artística. Nós tínhamos uma espécie de grupo teatral. Eu fiz teatro, mas eu mais escrevia do que representava. Fazíamos apresentações musicais no auditório da Rádio Cultura. Nós também convidávamos conferencistas para fazer palestras no Ginásio Pelotense. Conferencistas de gabarito até de Porto Alegre. Manoelito de Ornellas, uma figura exponencial das letras rio-grandenses, nós convidamos uma vez ele para fazer uma palestra. Então havia naquela época essa liberdade, essa autonomia dos alunos. Essa liberdade existia, mas era uma liberdade sadia que ajudava a direção do ginásio, e a direção ajudava aos alunos. Havia uma compreensão perfeita, uma compreensão em tudo...”

Foto da apresentação na Rádio PELOTENSE

As ondas do rádio começam a invadir o cotidiano doméstico da cidade já nos anos de 1920, quando surgiu a primeira emissora do Rio Grande do Sul, a Rádio Pelotense. Nos anos 30 tornam-se marcantes os programas de auditório com apresentações musicais ao vivo. Segundo NOVAIS (1998) era o rádio que *“trazia a cada um, na sua rotina cotidiana, uma parcela do mundo, ajudando a mapear caminhos, modos de sociabilidade e diversão”*. Na foto acima uma apresentação musical dos alunos do Pelotense, na Rádio Pelotense, em 1938.

Salienta-se que a década de 1930 foi fundamental para a constituição de características peculiares e tradições que serão seguidas nas décadas posteriores. Como será visto a seguir, é nesse período que se institui o “Dia do Gato Pelado”, o seu hino, as tradicionais passeatas, o jornal Estudante, as apresentações teatrais e radiofônicas, assim como se tornam mais acirradas as relações estudantis com o Gonzaga, em função, principalmente, das disputas futebolísticas.

É importante ressaltar que, a partir desse período, mesmo havendo entre os sócios eleições anuais para a troca de diretoria do Grêmio, era comum a manutenção de alguns alunos em seus cargos. Muitos continuavam auxiliando e passando sua experiência aos mais novos. Tal fato, embora acabasse por constituir um grupo mais fechado, em que inevitavelmente os candidatos da chapa oficial venciam, fazia com que a cada ano as atividades do Grêmio se tornassem mais bem organizadas e superassem as expectativas do ano anterior. Assim, os laços dos alunos com o Grêmio e, conseqüentemente, com a Escola eram fortalecidos.

E foi em função desse forte vínculo com a Instituição estabelecido durante a década de 1930, que alguns saudosos egressos constituíram, em 1941, a Associação dos Ex-alunos.

Desde os primeiros anos da década de 1930, o Grêmio, no dia do aniversário do Pelotense, responsabilizava-se por organizar competições

esportivas e um baile. Várias comissões eram formadas para que os eventos ocorressem a contento. Após muitos levantamentos de preços e discussões, chegavam a um denominador comum e, ao que tudo indica, os festejos eram um sucesso.

As atas apontam situações peculiares, como as discussões que ocorreram em 1931 para selecionar quais famílias dos sócios seriam convidadas ao baile de aniversário, uma vez que nem todas eram consideradas “dignas” de estarem lá presentes. A seleção era feita na distribuição dos convites... Há também relatórios onde são discutidos os gastos previstos para os bailes e os jogos de futebol.¹⁴⁵

A manutenção do time de futebol foi um motivo de freqüentes preocupações para a diretoria do Grêmio. Se, por um lado, os jogos eram motivo de diversão e alegria, eles representavam, também, uma importante arma para derrotar seu principal adversário, o Gonzaga. Portanto o envolvimento do Grêmio ia desde a instituição de prêmios de estímulo e incentivo à participação dos jogadores nos treinos, à compra de uniformes, bolas, aluguel de estádios, contratação de treinador e funcionário para cuidar do material dos jogadores.

O dinheiro necessário para as atividades sociais organizadas pelo Grêmio advinha das mensalidades cobradas de seus sócios, da eventual ajuda de alguns professores, alunos e da administração municipal, bem como de apresentações artísticas e esportivas realizadas pelos alunos em que eram cobrados ingressos. Os alunos, em algumas ocasiões, também conseguiam que parte da renda de matinês nos cinemas e teatros, cujas entradas eram vendidas pelos alunos, fossem revertidas em benefício do Grêmio. Havia, ainda, a venda de

¹⁴⁵ A partir desses relatórios tem-se uma idéia dos gastos assumidos pelo Grêmio que arcava, dentre outras, com as despesas de hospedagem dos futebolistas de ginásios de cidades como Rio Grande, Bagé, Jaguarão e Porto Alegre, que eram convidados para jogarem em Pelotas. Em relação ao baile e a um jogo de futebol, lê-se no LIVRO DE ATAS DO GRÊMIO (09.10.1931): *“hospedagem dos futebolistas – 300 mil réis; orquestra – 400 mil réis; convites e ornamentação do salão de baile – 80 mil réis; garçons, porteiro e chapeleiro – 80 mil réis; automóveis – 60 mil réis; aluguel do salão de baile e luz – 250 mil réis; 20 quilos de doces, 300 sanduíches, guaraná, cerveja e gasosa – 250 mil réis”*.

títulos de sócios remidos, de rifas e votos para “rainhas da simpatia” e “rainhas da primavera” e livros-ouro que recebiam contribuições dos “amigos do Grêmio”. Entre os contribuintes se incluíam, geralmente, professores, alunos e ex-alunos do Pelotense, empolgados com a continuidade da realização de atividades dessa entidade estudantil.

A cobrança das mensalidades e as fraudes que envolviam as cadernetas de identificação dos sócios do Grêmio foram problemas enfrentados por todas as gestões. Alguns alunos, depois de obterem as suas cadernetas, entregues no início de cada ano letivo, e que lhes traziam descontos em programações sociais, culturais e esportivas da cidade, não continuavam a pagar as mensalidades. Em certas ocasiões, quem não estava quite com essa obrigação de sócio, teve seu nome publicado em edital e, aqueles que não saldaram suas dívidas, chegaram a ser excluídos do Grêmio. Geralmente, a cada mudança de diretoria, modificava-se o modelo das cadernetas.

Na realidade, o Grêmio não era constituído por todos os alunos do Pelotense, embora fosse considerado seu lídimo representante. Nas décadas de 1930 a 1960, num universo de alunos que variava de 500 a 800 alunos na escola, o Grêmio tinha em torno de 100 associados.

As reuniões, nesse período, costumavam ser quinzenais, mas dependendo do momento, eram diárias, não se realizando necessariamente no prédio do Pelotense. Em alguns momentos, em função de desavenças com a direção da escola, não lhes foi permitido utilizarem sua sala. Reuniam-se, então, nas casas de membros da diretoria.

Isso porque o relacionamento do Grêmio com os professores e a direção da escola nem sempre se deu de forma muito tranqüila, como se pode observar na afirmativa a seguir:

“para não esquecer as notas que os arquivos, às vezes, ocultam à posteridade, não é demais lembrar as repetidas controvérsias entre os estudantes e a direção do Colégio, que, se naqueles momentos representaram motivos de revolta e luta, hoje aumenta significação de um cadinho imenso onde se temperou, aos poucos, o ânimo e o espírito dos estudantes do Colégio Pelotense para os grande embates do futuro. A posição dos “Gatos Pelados” de hoje, impregnada dessas idéias, se

mantém, por isso, dentro dos exemplos do seu passado” (ESTUDANTE, ano XXIII, 10.08.1957 - edição extra).

Em 1945 foi criado o Departamento Feminino, que passou a ser composto por 5 membros – 1 diretora, 1 subdiretora, 1 bibliotecária e 2 auxiliares – e as moças passaram a participar mais das atividades desenvolvidas pelo Grêmio. Mas, convém ressaltar que já em 1932, mais da metade dos votos (que perfaziam um total de 103) para vice-presidente do Grêmio foram dirigidos a três moças: Yeda Lopes Machado – 27, Rosah Russomano – 16 e Carmem Parker – 10, sendo que a primeira foi escolhida vice-presidente. Carmem Parker, foi secretária na gestão de 1933. Isso numa época em que o número total de alunas no colégio não chegava a 10.

É interessante observar uma figura feminina bastante peculiar, que necessariamente representava associações e instituições sociais nesse período estudado: a madrinha. Curiosamente, nos primeiros anos as madrinhas do Grêmio do Pelotense não pertenciam a esse colégio, mas sim ao Colégio São José (talvez o escasso número de moças na escola desencorajasse as candidatas em potencial...). As madrinhas eram escolhidas pela diretoria segundo critérios de beleza, simpatia e inteligência.¹⁴⁶ Definido o seu nome, estabelecia-se uma comissão constituída por membros da diretoria do Grêmio para que fosse feito o convite oficial à família da moça. A visita à sua casa constituía-se fato social bastante representativo, pois anualmente era devidamente fotografada e divulgada nos jornais locais. É interessante observar que as fotos ano após ano repetem a mesma pose: a moça, sentada num sofá, ladeada por seus pais, e os rapazes do Grêmio ao fundo.

A presença da madrinha do Grêmio era imprescindível nos eventos sociais organizados pelo Grêmio, especialmente nos jogos de futebol entre os estudantes de diferentes escolas. A madrinha devia estar lá dando sorte, incentivando a torcida e seu time, recebendo flores e tirando fotografias com os jogadores. Sua atuação envolvia, realmente, muito glamour e atenção por parte dos estudantes. Na foto acima a madrinha, Jaíra, com o time do Pelotense de 1952.

¹⁴⁶ A madrinha escolhida no ano de 1934 foi Wilma Lopes, aluna interna do Colégio São José. Em vista de a direção desse Colégio proibir alunas internas de “tomar parte em festas mundanas”, o convite foi então dirigido à Zeli Bernardes, também aluna do São José, mas não interna.

Ressalta-se que as atividades esportivas, políticas e culturais organizadas pelo Grêmio a partir dos anos de 1930 foram reconhecidamente marcantes na vida da cidade até a década de 1960. Os alunos do Pelotense, neste período, organizados pelo Grêmio, manifestavam-se através dos Festivais dos Gatos Pelados, de passeatas que realizavam pela cidade e de jornais e revista literária. O humor, geralmente refinado e irônico, era a tônica de todas estas manifestações que tinham um forte conteúdo político de protesto. É preciso ressaltar, entretanto, que esta atuação dos alunos já era uma prática que remontava aos primeiros anos do século XX. Só que, dentro de um outro contexto histórico, mas tendo sempre como pano de fundo, os ideais (maçônicos) de liberdade, patriotismo, culto à verdade e à justiça, que seriam a única forma, segundo os maçons, de criar cidadãos capazes de defenderem seus direitos e de reconhecerem seus deveres, assim como os interesses de sua pátria.

A partir da década de 1930 a importância do Grêmio no Pelotense era tanta que, na realidade, acabava sendo uma organização paralela e independente dentro da Escola, da qual, ao menos ao que parece, participava somente quem tinha condições de pagar suas mensalidades e “rezasse conforme a cartilha”. Como nem sempre era possível conciliar vontades, não faltavam discussões, demissões, expulsões e até mesmo brigas no “corpo a corpo” na sede da instituição estudantil. Inúmeras reuniões ocorriam para que fossem preenchidos os cargos vagos por alguns dissidentes que resolviam “abandonar o barco”. Mas é inegável que àqueles que participavam do Grêmio, compartilhavam valores que envolviam o idealismo, civismo, patriotismo e, principalmente, um amor muito grande ao Pelotense.

3. 3. 6 O periódico “Estudante”

O Estudante, periódico do Grêmio dos Gatos Pelados, começou a circular em maio de 1934. Nesse ano, foi editado mensalmente até novembro. Segundo o edital de seu primeiro número, ele surgiu com o objetivo de

“defender os interesses gerais do Grêmio, tendo por fim despertar na alma ainda em formação da mocidade o amor à leitura e à arte de

escrever, e ligar mais intimamente, pelos liames sagrados de uma união afetuosa e sincera, a plêiade de estudantes que no nosso ginásio labuta”.

O mesmo edital salienta, ainda, as dificuldades e percalços para a criação do jornal que, sem o apoio e ajuda financeira do diretor e professores da escola, não teria seu primeiro número editado. Dessa forma conclama o “leitor amigo” a tornar-se seu assinante. E será com o dinheiro advindo das assinaturas que o Estudante continuará a ser editado, com algumas interrupções.

Samuel Duval da Silva, um dos idealizadores e redatores do Estudante, anos mais tarde expôs alguns dados sobre sua criação:

“Eu conhecia, de perto, o jornal dos alunos do Colégio Cruzeiro do Sul, de Porto Alegre – o “Pindorama”. Gostava de lê-lo. Tentava identificar-me, quando possível, com os seus colaboradores, a quem eu admirava. Quando concluía sua leitura, sempre ficava “matutando” sobre o modo de termos coisa parecida no Pelotense. Mas que iria conseguir um guri do 1º ano ginásial junto aos “barbados” do Grêmio, sempre empolgados com futebol?

E, assim, passaram-se alguns anos, até que fui amadurecendo um pouco mais e cheguei á diretoria do Grêmio. Aceita a proposta, sou apontado para fazer um estudo completo das possibilidades da publicação. Na sessão subsequente, foi trazida uma extensa lista de assinantes do futuro jornal, bem como a promessa de apoio de vários professores e colegas. Mas que aspecto deveria ter? Quanto custaria? Que temas poderiam ser ventilados? Surgiram questões às dezenas. Que modelo prestimoso tivemos no “Pindorama” – o jornalzinho saiu e venceu. O “Estudante” nasceu ensinando uma grande lição: saber descobrir as virtudes do colega e imitá-las sem tardança” (ESTUDANTE, junho de 1948, p.7).

Inicialmente esse periódico foi publicado por 4 anos consecutivos, de 1934 a 1937, voltando a circular de 1946 a meados dos anos de 1960, recebendo por todo esse período, ao que tudo indica, muito incentivo do corpo docente e de ex-alunos¹⁴⁷. Em alguns momentos ele foi distribuído gratuitamente em função de

¹⁴⁷ Muitos exemplares da década de 1940 a 1960 me foram entregues pela família de Helena Iruzum Passos, que foi professora do Pelotense. Assinante assídua do “Estudante” guardava-os carinhosamente junto a seu acervo pessoal. Para a família Iruzum a escola chegou a ser literalmente “o seu lar”, pois Gregório Romeu Iruzum, pai de Helena e de Raul (que também era professor do Pelotense e foi seu diretor de 1956 a 1959), por muitos anos morou com sua numerosa família no prédio do Pelotense, sendo responsável pelos alunos internos. Gregório Romeu Iruzum, professor desde os primeiros anos de fundação do ginásio, por mais de 50 anos serviu ao Pelotense também como diretor interno, e responsável pela disciplina.

o Grêmio ter conseguido patrocinadores que bancassem sua edição. Não há identificação quanto à sua tiragem. Embora fosse destinado à comunidade Gato Pelado, o Estudante, assim como os demais jornais estudantis, até a década de 60, circulou em inúmeras escolas gaúchas. Era praxe, nesse período, que os Grêmios trocassem entre si exemplares de seus jornais.¹⁴⁸

Em suas primeiras edições, além do espaço dedicado a pequenos contos, pensamentos, poesias, piadas, charadas, curiosidades, datas históricas, eventos esportivos e notícias sobre a escola e o grêmio, também era apresentada a sessão “assuntos gramaticais”, em que o professor Paula Alves se dispunha a tirar dúvidas de leitores em relação à Língua Portuguesa.¹⁴⁹

Salienta-se que as apropriações feitas pelos alunos correspondiam às perspectivas educacionais do Colégio Pelotense nesse período em que ainda se apresentava forte a influência dos ideais positivistas, maçons e anti-clericais.

Em praticamente todas as edições do Estudante transparece a preocupação com a reflexão sobre aspectos sócio-políticos do país que envolviam questões como a instrução, o trabalho e o papel da mocidade brasileira.

Embora a boa atuação e competência de alguns professores fosse bastante exaltada, sendo motivo de indisfarçável orgulho dos próprios alunos, os problemas enfrentados na escola, que diziam respeito à sua capacidade de organização pedagógica e administrativa, problemas de espaço físico, de condução disciplinar e metodológica de alguns professores eram abordados de forma bastante sutil e até mesmo com um toque de humor, como se pode observar a seguir:

“O colégio pelotense possui uma ótima biblioteca (não confundir com a do Grêmio), no entanto, é vedado aos alunos o direito de entrar em

¹⁴⁸ Nos arquivos do Grêmio do Pelotense, foram encontrados, exemplares de jornais estudantis de Jaguarão, São Borja, Itaqui, Porto Alegre e, é claro, de Pelotas.

¹⁴⁹ O Professor Francisco de Paula Alves da Fonseca foi, indiscutivelmente, por gerações, uma grande referência como educador e conhecedor da Língua Portuguesa. A elegância no trato e humildade em suas palavras, traço marcante de sua personalidade, segundo aqueles que com ele conviveram, podem ser percebidas quando diz que *“a todos atenderei na medida de meus limitados recursos intelectuais, e ainda que as respostas sempre apareçam sem um cunho de autoridade, não deixarão, contudo de ser a simples expressão de uma forte vontade de acertar”* (ESTUDANTE, maio de 1934, p. 2).

contato com os livros da mesma, direito esse somente concedido à “lepisma saccharina” – a nossa conhecida traça. Não teremos nós mais direito do que as traças?” (ESTUDANTE, junho de 1946, p. 6)

Era comum que o jornal, por um tempo, deixasse de ser publicado, pois com a mudança das diretorias do Grêmio, nem sempre essa atividade estava entre as suas prioridades. Quando voltava a circular iniciava-se uma nova numeração, no que consideravam uma “nova fase”, com a devida justificativa de sua interrupção e apelo para que todos colaborassem para a sua manutenção. A cada nova fase são apontadas as dificuldades que foram transpostas para que fosse possível a sua publicação.

Em 1946, o ressurgimento do Estudante foi saudado por um de seus redatores em sua fase inicial, o reverendo Antônio Guedes, que diz um pouco de sua importância:

“O Estudante foi a menina dos olhos do Grêmio. [...] Houve luta, incompreensão, malentendidos, diz que diz, brigas e até umas caluniazinhas, mas o nosso jornal, que era o orgulho do nosso Grêmio, venceu! Graças a ele muita gente, hoje já bem encaminhada na vida, adquiriu o hábito de escrever. [...] Agora o nosso jornal ressurgiu [...] para glorificar o passado, honrar o presente e ajudar a construir o futuro” (ESTUDANTE, julho de 1946, p. 3).

Foto do Estudante

É interessante observar que na maioria dos exemplares do Estudante é veiculado um discurso com fortes nuances do ideário positivista, fundamentando-se na análise do presente tendo por base um passado que serve de exemplo, por vezes negativo, por vezes positivo, dependendo do assunto ou tema abordado. Particularmente nas edições da década de 1930, é apontada a necessidade de os alunos “reverenciarem as tradições do passado” e “cultuarem os fundadores do colégio”.

Conforme se lê em sua edição de junho de 1946, p. 2, *“seu reaparecimento veio atestar o quanto em nosso colégio, o presente está ligado ao passado. Ele trouxe consigo aquela mesma apresentação, aquele mesmo espírito que já o regia. Ele mostrou que os ideais cultuados na época de sua fundação conservam-se até agora.”*

Como afirma Anselmo Amaral:

“Nós zelávamos muito a tradição. Nós conservávamos muito a tradição, muito mesmo! A ligação nossa com os antigos alunos era muito grande. Por exemplo o Dr. João Carlos Machado que foi Secretário do Interior, foi senador, foi deputado e nós, as vezes, convidávamos ele para fazer palestra. Ele sempre lembrava da época em que era estudante, quando estava no ginásio. Mostrava lugares do Colégio, as coisas como eram. Nós sempre tivemos essa tradição lá dentro, de respeito ao passado. Nós preservávamos o passado, preservávamos profundamente o passado. Em nossas festas, por exemplo, iam todos os nossos familiares.”

Mas, sobre esse “apego às tradições” que, pode-se dizer, era característico da própria cultura escolar do Pelotense, há uma explicação de como ele deveria se manifestar junto aos Gatos Pelados:

“Tradição – Sobre a tradição, acredito que devemos ter uma dualidade de opiniões. Lutar para fazer desaparecer as rotineiras e anacrônicas, e dar toda a nossa energia para trazer sempre vivas e reverberantes as que nos podem manter no mais alto prestígio e intimamente ligados a um glorioso passado. [...] Amigo: não há nada que nos possa deixar mais satisfeito do que ter a consciência de haver lutado, de haver deixado um exemplo aos pósteros, ensinando-lhes que o que pode parecer pensamento de um visionário, para jovens ardorosos e amantes da tradição, é inteiramente exequível. E aqueles que nos seguirem, verão que no dia do Gato Pelado, para os estudantes desta casa, tudo é vida e azáfama sob o impuso inexaurível de uma tradição” (ESTUDANTE, agosto de 1947, p. 1).

É provável que em muitos textos, o tom saudosista e reverenciador do passado tenha recebido influência de ex-alunos que continuavam muito presentes.

No Estudante havia, inclusive, a “página do ex-aluno”, cujos textos, além de abordarem aspectos do cotidiano escolar vivido por eles, exaltavam características que continuavam a identificar o “espírito gato pelado”, ou seja, de luta pelos seus ideais e contrários à arbitrariedade que por ventura os estudantes viessem a sofrer. Nesse sentido, em alguns momentos de conflito do Grêmio com a direção da escola, como nos casos de algumas passeatas realizadas pelos alunos, alguns egressos, através da “página do ex-aluno”, se solidarizavam com as causas estudantis. Buscavam sempre remeter à idéia de liberdade de consciência que fundamentava a criação do Pelotense e que, logicamente, acabava propiciando um caminho para despertar a participação política de alguns alunos, especialmente os do Grêmio dos Estudantes. Dessa forma, reforçavam seus laços de ligação e comprometimento com os valores compartilhados na escola, que tinham por base o desenvolvimento da moral, do civismo e do patriotismo e uma forte oposição à pedagogia católica.

Os responsáveis pela publicação do Estudante, assim como seus colaboradores, durante esse período de 30 anos que foi marcado por grandes alterações na vida econômica, política e cultural do país, geralmente preocupavam-se em veicular textos que propiciassem a reflexão sobre a conjuntura brasileira, especialmente no que se referia à educação.

A partir de 1946, em um contexto de pós-guerra e com o início do processo de redemocratização no Brasil, através de textos muito bem escritos, os alunos se posicionam de maneira bastante crítica e coerente em relação ao contexto por eles vivido. Muitas críticas recaíram sobre a situação do ensino no Brasil, especialmente sobre as conseqüências da reforma do ensino secundário, conhecida como “Reforma Capanema”, que criou os cursos clássico e científico e aboliu os cursos “prés” - onde o aluno estudava unicamente as matérias específicas direcionadas ao exame de seleção de determinado curso superior. Em um texto assinado por Pedro Moacir Gomes de Freitas, lemos o seguinte:

“O número elevado de disciplinas e a quantidade de aulas por semana tiram o estímulo do estudante que não pode dedicar-se a nenhuma delas com carinho.[...] Em benefício do reduzido número dos que têm vocação sacerdotal ou pretendem ser filólogos, sacrificam-se moços no estudo intensivo do latim nos quatro anos ginasiais, que veio substituir a química e a física, matérias de vestibular. [...] Com a natural escassez de professores capacitados, [...] a remuneração insuficiente dos mestres e a execução de leis que proíbem a acumulação de dois magistérios, são um absurdo inadmissível.

O preço proibitivo dos compêndios e tratados, e as elevadas mensalidades de nossos estabelecimentos educacionais, são um atestado flagrante de nosso atraso. [...] Os uniformes de uso obrigatório e de utilidade deturpada, servem unicamente para a beleza do automatismo das paradas escolares, em que os estudantes são coagidos a comparecer numa estranha comemoração de datas que às vezes nem figuram na história pátria!...

O aluno do ciclo colegial que ainda não sabe falar corretamente as línguas inglesa e francesa e não conhece a própria literatura nacional, é obrigado a gravar, por força de lei, as minúcias biográficas dos maiores literários da França e da Inglaterra, desde a mais longínqua Antigüidade! O ensino da árida matemática consiste em expor os sem número de enfadonhos teoremas de desconhecida utilidade, negligenciando-se de sua parte bela, interessante e atrativa.

Em conseqüência de tudo isso a escola transformou-se em “fábrica de diploma” na qual o aluno estuda não para saber, o que seria impossível, mas unicamente para alcançar notas nos exames – ilusória lisonja de seu esforço.” (ESTUDANTE, junho de 1946, p. 5 e 7).

Em alguns momentos alunos e colaboradores que estavam envolvidos na elaboração do periódico, em função da irreverência e da crítica em relação a Igreja Católica e ao diretor do Pelotense, foram perseguidos e tiveram que responder judicialmente sobre a provável ilegalidade de seus atos, sendo que exemplares do Estudante foram apreendidos. Como será comentado no capítulo posterior, tal fato ocorreu quando uma das Passeatas dos Gatos Pelados virou “caso de polícia”. Isso em função de que alguns dos quadros que seriam apresentados foram censurados e destruídos pela direção do Pelotense. Com isso, os alunos do Grêmio fizeram uma “publicação clandestina” de uma edição extra do Estudante com a reprodução de quadros que não foram apresentados na Passeata.

No período de implantação da ditadura militar, nos anos 60, parte da documentação do Grêmio foi apreendida, inclusive fotos das passeatas, atas e exemplares do Estudante.

3. 3. 7 Os Festivais dos Gatos Pelados

Assim como as apresentações teatrais dos Galinhas Gordas, os “Festivais dos Gatos Pelados” marcaram época não só no próprio Colégio, mas também na vida cultural da cidade e das localidades da zona sul do estado. Eram verdadeiros shows artísticos, algumas vezes apresentados sob a forma de revista musical, onde se alternavam apresentações humorísticas, números de canto, de orquestração e de instrumentistas. Sobre eles, José Luís Rohnelt comenta:

“além da Passeata nós tínhamos também o Festival de Teatro realizado, geralmente, no Teatro Sete de Abril. Fazia parte da comemoração do aniversário do Pelotense, a Passeata e o Festival. Mas o Festival não ocorria todos os anos porque ele era muito trabalhoso. Eram apresentados esquetes, que eram pequenos quadros cômicos, que nem no programa “A Praça é Nossa” (*de televisão*), onde entra um e sai outro. Eram quadros rápidos de anedotas, teatrinho, coisa rápida e números musicais. Era um teatro de revista, porque havia música, comédia e teatro.”

Apresentação teatral dos Gatos Pelados, em 1956. A comédia e a irreverência caracterizavam suas apresentações, diferentemente dos Galinhas Gordas, cujas peças teatrais geralmente eram marcadas pela presença de temas de fundo moral e religioso.

A organização e a preparação dos Festivais exigiam dos dirigentes do Grêmio um intenso e cuidadoso trabalho, quer na elaboração da programação dos Festivais, quer na designação das comissões encarregadas de toda a montagem. Havia uma comissão artística, angariadora de publicidade, para venda de camarotes e para venda de entradas. Cobravam ingressos, cujos valores eram diferentes para não estudantes, estudantes e sócios do Grêmio.

Os Festivais tinham como palco os dois mais importantes teatros da cidade, o “Sete de Abril” e o “Guarany”, assim como o auditório da Rádio Cultura. Alguns desses Festivais eram precedidos de audições radiofônicas, realizadas nos estúdios da PRC-3 – Rádio Pelotense, e da PRH - 4 – Rádio Cultura de Pelotas.

Em 12 de julho de 1938, no Teatro Sete de Abril, houve a apresentação da “revista” intitulada “Ou vai ou racha”, cujo set completo e respectivo programa foi arquivado pelos alunos.

É interessante apontar que diversas cidades da zona sul do estado, como Rio Grande, Bagé, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar, passaram a solicitar aos dirigentes do Grêmio, apresentações dos espetáculos. O seu sucesso era muito comentado pelos jornais locais, como se pode constatar a seguir:

“Gatos Pelados na PRH-4: Como já noticiamos, teremos ocasião de ver e ouvir, amanhã, os alunos do Ginásio Pelotense, diretamente do ‘Studium Auditorium’ da Rádio Cultura. Todos nós sabemos que os ‘Gatos Pelados’ sempre apresentam elementos que satisfazem ao gosto artístico da platéia e ouvintes pelotenses. Por isso fomos informados pela direção deste ‘show’ que os seus melhores artistas foram selecionados para um sucesso absoluto[...]” (DIÁRIO POPULAR, 07.10.1941).

No outro dia, novamente o DIÁRIO POPULAR (08.10.1941) tecia o seguinte comentário:

“Audição no Grêmio de Estudantes do Ginásio Pelotense: Finalmente, hoje, o público ‘fan’ dos Gatos Pelados terá ensejo de assistir a mais uma irradiação do Grêmio dos Estudantes do Ginásio Pelotense. Essa realização, por certo será, como as antecedentes,

coroada de êxito, para o que os dirigentes do Grêmio não estão medindo esforços. Maria Helena, a garota da voz de veludo, tem preparado para os seus muitos admiradores, ótimos números. As irmãs Jaime aparecerão interpretando números que farão sucesso. Paulo, Aires, Airton, Idel e Mozart constituem o 'cast' masculino para a irradiação de hoje e que, com os seus números muito bem ensaiados, darão ensejo ao público de aplaudir as suas interpretações. Completando o 'cast' feminino teremos Licélia, a garota revelação, e Arita, que, além de se fazer ouvir ao piano, interpretará números de nossa música popular. Por certo que esta noitada dos Gatos Pelados trará para a série de suas realizações mais um esplêndido sucesso."

Como foi possível constatar nesse capítulo, embora o Gonzaga e o Pelotense possuíssem propostas pedagógicas diferenciadas, ambos proporcionavam a seus alunos o desenvolvimento de práticas culturais que não se limitavam somente ao espaço da sala de aula. Essa era uma forma de romper com a rotina dos estudos e propiciar novas vivências aos alunos que acabam por compartilhar muito dos valores propugnados pelas escolas. Tal fato resultava no desenvolvimento de um *habitus* diferenciado junto ao corpo discente de cada uma das instituições escolares.

CAPÍTULO 4 – OS GATOS PELADOS E OS GALINHAS GORDAS MOVIMENTAM A CIDADE: OS PE-GON’S E AS PASSEATAS DOS GATOS PELADOS

“Sempre que um encontro de futebol reúne o favoritismo do público, transforma-se com a continuação numa tradição e da tradição surge o clássico que empolga as torcidas e faz com que os jogadores, no gramado, vibrem com maior intensidade na conquista da vitória, que, nestes casos, tem um valor incalculável.

No amadorismo, o clássico duplica de significação, pois não persegue outro objetivo que não seja a derrota do adversário de sempre. Os jogadores se empregam por pura dedicação em perseguir o triunfo que levará ao alto do mastro as cores prediletas.

Em Pelotas, além do Brapel há outro clássico que faz vibrar as torcidas. É o choque ginásial que já pertence às tradições do nosso futebol e que de ano para ano aumenta de significação e de proporções.

Gonzaga e Pelotense, começaram fazendo encontros tímidos, modestos, quase escondidos, mas, com o correr do tempo, o entusiasmo inesgotável de suas numerosas legiões de fãs, fez com que as partidas, dos dois grandes rivais, fossem assumindo um caráter de importância e comesçassem a interessar aos aficionados do futebol, vindo a integrar o rol dos grandes jogos do desporto pelotense” (DIÁRIO POPULAR, 07.11.1941, p. 5).

“Os alunos saem às ruas com seus quadros, suas charges e suas críticas, numa afirmação de independência de pensamento e de expressão, procurando não apenas criticar, caricaturar ou fazer humorismo, mas construir, mostrar o lado errado das coisas, apresentar a necessidade do sério pela exibição do grotesco. O humor é a única coisa sã que nos resta” (ESTUDANTE, ano XXIII, 10.08.1957, p. 4, edição extra).

4. 1 PE-GON, o clássico estudantil da cidade.

As disputas futebolísticas entre os Colégios Pelotense e Gonzaga, que ficaram conhecidas na cidade como Pe-Gon's, marcaram a vida esportiva de Pelotas, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960. Elas estão fartamente documentadas nas atas de reuniões dos Grêmios, na imprensa diária local, nos periódicos estudantis e nas entrevistas, realizadas para este estudo, com pessoas que vivenciaram esse tempo.

Como se pode observar pela nota, em um jornal local, bem antes da década de 1930 já existiam competições entre as duas escolas: “- **'Foot-Ball':** *teve lugar, ontem, no 'ground' do Sport Club Pelotas, o 'match' entre os 'teams' infantis dos Gymnasios Pelotense e Gonzaga. O jogo teve grande entusiasmo de ambas as partes. [...] o resultado foi 0 x 0 (zero a zero)*” (CORREIO MERCANTIL, 02.12.1911). Assinala-se que esse jogo, provavelmente, tenha sido um dos primeiros Pe-Gon's.

Nessa época, diante da inexistência dos grêmios estudantis, os jogos de futebol entre as duas escolas, nos anos vinte, eram organizadas pelo Sport Club Gonzaga e o Sport Club Pelotense, também do mesmo período. Eram entidades estudantis que possuíam diretoria própria, eleita todos os anos, e que não eram necessariamente constituídas somente por alunos.

Até a década de 1960, as maiores disputas esportivas entre o Pelotense e o Gonzaga ocorriam nos campos de futebol, embora houvesse, também, competições em outras modalidades de esportes como basquete, voleibol, atletismo e xadrez. Mas era nos jogos de futebol que se podia nitidamente constatar a rivalidade entre os dois estabelecimentos escolares. Rivalidade esta que não era demonstrada somente pelos alunos, mas por toda a comunidade escolar que eles representavam, e que acabava por dividir a própria comunidade pelotense. A defesa das cores dos dois colégios não se limitava, portanto, somente aos membros de cada escola. Havia uma efetiva participação da população da cidade nos jogos, junto às torcidas e nos posteriores debates que

dividiam opiniões sobre os dois times. A cada jogo que ocorria, esse era um assunto que ganhava destaque nos cafés, nos bares, nas emissoras de rádio e nos jornais locais.

Daí decorre, portanto, o significado da análise de tais disputas frente aos objetivos desse trabalho, uma vez que buscar-se-á o significado dessas práticas esportivas considerando-as como práticas culturais de um contexto escolar e urbano. Contexto esse permeado pela influência maçônica na cidade e pelos desdobramentos da crescente organização e influência político-ideológica da Igreja Católica em nível nacional e local. E que tinha, também, como pano de fundo, marcadamente a partir da década de 1930, o conflito entre os defensores do ensino público e do ensino privado, em sua maioria, católico.

Os jogos eram previamente combinados entre os representantes das duas equipes. Além do local, horário, juiz, regras específicas para o jogo, os alunos determinavam, também, a destinação dos valores recolhidos na bilheteria, os times convidados para jogar a partida preliminar, a localização das torcidas, o troféu e as medalhas a serem distribuídas aos vencedores. Era comum que nos Pe-Gon's se realizasse o “melhor de três”, ou seja, ocorriam três partidas de futebol, geralmente no final do ano, e as medalhas, os troféus e os prêmios eram entregues somente no último jogo ao time campeão. No período entre os jogos havia muitas notícias e debates, veiculados pela imprensa diária e estudantil, sobre o condicionamento físico e preparo técnico dos atletas e, logicamente, sobre a organização das duas torcidas.

Em alguns anos o Pe-Gon não chegou a ocorrer em função da falta de acerto entre os alunos das duas escolas. Por vezes havia descontentamento em relação à condução ou resultado final de alguma partida já realizada. Também não se pode negar o fato de que, enquanto não ocorresse um novo Pe-Gon, o vencedor da última partida continuava a manter o seu título de campeão, o que obviamente, levava esse time a protelar um novo jogo. Houve períodos em que um ou outro colégio não contava com um time competitivo, que realmente estivesse à altura de defender as suas cores. Também havia muita desconfiança por parte do Grêmio do Pelotense (que a partir do final da década de 1930

incorporou o Esporte Clube Pelotense e passou a representar o time do futebol desse Ginásio) nas negociações com o Esporte Clube Gonzaga, onde participavam também representantes do corpo docente daquele Ginásio. Os acertos dos jogos somente com representantes dos alunos do Gonzaga eram, geralmente, uma constante reivindicação dos alunos do Pelotense.

Uma prática comum não só no Pelotense e no Gonzaga, mas em outras importantes escolas do Estado, era a contratação de jogadores de futebol da primeira divisão. Segundo PARMAGNANI e RUEDELL (1995, p. 145), no Colégio Rosário, de Porto Alegre, por exemplo, jogavam futebolistas do Grêmio, Internacional, Cruzeiro e Força e Luz. Nos times dos dois estabelecimentos escolares de Pelotas, jogavam atletas de importantes times locais como o Brasil, o Pelotas, o Farroupilha e o Bancário.

Tal fato criava polêmicas que extrapolavam os muros dos dois colégios e envolviam os aficionados pelo esporte e/ou por um ou outro estabelecimento escolar. Foram brigas que perduraram por décadas. Um impasse que via de regra se estabelecia: os jogadores que somente se matriculavam na escola para fazer parte de seu time, mas que não assistiam às aulas, podiam ser incluídos nos times? Nos jornais, as escolas que não venciam o campeonato, denunciavam sua desvantagem quando, no time adversário, o número de “jogadores-alunos” superava o de “alunos-jogadores”. Alegavam que a vitória não era do estabelecimento de ensino, uma vez que em seu time predominavam alunos infreqüentes nas aulas. A vitória seria, sim, dos clubes de futebol aos quais esses “alunos” pertenciam. E essa situação pode-se constatar tanto do lado do Pelotense quanto do Gonzaga.

Sendo assim, era bastante difícil a escolha de um desportista da cidade que se dispusesse a manter a necessária neutralidade e imparcialidade, para servir de juiz nessas partidas de futebol. Ao que tudo indica era inevitável à maioria dos pelotenses a identificação não só com as cores dos alvi-rubros Galinhas Gordas e dos alviverdes Gatos Pelados, mas com o que esses

estabelecimentos escolares representavam junto à comunidade, ou seja, os valores ligados ao catolicismo e ao laicismo.

Um exemplo de uma das famosas polêmicas envolvendo o Pelotense e o Gonzaga, ocorreu em junho de 1935, quando alguns desentendimentos acabaram sendo transpostos para os jornais locais. O professor, Irmão Estevão, representando o Gonzaga, e os representantes do Grêmio do Pelotense tornaram públicos, de forma bastante agressiva, seus descontentamentos em relação à condução de uma partida realizada entre as escolas. Tal fato fez com que ambos, através da imprensa, além de trocarem insultos, remetessem à memória de jogos realizados na década anterior. No DIÁRIO POPULAR de 14.06.1935, o então aluno do Pelotense, Alcides de Mendonça Lima que, posteriormente, foi o primeiro presidente da Associação dos Antigos alunos do Ginásio Pelotense e também diretor do Colégio de 1948 a 1951, referia-se a jogos entre o Pelotense e o Gonzaga que ocorreram em 1924, 1925 e 1926, em que, diferentemente do que vinha sendo veiculado pelos jornais locais, o Pelotense havia sido vitorioso. Ele lembra, inclusive, que naquela época já era comum que jogassem nos times dos dois ginásios, alunos pertencentes aos clubes de futebol da cidade. É interessante observar como em várias ocasiões em que ocorreram essas tradicionais disputas futebolísticas, a condução dos jogos, bem como as vitórias e as derrotas dos dois times vinham à tona através da imprensa, mesmo tendo passado muitos anos. Cabe ressaltar que nas entrevistas que realizei são comuns as afirmativas, tanto de Gatos Pelados quanto de Galinhas Gordas, de que “a sua” escola nunca perdia um jogo de futebol...

Esse episódio do conflito entre o Irmão Estevão e os representantes do Grêmio do Pelotense, além de ter resultado no corte das relações esportivas entre o Pelotense e o Gonzaga por alguns anos, veio a fortalecer o “espírito Gato Pelado”. Coincidência ou não, um mês após a fatídica partida de futebol, quando os ânimos ainda estavam bastante acirrados e a população local continuava a acompanhar a troca de insultos entre o professor do Gonzaga e os membros da diretoria do Grêmio do Pelotense, foi lançada a idéia de que se criasse um dia dedicado aos estudantes do Pelotense - o “Dia do Gato Pelado”.

Certamente nessa briga com o Gonzaga, os alunos do Grêmio do Pelotense saíram muito mais unidos e fortalecidos. Afinal eram apenas estudantes sustentando posicionamentos contrários a um conceituado professor, ferrenho defensor de seus pupilos. Por outro lado, não havia manifestações dos alunos do Grêmio do Gonzaga, pois eles tinham o Irmão Estevão como seu porta-voz. E tal fato é compreensível uma vez que o Grêmio do Gonzaga era vinculado aos interesses do corpo docente, não sendo uma entidade composta somente por estudantes. A atuação dos alunos, bem como suas reuniões, eram acompanhadas e fiscalizadas por representantes dos professores, que também faziam parte da agremiação. Já no caso do Grêmio do Pelotense, a presença do diretor ou de algum professor se dava apenas em casos excepcionais.

Diante dessa situação de conflito com o Ginásio Gonzaga, portanto, os representantes do Grêmio do Pelotense, se empenharam ao máximo e, em inúmeras reuniões, preparavam o ataque ou o contra-ataque ao que vinha sendo veiculado nas páginas dos jornais. O desfecho da briga também veio a público, como se pode observar a seguir, no DIÁRIO POPULAR (18.05.1935, p. 8):

Publicamos a pedido, para conhecimento do público, os ofícios que foram trocados entre o Esporte Clube Gonzaga e o Grêmio Esportivo Pelotense como ponto final na questão que havia surgido logo depois da partida.

Ofício do Ginásio Gonzaga:

À Diretoria do G. E. G. Pelotense

Percebendo que a questão em debate (partida do dia 5) foi levada fora do terreno esportivo, e visto não ter sido respeitada a "Convenção", a Diretoria do E. C. Gonzaga, em sessão hoje realizada resolveu considerar-se desligada da mesma, e julgar-vos possuidores das taças e medalhas. Aquelas já estão em vosso poder; estas, à vossa disposição na nossa sede.

Si o Gonzaga não sabe perder, com muito pesar temos a dizer-vos que vós não soubestes aceitar uma justa reclamação.

Não nos interessa mais o assunto, que damos por terminado.

Pela Diretoria

Alvacyr Faria Colares

1º secretário

Ofício do Ginásio Pelotense

Esporte Clube Gonzaga N/C

Saudações

Respondemos agora ao vosso ofício de 14 do mês p.p. Considerai-vos, no ofício em apreço, desligados da Convenção. Apesar de não termos interesse algum em saber quais motivos que vos levaram a agir daquela maneira, queremos, apenas, dizer que não achamos nada de justificável no que chegastes.

Antes de assinarmos a comunicação do recebimento de vosso ofício, aproveitamos a oportunidade para dizer que enquanto o Esporte Clube Gonzaga, sendo uma agremiação de alunos for dirigida por pessoas alheias ao corpo discente e até mesmo a qualquer departamento do Ginásio Gonzaga, achamos difícil um entendimento entre os alunos do Ginásio Pelotense e aquele Clube.

O dia porém, que os alunos do Ginásio Gonzaga tiverem voz ativa no seu grêmio de futebol nós estaremos em qualquer ocasião, cuja data razoavelmente a ser aprazada, encetarmos novas partidas.

Sem mais tratar pelo Grêmio Esportivo Ginásio pelotense, subscreve-se
Samuel Duval da Silva.

Mas, a melhor arma criada nessa “guerra” foi o “Dia do Gato Pelado” que, obviamente, foi muito bem aceito por todo o corpo docente. Muito em função de ter sido instituído oficialmente no dia 14 de julho, em homenagem aos ideais preconizados pela Revolução Francesa e que eram referência ao espírito liberal, maçom e anticlerical que ainda predominava no Pelotense. A partir de então, nesse dia, foi determinado feriado na escola e, como parte comemorativa dos festejos de seu dia, os Gatos Pelados passaram a realizar uma passeata humorística pelas ruas da cidade. A passeata, que se tornou uma tradição por sua irreverência, tinha, dentre outros, um alvo certo: o Colégio Gonzaga. E é lógico que a partir da realização dessas passeatas, os ânimos entre Gatos Pelados e Galinhas Gordas tornaram-se ainda mais acirrados.

Realmente, não há como negar que muitas das tradições estudantis das duas escolas estão ligadas às competições futebolísticas. Os próprios apelidos “Gato Pelado” e “Galinha Gorda” nasceram no início da década de 1930, nos campos de futebol, quando os times rivais, tentando diminuir seus adversários, utilizavam-nos pejorativamente.

É provável que os gonzagueanos tenham denominado, inicialmente, os alunos do Pelotense, de Gatos Pelados. E esses em revide alcunharam os alunos do Gonzaga de Galinhas Gordas. Mas uma coisa é certa: através dos tempos, com muito mais orgulho, os Gatos Pelados se assumiram como tais, fazendo com que surgisse, inclusive, o “espírito Gato Pelado”, ou seja, um espírito de pertença à comunidade escolar do Colégio Pelotense. Como afirma Darcy Rebelo, aluno dessa época, *“o nosso apodo começou ofensivo, mas nós o transformamos num símbolo”* (AMARAL, 2002, p. 90).

Após os desentendimentos de 1935, somente voltou a acontecer um novo Pe-Gon em 1938. Através de negociações entre comissões de alunos do Gonzaga e do Pelotense, conseguiram chegar a um denominador comum, realizando partidas pelo sistema “melhor de três”. Esses jogos, segundo a imprensa, constituíram-se em espetáculos inéditos, representando, pelo preparo técnico dos jogadores e animação das torcidas, os maiores acontecimentos futebolísticos do ano. Como se pode constatar a seguir, este fato empolgou de forma especial os meios estudantis e esportivos da cidade:

“ A alegria que tal notícia traz, ainda é maior quando se sabe que já há quase quatro anos não se realiza uma partida de futebol entre os alunos destes dois estabelecimentos de ensino. Durante os dois últimos anos diversas negociações foram tentadas, ora por um, ora por outro dos velhos rivais esportivos, mas que, infelizmente não tiveram conclusão favorável. Agentes diversos de um e de outro lado, surgiam impossibilitando a realização das partidas tão desejadas, e, ao mesmo tempo, tão difíceis de se verem tratadas.

Neste ano, porém, a cousa mudou de figura. Ambas as partes resolveram, não medindo sacrifícios, entrar em sérios entendimentos, para poderem ver as suas muitas aspirações concretizadas, a fim de, novamente, pisarem no gramado, prontos para medirem as suas forças esportivas, os velhos e tradicionais contendores: Pelotense e Gonzagueanos.

Logo de início foram afastadas as primeiras dificuldades, com a organização de duas comissões, cada uma composta de sete alunos de cada ginásio. A comissão do Gonzaga, representativa do Esporte Clube Gonzaga, e a do Pelotense, do Grêmio dos Estudantes do Ginásio Pelotense, sendo que estas duas entidades delegaram aos seus representantes poderes absolutos, a fim de tratarem as partidas, e as bases em que as mesmas se realizariam” (DIÁRIO POPULAR, 23.08.1938, p. 5).

Os jogos, acompanhados pelas entusiásticas torcidas organizadas, ocorriam no Esporte Clube Bancário. As duas escolas tinham suas torcidas femininas: para o Gonzaga torciam as meninas do Ginásio São José (católico) e para o Pelotense, grande parte da torcida era formada pelas alunas do Ginásio Santa Margarida (anglicano), além das alunas do próprio Colégio.

Provavelmente a partir dos jogos que ocorreram em 1935 e 1938 é que se consolidou a presença das torcidas organizadas no meio estudantil pelotense. Como se tornou uma tradição em Pelotas torcer para os times do Pelotense ou do Gonzaga, as demais escolas da cidade defendiam as cores de um ou de outro ginásio. Portanto, quando ocorriam competições esportivas entre outras instituições de ensino, lá também estavam as torcidas organizadas dos Gatos Pelados e dos Galinhas Gordas para cantarem seus improvisos, estimulando suas equipes favoritas.¹⁵⁰

No Pe-Gon de 1938 quase todos os jogadores dos dois times pertenciam a clubes de futebol da cidade. No primeiro jogo saiu vencedor o Pelotense. No segundo, o Gonzaga. O terceiro e decisivo jogo foi vencido pelo Pelotense. Sobre estes jogos temos o relato da madrinha¹⁵¹ do time do Ginásio Pelotense, Guiomar Castro:

“Organizei com o auxílio das colegas, a turma da torcida e a forma como havíamos de cantar durante os jogos para incentivar nossos atletas. Eram frases rimadas que, muitas vezes mexiam com o adversário, como uma que me lembro: ‘o galinheiro estremeceu, foi o golo do Aristeu’. Os jogos eram no campo do Bancário, atrás da estação, no bairro Simões Lopes. As duas torcidas se esforçavam para animar os atletas mas... nós os ‘Gatos Pelados’ fomos os campeões (até hoje, e estou olhando para ela, guardo com emoção e muito carinho a medalha que me ofertaram com os seguintes dizeres gravados: ‘À madrinha do G.E.G.P. oferecem os campeões de 1938’). Para festejarmos houve um jantar no Restaurante Rego, localizado na Rua 15 entre Sete e Netto, cujo

¹⁵⁰Tal fato ocorreu, por exemplo, em 1941, quando as alunas do Ginásio São José jogaram com a equipe da Escola Complementar Assis Brasil, sua tradicional rival (DIÁRIO POPULAR, 06.08.1941).

¹⁵¹ A figura da madrinha representava um pouco do glamour e simpatia femininos no universo masculino dos jogos de futebol. Como já foi abordado, ela era escolhida através de uma votação entre os representantes do Grêmio. Uma comissão de rapazes fazia o convite oficial aos pais da moça e, nesse momento, geralmente eram fotografados pelas câmeras de algum jornal local.

proprietário era pai dos estimados Ari e Ariosto (*alunos do Ginásio*). O jantar transcorreu numa alegria contagiante. O restaurante super lotado. Reservaram para mim e meu pai o lugar de honra. Eu era a única mulher da festa. Teve muitos discursos e, no final, ao som do nosso hino: 'Avante avante para vencer e no campo da luta vai mostrar teu valor...' todos pelo meio da rua, me acompanharam cantando até minha residência que ficava na Félix da Cunha na mesma quadra do Ginásio. Momentos inesquecíveis, não é mesmo? O episódio inusitado foi que na euforia da vitória um colega propôs no jantar que os que estivessem de mal se abraçassem, fazendo as pazes, e foi aquele auê..." (AMARAL, 2002, p. 62).

Empolgados com esses jogos, os veteranos, antigos alunos do Pelotense e do Gonzaga, também realizaram em seguida um campeonato no campo do Esporte Clube Pelotas, no estilo "melhor de três". E, para lavar a alma dos Galinhas Gordas, que amargavam essa recente derrota para os Gatos Pelados, o time do Gonzaga acabou sendo o vencedor e levou a taça de prata "Dr. Francisco Araújo", ofertada pelo filho desse que foi um dos fundadores do Ginásio Pelotense.

Nas inúmeras notícias sobre essas disputas, se percebe, nesse ano, um incentivo ao espírito de cordialidade entre as duas equipes e, principalmente, entre as torcidas. Constata-se que o comércio local foi também mobilizado, pois eram anunciados nos jornais os prêmios que vários estabelecimentos ofertavam aos jogadores: Casa Americana, uma gravata ao autor do último gol; Casa Paulista, um finíssimo cinto ao marcador do primeiro ponto; Drogeria Khautz, um vidro de excelente loção ao melhor da defesa; Chapelaria Pelotense, um lindo chapéu Panamá ao melhor "player" em campo; Restaurante Aimoré, uma garrafa de ótimo vinho ao maior goleador; Casa Clark, uma bola de primeira qualidade para a disputa do jogo; Casa Emira, um par de chuteiras de primeira qualidade ao autor do primeiro gol; Casa Levi, uma taça ao time vencedor; Companhia Geral de Acessórios - CGA, um belíssimo troféu; Casas Pernambucanas, um corte de tricoline ao autor do terceiro ponto da jogada; Casa Rádio, um receptor de cabeceira ao player que marcar um ponto de cabeça; Fotógrafo Robles, uma dúzia de fotografias ao jogador de mais "pinta" (DIÁRIO POPULAR, 30.11.1938, p. 5 e

02.12.1938, p. 5).¹⁵² Sem dúvida, ao ofertarem prêmios aos jogadores de dois times tão queridos na cidade, essa se tornava uma forma simpática de anunciar os estabelecimentos comerciais e seus produtos.

A renda das bilheterias dos jogos foi dividida em iguais parcelas entre os dois ginásios para o custeio de alunos carentes, o que contou, logicamente, com o apreço geral.

No ano seguinte, depois das duas equipes terem excursionado à capital do estado para jogarem com outros times estudantis, ocorreu outro Pe-Gon também no sistema “melhor de três”. Mas nesse ano não se pôde observar o diálogo, a cordialidade e o cavalheirismo presentes nos jogos do ano anterior. Novamente o espírito de rivalidade e de revanche estava presente não só nos campos de futebol, mas entrava diariamente nos lares pelotenses através da imprensa diária... Antes de se realizarem os jogos, veio à tona, através dos jornais, uma reclamação já feita em anos anteriores, de que o Gonzaga omitia no capítulo esportivo das “Lembranças”, as vitórias do Pelotense sobre o Gonzaga nos anos de 1932, 1935 e 1938. Em matérias jornalísticas (algumas pagas), fervorosos defensores de um e de outro time se manifestaram antes mesmo do início do campeonato. As brigas e divergências foram tantas que o último jogo do “melhor de três”, que sagraria o campeão ginásial de 1939, não chegou a ocorrer.

Observa-se que, a partir da década de 1930, a rivalidade nos campos de futebol entre os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas, incentivada em muito pelos ex-alunos, teve nos jornais locais um forte veículo para sua propagação. Tem-se a impressão de que essa era uma forma de o aluno egresso não deixar “a sua casa”, continuando a manter um forte vínculo com sua escola, torcendo por ela e até mesmo ainda jogando no seu time.

As negociações para que se realizasse um novo Pe-Gon foram reiniciadas somente em 1941. Houve dois Pe-Gon's: a primeira partida foi jogada ainda em disputa pela “Taça de 1939”, cujos vencedores foram os Galinhas

¹⁵² Cabe ressaltar que, com o fechamento da CGA, tradicional revendedora de automóveis, no início do ano de 2002, destes estabelecimentos, somente restou em funcionamento a Farmácia

Gordas. Na segunda, em disputa pela “Taça de 1941”, os Gatos Pelados saíram vencedores. Em função de tal feito o Grêmio dos ex-alunos do Pelotense prestou uma homenagem aos campeões. Após muitos discursos, descerraram uma placa de prata no salão de honra do Ginásio, onde compareceram professores, alunos e amigos da casa.

Mas antes que ocorresse esse Pe-Gon, ao longo do ano, os dois times, numa espécie de preparo técnico e tático, jogaram em outras cidades do estado, inclusive na capital. Essa é uma prática que se repetirá em outros anos. É interessante observar o quanto isso criava expectativa nos torcedores da cidade. No DIÁRIO POPULAR (28.08.1941, p. 6) lê-se o seguinte:

“foi ontem afixado em uma das paredes do Café Nacional, durante uma reunião de franca camaradagem dos ‘Gatos Pelados’, um quadro negro destinado a receber as notícias esportivas do Grêmio dos Estudantes do Ginásio Pelotense. Presentes o seu doador, antigo “Gato Pelado”, Domingos Átil Faviero, representantes do Grêmio e grande número dos seus associados, foi servida farta mesa de doces e líquidos em regozijo ao acontecimento”¹⁵³.

Na semana que antecedia a um Pe-Gon eram intensas as atividades dos Grêmios das duas escolas, tanto no que dizia respeito ao preparo físico e técnico dos seus jogadores, quanto no preparo e entusiasmo de suas torcidas. Esses embates estudantis se distinguiam dos demais jogos futebolísticos,

“no entusiasmo, no ardor, na combatividade e na lealdade com que os elementos de ambas as equipes sempre se fizeram possuidores.[...] O encontro de nossos dois tradicionais ginásios, foi sempre uma tarde esportiva festiva, em que, ao adentrarem em campo as equipes costumavam se fazer acompanhar por suas madrinhas, que no mesmo gramado, antes de iniciado o prélio, trocavam gentilezas, ofertando cestas de flores entre si. Logo após era entoado o Hino Nacional, cantado pelos “players” acompanhados pela imensa torcida. [...] As organizadas “torcidas” do Pelotense e do Gonzaga tinham seus animadores (dirigentes), verdadeiros “maestros” que se encarregavam

Khautz.

¹⁵³ O Café Nacional, atualmente Café Aquário, é um tradicional ponto de encontro que por gerações vem sendo freqüentado, principalmente, por homens da cidade de Pelotas. Eles formam um grupo deveras heterogêneo: uma mescla de intelectuais, políticos, comerciantes, aposentados, empresários, funcionários públicos, passando por mendigos e tipos folclóricos. O Café constitui-se em um democrático campo de discussões sobre os mais variados assuntos, onde todos têm em comum o gosto por contar ou ouvir histórias, verdadeiras ou não.

de dirigir e animar aquelas legiões de torcedores que acorriam aos gramados, usando dos mais variados recursos, tais como megafones, flautins, bandeiras, reco-recos, instrumentos de percussão, etc.“ (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 146 e 150).

Já foi dito que, por um tempo, o Pe-Gon chegou a ser equiparado ao Bra-Pel¹⁵⁴, um clássico até os dias de hoje, em Pelotas. Em tais competições, houve partidas, inclusive, em que o jogo preliminar chegou a ser realizado por equipes titulares de Clubes de Primeira Divisão da Liga Pelotense de Futebol.

Em determinados períodos, como já foi assinalado, eram convidados a participar dos times das duas escolas, jogadores de times profissionais da cidade o que, provavelmente, acabava por prejudicar o espírito esportivo estudantil. Pode-se respaldar tal afirmativa pelo comentário transcrito a seguir sobre a vitória dos Gatos Pelados no Pe-Gon de 1942, em que, diga-se de passagem, é indisfarçável a simpatia pelos Gatos Pelados:

“Consagradora vitória dos valorosos “Gatos Pelados”: Ainda perduram na cidade os ecos das manifestações de ruidosa alegria, com que os rapazes do Grêmio dos Estudantes do Ginásio Pelotense saudaram a vitória conquistada, domingo último, frente ao seu adversário de todos os tempos, o Esporte Clube Gonzaga. [...] Merecida foi a vitória e justa foi a alegria. Os defensores da equipe dos “Gatos Pelados” exibiram uma brilhante “performance” e o que sobremodo destaca a conquista, além do avantajado score, **foi ter sido ela obtida com atletas seus**, alunos regulares do tradicional estabelecimento da rua Félix da Cunha, **moldados no espírito livre e consciente colaboração e devotamento**, ao nome e prestígio da casa em que se preparam, moral e intelectualmente, para a vida. [...]. **Souberam honrar o entusiasmo e a vibração até a vitória, de sua gentil madrinha, a quem felicitamos pelo magnífico feito de seus afilhados.** [...] Prossiga o Ginásio fazendo seus atletas, vá com eles para as competições, orgulhe-se de seus triunfos e os tenha como estímulo para êxitos maiores, quando os tiver, com a serenidade dos fortes, sempre confiantes na capacidade de aperfeiçoamento e corajosa reação de um verdadeiro desportista. **Construa seus triunfos com atletas seus, nunca os preterindo a estranhos** [...]. Nunca olvide que um atleta preso pelos laços materiais ou cujo concurso seja obtido pela coação, embora fisicamente mais forte, jamais poderá competir em energia, moral e extremada dedicação, com um voluntário e feito dentro da entidade, sempre apto a atingir limites imprevisíveis, na defesa espontânea do prestígio do meio em que se processou sua formação.” (DIÁRIO POPULAR, 19.11.1942, grifos nossos).

¹⁵⁴ Estas siglas correspondem aos tradicionais times profissionais da cidade: Grêmio Esportivo Brasil, fundado em 07.09.1911, e o Esporte Clube Pelotas, fundado em 11.08.1908.

A vitória dos Gatos Pelados neste Pe-Gon foi comemorada em uma festa dançante, realizada no próprio ginásio, promovida pelo Grêmio dos alunos, contando, como no ano anterior, com a presença de alunos, ex-alunos, professores e a direção do Pelotense.

Ao que tudo indica, os Gatos Pelados não quiseram abrir mão de seu título de campeões ginasiais e não facilitaram as negociações para que se realizassem jogos com os “intransigentes” Galinhas Gordas. Mesmo diante do forte apelo através da imprensa¹⁵⁵ e dos alunos e ex-alunos torcedores de ambos os times, um novo Pe-Gon foi novamente realizado somente em 1948. Nesse meio tempo as fiéis torcidas dos dois times tiveram de se contentar em torcer para seus colégios em jogos com outros adversários, logicamente considerados menos interessantes. Houve, também, alguns poucos jogos entre as equipes secundárias (que não eram constituídas pelos alunos considerados titulares dos times) do Pelotense e do Gonzaga. Mas esses não eram considerados legítimos Pe-Gon's, embora a torcida sempre fizesse um espetáculo à parte.

Em 1948, os Gatos Pelados também venceram o Pe-Gon, sendo que outro campeonato foi realizado somente na segunda metade da década de 1950, quando, ao que tudo indica, as atenções dos alunos, principalmente do Colégio Pelotense, estavam mais voltadas para questões conjunturais de ordem político-ideológica e, em consequência, o Pe-Gon não foi tão polemizado quanto os anteriores.

De qualquer forma, algumas equipes do Pelotense e do Gonzaga chegaram a apresentar um excelente futebol, fruto da capacidade técnica de seus jogadores e da organização das entidades estudantis responsáveis pela

¹⁵⁵ Ao longo do segundo semestre de 1947 o Diário Popular chegou a servir de intermediário entre os representantes dos dois times, “*lapidando as arestas que comprometiam a efetivação das tão desejadas pugnas [...] compareçam ‘gregos e troianos’ à nossa redação, exponham suas pretensões e argumentem com as suas razões, exteriorizem as suas queixas. Isto tudo, estudado, discutido, ponderando em presença de nossos improvisados mas bem intencionados ‘juízes’ resultará, sem dúvida, na harmonização definitiva do assunto e fixação das datas para a realização das disputas*” (DIÁRIO POPULAR, 05.09.1947). No entanto, tanto empenho não chegou a resultar na realização de um Pe-Gon neste ano. Até porque o cronista esportivo do Diário Popular que se dispôs a intermediar as negociações havia sido, no ano anterior, presidente do Esporte Clube Gonzaga.

realização dos jogos. Alguns jogadores fizeram inclusive o caminho inverso, sendo contratados pelas agremiações de primeira divisão do futebol pelotense, como o Esporte Clube Pelotas, Grêmio Esportivo Brasil, Clube Atlético Bancário e Grêmio Atlético Farroupilha.

4. 1. 1 Os estudantes em busca de melhores condições para a prática dos desportos

Em 1941, por iniciativa do Esporte Clube Gonzaga, foi fundada a Liga Estudantil Pelotense (de curta duração) com a participação das equipes dos Ginásios Gonzaga e Pelotense, do Aprendizado Agrícola, dos Cursos “Prés”¹⁵⁶ e da Federação Acadêmica de Pelotas. Seu propósito seria o de reunir e buscar um melhor entrosamento entre os times da categoria estudantil que apresentavam destacada atuação na cidade. A presidência da entidade cabia a representantes de uma das instituições de ensino, escolhidos através de voto secreto. Ao que tudo indica, a criação dessa Liga refletia um movimento nacional no sentido de que houvesse uma maior organização e união dos estudantes numa mesma classe - a classe estudantil. Essa era uma tentativa, também, de que a rivalidade se limitasse ao campo de desporto, o que, ao que parece, numa época de ânimos acirrados entre Gatos Pelados e Galinhas Gordas, seria pedir demais...

Não se deve esquecer que esta é uma época em que vigora o regime autoritário do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), e que o ministro da Educação, Gustavo Capanema, movido por sentimentos nacionalistas, através da forte influência do movimento nazi-fascista europeu, busca a organização, e por que não dizer, a doutrinação da “classe estudantil”.¹⁵⁷ E, com esse objetivo, era destacada a idéia de que fosse incentivada a organização dos estudantes em torno dos esportes.

¹⁵⁶ Cursos preparatórios destinados a quem pretendia ingressar no ensino superior.

¹⁵⁷ Sobre esse assunto ver SCHARTZMAN (2000).

Em Pelotas se percebe, através da imprensa, o quanto essas pretensões de Capanema em relação à organização dos esportes universitários eram apoiadas e difundidas, sendo incentivada, inclusive, a sua extensão ao ensino secundário. Nesse sentido, como se pode observar a seguir, inicia-se em 1942 uma forte campanha, lançada pela Federação Acadêmica - instituição que congregava os alunos do ensino superior - com vistas à construção de um estádio para a prática do esporte estudantil:

“Não é demais dizer que o esporte se constitui no mais poderoso elemento de união entre os estudantes, sobretudo porque permite o contato e o intercâmbio direto entre eles. Então, se o governo tem em mira aliançar mais fortemente a sua mocidade, cumpra-lhe satisfazer essa sua mui justa pretensão da qual o próprio estado nacional úteis proveitos poderá extrair. Mais importante para o sucesso dessa campanha é a identidade de esforços e harmonia de vistas que deve haver nos meios estudantis. Todos têm de trabalhar para o mesmo fim, combinando seus entusiasmos e estreitando suas forças” (DIÁRIO POPULAR, 24.10.1942).

Nessa “cruzada”, os poderes públicos eram conclamados:

“sobretudo aos poderes públicos incumbe zelar pelas questões educacionais sugeridas ou pela própria juventude ou pelo órgão competente. E o gramado que pleiteia a Federação Acadêmica não é coisa que esteja aquém ou além das intenções dos governantes. Em verdade está perfeitamente enquadrada nos moldes pedagógicos do Estado Novo, entre os quais o jovem é o centro exclusivo e o objetivo diretamente colimado. Portanto amparar a presente iniciativa é colocar-se ao lado e ao serviço de uma grande questão social” (DIÁRIO POPULAR, 01.11.1942)

Mas a instalação de um estádio de esportes estudantil que viria a sanar os embaraços criados pela falta de locais específicos para a prática de esportes nas escolas, ao que tudo indica não saiu do papel. Mesmo com a intensa cruzada e mobilização dos estudantes e até o empenho dos poderes municipais, essa idéia não chegou a ser concretizada. Por muito tempo, os estudantes continuariam a realizar seus jogos e demais atividades esportivas nos pátios das escolas ou nos estádios dos clubes de futebol. Conseguir um campo para a realização de seus treinos e jogos continuou a ser um constante problema enfrentado pelas entidades estudantis, que chegavam a treinar seus times cada semana em um estádio

diferente, quando esses encontravam-se desocupados. Como muitas vezes os alunos se exercitavam em campos abertos, sem água potável nem banheiros, ficavam, também, sujeitos a enfermidades.

Diante de tantos inconvenientes e com desmobilização dos estudantes em torno da organização dos torneios de futebol (até porque os Grêmios sofreram processo de desarticulação com a implantação da ditadura militar), a partir da década de 1960, nas escolas, são mais incentivadas as práticas de outras modalidades esportivas que pudessem ser realizadas em espaços menores, como é o caso do vôlei, basquete e handebol. E os jogos de futebol ficam restritos aos clubes futebolísticos que contratam seus jogadores profissionais.

4. 1. 2 Pe-Gon, “campo de lutas” que alicerçou identidades

Pelo exposto se pode afirmar que, através dos Pe-Gon's, emergia o forte vínculo de identidade que alunos, ex-alunos e a própria comunidade pelotense estabeleciam com a “sua escola” e com o que ela representava em termos ideológicos. Numa época em que se vivia sob a sombra da Segunda Grande Guerra Mundial, em Pelotas, ocorria uma verdadeira “guerra” entre os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas, e o seu “campo de lutas”¹⁵⁸ eram os jornais, as ruas da cidade (através das passeatas) e, principalmente, os estádios de futebol.

Nessas competições futebolísticas foi de fundamental importância a participação dos ex-alunos. De certa forma, a sua presença e participação, principalmente através de suas Associações organizadas dentro das duas escolas, ao mesmo tempo em que fortalecia laços de identificação e pertença de todos com a comunidade escolar, congregando-os em torno de objetivos comuns,

¹⁵⁸ A expressão “campo de lutas” aparece nos Hinos dos Gatos Pelados e dos Galinhas Gordas.

em muito contribuiu para que, em determinados momentos, se fortalecesse um espírito de competição e rivalidade entre os alunos do Pelotense e do Gonzaga.

E foi nesse clima de competição esportiva entre os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas que foram criados os seus hinos que serviram, inicialmente, para unir as torcidas e os times de futebol de cada ginásio. Embora com palavras e até mesmo frases muito semelhantes, como se pode observar a seguir, eles são um convite para despertar o espírito de luta de seus jogadores, incitando sua vontade de vencer:

Hino dos Galinhas Gordas

“Qual veterano no campo da luta
 Entras na arena para vencer
 Com confiança e fiel conduta
 De quem não sabe o que é perder.
 Galinha Gorda de peito erguido
 Mostra teu sangue e teu valor
 Que serás sempre o vencedor
 Vibrando ao vento
 Divisarás teu pavilhão aumentado
 De vitórias em vitórias vais aumentando
 O pedestal de tua glória!”¹⁵⁹

Hino dos Gatos Pelados

“Avante, avante, para vencer
 E no campo da luta
 Vai mostrar teu valor
 Com coragem e ardor
 Gato Pelado,
 Rifão que tornou-se uma glória,
 Tu tens levado
 O nome do Colégio sempre à
 vitória.
 Gato Pelado, na tua marcha
 incessante,
 És o herói triunfante,
 Sempre e sempre amado!”¹⁶⁰

Os espaços onde se realizam os jogos se transformam em “campos de lutas”, em que os alunos que “não sabem o que é perder” devem “mostrar seu valor”, buscando a “vitória e a glória”. Os Gatos Pelados conclamam: “avante, avante, para vencer”, já os Galinhas Gordas alertam “entras na arena para vencer [...] serás sempre o vencedor”. Esses hinos eram cantados nos encontros esportivos servindo, portanto, para identificar o clima de competitividade que havia

¹⁵⁹ Hino do Galinha Gorda - Letra:Geraldo Faria; Música: “Cisne Branco”.

¹⁶⁰ Hino do Gato Pelado, composto em 1938 por Ary Rego, Raul Iruzum e Anselmo Amaral; Música: “As Pastorinhas”, de Noel Rosa.

entre os alunos das duas escolas, fortalecendo uma identidade de grupo com o estabelecimento escolar ao qual pertenciam.

Como os gonzagueanos, com o fim das disputas futebolísticas, foram deixando de lado o apelido “Galinha Gorda”, o hino deixou de ser um dos referenciais de identificação do grupo. Mas em relação à “comunidade Gato Pelado” (alunos e professores), o seu hino passa a ser cantado em circunstâncias festivas e de celebrações de integração. Mesmo com a criação do Hino do Colégio Pelotense, no início da década de 1960, a sua maior identificação, até os dias de hoje, ainda é o “Hino dos Gatos Pelados”, cuja letra e melodia continua a emocionar e unir diversas gerações de alunos e professores desde a década de 1930. O hino emociona e une porque diz mais do que as palavras e a música. Ele remete ao sentimento de ter participado de um grupo, às vivências e emoções que foram compartilhadas. Representa, talvez, uma “fotografia sonora”, que faz voltar o tempo, trazendo uma alegre nostalgia.

4.2 As Passeatas dos Gatos Pelados

A alegria, a irreverência e a ousadia juvenis demonstradas através da realização de passeatas é uma tradição que vem desde os primórdios das universidades europeias. As marchas ou passeatas estudantis constituem-se em movimentos ritualizados e coletivos com objetivos cerimoniais, cívicos, patrióticos ou de protesto, desenvolvendo-se nas ruas das cidades e assumindo características próprias, de acordo com o contexto nacional e urbano no qual estão inseridos. Por vezes evocando de forma saudosista ações do passado ou criticando e alertando sobre situações do presente, essas práticas culturais têm

por base um certo nível de consenso público, atraindo a participação e simpatia popular.¹⁶¹

Através de diversos símbolos constituídos, fundamentalmente, por cartazes e imagens caricatas, essas criações culturais representam formas cerimoniais específicas de suas próprias épocas, necessidades e possibilidades.

Em Pelotas, os Gatos Pelados realizaram, anualmente, no mês de julho e, posteriormente, de agosto, desde a década de 1930 até os anos 60, memoráveis passeatas que se incorporaram à cultura urbana. É importante salientar que, ao ser estudado o seu significado cultural, deve-se ter presente características que envolvem a história da cidade e do próprio Colégio Pelotense. Características essas vinculadas às procissões católicas¹⁶² (as Passeatas dos alunos do Pelotense podem ter representado um irreverente deboche às procissões), aos tradicionais “carnavais de rua”¹⁶³ e, também, ao costume dos alunos, desde a criação do Colégio, de saírem às ruas em práticas cerimoniais alusivas a datas comemorativas. Na realidade, as Passeatas tornaram-se rituais de unificação de um grupo (Gatos Pelados) contra outro (Galinhas Gordas).

Entretanto é bastante provável que as passeatas dos Gatos Pelados representaram a continuidade de uma confraternização estudantil que já existia na cidade desde o ano de 1913: a “Semana Centenária”.

¹⁶¹ O artigo de RYAN (1992), contribuiu bastante no sentido de conduzir alguns esclarecimentos referentes à organização e ao significado das passeatas e paradas como práticas culturais inseridas no contexto urbano.

¹⁶² As procissões em homenagem ao Padroeiro da cidade, São Francisco de Paula, já ocorriam desde 1844 (OSÓRIO, 1962). Com o crescimento e consolidação do catolicismo em Pelotas, especialmente a partir da instalação do bispado, na década de 1910, as procissões se popularizam, congregando grande número de fiéis.

¹⁶³ “Por ser Pelotas uma cidade extremamente marcada pela presença africana, tornou-se célebre o seu carnaval de rua. No passado mais remoto, esta festa popular guardava reminiscências dos cantos e danças dos antigos escravos; os clubes que saíam às ruas, com seus estandartes bordados a ouro [...]. Com o tempo, foram se misturando a esses traços primitivos as alegrias e os brinquedos europeus. Eram confetes, serpentinas e lança-perfumes; carros alegóricos e corsos; fantasias de Pierrot, de Colombina, de trajes típicos de todo o mundo. Eram homens vestidos de mulher, num desafio às convenções” (MAGALHÃES, 1999, p. 71).

4. 2. 1 **Semana Centenária: a festa anual da mocidade escolar**

Desde o final do século XIX e boa parte do século XX, no Brasil, as práticas evocativas e as liturgias de recordação, condicionadas ao paradigma positivista republicano, reforçavam a perspectiva tridimensional do tempo: passado, presente e futuro. A partir do presente histórico, buscava-se no passado fatos, pessoas, experiências e expectativas que justificassem a existência de determinados grupos sociais e que pudessem lhes conferir a sua direção e identidade.

Pode-se observar que o presente se entrecruza com o passado e o futuro, com a recordação e a esperança, buscando possibilitar a instituição e o reconhecimento de identidades coletivas através de ritualismos memoriais.

Dessa forma, o rito torna-se o meio mais adequado para a reconstrução das memórias individuais e coletivas, consolidando, através de critérios unificantes e de transmissão, uma idéia de identidade, de filiação, de distinção, ou seja, de pertencimento a um grupo social, classe ou nação.

As reminiscências comuns, repetições rituais, conservação de saberes e símbolos são condições necessárias a esse sentimento de pertencimento e de continuidade, opondo-se ao possível esquecimento do que já passou. O ideal de sobrevivência na memória dos vivos surge, utilizando-se das palavras de CARTROGA (2001, p. 52), como uma *“possibilidade de se vencer a morte, num jogo ilusório que finge esquecer que, tarde ou cedo (duas, três gerações?), também os mortos ficarão órfãos de seus próprios filhos”*.

Foi em 1913, num período de expectativas e dificuldades enfrentadas tanto em nível mundial - com os conflitos que levaram à Primeira Guerra - quanto em nível local - com a decadência das charqueadas -, que João Simões Lopes Neto¹⁶⁴ lançou, através da imprensa, entre os jovens estudantes da cidade de Pelotas, a idéia da comemoração da Semana Centenária.

¹⁶⁴ Considerado, hoje, o grande escritor regionalista brasileiro, precursor do Modernismo. Dentre suas obras estão: Contos Gauchescos, Lendas do Sul, Causos do Romualdo, assim como inúmeras peças de teatro, crônicas e poesias. Foi um entusiasta nas comemorações do Centenário

Esse nome surgiu em alusão ao fato de que no ano anterior, no dia 07 de julho de 1912, Pelotas completara cem anos. Seu aniversário havia sido amplamente comemorado. A história de crescimento econômico e cultural de Pelotas, que teve seu apogeu na segunda metade do século XIX foi, então, bastante lembrada. Provavelmente, em função das dificuldades que a cidade já vinha enfrentando, os ecos das comemorações do ano anterior, motivaram Lopes Neto a incitar a “juventude estudiosa” a parar suas atividades escolares durante uma semana para que fossem realizados os festejos do que propôs ser a Semana Centenária que ocorreria do dia 07 de julho ao dia 14 de julho – data em que, desde a implantação da República, os pelotenses, nos meios sociais e intelectuais, enalteciam os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, propugnados pela Revolução Francesa.¹⁶⁵

Todos os jornais da cidade trazem farto material sobre os dias de comemoração da Centenária, principalmente no seu primeiro ano de realização. Eles são uma boa fonte para que se possa entrar em contato com aspectos da cultura urbana nesse período e dessa festa que se tornou tradicional na cidade no início do século XX. Os detalhes descritos a seguir passam a ter mais significado para o presente estudo em função do fato de a Centenária ter sido o movimento que provavelmente inspirou a realização das Passeatas dos Gatos Pelados.

Ressalta-se que esse foi um período em que a rua ganha uma nova dimensão, reflexo de comportamentos coletivos que se transformam em verdadeiros espetáculos: os carnavais de rua, as passeatas, procissões e até mesmo o *footing*, que através do simples ir e vir de homens, mulheres e crianças nas calçadas da principal rua da cidade, a 15 de Novembro, torna-se um misto de conagração social familiar com um típico ritual de sedução entre os mais jovens.

O fundamento principal dos festejos da Centenária seria o de abrir

de Pelotas, em 1912, quando fundou a Revista do Centenário. Por um tempo foi professor do Ginásio Pelotense.

¹⁶⁵ Isso em função de que boa parte da elite intelectual pelotense era constituída, fundamentalmente, por maçons, republicanos e positivistas, para os quais a Revolução Francesa representava a grande referência de seus ideais. É interessante pontuar que a partir da década de 1930, há uma completa omissão dos jornais em relação ao outrora tão festejado “14 de Julho”.

“um ciclo de amorosa comemoração do esforço dos antepassados, ano a ano lembrados, numa cerimônia expressiva e edificante, a que todos darão o seu assentimento e apoio [...] a um rito de puríssimo amor repassado de gratidão aos que se foram, e aos quais devemos tudo o que somos e o que seremos”. Aos estudantes caberia a tarefa de serem “obreiros de um templo” em que se confundissem “os ecos do passado, os ruídos do presente e os vagos e imprecisos anseios do futuro” (DIÁRIO POPULAR, 05.07.1913, p. 1).

Ao mesmo tempo em que o autor da idéia propunha que se realizasse aqui um amplo movimento estudantil, que contasse com a participação de alunos de ambos os sexos e de todas as idades (acadêmicos, de ensino secundário e de ensino primário), marcado pela irreverência e alegria, semelhante aos que ocorriam em outros países europeus e importantes cidades brasileiras, não passa despercebida a idéia de que se voltasse ao passado, buscando lições ao presente, cuja decadência, de uma forma ou de outra, já se fazia sentir. Não se deve esquecer que a cidade de Pelotas, naquela época, ainda se singularizava pelos estreitos laços que mantinha com a “cultura civilizada dos grandes centros”, especialmente europeus. Foi então lançada a idéia de que se realizasse, anualmente, um culto cívico que se incorporasse às tradições da cidade. Um culto que fosse encabeçado pela juventude pelotense e que representasse uma afirmação dos sentimentos de gratidão e reconhecimento das gerações novas para com os antepassados, que constituíram o progresso da cidade. Seria, segundo expressões recorrentes nos jornais da época, “*uma homenagem anual ao passado de Pelotas*”.

Vejamos, a seguir, como Serafim Bemol (pseudônimo de Lopes Neto), tendo por objetivo lançar a idéia de uma tradição estudantil local, típica, original, que envolvesse toda a cidade e que fosse “deixada aos que viessem depois”, com muito humor e sagacidade, lançou aos jovens a idéia da Semana Centenária:

“AOS ESTUDANTES DE PELOTAS

Estudantes! A vós todos – senhoritas e rapazes, meninos e meninas – todos os que estudam, não importa si apenas o abc – si a Selecta e os versos, si os bojudos compêndios inflados e os de gravidade, venho propor uma conspiração. [...] Nada de paredes parciais, grevinhas cazeiras, sem uma justificativa; nas que por aí aparecem, sporadicas, os paredistas combinam – é amanhã! -, e amanhã deixam-se ficar em casa,

anonimamente, vegetativamente, sem graça, sem movimento, dormindo e...redormindo...

Nada disto: a Semana Centenária abrirá ensanchas à algazarra louca, ao imprevisto das bizarras, aos cerimoniais caóticos que o espírito do estudante, em toda a parte enjendra, despreocupado e alegre: vai de vocês adotando-a, prestigiarem-na no lançamento da estréa.

Si eu pudesse, pelos bicos da pena, soprar algumas fumaças de sabença a respeito, dirvos-hia que em Portugal, na Allemanha, na França, na Suissa, há umas tantas patuscadas tradicionais, que se trasmitem integrais e se repetem, alacremenente, nas cidades de estudantes.

Na Argentina criaram elles a – Festa da Primavera -; em Porto Alegre funciona na época própria o ritual da parede do Espírito Santo; no Rio, Bahia, Recife, Ouro Preto, São Paulo, semelhantemente, cada uma com a sua feição peculiar.

Pelotas é, atualmente, o segundo centro didático do Estado; aqui é já numerosa a Corte de estudantes. Mantém 5 escolas superiores: a de Agronomia e Veterinária; a de Comércio; de Pharmacia e Odontologia; de Agrimensura, estando em caminho de organização a de Direito; dois gymnasios, Gonzaga e Pelotense; cursos secundários em vários institutos e collegios; escolas primarias, públicas e particulares, em muitas dezenas; e em todas essas aulas, o elemento feminino tem comparecido a disputar com os rapazes os lauréis do estudo e da competência técnica: isso prova que a solidariedade entre estudantes deve triunfar do bisonho isolamento de cada grupo.

Estudantes, quantos são vocês?

Sabem-no? Sois muito mais de cinco mil, cinco mil e quinhentos, entre acadêmicos, de cursos secundários e aprendizado primário. Os coleguinhas distritais também são gente!

Entre vós, certo, haverá oradores, poetas, quem desenhe, quem caricature, quem cante, quem sople um instrumento, quem tenha idéias; certo, todos sabem rir, todos tereis o grão da folia sob a asa da inteligência... [...] Ora bem: a Centenária está aí. É a semana que vem, de 7 a 14. A postos, estudantada! [...] reúna-se a congregação estudantal de cada escola superior, que elege seu representante; esses cinco escovados ficam, pois com o poder para falar e agir em nome das respectivas congregações, dos preparatorianos e dos centenares de mandins e meninas de todos os collegios.

Essa comissão, de gravata flamante, flor ao peito e cartolas ... vai aos jornais [...] Em seguida vai a comissão ao dr. Intendente; apresenta-se-lhe respeitosa e desembaraçada. Não vá p'rá lá com cara de pedinte de emprego, porém descaradamente, peça-lhe cinco bandas de música (e dispense os foguetes) para o dia 7, início da Centenária.

O dr. Intendente dá um passo e retaguarda, assombrado, grelando para o desplante.

- Que? Cinco bandas de música?... Não! Nunca! Nem na boca duma peça de artilharia... Enfim... enfim, quando muito, poderei fornecer-lhes duas!... Duas! E raspem-se!...

- Duas, sr. dr.! Duas!... mas é o ideal! É isso mesmo o que se pede! Quem falou em cinco?!... Foi um ligeiro engano: como pretendemos pedir a três por dois julgamos que três e dois são cinco! Com duas bandas de música nós já podemos bem montar um cinema de fitas *á lá minuta*.

A comissão agradece, comovida, e convida-o, gentilmente... para o que der e vier...

Como o dr. Cypriano Barcellos já foi estudante – e na Bélgica, rapazes, onde existem tradições universitárias! – e lá terá suas recordações da juventude, saem vocês tranqüilos quanto ao fantasma que pergunta o - quem se explica?...

Adeante. No dia 7, que é o dia consagrado á comemoração do centenário da cidade, aí entre 1 e 2 horas, reúnem-se todos, todos os estudantes, na Praça 7 de Julho; cada um trará uma flor, um raminho, um galho verde, uma palma.

Em forma! Bandas de música (aquellas duas, heim!... e mais alguma que, de amor e graça...) na testa e no meio do cortejo.

A esse cortejo, rapazes é que dareis a riqueza alegórica que as qualidades vossas que acima referi, comportam: discursos, poesia, humorismos, caricatura, coros, estudantinas, etc, tudo o que Deus permite e o Diabo não proíbe! Não vos baixeis a subalternidade de imitar: **criai uma tradição local, e vossa, típica, original** (grifo meu).

Arranjai o vosso cortejo; que ele conquiste, empolgue, arraste a multidão, na sua esteira; **forçai a cidade a fazer um semi-feriado, acompanhando-vos** (grifo meu).

Desfile, na 15 de novembro acima, até a – Placa Comemorativa – da parede da Cathedral.

Aí – todos – todos – todos, atirarão para ella a sua homenagem, traduzida naquellas flores que trazem.

O cortejo não para, vai sempre andando; não há nessa visita um preito religioso ou político, mas tão somente gratidão filial á reverência que o padrão histórico evoca.

[...] O cortejo segue, desce pela Félix da Cunha – a decana das ruas da cidade – e vem até a Praça da República” (OPINIÃO PÚBLICA, 01.07.1913, p.1).

A idéia de J. Simões Lopes Neto foi muito bem acolhida não só pelos estudantes, mas também por vários segmentos da sociedade pelotense: os jornais, como já foi dito, deram ampla divulgação ao evento; as ferragens e as livrarias concederam papelão, tintas, pregos e sarrafos para que fossem confeccionados cartazes; o intendente concedeu uma banda - elemento essencial em qualquer festa, pois além de despertar a atenção do público, “deliciava os tímpanos” de toda a gente; as senhoras e senhoritas prepararam bandejas de doces e outros “pitéus saudáveis”; os pais, professores e professoras acompanharam as crianças nos cortejos. Os discursos, ponto alto das comemorações naquela época, ficaram ao encargo dos alunos e de alguns homenageados. Todos os estudantes participantes da “Centenária” portavam um pequeno laço de fita tricolor com as cores da bandeira rio-grandense.

O clima da Centenária no seu primeiro dia de festividades pode ser percebido pelo que foi descrito no jornal OPINIÃO PÚBLICA (07.07.1913, p. 2):

“Enquanto ultimava-se a parada, um numeroso grupo de estudantes foi á residência do nosso amigo J. Simões Lopes Netto, convidal-o para abrir a Centenária como iniciador que foi da idéia, e tomar parte no cortejo.

Outro grupo de rapazes foi buscar (no Hotel Aliança) o Trio Alegre, Phoca – Raul – Luiz, que com a mais requintada amabilidade aceitaram o convite que lhes fora dirigido. [...] Luís e Raul, magistralmente caricaturavam os oradores, cujos PORTRAIT-CHARGES foram colados em quadros e figuraram com estandartes, no préstito com uma trova, traçada a carvão, por João Phoca.

Figuravam ainda no cortejo outros gaiatos estandartes: o da Escola de Agronomia representava um arado Collins, a vapor, puxando um boi; da Academina de Commercio, duas cobras lagartos, entrelaçadas, sustentando entre as cabeças ... um vintém poupado...; da Escola de Direito, uma regoa e um anzol, abraçados...; da de Odontologia, um tremendo molar, esburacado; da de Pharmácia, uma elegante seringa...; da de Agrimensura, um óculos de alcance, virado às avessas, por um olho... de jaquetão; o dos collegios primários, de rapazes, uma palmatória sob um machado, que a espatifa; os dos collegios de meninas, uma feia bruxa, tendo a cabeça atravessada por uma agulha”.

Observa-se que os quadros humorísticos, com caricaturas e críticas – que anos mais tarde darão o brilho às Passeatas dos Gatos Pelados e serão motivo de vários desacertos entre a direção, alunos e a comunidade católica da cidade – já se faziam presentes nos desfiles da primeira Semana Centenária.

Como parte dessa festa, muitas flores foram colocadas na lápide comemorativa à fundação da cidade de Pelotas, junto à Catedral.¹⁶⁶ Depois de muitos discursos que exprimiam a “gratidão do presente ao passado”, a marcha continuou até em frente ao Palacete Maciel, onde funcionava a Faculdade de Agronomia. Organizou-se, então, uma coluna da “polonaise” ao ar livre, com um número superior a 300 pares, que desfilou alegremente por entre a compacta multidão que enchia os passeios da Praça da República. No adro da Bibliotheca

¹⁶⁶ A colocação dessa lápide que lembrava os cem anos da cidade, na catedral católica, foi bastante criticada pelos não católicos, especialmente os maçons como se observa a seguir: *“Alguns maçons desse Oriente protestam publicamente contra a maneira com que se entendeu comemorar o primeiro centenário da fundação desta cidade, para cujo fim se organizou um programma em que figuram festas de determinado culto religioso, em detrimento de uma parte da população que não o aceita ou lhe é francamente hostil. Em vez de uma comemoração exclusivamente cívica relembando os grandes varões que propugnaram por este torrão em que exercemos a nossa actividade, vae-se preferentemente homenagear uma imagem que alçou em padroeira desta localidade, sem o beneplácito de todos os seus habitantes [...] Também lançam o seu protesto contra a escolha de uma das paredes da Cathedral para a collocação da lápide comemorativa da passagem do primeiro centenário, o que demonstrará á geração futura, estreitamento sectário, profundamente intolerante, dos tempos que correm”* (DIÁRIO POPULAR, 09.06.1912, p. 3).

Pública - nas palavras de Lopes Neto, “a mãe espiritual de Pelotas” - os estudantes cantaram o Hino Nacional, encerrado por um entusiástico – Viva Brasil!

As passeatas da Centenária obedeciam a um itinerário, também proposto por João Simões Lopes Neto. Partindo do centro administrativo e cultural da cidade - onde a Prefeitura, a Bibliotheca Pública e a Escola de Agronomia¹⁶⁷ situam-se junto à praça principal – os estudantes iam até a Catedral, local em que prestavam uma homenagem à cidade junto à lápide comemorativa do Centenário da fundação de Pelotas (na Praça José Bonifácio em uma das faces da Catedral).

Assinala-se como curiosidade o fato de que em muitas cidades brasileiras a Igreja principal localiza-se junto à prefeitura, ao redor de uma Praça. Pelotas possui uma situação diferenciada: embora tenha sido doado um terreno ao redor da Praça Cel. Pedro Osório para a construção da catedral, ela manteve-se a algumas quadras do “centro administrativo da cidade”. Ao lado da Prefeitura, num prédio de igual imponência encontra-se a Bibliotheca Pública de Pelotas, local que, desde fins do século XIX, tornou-se o centro de muitas atividades culturais realizadas na cidade.

Em função da distância que separava o maior templo religioso católico do centro administrativo e cultural da cidade, cria-se um locus privilegiado para o desenvolvimento da memória ritualisticamente compartilhada através de procissões, desfiles e passeatas, que percorrerão o espaço entre esses dois importantes locais.

Os Gatos Pelados realizarão suas Passeatas através de um itinerário semelhante ao percorrido pela Centenária, embora com um objetivo bem diferente. Se a Centenária visava congregar todos os estudantes de Pelotas em

¹⁶⁷ Esse foi o primeiro estabelecimento de ensino superior do Estado. Fundado em 1883 como Instituto Agrícola e Veterinário Eliseu Maciel e assolado por dificuldades financeiras, o instituto foi extinto. O município comprou o seu edifício e ali fundou o Liceu Riograndense de Agronomia e Veterinária que, em 1909 foi reformado e passou a se chamar Escola de Agronomia e Veterinária. Ressalta-se que, somente depois de mais de uma década de fundação desse Curso de ensino superior é que foi criado, em 10.08.1896, na capital do estado, o seu primeiro estabelecimento de ensino superior: a Escola de Engenharia. Essa Escola mantinha um Curso Preparatório destinado aos alunos que quisessem nela ingressar e que não se encontravam suficientemente preparados. Esse Curso foi transformado em ginásio sob o nome de Gymnasio do Rio Grande do Sul. Em 1908 passou a se denominar Instituto Gymnasial Júlio de Castilhos. E hoje, constitui-se numa importante escola pública estadual de ensino fundamental e médio da capital do Estado.

torno do objetivo comum de enaltecer o passado junto a um templo do catolicismo, as Passeatas dos Gatos Pelados, denunciavam com muita crítica e bom humor aspectos da realidade presente e seu grande objetivo era, ao passar pela Catedral e pelo Colégio Gonzaga, afrontar seus rivais, os Galinhas Gordas, assim como a Igreja Católica.

Ao fim do primeiro dia da Centenária, os estudantes começaram de casa em casa, o “peditório dos doces”, para que fosse realizada uma grande merenda na Praça Floriano - atual Praça Cipriano Barcellos, mas popularmente conhecida como Praça do Pavão e, pelos mais “antigos”, como Praça dos Enforcados - no último dia da Semana Centenária. Do cardápio, constavam doces secos, bolos, balas, sanduíches, frutas, gasosas, passas, rapaduras e bombons. As doações foram recebidas na Faculdade de Agronomia, que se transformou no quartel general dos doces: uma enorme confeitaria provisória.

Durante a Semana, os estudantes tiveram entrada franqueada nos cinemas e casas de espetáculos da cidade: o Polytheama, o Popular, o Coliseu, o Eldorado, o Recreio Ideal, o Ponto Chic. O acompanhamento musical das “fitas” ficou a cargo da “Pavorosa” – banda formada por estudantes - o que, segundo a imprensa, deliciou os ouvidos dos expectadores, provocando uma total alegria e algazarra. Com sua banda, os alunos, à noite, saíram às ruas, imprimindo à Centenária o caráter de uma lembrança popular, alegre, desordenada e expansiva.

A “Pavorosa” também acompanhou os estudantes em uma visita à Fábrica de Cerveja Haertel, onde foram recebidos pelo Sr. Leopoldo Haertel e sua família.

A “Mensageria David”, inaugurando um novo fardamento de seus 18 empregados, pôs-se à disposição da comissão organizadora para a distribuição da merenda.

Como parte das comemorações do último dia da Centenária, antes da grande merenda na Praça, o intendente deliberou que fossem descerradas novas placas com a denominação da Praça 7 de Julho e de mais algumas ruas da cidade. Ao todo foram sete placas em diferentes locais da área central. Esse momento, ao som da banda “Lyra Artística” e regado a muitos discursos, foi

bastante prestigiado pelo público. Nos dias de hoje nos causa estranheza que os estudantes, em sua maioria crianças, tenham participado com tanto gosto dessa “preciosa cerimônia oficial”.

Quando todos, numa empolgante e rumorosa passeata puxada pela banda “União Democrata”, se dirigiam para o local onde seria servida a merenda, desandou uma violenta pancada de chuva. Grande parte dos meninos foi em frente em direção à Praça Floriano:

“lá o desastre era doloroso!... A doçama estava toda encharcada! A mesa rústica de 120 metros de extensão, dividida em 4 secções, podendo comportar 600 crianças por vez, estava de ponta a ponta preparada, servida, com seus pratos de papel carregados, além de bolos, bandejas de balas, rapaduras, bombons, etc, etc [...] a petizada que viera em marcha forçada, não recuou, porém, do ataque, e foi então uma outra chuva de mãos, que trabalhavam a serviço dos queixos.” (OPINIÃO PÚBLICA, 16.07.1913, p.1)¹⁶⁸

Por sua vez, muitos estudantes, professores e familiares foram abrigados no amplo salão da União Gaúcha¹⁶⁹, onde foram obsequiados pelos quitutes e, novamente, por muitos discursos. Entre “Vivas à Centenária” e “Vivas ao seu idealizador, Serafim Bemol”, a farta distribuição dos doces aos participantes da improvisada merenda (por volta de mil pessoas)¹⁷⁰ foi feita pelos próprios acadêmicos.

Como grande porção de donativos ficou intacta, a comissão distribuiu-os aos “pobres que por ali rondavam” e que, é lógico, não foram convidados para a festa que tinha por propósito reunir os estudantes, os professores e as “famílias de bem”... O restante dos doces foi entregue ao Asilo de Mendigos, aos doentes da

¹⁶⁸ Particularmente o jornal OPINIÃO PÚBLICA (16.07.1913, p. 1 e 2) através de uma longa reportagem, foi propositalmente minucioso no intuito de que servisse como um pequeno arquivo que fosse consultado mais tarde pelas novas comissões da Centenária, em busca de esclarecimentos.

¹⁶⁹ A União Gaúcha, associação que nasceu com o objetivo de exaltar as tradições rio-grandenses, foi criada em 10 de setembro de 1899. Existe até os dias de hoje como um Centro de Tradições Gaúchas (CTG) “União Gaúcha João Simões Lopes Neto”. Sobre sua fundação e objetivos ver OSÓRIO (1962).

¹⁷⁰ Se levarmos em conta o fato de que Pelotas contava com mais de 5 mil estudantes, constata-se que, realmente, a sua participação deixou um pouco a desejar neste e nos outros anos. Não se pode deixar de observar que a época do ano escolhida para a realização da Centenária, embora

Santa Casa, às meninas do Asilo de Órfãs e do Asilo São Benedito (que acolhia meninas negras). A festa em praça pública, na realidade, não era aberta ao “público em geral”...

Nos dois anos que se seguiram a essa primeira comemoração estudantil, embora a imprensa não tenha detalhado tanto a descrição das manifestações, a programação da Centenária, acompanhada de perto por J. Simões Lopes Neto, manteve-se a mesma: muitos discursos, saudações ao Intendente e à imprensa, irreverentes passeatas acompanhadas de bandas musicais, visitas à lápide do Centenário na Catedral, passes franqueados nos cinemas da cidade e, no dia 14 de julho, a merenda aos estudantes. Assim como no primeiro ano, continuou a não haver uma total adesão por parte dos alunos das diversas escolas.

Em 1915, a novidade ficou por conta de um “match” de “foot-ball” no campo do “Sport Club Pelotas” em comemoração ao encerramento da Centenária. Como se sabe, os jogos de futebol entre os estudantes passam a ser, nas décadas subseqüentes, um momento de congregação mas, também, de explícitas rivalidades estudantis, especialmente entre os alunos dos Colégios Gonzaga e Pelotense.

Mas em 1916, um fato impede as comemorações da Centenária. Um mês antes de sua realização, morre J. Simões Lopes Neto. A imprensa silenciou sobre a comemoração da Centenária que, provavelmente, não ocorreu nesse ano.

Em 1917, as passeatas irreverentes e as alegres merendas em praça pública dão lugar a compenetradas romarias ao cemitério em homenagem a Lopes Neto, bem como aos professores, poetas e jornalistas falecidos.¹⁷¹

O culto cemiterial dos mortos, com toda a sua pompa e retórica, passa, então, a ser o ponto alto da Centenária, estando bem de acordo com o seu inicial apelo rememorativo. Dessa forma, durante alguns anos, a irreverência dá lugar à nostalgia. E o criador da Centenária, que tanto enaltecia Pelotas “*no seu passado*

tivesse um forte apelo histórico, sendo a Semana marcada por duas datas tão importantes, era pouco propícia para eventos ao ar livre, uma vez que as chuvas e o frio são constantes na cidade.

¹⁷¹ É interessante salientar que, nessa época, era comum que fossem proferidos discursos junto ao túmulo de pessoas ilustres. E os discursos eram, geralmente, transpostos para os jornais locais, o que os torna uma importante fonte de consulta aos pesquisadores.

heróico e na opulência certa de seu futuro” passa a ser o grande homenageado de seus festejos.

Os estudantes saíam em bondes, geralmente franqueados pela Light – empresa responsável por esse meio de transporte - em direção ao cemitério. Levavam flores e assistiam aos tão apreciados espetáculos de retórica diante de inúmeros túmulos daqueles que, em vida, contribuíram para o desenvolvimento intelectual e material da cidade e cuja memória lhes era cara. Para se ter uma idéia da extensão dessa programação, em 1922, os alunos prestaram homenagens perante o túmulo de sete ilustres pelotenses: J. Simões Lopes Neto, dr. Cunha Ramos, o poeta Lobo da Costa, dr. Gomes da Silva, Arsênio Maia, Taveira Júnior e Jaime de Carvalho. E diante de cada túmulo eram pronunciados discursos em alusão àquele homenageado.

O belíssimo cemitério da cidade, com alguns túmulos que são verdadeiras obras de arte era, então, um espaço social bastante concorrido. Refletia um período em que as sepulturas, os mausoléus e os jazigos tinham por objetivo preservar a memória dos oriundos das classes abastadas da cidade, materializando uma exemplaridade normativa que educasse e reforçasse a crença na duração das respectivas famílias ou grupos. Sua beleza e suntuosidade além de retratar o desenvolvimento econômico e cultural de determinada parcela da população, servia de suporte simbólico necessário à sua imortalização na memória coletiva.

Através da imprensa local é possível constatar o quanto o culto cívico aos mortos foi uma prática comum na sociedade pelotense nas primeiras décadas do século XX. Esse fato se deve à forte influência dos ideais positivistas e da Maçonaria que consideram os ritos cívicos como sucessores dos de base religiosa (católica). CARTROGA (1999, p. 36 e 37) nos lembra que para os seguidores dessas ideologias, o culto aos mortos e a estrutura formal de seus ritos têm um valor pedagógico. Eles tratam de descristianizá-los, dando-lhes um significado de homenagem e de celebração comemorativa, valorizando a sua importância social, educativa e cívica. Segundo esse autor,

“essa seria uma forma mitigada de dar continuidade à transformação ritual do morto em antepassado, isto é, em figura exemplar finalmente depurada para a comemoração [...] empenhadamente sublinharam o valor do culto dos mortos para a formação da cidadania, ideal que, como palco, exigia prioritariamente o reconhecimento dos cemitérios como espaços públicos e a sua encenação como lugares da memória”.

No ano de 1922, a mocidade das escolas encerrou a Centenária prestando uma sugestiva homenagem a Lopes Neto - a inauguração de uma placa em bronze no frontispício da Bibliotheca Pública Pelotense, com os seguintes dizeres: “A João Simões Lopes Neto, os estudantes de Pelotas – 7.7.1922”. Nos anos que se seguiram a placa também passou a ser uma referência no circuito de homenagens prestadas pelos estudantes.

A partir de 1923, a Federação Acadêmica, agremiação de alunos das escolas de ensino superior da cidade, assim como os alunos dos ginásios Pelotense e Gonzaga, tornam-se presenças marcantes na organização da Centenária.

As festividades da Centenária, durante a década de 1920 continuaram a receber a simpatia dos pelotenses. Tal fato é demonstrado, por exemplo, através de uma “festa gaúcha”, seguida de um “convescote”, realizados em 1925, na “aprazível vivenda rural” do intendente Augusto Simões Lopes.

O coronel Pedro Osório, conforme o DIÁRIO POPULAR (12.07.1925, p. 1) “*maior referência política do Partido Republicano da cidade*”, obsequiou os estudantes “*com todos os assados e com o respectivo pessoal para prepará-los e servi-los*”; as confeitarias “A Dalila”, “Brasil”, “A Gioconda”, “Gaspar”, “Nogueira”, “Xavier” e “Abelha” entraram com os doces; a cerveja e a gasosa ficaram por conta das fábricas Ritter e Haertel; os estabelecimentos Cristiá e Sacco, doaram os licores.

Os participantes da “Centenária”, após reunirem-se na Praça da República em frente à Bibliotheca, precedidos pela Banda de Música Municipal, dirigiram-se ao local do evento em bondes, como de costume cedidos pela Light.

Lá chegando, houve apresentações artísticas da “Companhia Nacional de Operetas” (que reunia artistas locais) juntamente com alguns estudantes. Após o

almoço, foram realizados diversos jogos e brincadeiras, entre eles: bola-mão, cabo de guerra, corrida de estafetas, túnel ball e rail bace.

Em 1927, na Semana da Centenária, os jornais noticiam sobre a instituição daquela que se torna (também nas décadas posteriores) uma importante figura dos rituais de celebração estudantis: a rainha dos estudantes. A escolhida nesse ano foi Laura Simões Lopes, filha do intendente Augusto Simões Lopes. Tal escolha garantiu a lotação completa com uma “seleta assistência” no espaçoso Teatro Guarany, inclusive a rainha dos estudantes cariocas. Antes da coroação da rainha, houve números musicais, de contos e “causinhos” proferidos por alguns estudantes.

No ano de 1928, o início das comemorações da Centenária”ocorreu no imponente prédio do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, que acabara de ser criado. Com a presença de autoridades, os discursos em homenagem a J. S. Lopes Neto foram entremeados por apresentações de ginástica executadas por mais de 300 estudantes.

O recém recriado Grêmio dos Estudantes do Ginásio Pelotense antecipou-se e, no primeiro dia, realizou a tradicional romaria acadêmica ao cemitério. Os estudantes da Federação Acadêmica, por sua vez, encerraram a Semana, com outra romaria ao cemitério, o que denota a continuidade do caráter rememorativo de tal movimento que se utiliza desse sugestivo espaço para enaltecer o passado e a memória.

Em 1929, fizeram parte da Centenária, por iniciativa do corpo docente dos Colégios Elementares “Félix da Cunha” e “Cassiano do Nascimento”, diversas festas em benefício das suas “Caixas Escolares”.

A Escola Complementar de Pelotas também constituiu a sua “Caixa Escolar”. Segundo a imprensa local, esse seria um sistema que, de acordo com as modernas organizações pedagógicas dos centros mais adiantados, destinava-se a angariar recursos para crianças pobres, bem como para a criação de cursos noturnos gratuitos aos operários. Professores e alunas formavam “bandos precatórios” que se dirigiam ao comércio, aos bancos e aos pais de alunos para

recolherem donativos. As “senhoras da cidade” patrocinaram vários eventos sociais com o objetivo de levantar fundos para as “Caixas Escolares”.

A Semana Centenária, que nos primeiros anos da década de 1930 passou a se denominar Semana do Estudante, continuou a ser comemorada, embora, ao que parece, sem o seu brilho inicial. Não há manifestações na imprensa a seu respeito.

Em 1934, ainda houve uma intensa movimentação dos estudantes. Um artigo no jornal estudantil do Ginásio Pelotense “Estudante” (agosto, nº 4), tenta retomar o “espírito” da Semana Centenária através da publicação de um texto escrito por J. Simões Lopes Neto no ano de sua criação, em 1913. Nesse texto é nítida a idéia do passado se entrecruzando com o presente e o futuro, com a recordação e a esperança de que se perpetue o reconhecimento da identidade estudantil através de um ritualismo memorial. Com esse intuito, o autor faz curiosas indagações sobre os possíveis festejos do centenário da Centenária que ocorreria no ano de 2013.

Nesse número do Estudante há, também, um extenso relato sobre as festividades da Centenária ou Semana do Estudante que ocorrera naquele que foi o seu último ano de apresentação.

Como a partir dos anos de 1930 a Centenária foi sendo substituída por outras tradições estudantis, provavelmente, no entender de algum administrador da Bibliotheca Pública, a placa que homenageava J. Simões Lopes Neto, descerrada em 1922, perdeu sua razão de ser, sendo retirada de seu local de origem. Essa placa encontra-se, hoje, em exposição no Museu da Bibliotheca Pública. Pela singeleza de suas palavras e, porque não dizer, omissão de seu principal objetivo - que seria o de homenagear o criador da Centenária - essa empolgante manifestação estudantil, que foi a Semana Centenária, perdeu-se na memória da cultura urbana pelotense.

4. 2. 2 As Passeatas

Como já foi assinalado, em julho de 1934 os estudantes pelotenses realizaram aquela que foi a última Semana do Estudante, inspirada na Semana Centenária. Ao que tudo indica, os alunos, em 1935, não conseguiram se unir para

que ela fosse levada a efeito. Provavelmente para isso contribuíram os desentendimentos que ocorreram no mesmo período em que se realizaria a festa estudantil, envolvendo alunos do Gonzaga e do Pelotense, em torno do resultado de uma partida de futebol. Como foi visto anteriormente, esse conflito assumiu grandes proporções ao ser transposto e acompanhado pela imprensa local. No “clima de guerra” que se instalou entre os dois educandários, parece óbvio que os alunos não se dispusessem a organizar uma confraternização seguindo o espírito proposto por João Simões Lopes Neto, ou seja, de unir a classe estudantil através da realização de conferências, passeatas, homenagens (visitas aos túmulos de professores eméritos, inauguração de retratos de professores) e comemorações sociais (reuniões dançantes, concertos, bailes).

Embora a organização e a programação de cada um dos dias dessa Semana coubesse a um grêmio estudantil da cidade, os alunos do Pelotense e do Gonzaga eram, realmente, os seus grandes incentivadores.

Sendo assim, diante dessa situação de conflito com os gonzagueanos, se fortalece entre os alunos do Pelotense um certo espírito estudantil mais individualista e ufanista pelos valores preconizados por sua Escola. Em 12 de julho de 1935 (posteriormente transferido para o dia 14 de julho), instituíram o “Dia do Gato Pelado” e realizaram, no período em que vinha ocorrendo a Semana Centenária, a primeira Passeata dos Gatos Pelados. Lê-se no DIÁRIO POPULAR, 10.07.1935):

“Dia dos Gatos Pelados: o dia 12 do corrente é o dia dedicado aos alunos do Ginásio Pelotense. Assim sendo, os distintos estudantes daquele estabelecimento vão festejar o seu dia de maneira bem interessante. Pela parte da manhã haverá sessão solene num dos salões do Ginásio. À tarde terá lugar ruidosa passeata pela cidade, devendo apresentar-se nela, grupos caracterizados. A noite realizar-se-á no Teatro Sete de Abril, um festival, com a apresentação da peça “Gatos em Revista”. Os alunos do Ginásio Pelotense estão desenvolvendo, grandemente, suas atividades a bem de melhor levar a cabo o programa planejado. Uma comissão tem percorrido o nosso comércio pedindo a cooperação do mesmo. Essa comissão é composta dos alunos: Samuel Duval da Silva, Aldo Simões Lopes e Juvenal Dias da Costa.”

Sobre as primeiras passeatas, José Luís Rohnelt e Anselmo Amaral, alunos na década de 1930, ressaltam o apoio e o incentivo dado pelos professores

e direção do Ginásio, assim como o fato de, nessa época, as passeatas não serem censuradas, situação que não se repetiu nas décadas posteriores:

“O Grêmio organizava as passeatas. Eu sempre pertenci ao Grêmio. Entrei em 1936. Fui secretário e orador. Durante o inverno a gente se reunia num galpão, que eu nem me lembro aonde é que era, para fazer os quadros das passeatas. Nós passávamos a noite trabalhando naquilo, mas sem interferência nenhuma da direção da escola. É interessante isso, não é? Não havia censura. Eu não me lembro de nunca terem dito “não façam essa crítica” ou “não façam esse quadro”. Tínhamos toda a liberdade. Os professores apoiavam, ou pelo menos não punham obstáculos, não interferiam!” (José Luís Rohnelt)

“Eu participei de todas as passeatas. Ajudava a organizar, eu era um dos organizadores, fazia até os desenhos das fantasias. Saía fantasiado. As passeatas eram exclusivamente humorísticas, nós pegávamos um estudante qualquer, um motivo qualquer da cidade, mas sempre com propósito humorístico, o espírito era humorístico. A diretoria do Grêmio que assumia toda a organização e os professores ajudavam, eles emprestavam os seus automóveis. Era tudo organizado no pátio do Colégio. O diretor olhava tudo feliz. Nos ajudava!” (Anselmo Amaral)

Durante vários anos, nas comemorações do “Dia do Gato Pelado”, era observada a seguinte programação: 9 horas: sessão solene; 11 horas: passeata humorística; 12 horas: churrasco no pátio do Ginásio; 15 horas: reunião dançante, no hall do Ginásio; 17 horas: recepção aos professores. Mas eram as Passeatas, em função de seu caráter popular, o ponto de maior destaque de tais comemorações, representando um verdadeiro mini-carnaval de inverno, que provocava os mais descontraídos comentários.

A tônica principal dos desfiles era a irreverência e o espírito crítico manifestado nos cartazes humorísticos e nos quadros apresentados. De forma descontraída e caricata muitos eram os alvos das críticas: a situação internacional e nacional, os políticos, as instituições e as autoridades educacionais e administrativas (prefeitos, vereadores, secretários municipais e até diretores e professores do Pelotense). Mas o principal alvo era a Igreja Católica, especialmente a figura do bispo diocesano, D. Antônio Zattera e, é claro, seus rivais Galinhas Gordas.

QUEIROZ (1987) nos diz que desde a década de 1930 até 1963, durante o encerramento da “Semana do Gato Pelado” (2ª semana de julho e,

posteriormente, 2ª semana de agosto), as ruas da cidade, por onde deveria passar o desfile, enchiam-se de populares que, contagiados com o divertido espetáculo, serviam de alegre moldura a esse jocoso desfile estudantil. Apesar do policiamento, muitas vezes ostensivo, havia incidentes, sem maior gravidade, entre os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas.

A organização das Passeatas era feita com bastante antecedência, sendo que havia diversas comissões que se encarregavam da coordenação à coleta de todo o material necessário para a confecção dos quadros humorísticos, faixas, fantasias, etc. As comissões eram as seguintes: comissão de tintas, colas e pincéis; comissão do papel; comissão dos sarrafos; comissão dos pregos e panos; comissão da carne (para o churrasco) e comissão central.

As alunas, de forma condizente ao comportamento que se poderia esperar de “moças de família”, não desfilavam nas Passeatas, mas participavam de suas comissões de organização.

Quanto à elaboração dos quadros apresentados, essa ficava ao encargo de alguns alunos e ex-alunos que tinham especial talento artístico e perspicácia para a crítica dos mais variados fatos.

Um episódio de uma das Passeatas nos é relatado por José Bachieri Duarte e complementado por Isaac Bendjouya, alunos do Pelotense na década de 1940:

“O Brasil vivia o Estado Novo na sua plenitude, uma ditadura imposta por Getúlio Vargas em 1937. O Congresso tinha sido fechado, os Estados eram dirigidos por interventores e os municípios por prefeitos nomeados. A Imprensa não desfrutava de liberdade. Imperava a censura. Os partidos políticos tiveram seus registros cassados. Os cárceres estavam lotados de presos políticos. Quem se manifestasse contra o governo corria o risco de ser mandado para a cadeia.

[...] O nosso Grêmio, tradicionalmente, realizava uma passeata pelas principais ruas da cidade. A gente passava semanas e semanas preparando o grande acontecimento, pois, rico em críticas a determinados setores da sociedade e, principalmente à política e às instituições públicas, geralmente acabava em pancadaria. Mas nós apostávamos na crítica e assumíamos todas as conseqüências que pudessem surgir. Não existia melhor oportunidade para que furássemos o bloqueio da censura e denunciássemos o arbítrio da ditadura getulista. Numa dessas passeatas, lembro-me bem, entre as dezenas de manifestações de despreço ao governo federal, um muar, um mulo, um burro também desfilou... Só que , puxado por um de nós, carregava no pescoço um enorme cartaz com as

palavras “MINISTRO DA EDUCAÇÃO” ! Aquilo foi o máximo. Ludibriámos a polícia e os “secretas” da mesma e atingimos o governo, que era a nossa meta. Não tivemos a intenção de atingir a pessoa do ministro Gustavo Capanema. Ele até que de “burro” não tinha nada. O importante foi termos furado o bloqueio de censura imposto pelos donos do poder. Déramos uma demonstração de rebeldia e de inconformidade com o estado de coisas então vigente. A cidade toda comentou o feito e o apontou como sendo “coisa que só Gato Pelado tinha coragem de fazer” (AMARAL, 2002, p. 72 e 73).

Sobre essas afirmativas de Bachieri Duarte, recebi, por escrito, o seguinte comentário feito por Isaac Bendjouya, seu contemporâneo no Pelotense:

“Ele critica o Estado Novo e o arbítrio da Era Getulista, quando nos conta que “furaram” o bloqueio da censura e que no desfile apareceu um burro. Mas o Bachieri está “meio esquecido”. Foi assim: - É feita a reforma ortográfica da língua portuguesa. Entra em vigor, sendo então ministro da Educação Gustavo Capanema. A fonética, assim chamada “o sistema ortográfico em que os mesmos sons são representados pelos mesmos caracteres e suprimidos todos os símbolos não pronunciados”. Nada de aplausos com dois pês; farmácia com ph, etc, etc. Só que não funcionou 100%. Seria xuxu ao invés de chuchu, xiru em lugar de chiru... Pois como disse, a censura não se deu conta da crítica feita a Gustavo CAPA-NEMA pois era composta de partes: na frente um aluno montado num burro, vestia uma CAPA espanhola. Escrito a giz (já então na rua, após a censura) nas costas da capa, quatro letras – NEMA e completando o quadro crítico um cartaz com os dizeres: Fração Imprópria (o numerador, o de cima, o que estava montado é maior que o denominador, o de baixo, o burro). Sutil, muito sutil, sumamente engenhosa, idéia fina e talentosa mas... venenosa. Recordo que acompanhei de perto este quadro crítico. A “bomba” era de efeito retardado. Alguns, até custavam a entender; outros perguntavam aos que riam e, após o esclarecimento também riam. Nunca fiquei sabendo de que foi a genial sátira.”

A Passeata respeitava o seguinte itinerário: saía da rua Tiradentes (parte lateral da escola), contornava a Praça Coronel Pedro Osório e seguia pela rua 15 de Novembro até a rua Senador Mendonça. Aí, paravam na famosa “esquina do coqueiro” do Colégio Gonzaga e, inevitavelmente, confrontavam-se com os Galinhas Gordas. Após, seguiam pela rua Andrade Neves, dobravam na rua Marechal Floriano e retornavam para o Colégio.

Como foi observado anteriormente, o itinerário da Passeata dos Gatos Pelados era o mesmo dos estudantes durante a Semana Centenária. Partiam praticamente do mesmo ponto, pois o Pelotense localizava-se a uma quadra da

Praça de onde saíam os estudantes da Centenária. O ponto alto de ambas as passeatas era o entorno da Catedral. O objetivo dos Gatos Pelados era chegar até o Gonzaga, em uma das laterais da Igreja, e o dos estudantes na Centenária era reverenciar a placa alusiva ao centenário de Pelotas, que se localizava no outro lado da Catedral.

Claudiomar Barcellos, aluno na década de 1950, relata sobre as comemorações do “Dia do Gato Pelado”:

“a turma saía ali do Pelotense, do velho prédio. Fazia o contorno da praça e ia pela Quinze. Mas juntava gente... nós saíamos na hora em que fechava o comércio aos sábados. Então o que juntava de gente... todo o percurso da passeata tinha gente... nas duas calçadas, de um lado e de outro, assim de gente, um do lado do outro, não ficava nada vazio. Para tu ver a importância dessa passeata...movimentava a comunidade de Pelotas.

[...] No final nós fazíamos um churrasco, no pátio do Colégio. Tudo organizado por nós! Tinham uns lá que eram abastados, alguns alunos, os pais eram fazendeiros, então eles traziam ovelhas, geralmente eram ovelhas... Então no fundo do pátio se fazia um assado no chão... e se conseguia barril de chope. As meninas do Colégio, dias antes, na preparação, elas faziam uns copinhos de papel, que dobrava e dava para tomar. Então elas faziam centenas. Os alunos colocavam uma corda para guiarem as pessoas que recebiam um pedaço de carne com farofa e o copinho aquele com cerveja.

[...] Eram poucos professores que iam... só aqueles mais liberais! Os pais nem participavam... iam os alunos, tanto moças como rapazes e essa ‘rafuagem’ da volta do mercado, aqueles gurizotes pobres que faziam mandaletes [...] E quando “dava pau” (*nas Passeatas*), eles serviam como um tipo de uma guarda pretoriana nossa, porque os guris da rua sabiam brigar mais do que os guris, vamos dizer assim, de família, né, como se dizia na época. Então quando dava pauleira com o pessoal do Gonzaga... A turma dizia “vamos lá atirar coco”, porque bem na esquina do Gonzaga tinha um coqueiro, então diziam “vamos lá atirar coquinho nos Galinhas Gordas”. E depois do churrasco, de noitinha tinha o grande baile que era dentro do colégio mesmo. Era um recinto pequeno, mas cabiam todos.

E todo o respeito havia nas nossas festas, o maior respeito com as gurias...o próprio baile, a própria passeata... nós só quebrávamos pau com o pessoal Galinha Gorda...”

4. 2. 3 As Passeatas que viraram “caso de polícia”

A irreverência e a ousadia dos Gatos Pelados em várias ocasiões resultaram em alguns incidentes. Geralmente a direção da escola era bastante condescendente com as Passeatas, embora possam ser identificados três momentos em que tal situação não ocorreu, havendo intensa repercussão e desencontradas opiniões a seu respeito. Isso foi nas Passeatas de 1948, de 1956 e de 1957. Como afirma Claudiomar Barcellos:

“Nem todas as direções do Colégio apoiavam o que acontecia nas Passeatas. Algumas eram mais liberais e deixavam acontecer. Agora alguns diretores que eram mais ligados a partidos de direita, esses tentavam proibir. Isso porque havia muita crítica, crítica de tudo que era lado. Tanto da esquerda quanto da direita...se tinha alguma coisa errada, no governo federal, no governo municipal, os caras metiam a boca. Lógico que havia uma tendência mais de esquerda por parte dos alunos, mas era aquela coisa mesmo de rebeldia da juventude.”

A Passeata de 1948

Os quadros a serem exibidos anualmente recebiam uma “censura prévia” da direção da escola, que geralmente conseguia negociar com os estudantes a retirada de alguns que ultrapassassem a crítica inocente e jocosa e ferisse a moral e os bons costumes.

Pode-se afirmar que o início dos desencontros entre a direção e os representantes do Grêmio que acabaram desencadeando o “caso” de 1948, tinha ocorrido já em 1947, quando 7 dos 23 quadros que seriam apresentados, desapareceram na noite anterior à Passeata. Ao que tudo indica, o diretor não estava disposto a discutir com os alunos a sua retirada e, numa atitude obviamente arbitrária, sumiu com os quadros. Os alunos não deixaram por menos. Através do jornal Estudante denunciaram tal ato e, com uma nota intitulada “O leitor é o juiz”, descreveram cada um dos quadros. Sobre eles teceram suas

“inocentes” intenções e imputaram o *“sectarismo do autor do furto ao poderoso regime político do catolicismo”*.

Esse fato documentado pela imprensa estudantil, não teve maiores repercussões. Bem diferente do que ocorreu no ano seguinte...

Em 1948 alguns quadros humorísticos foram censurados e inutilizados pelo delegado de polícia e pela direção da escola, razão pela qual deixaram de ser exibidos na Passeata. No entanto, transcorridos 3 meses, os representantes do Grêmio decidiram publicar uma edição extra do Estudante. Ela era dedicada exclusivamente à denúncia da arbitrariedade dessas autoridades que, além de impedirem a saída de alguns dos quadros, impuseram a modificação do itinerário da Passeata sob o pretexto de que fosse evitado um suposto conflito entre os Gatos Pelados e o “povo católico”. Os católicos da cidade, ao que parece, realmente não estavam dispostos a aceitar as críticas e sátiras dos Gatos Pelados.

Os Gatos Pelados mostravam-se inconformados não só com a censura em si, mas também com o fato de que os quadros que criticavam posicionamentos do chefe maior da nação, o presidente Dutra, não foram barrados, mas sugerida sua modificação; os censores somente consideraram desrespeitosos àqueles que criticavam a Igreja e se referiam às autoridades e situações da política local...

Foto da ed. Extra do Estudante

Numa produção bastante caprichada, com papel de boa qualidade e todo em letras verdes (que simboliza a cor do Colégio), essa edição do Estudante (impressa “clandestinamente” em Porto Alegre), apresentou em sua capa o hino dos Gatos Pelados tendo o distintivo do Colégio ao fundo. Além de várias matérias devidamente assinadas por seus autores, foram reproduzidas as imagens e os dizeres de alguns dos quadros humorísticos censurados, notadamente os ofensivos às autoridades públicas, aos sentimentos religiosos, aos partidos políticos e à direção do Colégio.

Nos quadros os alunos criticavam: o Congresso Eucarístico que acontecera na cidade dias antes da Passeata; as polêmicas atitudes do bispo diocesano, como o fato de seu carro ter chapa oficial assim como seus esforços para angariar fundos para a reforma da catedral de Pelotas; os supostos interesses do diretor do Colégio ao ter mudado de partido político para assumir o cargo (a direção do Colégio era um cargo político, pois o diretor era nomeado pelo prefeito da cidade); o regime democrático instalado no Brasil com o presidente Eurico Gaspar Dutra.

Nos textos dessa edição extra cujos títulos eram “Fatos deprimentes”, “Liberdade de culto e de palavra”, “Autoridades e suas muletas”, “Comentário do 17 de agosto”, “A tradição das passeatas deve ser conservada”, “Por que censurar a verdade?“, os alunos explicam e criticam exaustivamente o lamentável fato ocorrido. Publicam, também, o ofício remetido à Câmara de Vereadores, em 26.08.1948. Nesse documento lembram o espírito de liberdade, de sã e livre crítica que sempre foi o apanágio dos estudantes do Pelotense, assim como de suas passeatas comemorativas ao aniversário de seu grêmio (dia do Gato Pelado). Recordam que desde a década de 1930, mesmo com o apogeu da ditadura de Vargas, as Passeatas tiveram ampla aceitação e ganharam fama e tradição na cidade através das críticas que apresentavam.¹⁷² Como se pode

¹⁷² Mas, conforme lê-se no A Palavra (25.08.1950), foi somente sob os auspícios da “Constituição democrática de 1946” que os Gatos Pelados, em suas Passeatas, passaram a atacar insistentemente a Igreja Católica.

observar em alguns trechos transcritos a seguir, o ofício é bastante elucidativo quanto àqueles acontecimentos:

“Havia sido marcada em sessão desta diretoria, em 28 de junho deste ano, a data de 14 de agosto para as comemorações [...] no entanto [...] resolvemos transferir a passeata de 14 para 17, em vista do Congresso Eucarístico Diocesano coincidir com nossa festa [...] aceitando os motivos alegados pelo Sr. Prefeito da comuna, quais sejam, a situação de constrangimento que poderia causar com as altas autoridades que se encontravam nesta cidade para assistir a inauguração do primeiro Congresso Eucarístico Diocesano. [...] Logo após, passaram a se suceder os fatos que mais queremos frisar.

O Sr. Delegado de polícia, nesse ínterim já havia visto os quadros de críticas e dado licença para que pudessem sair com exceção de um, que também nós achamos razoável ser interditado. Tudo dependia, portanto, na questão de censura, do parecer do Sr. Diretor deste estabelecimento, dr. Alcides de Mendonça Lima, o qual foi dado na véspera, e que ainda que irrazoavelmente, interditava mais quatro.

[...] E no dia 17 pela manhã antes de sair a passeata, culminando os atos atentatórios à liberdade e à democracia, absurdamente, irrazoavelmente, o Sr, Delegado de Polícia, dr. Ruy Casado, entrou novamente na sala deste Grêmio e, com flagrante falta de argumentos, como tão bem o exprimem palavras suas: “Sinto não ter argumentos para os convencer”, barrou mais dez quadros, todos eles de crítica autênticas, sufocando assim, a liberdade de expressão, o que sempre predominou em nossas passeatas, num autêntico atentado ao nosso regime democrático, chegando ao cúmulo, o sr. Delegado, de rasgar dentro deste Grêmio, alguns dos referidos quadros.

Quase não se pode acreditar que o sr. Delegado tenha tentado se desculpar dizendo que houve ameaças de ataque à nossa passeata e, por isso, ao invés de nos defender, como bem o explica e ordena a Constituição, tivesse que nos interditar. [...] Ante esses lamentáveis episódios, o Grêmio dos Estudantes do Colégio Pelotense houve por bem dirigir-se, telegraficamente, à Câmara Legislativa do Estado, em sinal de protesto.

[...] Senhores representantes do povo, pedimos apenas que sejam aclaradas todas irregularidades e achados os responsáveis pelas mesmas” (ESTUDANTE, 1948, p. 5).

Não resta dúvida de que os alunos foram corajosos e, quem sabe, um tanto quanto inconseqüentes ao referirem-se ao diretor do Colégio e ao delegado de polícia como “elementos inimigos do regime democrático” que “agiram vergonhosamente” através de um “gesto de caráter ditatorial”. Além disso foram explícitos quanto à sua ligação partidária e aos interesses católicos:

“Fruto da verecunda politicagem atual, na qual tem papel predominante por seu direito de voto, o clero, surgiu a censura ditatorial das autoridades locais, onde se verificava a predominância da vontade do clero e não uma censura leiga de caráter imparcial. Enquanto que um quadro que falava da inconcebível chapa oficial do bispado foi estupidamente censurado, um que criticava o mais alto magistrado da nação, foi exposto.

Onde está a razão de ser desta determinação da autoridade? Quem é a verdadeira autoridade, o governo reconhecido ou a igreja romana?

[...] A censura da Direção do Colégio, condenando os quadros do PSD e absolvendo os dos outros partidos é uma prova de parcialidade, de interesse partidário. A condenação do quadro “Congresso Eucaríssimo” em que falávamos do esbanjamento da igreja romana, verdadeiro atentado à crise atual de todo o país, é mais uma prova da falta de senso” (ESTUDANTE, 1948, p. 6).

Essa edição extra foi passada gratuitamente às pessoas e aos setores estratégicos da sociedade pelotense. Foi colocada nas caixas postais e distribuída indistintamente, inclusive nos colégios, com a intenção premeditada de fazer escândalo e desacatar as ordens das autoridades competentes, numa nítida disputa de poder do Grêmio com a direção. Sua ampla circulação deu-se de forma diferente das edições anteriores, que eram vendidas e se destinavam a um público mais restrito: alunos, professores e ex-alunos do Colégio. Ao que tudo indica, o dinheiro para sua publicação adveio da venda de ingressos para os Pegon’s (vencidos pelos alunos do Pelotense) que, após muitos anos sem acontecerem, haviam ocorrido naquele mês de novembro. Influenciados pela própria vitória, e respaldados por alguns ex-alunos com princípios firmemente anti-clericais e marxistas sentiram-se fortalecidos o suficiente para comprar uma briga com as autoridades locais ligadas aos interesses católicos e a alguns partidos políticos. Pelo que indicam as entrevistas realizadas com alguns envolvidos, e tendo por base uma declaração do próprio diretor do Colégio, transcrita a seguir, os alunos estavam, também, servindo de intérpretes às aspirações de terceiros:

“Há anos que o Colégio Pelotense vem sofrendo infiltração de elementos indisciplinados, influenciados por pessoas estranhas ao estabelecimento. Embora esses elementos constituam pequena minoria, tem sido ela suficiente para trazer distúrbios à vida normal do estabelecimento. [...] Para a passeata deste ano, os dirigentes do Grêmio se valeram da habilidade de um ou mais ex-alunos do Colégio para desenhar os cartazes a serem expostos. **Em tais quadros em vez de crítica sadia, elevada, construtiva, própria da mocidade**

estudiosa (*grifo nosso*) o que havia era um grande número de quadros ofensivos às autoridades, aos sentimentos religiosos da população e até a particulares.[...] Alguns quadros se referiam a fatos íntimos de conhecidas pessoas de nossa sociedade ou faziam alusões acintosas com o propósito de ridicularizar” (DIÁRIO POPULAR, 16.12.1948, p. 2).

É importante salientar que no Pelotense, em todas as épocas, a “crítica sadia, elevada, construtiva, própria da mocidade estudiosa” sempre recebeu incentivo até mesmo da direção do Colégio. Pode-se afirmar que essa era uma característica fundamental que singularizava essa instituição de ensino e que, obviamente, a diferenciava de seus “rivais” gonzagueanos.

O periódico católico A PALAVRA (19.11.1948, p.1), utilizando-se de um vocabulário deveras deselegante (e de longe muito mais agressivo do que o utilizado pelos estudantes em seu jornal) não poupou acusações à atitude dos representantes do Grêmio do Pelotense, aproveitando a situação para criticar a educação ministrada naquele educandário:

“No aludido periódico, os “Gatos Pelados” vomitam toda a sua bilis anticlerical contra a Igreja Católica, sua doutrina, suas leis e instituições, num revoltante desrespeito às autoridades escolares, policiais, civis e eclesiásticas. [...] O Grêmio dos Estudantes do Colégio Pelotense toma democracia por anarquia e liberdade por libertinagem. [...] **Se, portanto, é essa a formação que recebem os estudantes do Colégio Pelotense, andam mal avisados os pais de família que confiam seus filhos ao mencionado “educandário”.**

[...] A enérgica ação do digno sr. Delegado de Polícia local não foi um atentado à liberdade ou, como dizem os “Gatos Pelados”, “uma franca demonstração de estupidez”, mas sim uma salvaguarda da moral e da ordem pública, porquanto os malfadados cartazes não tinham “por base a verdade”, mas a mistificação, num verdadeiro atentado contra o respeito devido às autoridades legítimas `as convicções mais sagradas dos católicos, **os quais teriam quebrado a porrete as cabeças de todos os ‘Gatos Pelados’, uma vez que saíssem à rua com os projetados cartazes.** (*grifo nosso*).

[...] Quem ler com atenção o número do ‘Estudante’ a que nos vimos referindo, depreenderá imediatamente que debaixo da “carapuça” da democracia e da liberdade dos “Gatos Pelados” se ocultam outros elementos que já meteram alguma vez o nariz em livros de Direito. Ninguém seria tão ingênuo que admitisse que estudantes, exaltados em extremo e fracos em Português, evitem cuidadosamente toda a terminologia que, de algum modo, possa infringir as determinações do Código Penal. (A PALAVRA, 19.11.1948, p. 1, grifo nosso)

No periódico é lembrado ainda o fato de que o Colégio Pelotense era mantido pela Prefeitura Municipal e que se os católicos tinham obrigação de contribuir para a manutenção desse educandário, também lhes cabia o direito de serem respeitados em suas convicções. E, num explícito protesto contra o governo municipal, exigiam providências eficazes no sentido de ser modificada radicalmente a mentalidade do Grêmio dos Estudantes, alertando que, *“do contrário, tudo isso servirá de aviso e de lição aos católicos e às pessoas de bom senso, quando procurados a darem os seus votos em pleitos eleitorais”*.

Levado o “caso do Pelotense” ao conhecimento do Poder Legislativo da cidade, intensos debates foram travados e reproduzidos pelos jornais locais. A briga enveredou para o campo ideológico e político-partidário. De um lado o partido do governo municipal, o PSD¹⁷³, representado principalmente pela vereadora Osmânia Vinhas de Campos, figura conhecidíssima na cidade pelo fervor com que defendia os interesses da Igreja (e por isso grande desafeto dos Gatos Pelados e alvo de suas críticas mordazes em várias passeatas); de outro, os partidos de oposição com representantes da Coligação Popular, PL, PTB, PSB e PSP. As discussões na Câmara de Vereadores fizeram com que houvesse uma das maiores assistências até então registradas, em sua maioria composta de estudantes que superlotavam as galerias do recinto.

Dessa forma, tendo o conflito extrapolado os muros do Pelotense, o diretor, Alcides de Mendonça Lima, apoiado pelo regimento interno do Colégio, instaurou um inquérito administrativo escolar¹⁷⁴ a fim de apurar os responsáveis

¹⁷³ Partido político ao qual o diretor do Pelotense (oriundo do PSB) estava ligado. Nas discussões sobre o “caso do Pelotense” foi bastante questionado o fato de a escolha do diretor do Colégio se dar em função de sua ligação com o partido do governo municipal; uma função, a princípio eminentemente técnica, cujo provimento não deveria estar sujeito a injunções partidárias...

¹⁷⁴ Documento publicado no DIÁRIO POPULAR (25. 11.1948, p. 2). É curioso observar que a comissão de inquérito para fundamentar sua decisão, utilizou-se de citações das obras “Introdução ao Estudo da Escola Nova”, de Lourenço Filho; “Transformemos a Escola”, de Adolfo Ferrière; “Educação para uma civilização em mudança” de Kripatrik, assim como citações de Parkhurst, todos defensores do Escolanovismo. Torna-se interessante, em futuras pesquisas, analisar-se a penetração das referências do Escolanovismo não só no Colégio Pelotense, mas também nas demais escolas de Pelotas.

pelo que ele considerava como injúrias e ofensas dirigidas a autoridades públicas e escolares na edição extra do Estudante.¹⁷⁵

A comissão de inquérito, nomeada pelo diretor do Colégio, foi composta por professores que gozavam de toda a confiança e simpatia do corpo docente e discente. Eram eles: Joaquim Alves da Fonseca (que fora diretor do Pelotense e venerável da Loja Maçônica Fraternidade), Felisberto Machado Júnior e Raul Romeu Iruzum.

A comissão concluiu que a direção proibiu a saída dos quadros porque ao invés da crítica inocente e jocosa, os alunos teriam derivado para a maledicência, para a difamação, para a injúria ou calúnia. Não ficando eles convencidos de que os quadros censurados eram inconvenientes, viram na atitude das autoridades um abuso de força, um gesto anti-democrático. Segundo concluem no inquérito,

“não viram os dirigentes do Grêmio que o Colégio Pelotense é um estabelecimento que recebe e congrega todos os credos políticos e religiosos. Direção e professores dão o mais belo exemplo de tolerância e de democracia, respeitando e fazendo respeitar todas as crenças políticas, filosóficas e religiosas que o Governo Brasileiro permite em seu território. Aqui não se persegue, nem se favorece a alguém por motivo de ter este ou aquele credo filosófico, político ou religioso.” (DIÁRIO POPULAR, 25.11.1948, p. 2).

Com o resultado do inquérito, que curiosamente não condenou as críticas dos alunos às autoridades eclesiásticas e ao Presidente da República, mas sim àquelas que se dirigiam ao diretor do Colégio e que apontou a culpa dos envolvidos na publicação do Estudante, a decisão do diretor foi a de cancelar a matrícula de três alunos e suspender outros dois por um mês, além de suspender temporariamente as atividades do Grêmio dos Estudantes.

A partir dessa atitude enérgica, o rumoroso caso acabou por não se restringir ao âmbito local e foi discutido pelos representantes do legislativo estadual e federal, chegando ao Ministro da Educação.

¹⁷⁵ O livro de atas do Grêmio dos Estudantes correspondente aos anos de 1946 a 1955 não foi localizado. É provável que tenha “sumido” em função desse inquérito. Infelizmente ficou perdida uma fonte fundamental para o entendimento da atuação do Grêmio nesse período.

Na tribuna da Assembléia Legislativa, o então estudante e deputado Leonel Brizola, *“saiu de espada em punho, defendendo os seus colegas atingidos pela penalidade”* (DIÁRIO POPULAR, 27.11.1948, p. 8). Por sua vez, o deputado Mem de Sá, que era professor, teve seus discursos proferidos na Assembléia em que defendia os interesses dos alunos punidos, publicados no Diário Popular de 12.12.1948 e 27.12.1948. O diretor do Pelotense, sentindo-se agredido pelas declarações do deputado, revidou algumas de suas acusações e questionamentos, também através da imprensa. Foram tantos os esclarecimentos dados sobre o “caso do Pelotense” que esse foi um assunto que realmente despertou o interesse e participação da população da cidade que acompanhava diariamente pelos jornais as novas “trocas de farpas”.

Por sua vez, os membros da diretoria do Grêmio de Estudantes que não receberam a punição de suspensão declararam, através da imprensa local, que eram tão culpados quanto os punidos. Essa declaração dos alunos foi enaltecida pelo deputado Mem de Sá na tribuna da Assembléia Legislativa. Diz ele: *“tal atitude é a das que consolam e confortam o coração dos velhos lidadores e de todos aqueles que prezam o Rio Grande, justamente por traços desta natureza e que têm sido o apanágio de nossa história em todos os tempos”*. E, finalizando seu discurso, questiona a decisão arbitrária do diretor, afirmando que

“se instruir é difícil, nada é ainda em comparação com a obra de educar. Educar é que é, talvez, de todas as tarefas a mais complexa, a mais delicada, a mais nobre das que foram dadas ao homem.

Para educar reclamam-se tantas qualidades, tantas virtudes, tantos atributos que por certo nem todos podem, verdadeiramente arrogar-se o título de educador.

Um dos pontos mais árduos na obra da educação é o de granjear o respeito dos educandos, porque o respeito não se impõe; o respeito se conquista. Conquista-se através de uma longa, diuturna e permanente ação em que todas as virtudes do mestre são postas a prova.” (DIÁRIO POPULAR, 27.12.1948, p. 5).

Os estudantes através da FAP (Federação Acadêmica de Pelotas) e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Agronomia, também se mobilizaram no sentido de que o prefeito da cidade revogasse a decisão da direção do Pelotense em relação à punição dos alunos. Da mesma forma procedeu a Associação dos Antigos Alunos. Chegou a ser convocado um comício no Largo da Prefeitura

Municipal, por representantes de vários partidos políticos (PL, PTB, PSB e PSP) e representantes dos diretórios acadêmicos das Faculdades de Direito, de Agronomia e da Federação Acadêmica. Isso no intuito de buscar apoio ao pedido feito às autoridades no sentido de serem indultados os alunos punidos.

Esse comício não se realizou, pois as partes litigantes chegaram a um acordo que foi intermediado pela Associação dos Antigos Alunos do Pelotense (cujo primeiro presidente, quando de sua criação, em 1941, foi o próprio Alcides de Mendonça Lima), que encontrou uma solução honrosa, congregando novamente a comunidade Gato Pelado. Segundo a declaração dessa Associação publicada no jornal,

“os alunos declararam que as suas críticas, publicações e atitudes não tiveram o intuito de ofender, pois agiram apenas animados pelo espírito estudantil que muitas vezes excede certos limites e se torna irreverente. Reconhecem, entretanto, a necessidade de serem mantidos o respeito e a disciplina em todo o estabelecimento de ensino. [...] O Grêmio dos Antigos Alunos fez apelo ao Diretor no sentido de que [...] reingressassem os alunos cujas matrículas haviam sido canceladas e que fossem tornadas sem efeito as suspensões. O Diretor do Colégio ouvindo a Comissão de Inquérito e havendo ela opinado favoravelmente, declarou então que, tendo agido unicamente no sentido de resguardar a disciplina e de manter a ordem no Colégio [...] declara revogada a decisão do inquérito e manda que seja este arquivado” (DIÁRIO POPULAR, 19.12.1948, p. 12).

O desfecho dessa história nos é relatada hoje pelo então presidente do Grêmio, Sydney Castanho:

“Com o passar do tempo, os punidores foram-se tornando mais “pais”, provavelmente torcendo por um fato novo em que o feito ficasse por não feito. E este fato finalmente chegou: uma portaria do Ministério da Educação nos integrava ao Colégio e nos permitia fazer os exames que já tínhamos perdido.

Posteriormente, ficáramos sabendo pelo prefeito de Pelotas, responsável pelo Colégio, amigo e correligionário do Ministro da Educação, que este lhe telefonara pedindo informações sobre o caso. A conversa fora de um homem sensato, certamente já arrependido de ter imposto uma pena tão severa a seus jovens alunos.

Dos punidos, todos concluíram cursos superiores: Advogado e Deputado Estadual brilhante; Professor destacado da Faculdade de Odontologia de Pelotas; Traumatologista conceituado, atuando na Capital; Professor Fundador da Faculdade de Medicina da UCPEL, seu segundo Diretor e responsável direto pelo reconhecimento de sua Faculdade pelo Ministério da Educação; Professor Fundador da Faculdade de Medicina da UFPEL e Professor Emérito pela mesma Universidade. Paradoxalmente, um dos suspensos que se recusou a prestar os

exames, é hoje empresário aposentado, vivendo numa bela mansão à beira da praia.

Felizmente não permaneceram seqüelas...

Ao iniciarmos nossas atividades profissionais em Pelotas, tivemos a grata satisfação de receber como clientes muitos daqueles que, no calor da crise de 48, nos levaram à punição, mas que também, como todos ou quase todos, tomados por um dos sentimentos mais nobres - o "paísmo" - souberam reconsiderar as traquinices de seus alunos. Assim foi, também, o Diretor do Colégio Municipal Pelotense que, inclusive, teve um dos punidos como padrinho em suas segundas núpcias. Dos professores, funcionários ou colegas, nunca recebemos, quando do nosso retorno às aulas, o menor sentimento de desagrado pela nossa reintegração, mas, ao contrário, alegraram-se e procuraram nos auxiliar na recuperação do tempo perdido.

Nós, jovens, naquele misto de alegria, ebulição, pretensão e até vaidade, pagamos com meses de grande sofrimento, principalmente ao sentir que nossos familiares, até mais do que nós, sofriam. Felizmente, com o apoio dos que foram citados e, em especial, com o empenho de um deles (tio de um dos punidos), que, com grandeza e dedicação, assumiu a responsabilidade de tornar o feito como não feito, conseguiu-se o que parecia impossível: a reintegração de todos no nosso querido Educandário.

Foram momentos duramente suportados, mas isso fez-nos ver a vida, não como gostaríamos que ela fosse, não como ela deveria ser, mas simplesmente como ela é. E, assim a vendo, conseguimos galgar os degraus que nos fizeram chegar onde hoje nos encontramos (AMARAL, 2002, p. 81 e 82).

Esse relato deixa transparecer aquilo que parece bastante óbvio, mas que pode ser lembrado: a importância da experiência vivida e das relações concretas, como espaço efetivo da construção do conhecimento e, conseqüentemente, da formação do indivíduo.

A Passeata de 1956

O Pelotense continuou a realizar anualmente suas tradicionais Passeatas em comemoração ao dia do Gato Pelado. A censura aos quadros a serem apresentados tornou-se uma prática realizada em comum acordo com a direção, o Conselho Fiscal do Grêmio e o Conselho Técnico do Colégio. Incidentes, sem maior gravidade, aconteciam: quadros que não passavam pela censura e que surgiam na hora dos desfiles, desencontros de opiniões envolvendo

a direção do Colégio, os representantes do Grêmio ou seus principais alvos (membros da Igreja e do Colégio Gonzaga) eram resolvidos de forma relativamente tranqüila.

Em 1956 a Passeata foi especialmente organizada pelos Gatos Pelados. Houve, inclusive, a distribuição de um simpático e politizado manifesto aos populares que acompanhavam o desfile. Ele demonstra todo o idealismo que tomava conta dos meios estudantis nesse período:

Manifesto dos “Gatos Pelados”

Aos governantes nos seus postos de comando!

Aos políticos, nas salas das leis!

Aos militares, na defesa da soberania nacional!

Aos capitalistas, nos empreendimentos!

Aos industrialistas, na melhoria dos índices de produção!

Aos comercíarios, nas vendas!

Aos operários, nas fábricas e indústrias!

Aos homens, nos campos!

Aos mestres, nas escolas!

Aos estudantes, que se preparam para o Brasil grande de amanhã!

O histórico momento por que atravessa a mãe pátria brasileira, não comporta atitudes passivas, nem indiferenças criminosas.

Imperioso se torna que todos, sem distinção, cômscios de seus verdadeiros papéis no concerto nacional, saibam desempenhá-los, à altura de seus conhecimentos e possibilidades, com o fito único e imutável da busca da grandeza nacional.

A classe estudantil de hoje, compenetrada da tarefa grandiosa que a espera, como nunca, está disposta a enfrentar todos os obstáculos, oferecer trabalhos dos mais profícuos, com a finalidade de alcançar a vitória a que se propõe.

Vive por um ideal: Justiça! Tem um credo: Liberdade! Guia-se por um princípio: Moral! Vê na Liberdade um direito e aceita como seus limites, tão somente os sagrados princípios contidos nos enunciados da Moral e da Justiça. De sua existência total, espera, advirá a evolução, o progresso!

Baseados em tais diretrizes, certos das infinitas possibilidades dos homens e das terras que compõem o torrão brasileiro, crentes das boas intenções dos homens públicos da nação, aqueles que fazem de suas vidas um instrumento da concretização do mister atual, que é a busca da grandeza cada vez maior do Brasil!

Não longe está o dia em que serão continuadores desta grande obra de hoje e de sempre. Ao lado de sua preparação, acompanham com ansiedade inaudita, portanto, os passos que são dados por aqueles que os antecedem. Nada mais justo que exerçam o sagrado direito da crítica que constrói, e que, de per si, é a demonstração mais eloqüente do interesse com que acompanham as coisas que se referem à pátria estremecida.

Cumprindo com o seu dever, de dar continuidade a uma das mais caras tradições dos “Gatos Pelados” o Grêmio dos Estudantes do Colégio Municipal Pelotense tem certeza de que somente aplausos estão a esperá-lo.

Aguardando a compreensão clara e precisa de seus propósitos, os “Gatos Pelados”, saúdam o povo da Cidade Princesa, e muito especialmente, a classe estudantil pelotense.

Pelotas, 11 de agosto de 1956.

Mas segundo nos relatam a imprensa e alguns envolvidos, em 1956, a crítica e bom humor dos quadros apresentados pelos Gatos Pelados provocou forte reação da comunidade gonzagueana. Os alunos do Pelotense saíram às ruas com 60 quadros, todos aprovados pelos censores. Mas os Galinhas Gordas, desgostosos com algumas críticas, nas proximidades do Colégio, tentaram interceptar a Passeata para que fosse desviado seu percurso. Houve interferência policial e os Gatos Pelados seguiram seu cortejo. Segundo a imprensa, ao passarem em frente ao Colégio Gonzaga, um dos membros de sua Congregação, o Irmão Décio, agrediu um menor, estudante do Pelotense, que carregava um dos quadros humorísticos, arrancando-lhe o quadro e despedaçando-o, provocando tumulto, logo dominado pela força policial. O Grêmio dos Gatos Pelados publicou uma declaração afirmando que:

“não houve incidente entre os alunos do Colégio M. Pelotense e Gonzaga; que nenhum aluno do Colégio M. Pelotense reagiu à agressão sofrida. Procuraram, isto sim, fazer prosseguir a passeata e comunicar os fatos à autoridade policial, que, aliás se portou de maneira elogiosa.

Diante desses lamentáveis acontecimentos o Grêmio, através do seu Departamento Jurídico, entrará na Justiça com queixa-crime, a fim de que seja promovida responsabilidade do autor ou autores do atentado. O Grêmio assim procederá porque foi atingido num direito fundamental que é a liberdade de opinião, apanágio do regime democrático em que vivemos, e sob cujo signo e inspiração, todos têm direito à palavra e à crítica e a ninguém cabe fazer justiça pelas próprias mãos. O Grêmio dos Estudantes assim procederá porque não esquece, na dura quadra nacional que atravessamos, que o estudante deve ser uma força viva a serviço da democracia, independente de grupos ou facções” (DIÁRIO POPULAR, 14.08.1956).

Os representantes do Grêmio dos Estudantes do Gonzaga, sentindo-se ofendidos com essa declaração foram aos jornais manifestar publicamente solidariedade com o gesto de seu professor. Afirmavam que

“o aluno que preza seu mestre não o quer ver ridicularizado.[...] O grêmio dos Estudantes do Colégio Gonzaga torna público – ainda que desnecessário – que existe perfeita comunhão de idéias entre alunos e professores e que não se pode atingir a um sem ofender a todos, e ainda mais no presente caso, em que o revmo. Irmão Décio é o traço de união entre o Grêmio e a direção do Colégio” (DIÁRIO POPULAR, 17.08.1956).

Dessa forma, vieram novamente a público os desencontros de opiniões e o envolvimento da comunidade local na briga entre Gatos Pelados e Galinhas Gordas, sendo que seu pano de fundo continuava a ser as críticas ao catolicismo e questões ligadas à educação católica e laica na cidade.

Nesse conflito, a Associação dos Antigos Alunos do Colégio Gonzaga resolveu, através de um manifesto, apresentar publicamente sua incondicional solidariedade ao diretor, professores e alunos do Gonzaga em relação ao resultado (fosse ele qual fosse) da ação judiciária que seria impetrada pelo Grêmio do Pelotense contra o professor Irmão Décio.

A Associação justificava essa atitude remetendo-se ao “caso de 1948”, em que foi decisiva a intervenção do Grêmio dos Antigos Alunos do Pelotense para o encaminhamento de uma harmoniosa solução para aquele sério conflito. Dessa forma, buscava conjugar esforços no sentido de evitar uma nova repetição de fatos como os ocorridos em 1948 que, segundo os antigos gonzagueanos, tanto depunham contra o conceito educativo e social de Pelotas.

Em seu manifesto, a Associação lembra da Semana Centenária, quando predominava o espírito de cordialidade entre os alunos das duas escolas e aponta as competições esportivas e as Passeatas dos Gatos Pelados como motivadoras dos desentendimentos:

“Infelizmente, por motivos que não se pode bem precisar, extinguiu-se a Centenária, dando nascimento aos “Gatos Pelados” do Pelotense e aos “Galinhas Gordas” do Gonzaga, cujas competições esportivas – em que o futebol, como sempre, acabou fazendo das suas – gradativamente vieram afrouxar aqueles belos laços de coleguismo, dando lugar a que aparecessem as primeiras manifestações dos “Gatos Pelados” contra o Colégio Gonzaga ou contra os sentimentos religiosos, em suas passeatas anuais, agressividades que culminaram na célebre passeata de 1948.[...] Por fim a diretoria faz questão de proclamar como ponto de

honra dos gonzagueanos de todas as épocas, que jamais eles hostilizaram publicamente a nenhum colégio, nem sequer ao próprio “Pelotense”, havendo mesmo o “Gonzaga” dado uma de suas maiores provas de bom coleguismo por ocasião de seu cinquentenário de fundação (1945), ao convidar para orador oficial de uma de suas sessões comemorativas, ao diretor do Colégio Pelotense, dr. Antero Moreira Leivas, e 10 anos depois fazendo com que também figurassem no seu desfile comemorativo de seu “jubileu de Diamante” as bandeiras de todos os colégios da cidade, especialmente a do “Colégio Municipal Pelotense” (DIÁRIO POPULAR, 17.08.1956).

É interessante lembrar que as disputas entre os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas se consolidaram com as competições futebolísticas entre as duas escolas. Mas seria por demais simplista limitarmos essa rivalidade a questões específicas entre os alunos. É provável que refletissem, também, o contexto da política educacional brasileira existente nesse período, em que era nítida a disputa ideológica entre liberais (defensores das escolas públicas) e católicos (defensores das escolas particulares). Da mesma forma, refletiam posicionamentos em relação a questões de cunho ideológico e à condução político-partidária das diversas administrações da cidade, assim como as diretrizes tomadas por autoridades administrativas do Colégio Pelotense.

A Passeata de 1957

No ano de 1957, o Grêmio dos Estudantes do Pelotense vinha programando grandes manifestações em comemoração aos seus 30 anos de existência. O grande momento das comemorações seria a Passeata. Mas, inesperadamente, às vésperas de seu desfile, os alunos foram impedidos por autoridades judiciais de realizá-lo. No entanto, graças à sua organização e mobilização, conseguiram a sua liberação através de um mandado de segurança, que possibilitou que a Passeata saísse como haviam planejado. Diante desse fato, novamente a cidade ficou em alvoroço. Essa Passeata virou notícia até na capital do estado. Os jornais de Porto Alegre deram especial atenção ao fato pois, no

mesmo ano, a tradicional “Passeata dos Bichos” (calouros da Universidade) - cujas características de irreverência e crítica se assemelhavam às Passeatas dos Gatos Pelados - também estava envolta em confusões.¹⁷⁶

Todos esses fatos aconteceram em virtude de o Grêmio do Pelotense ter processado o Irmão Décio, professor do Colégio Gonzaga, devido ao incidente ocorrido no desfile do ano anterior. Representantes do clero, da Congregação Mariana e da Associação Comercial da cidade tentaram, com certa antecedência (sem que os alunos do Pelotense soubessem), através do prefeito municipal Adolfo Fetter e do vice-prefeito Alvacyr Faria Collares (membro atuante da Igreja Católica), forçar o Grêmio a mudar o itinerário da Passeata. A intenção era a de que ela não passasse em frente ao Gonzaga ou, de preferência, não ocorresse.

O desenrolar desse incidente nos é relatado pelo jornal A Tribuna de Porto Alegre:

“A Passeata estava marcada para o dia 10, sábado, às 11:30 horas. Dia 9, sexta-feira, às 13 horas, elementos ligados ao Grêmio dos Estudantes do Colégio Pelotense foram informados de que, às 14:00 horas, os membros do Conselho Técnico do Colégio Pelotense [...] e o diretor [...] iriam comparecer a uma reunião convocada pelo prefeito [...] a qual deveriam também comparecer o delegado titular da DP [...] e da Delegacia de Ordem Política e Social para o fim especial de tratar assunto referente à passeata do “Gato Pelado” tal como a alteração do trajeto desta.

Sabedores do fato lá compareceram, também, embora sem ser convidados, pois a reunião era sigilosa, o presidente do Grêmio Antônio Carlos Zanotta da Cruz e o presidente do Conselho Fiscal do Grêmio, o estudante Alberto Abuchaim, acompanhados de um dos membros do departamento jurídico do Grêmio, Darci Norte Rebelo. Da reunião da qual fez parte também o dr. Alcides de Mendonça Lima, consultor jurídico da Prefeitura (ex-diretor do Colégio Pelotense que, em 1948, também andou tentando impor pontos de vista ao Grêmio, conforme jornais da época) ficou claro a intenção manifesta de interferir a Prefeitura na passeata. [...] Queria o Prefeito, apoiado pelos professores do Colégio, que o Grêmio lançasse nota pela imprensa, comunicando que “resolvera mudar o rumo da passeata, a fim de evitar possíveis incidentes de conseqüências imprevisíveis (!) se a passeata passasse em frente ao Colégio Gonzaga. [...] A diretoria do Grêmio [...] resolveu que a passeata sairia conforme a programação, só alterando seu trajeto se houvesse expressa determinação da autoridade policial.

[...] Já durante a madrugada do dia 10 – data da passeata – os advogados do Grêmio drs. Ápio Cláudio de Lima Antunes, Alberto

¹⁷⁶ As Passeatas dos Bichos em Porto Alegre constituem-se em um interessante objeto para pesquisas no âmbito das Ciências Sociais, especialmente, da História da Educação. No presente estudo não foi possível determinar as prováveis influências ou intercâmbios dessa prática que caracterizou, por um período, a cultura urbana de Pelotas e da capital do Estado.

Rodrigues de Souza e Darci Norte Rebelo prepararam um mandato de segurança a fim de assegurar os direitos do Grêmio – entidade jurídica que é – de realizar a sua passeata sem a interferência de quem quer que fosse. [...] O Conselho Técnico do Colégio [...] com a presença do diretor deliberaram a proibição da passeata, bem como de todas as comemorações referentes ao “Dia do Gato Pelado”. [...] Imediatamente a proibição da passeata foi comunicada aos advogados do Grêmio que, no próprio foro, encaminharam nova petição ao juiz de direito, dando-lhe ciência do fato [...] O juiz de direito deferiu a liminar do mandato de segurança, assegurando ao Grêmio dos Estudantes do Colégio Pelotense o direito de sair à rua, expor suas críticas, realizar sua passeata, tudo como fora amplamente programado. Enquanto isso, a direção do Colégio e a Prefeitura Municipal faziam distribuir pelas rádios locais, notícias tendenciosas a respeito da passeata, afirmando que esta não sairia e apelando aos pais de alunos que fossem buscar seus filhos nas portas dos colégios.

[...] De posse do mandato, compareceu o oficial de justiça e advogados do Grêmio na Polícia, onde notificaram o Delegado de Polícia da decisão judicial, saindo em seguida, à procura do diretor do colégio Pelotense, sr. Raul Romeu Iruzum que se encontrava no interior do estabelecimento em torno do qual se aglomerava verdadeira multidão composta de populares, ex-alunos do Colégio e estudantes solidários com o grêmio. [...] Abriram-se, então as portas do Colégio e franquearam-se as suas dependências para os alunos que assim recolheram os quadros humorísticos e assim realizaram, sob intensa aclamação popular a passeata” (A TRIBUNA, 15.08.1957).

Os alunos, livres dos percalços e entraves, contrariando as previsões dos que se opunham ao desfile, realizaram-no dentro da ordem, sem qualquer anormalidade ou incidente, contando com uma grande participação popular.

A decisão judicial que concedeu o mandato de segurança aos Gatos Pelados alcançou grande repercussão na cidade. Segundo relatos, agradou às “forças democráticas” e, obviamente, contrariou os interesses das “forças conservadoras”. No entanto, quando tudo parecia estar resolvido, a direção, num visível ato de inabilidade na condução de um problema que extrapolara os muros do Colégio, deliberou a suspensão dos dois dirigentes estudantis, Abuchaim e Zanotta da Cruz, enquanto durasse o inquérito aberto para apurar as faltas que teriam cometido.

Diante desse fato, houve a mobilização de ex-alunos¹⁷⁷, da Câmara de Vereadores, da Assembléia Legislativa¹⁷⁸, de diversas entidades estudantis de

¹⁷⁷ No dia 12.08.1957, face aos acontecimentos relacionados às comemorações do dia do Gato Pelado, um grupo de ex-alunos publicou nos jornais locais um edital de convocação para uma

Pelotas e de outras cidades do estado, de agremiações sociais e sindicatos com o intuito de firmarem posição em face dos repetidos acontecimentos que vinham agitando a vida ordinariamente pacata da cidade de Pelotas. Chegou a ser programado um comício público de protesto, contra a suspensão dos dirigentes do Grêmio, durante o qual falariam estudantes de Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre e São Gabriel, deputados estaduais, vereadores e dirigentes estaduais e nacionais da classe estudantil (FOLHA DA TARDE, 15.08.1957, p. 8).

Mas, devido a toda mobilização conseguida pelos Gatos Pelados, que sensibilizaram a imprensa e vários segmentos sociais em torno de sua causa, não foi necessário que se realizasse o comício. A direção do Pelotense entrou em entendimento com os dirigentes do Grêmio e o inquérito que fora instaurado acabou por ser arquivado.

A imprensa, que acompanhou *pari passu* esse episódio que agitou a vida do Colégio e da cidade, nos traz o que parecia ser o desfecho dessa história:

“Nota oficial do Colégio Municipal Pelotense e do Grêmio dos Estudantes do Colégio Pelotense

A Direção e o Conselho Técnico do educandário aceitam, em virtude de entendimento com os srs. alunos Alberto Abuchaim e Antônio Zanotta da Cruz, a justificativa apresentada por estes sobre os fatos do dia 10 próximo passado na parte vista como desacato, e determinam o corte da punição imposta e o arquivamento do inquérito aqui instaurado.

Asseguram, outrossim, a impunidade a todos os alunos que eventualmente estejam implicados em fatos conexos com este acontecimento.

Pelotas, 16 de agosto de 1957” (DIÁRIO POPULAR, 17.08.1957).

Essa nota foi assinada pelo diretor interno no exercício do cargo de diretor geral, Paulo Marcant Gonçalves, pelo presidente do conselho técnico, Platão Alves da Fonseca, pela secretária do Grêmio Ausêndia Pereira, e pelo presidente em exercício do Grêmio Francisco Koci e pelos dois alunos que haviam sido suspensos, Alberto Abuchaim e Antônio Zanotta da Cruz, demonstrando que dessa decisão, com exceção do diretor geral, Raul Iruzum, houve comum acordo com as partes envolvidas.

reunião dos ex-alunos a ser realizada no salão da Loja Maçônica Fraternidade. Esse é um período em que a Maçonaria ainda acompanhava de perto o desenrolar dos acontecimentos do “seu filho mais dileto”, o Colégio Pelotense.

Mas o caso que parecia encerrado teve a sua continuidade com a ação de um representante do Ministério Público que argüiu a preliminar de incompetência do juiz que concedeu o Mandado de Segurança aos Gatos Pelados, uma vez que caberia ao juízo da Fazenda Pública o julgamento do processo de tal natureza. O titular da 2ª Vara Cível acolheu essa preliminar, encaminhando o processo ao juiz competente, que cassou a liminar concedida e reconheceu à autoridade policial o poder de mudar o itinerário da Passeata para garantir a ordem.

Os estudantes interpuseram agravo dessa última decisão que acabou por ser julgada pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado. Os componentes dessa Câmara mantiveram a decisão agravada e os Gatos Pelados acabaram pagando as custas do processo...

4. 2. 4 As Passeatas através de suas imagens

Nas Passeatas dos Gatos Pelados, embora alguns alunos se utilizassem de fantasias, faixas ou outros objetos que pela simples apresentação fossem carregados de significados, eram através dos quadros e cartazes que melhor conseguiam expressar sua irreverência, críticas e bom humor.

É importante salientar que as Passeatas não se constituíam em movimentos em que todos os seus participantes tivessem consciência a respeito do conteúdo ou significado das críticas que eram realizadas. Para a maioria dos jovens, não passava de um alegre “carnaval de inverno” que vinha bem ao encontro do espírito exibicionista de todo adolescente, conquistando a simpatia de alguns e a fúria de outros.

O alto nível de percepção das discrepâncias do contexto político-social local, nacional e internacional advinha de alguns alunos do Grêmio e também de

¹⁷⁸ Uma comissão de alunos foi à Porto Alegre entrar em contato com membros do Poder Legislativo, bem como com a imprensa da capital.

ex-alunos que já se encontravam em cursos de ensino superior da cidade, em Porto Alegre ou no Rio de Janeiro. A elaboração dos quadros tornou-se uma tradição em que os mais velhos passavam suas técnicas e experiências aos mais moços.

Em relação às fotos às quais tive acesso, que retratam as Passeatas e os cartazes que nelas eram apresentados¹⁷⁹, buscando uma melhor compreensão e organização, segui orientações metodológicas de LEITE (2000), dividindo-as inicialmente por temas. São eles: política internacional e Guerra Fria, conjuntura nacional, contexto regional e local e Colégios Pelotense e Gonzaga. Portanto, as fotos foram analisadas tendo em vista essa divisão pré-estabelecida.

Na interpretação de algumas fotos, como não vivenciei essa época, além da observação de seu contexto histórico, contei com a tradução de Aldyr Schlee, que foi aluno e professor do Pelotense nas décadas de 1950 e 1960.

Não é objetivo dessa análise conceituar o humor ou explicar o uso social do cômico, mas sim apreendê-lo como forma de manifestação de um dado grupo social que, a partir dessas representações, fortalecem sua identidade em um determinado período de sua história.

É importante que se atribua a devida proporção à efetiva participação e envolvimento dos alunos do Pelotense nas Passeatas. Torna-se claro, até mesmo em função da forma como são abordados alguns assuntos, pelas críticas na imprensa e pelos relatos dos organizadores das Passeatas, que a sua organização e a elaboração dos cartazes e faixas era bastante influenciada por um restrito grupo de alunos e ex-alunos.

Na análise de cartazes que tratam de fatos mais específicos, dos quais não ficaram registros escritos, foi muito importante a “tradução”, a partir das entrevistas com aqueles que viveram essa época ou produziram tais documentos.

O fato de recriar significados é uma característica intrínseca das representações dos quadros humorísticos das Passeatas. O propósito da observação das imagens a seguir é sugerir uma leitura (entre outras tantas possíveis) dessas percepções críticas acerca da realidade cotidiana, da

¹⁷⁹ Essas imagens correspondem aos anos de 1940, 1950 e início dos anos de 1960.

pluralidade de acontecimentos que marcavam aspectos da história de uma determinada época em Pelotas, no Brasil e no mundo.

Dentre as mais de 200 fotografias disponíveis sobre as Passeatas, as utilizadas no presente trabalho foram selecionadas tendo por base a sua maior, ou melhor, informação imagética. Na sua observação são levantados aspectos mais objetivos do que subjetivos, que propiciam uma leitura direta e imediata da imagem como fonte de percepção, de identificação de detalhes fundamentais na interpretação do fato estudado.

É também propósito da apresentação das imagens fotográficas o questionamento e a relativização das versões de quem viveu e presenciou as Passeatas. São muitas as possíveis leituras sugeridas pelas fotografias. Não é meu objetivo fazer a decodificação das mensagens subjacentes, das relações ocultas ou menos aparentes operadas pelas imagens, embora tenha sempre presente a idéia de que a fotografia não é um reflexo imparcial, objetivo e neutro da realidade.

Nas fotos a seguir, fica evidente o significativo número de pessoas que assistiam às Passeatas dos Gatos Pelados. Pessoas das mais diferentes faixas etárias e predominantemente do sexo masculino. As fotos sobre as Passeatas analisadas nesse estudo não estão datadas, mas detalhes como a vestimenta do público participante e o automóvel da marca Ford, modelo “V8”, podem levar a concluir que retratam uma Passeata na década de 1940.

Foto camionete (1º plano) c/ o povo

foto camionete com o povo

Bispo de lambreta (61)

Nessa foto observa-se a descontração dos participantes da Passeata que portam um cartaz trazendo implícitas críticas ao bispo D. Antônio Záttera, provavelmente no ano de 1961. É visível a expectativa do público presente aguardando a seqüência da Passeata, cujos cartazes e representações nem sempre eram compreendidos de imediato. Conforme lembra Aldyr Schlee:

“nosso primeiro alvo era o Colégio Gonzaga e, naturalmente, como o Gonzaga era uma escola religiosa, o clero em geral e D. Antônio Záttera, em particular. Depois dos anos 50, quando eu já não era mais aluno e sim professor do Pelotense, D. Antônio continuava sofrendo nas nossas mãos... não pela figura dele, que eu respeito, mas pelo fato de ser bispo de Pelotas e ter sido muito intransigente ao analisar a relação que havia entre o Colégio Pelotense e a Igreja. [...] Nós tínhamos um grupo que estava sempre atento aos acontecimentos do dia, da semana e do mês para que no fim do ano, ou no primeiro semestre do ano seguinte, se tivesse elementos para botar pra fora na Passeata do Gato Pelado. Era a nossa válvula de escape”.

As críticas ao clero, à Igreja Católica e aos Galinhas Gordas eram uma constante em todas as Passeatas e foram causadoras, conforme já foi relatado, de muitos desentendimentos que envolviam não só a organização interna dos dois Colégios mas, também, a Igreja, os poderes públicos e a imprensa, propiciando à população pelotense não só o espetáculo de sua apresentação no dia dos Gatos Pelados, mas discussões que perduravam até a realização de outra Passeata...

Algumas fotos que serão apresentadas a seguir aparecem carimbadas, demonstrando sua importância para o Grêmio: eram documentos registrados em cartório, conforme depoimentos de alunos da época.

Foto é só fachada

Foto 80%...

foto a ilusão / a realidade

foto elas estão desesperadas

foto elas fugiram de novo

A figura símbolo do Colégio Pelotense até os dias de hoje é o gato criado por Aldyr Schlee:

“Essa figura do gatinho fui eu que desenhei. Era o modelo da época. Quer dizer, era aquela coisa de fazer o animal (era Disney, Disney puro) antropomórfico, vamos dizer assim. O gatinho era um gatinho nojento, cretino, de “pince-nez”, de gravatinha tope, para se opor à galinha gorda. É quase uma figura humana [...] Os quadros das Passeatas deviam ser simples, sem muita informação, só para o cara ver e se não entender, perguntar para os que estavam ao lado, para que todos rissem juntos. Essa era uma teoria que tentávamos seguir na elaboração dos quadros: muita simplicidade nos traços e nas mensagens...”

Foto Gonzaga procura adversários

foto que escassez...

Na primeira foto, o cartaz retrata com ironia o fato de o Gonzaga, na impossibilidade de jogar com o Pelotense, ter de buscar como adversário o Colégio Sallis Goulart, que não possuía a mesma representatividade e importância do Pelotense. Depois de disputado um Pe-Gon, havia muitas dificuldades de os alunos conseguirem organizar outro, pois o resultado indubitavelmente trazia conflitos de difícil solução entre os representantes dos Grêmios das duas escolas. E, dessa forma, o Colégio campeão mantinha seu status por mais tempo, como afirma o aluno da década de 1950, Darcy Rebelo: *“quando fui Presidente do Grêmio, não consegui negociar um Pe-Gon. Mas não fiz muita força. O último, alguns anos antes, fora por nós vencido. E aquela glória era o martírio do Gonzaga e o nosso gozo permanente...”* (AMARAL, 2002, p. 91).

A segunda foto ironiza o fato de o Gonzaga, por ser um colégio masculino, ter como candidata à rainha da UPES (União Pelotense dos Estudantes Secundaristas) uma aluna do Colégio Pelotense.

Foto garagem de portas abertas

Esse era um quadro que, segundo os entrevistados, foi apresentado em diversas Passeatas. É mais uma crítica ao bispo D. Antônio, que circulava pela cidade em seu carro, importado dos Estados Unidos. Segundo Claudiomar Barcellos,

“o bispo tinha ido aos Estados Unidos e trouxe de lá, na época, o que foi um furor aqui em Pelotas, um “rabo de peixe”, um carro último modelo. Conversível, preto, parecia o carro do “batman”, e ele andava desfilando com esse carro para cima e para baixo. E aí não teve dúvidas, na primeira passeata depois que ele apareceu com esse carro, nós fizemos esse quadro.”

O quadro era, também, uma alusão ao programa que havia na rádio Tupanci “A Igreja de Portas Abertas”, apresentado por três padres bastante conhecidos na cidade: Ozi, Farina e Jaime Chemello. O primeiro, anos mais tarde, causou muita polêmica por sua ligação com o carnaval pelotense e, mesmo sendo padre, chegou a liderar um bloco carnavalesco. Farina e Chemello foram professores no Colégio Pelotense, sendo que Jaime Chemello assumiu o bispado de Pelotas após D. Antônio.

Nesses quadros fica comprovado que as críticas também faziam referências às questões relativas ao próprio Colégio Pelotense, o que reforça a idéia de “espírito livre” dos Gatos Pelados. Conforme Aldyr Schlee,

“no Colégio, havia dois motivos que nos ligavam fortemente a ele: o comprometimento com a sua própria existência e a Passeata do Gato Pelado. Através dela podíamos botar pra fora o que nós pensávamos do mundo, da vida. Incluía, fundamentalmente, o que nós pensávamos da nossa Escola. E a nossa Escola tinha que ser coerente, corresponder àquele padrão, que era o padrão que nós desejávamos para a vida, para a sociedade e para o mundo. Essa visão de mundo claro que era limitada a visão de jovens de 2º grau. Mas a nossa visão de mundo tinha esse compromisso! A Passeata era um instrumento político para nossas cobranças...”

Foto abacaxi

foto sonho dos professores

Foto novo ônibus

foto diretor do Pelotense

A caracterização dos participantes das Passeatas denota a irreverência que lhes era peculiar.

Foto miss Pelotas

foto e o índice aumentou

Foto viva a democracia nos E. U.

Os Gatos Pelados na Passeata de 1953.

Foto trabalho

Foto crianças do Brasil

Foto iluminação do sesqui

Foto alunos c/ penico na cabeça

Na primeira foto aparecem críticas ao processo de mudança pelo poder público, do fornecimento de energia elétrica que estava a cargo da empresa Light and Power.

Sobre a segunda foto, Claudiomar Barcellos relata:

“nas passeatas cada grupo de alunos geralmente, ficavam por amizade, grupinhos e, também, por aulas. Num ano, como estava dando aquele filme que foi muito badalado (naquele tempo não tinha televisão) foi badaladíssimo, foi o “QUO VADIS”. Então o que a gurizada fez? Uma turma lá, uns vinte ou trinta mais ou menos fizeram umas roupas de papelão, umas roupas de romanos, vestidos de romanos. E os capacetes eram penicos velhos. Os capacetes eram penicos, urinóis, e eles empunhavam espadas de pau... E na frente do grupo ia uma faixa dizendo o que era aquilo ali, o que eles estavam representando, que era o filme QUO VADIS. Então formavam-se grupos sobre determinado tema, as vezes eram grupos pequenos, as vezes eram grupos grandes, enfim... e uns saíam avulsos, solitários numa fantasia lá qualquer... tinham essa liberdade... Alguns se vestiam de mulher para criticarem alguma coisa ...”

Foto Última Hora

Aqui uma crítica ao jornal pelotense “Última Hora”, cuja matérias primavam pelo que os Gatos Pelados consideravam “sensacionalismo barato”. Observando mais atentamente essa foto pode-se chegar a detalhes da Pelotas do início dos anos de 1960: à esquerda vê-se a Kombi com alto falante trazendo uma propaganda da “Casa Paris”, importante loja de tecidos da cidade. Observa-se que a foto foi tirada na quadra principal da rua 15 de Novembro, vendo-se ao fundo em seqüência, da direita para a esquerda, os prédios: da Farmácia Gurvitz, que se localizava em um dos bonitos casarões no entorno da Praça Cel. Pedro Osório,

lamentavelmente demolido; o então moderno edifício do Rex Hotel e a Bibliotheca Pública Pelotense.

Foto aquilo era passeata dos bichos....

Nesse quadro há uma referência direta à “Passeata dos Bichos” de Porto Alegre. É provável que aquela Passeata, assim como a dos Gatos Pelados, tenha começado seus desfiles no mesmo período – década de 1930. Sabe-se que muitos Gatos Pelados dirigiam-se para a capital para realizarem seus estudos de nível superior e, possivelmente, para lá levavam suas experiências sobre essas interessantes práticas culturais. Sobre o assunto nos diz Claudiomar Barcellos:

“As passeatas eram algo espontâneo dos estudantes. Havia passeatas lá em Porto Alegre. A passeata dos universitários, chamavam “Passeatas dos Bichos”. E as nossas tinham mais ou menos o mesmo caráter das “Passeatas dos Bichos”. E era uma coisa que movimentava Porto Alegre, porque ficava apinhado de gente na rua para ver essas Passeatas...Aquele juventude estava vibrando com coisas boas, aquelas críticas...tem até aquela frase latina que diz “ridet castigate moris”, ou seja, “rindo nós castigamos os maus costumes”. Então é a maneira que eles tinham... como não podiam pegar em armas para ir contra a corrupção, contra os políticos corruptos e os governantes, então se ria deles, era uma arma...”

Nos cartazes retratados a seguir aparecem referências à conjuntura internacional no período da Guerra Fria. Percebe-se que as críticas dos Gatos Pelados recaíam tanto para a atuação dos Estados Unidos como para a União Soviética.

Foto o muro de Berlim

foto em Cuba

Foto democracia nos EUA

foto Aliança pra o Progresso

Foto defendemos o direito

foto a sombra da OEA

Foto e o fantasma...

Foto governos democráticos

Foto próximas visitas

foto história da humanidade

Nesses quadros, uma alusão à atuação do governante soviético Nikita Krutchev e à relação de Cuba com a União Soviética no contexto da Guerra Fria.

Foto no mais.....

Foto fica quieto.....

Em muitos quadros aparecem críticas ao capitalismo internacional e ao processo de descolonização africano. Mas, segundo afirmam os entrevistados, eles não retratam a politização e o conhecimento conjuntural por parte da maioria dos Gatos Pelados. Muitos desconheciam o conteúdo dos cartazes que empunhavam. Eles refletiam, isso sim, o conhecimento e o posicionamento daqueles poucos alunos (e ex-alunos) que os elaboravam. Mas não restam dúvidas de que agradavam ao público que assistia e aplaudia sua apresentação e que era unânime em afirmar que “tais críticas só poderiam vir de Gatos Pelados...”.

Foto libertação africana

foto Salazar.....

Foto Argélia França

Foto realidade.....

Aspectos do contexto nacional eram demonstrados de maneira jocosa e inteligente.

Foto falta de quorum

foto eu nasci em...

Foto nordeste brasileiro

foto aqui eles sobem mais.....

O político Jânio Quadros ao desistir da presidência do Brasil, em 1961, foi um precioso alvo dos Gatos Pelados na Passeata daquele ano.

Foto circo....

foto se ganhar.....

Foto renúncia...

foto Jânio dividido...

Foto pois é companheiro.....

foto aí kid Brizola

Aqui é apresentada crítica ao posicionamento da Igreja em relação ao comunismo e à postura do político Leonel Brizola. Sobre os quadros, Aldyr Schlee comenta:

“ ‘LB’ é o Leonel Brizola conversando com o D. Antônio... Acho que esse quadro é em alusão ao fato de que o bispo teria dito que o Brizola era comunista (vermelho). E o Brizola se defende dizendo que era torcedor do colorado... Quando a caricatura não saía boa, nós colocávamos as iniciais ou o nome inteiro do personagem...”

Críticas a situações do cotidiano político da cidade eram sempre apontadas nos quadros das Passeatas.

Foto eleições prometedoras

foto trabalhos na câmara

Foto audiências públicas

foto câmara de vereadores

Da mesma forma, assuntos que foram notícia ao longo do ano, na cidade, mereciam especial atenção dos Gatos Pelados: a demora na construção da ponte sobre o canal São Gonçalo, localizado na rodovia entre as cidades de Pelotas e Rio Grande; a grande quantidade de engraxates na praça; a situação da saúde no município;....

Foto a ponte....

Foto ambulância

Foto na praça...

Foto negócio tríplice

... as condições do fornecimento de energia elétrica e o abigeato...

Foto terá isto....

foto passe do Pelé

... os bailes que ocorriam no Teatro Guarani ...

Foto geral do Guarani

foto bailes do Guarani

Sobre a segunda foto, Aldyr Schlee comenta:

“Isso aqui é uma total demonstração de preconceito... como eu era preconceituoso... Aqui em Pelotas os primeiros bailes de carnaval abertos ao público em geral aconteceram no Guarani. Então as esposas começaram a aceitar com liberalidade que os maridos até fossem para ver como é que eram os bailes que aconteciam no carnaval. E nesse ano (que eu não me lembro mais que ano era) o baile de escolha da miss Pelotas, ao invés de ocorrer em algum clube da cidade, foi realizado no Guarani.”

... ao homossexualismo, ao futebol e ao turfe pelotense.

Foto Pelotas precisa exportar

Foto turfe pelotense

foto futebol pelotense

Pelos quadros a seguir percebe-se a preocupação de quem os elaborou em denunciar situações problemáticas por que passavam algumas faculdades de Pelotas. Não passa despercebida a idéia de que essas críticas à realidade retratada, provavelmente, tenham vindo de ex-alunos que já vivenciavam esses problemas.

Foto comodismo ...

foto aulas de matemática

Foto professor qual é a sala

foto quero fazer minha inscrição

Foto Fac. de Medicina Católica

Foto caríssimos irmãos

Foto Pelotas tem 2 Fac....

Foto Alunos da Medicina

CONCLUSÃO

No período que abrange esse estudo, ou seja, décadas de 1930 a 1960, a cidade de Pelotas buscou adaptar-se a uma outra realidade econômica e política, ainda com um clima de saudosismo em relação à pujança econômica e à representatividade política que possuía no passado. O comércio, juntamente com o sistema de prestação de serviços – destacando-se a saúde, a educação e os serviços financeiros – tornam-se as atividades econômicas mais significativas da cidade.

Diante da clara decadência econômica de Pelotas, a difusão da instrução escolar em todos os níveis passa a ser considerada uma estratégia fundamental na manutenção da tão propalada “civilidade” dos pelotenses.

Pelo que se pode constatar, nesse período havia na cidade uma boa estrutura educacional e cultural que atendia à demanda pelo ensino primário, secundário, técnico e superior, tanto no que se refere à instrução pública laica, quanto à instrução privada (particularmente vinculada a credos religiosos).

Dentre as escolas de ensino secundário, as duas mais importantes eram o Gonzaga e o Pelotense. Essas instituições serviram para consolidar o catolicismo e o laicismo no campo educacional numa época em que na cidade ainda eram explícitas as rivalidades entre católicos e anti-clericais e, em nível nacional, assistia-se ao embate de dois grupos antagônicos que propunham reformas na educação nacional: os católicos e os liberais (laicistas).

Através de uma visão que privilegia a *participação discente*, nesse estudo foram analisados aspectos que sustentaram as diferenças ideológico-educacionais existentes entre o Gonzaga e o Pelotense. Conclui-se, inicialmente, que nas duas escolas eram propiciados aos alunos espaços para o desenvolvimento de práticas culturais fora do âmbito da sala de aula, embora defendessem propostas pedagógicas diferentes.

As apresentações artístico-culturais dos alunos, envolvendo desfiles nas ruas, a música, o canto, as declamações, os discursos e o teatro, assim como a imprensa estudantil, foram bastante incentivadas tanto no Colégio Gonzaga quanto no Pelotense, desde a sua fundação. Essas práticas, que faziam parte das festas escolares, eram momentos de ruptura da rotina dos estudos e do trabalho em sala de aula, sendo realizadas por motivos profanos, no Pelotense e, predominantemente religiosos, no Gonzaga, mas em ambos, o nacionalismo, especialmente a partir do Estado Novo, é motivo de comemorações e homenagens.

Nas duas escolas festejava-se regularmente as efemérides cívicas nacionais, como as proclamações da independência política do país e da República, o “descobrimento” da América, a abolição da escravatura e os dias da bandeira e de Tiradentes. Era comum que, nessas ocasiões, os batalhões ginásiais junto com representantes de outras escolas e com o batalhão militar, desfilassem pelas principais ruas da cidade.

Embora a instrução militar fizesse parte do currículo dos dois Colégios, era no Gonzaga, em função do valor atribuído em seu projeto político-pedagógico à disciplina, ao comportamento e à ênfase dada a um organizado sistema de premiação e emulação, que se pode constatar, de forma mais explícita, o regime quase militar reinante na instituição escolar. Não que esses aspectos não fizessem parte do projeto político-pedagógico do Pelotense, mas o valor a eles atribuído era bem menor, se comparado ao Gonzaga.

A edição de impressos estudantis foi também incentivada nas duas instituições educacionais. Nessas publicações periódicas, os alunos não são os únicos colaboradores. Pode-se observar muitas manifestações de professores, diretores das escolas, leigos, religiosos, associações e instituições que expõem seus anseios, suas preocupações sociais, seus antagonismos e filiações ideológicas, suas experiências concretas e perspectivas futuras em relação às práticas escolares. É importante salientar a participação dos alunos egressos, através de textos que remetem ao “seu tempo” na escola. Tal fato representava

um incentivo a que os alunos continuassem a compartilhar as experiências passadas e os valores transmitidos pela instituição escolar buscando orientá-los, especialmente, nos momentos de dificuldades por eles enfrentadas.

De uma maneira geral, nesses impressos é possível observar-se valores, costumes e interesses que balizavam as relações dos estudantes, bem como os reflexos das apropriações feitas a partir da cultura escolar da instituição à qual estavam ligados.

Ao longo deste estudo foram abordadas, também, questões que diziam respeito às atividades dos grêmios estudantis do Pelotense e do Gonzaga. É importante observar que estas questões não podem estar dissociadas do fato de se tratar de uma escola pública de ensino laico e de uma escola católica, em que determinadas atividades realizadas pelos alunos recebiam maior ou menor incentivo das respectivas direções.

Um aspecto da cultura escolar do Pelotense e do Gonzaga bastante significativo é a continuidade da participação dos alunos egressos em diversas atividades das duas Instituições. Seja através das Associações de Antigos alunos, seja – especificamente no caso do Pelotense – através do grande número de ex-alunos que compunham seu corpo docente.

Pode-se afirmar que a estreita ligação dos egressos com o estabelecimento escolar e com os valores lá compartilhados, valores esses ligados ao catolicismo, no caso do Gonzaga, ou contrários a ele, no do Pelotense, compõem o rol de especificidades que marcam a singularidade dessas escolas.

E, no caso do Pelotense, os professores que haviam ali estudado tiveram papel fundamental no incentivo a um verdadeiro culto às tradições e à memória dos feitos da Instituição e daqueles que por ela passaram, propiciando as condições para que permanecesse e fosse sendo transposto às novas gerações o “espírito Gato Pelado”.

No que se refere às organizações estudantis, ressalta-se que as do Colégio Gonzaga se diferenciam das do Pelotense. No Pelotense, embora os estudantes em determinados períodos tivessem suas atividades fiscalizadas ou

fortemente censuradas por parte de autoridades municipais, da direção do Colégio e de seu corpo docente, os alunos não abriam mão da autonomia e independência, continuando, até mesmo, a reunir-se fora da Escola, em algumas ocasiões.

Já no Gonzaga, sendo ele um estabelecimento de ensino católico, a idéia de organização hierárquica permeava toda a sua cultura escolar. O olhar vigilante dos Irmãos, com sua presença controladora, estava presente tanto junto às organizações estudantis, quanto nas associações católicas, no Grêmio de Estudantes, no Corpo Cênico e no time de futebol. Se não havia um representante religioso organizando e orientando as atividades fora do âmbito da sala de aula, lá estavam os leigos, geralmente ex-alunos, que prontamente se dispunham a acompanhar os alunos. Inclusive nas associações estudantis, a presidência de honra cabia a um Irmão lassalista. Tal postura tinha como objetivo conduzir o corpo discente à produção esperada, evitando possíveis “desorientações” que pudessem ser perniciosas à formação dos alunos.

No Pelotense, o fato de tradicionalmente a escola ter uma postura mais “irreverente” (entenda-se anticlerical e de origem maçônica) por parte do próprio corpo docente, a participação política de seus alunos, principalmente através do Grêmio, não chegava a sofrer muitas restrições. No entanto, quando tal fato ocorria, havia um envolvimento da imprensa e da própria comunidade pelotense. Mas não deve ser esquecido que o espírito crítico dos alunos se desenvolvia em uma instituição educacional que tinha a pretensão de ser “moderna”, mas que ainda guardava muito do positivismo maçônico.

Como se constata, o Gonzaga foi, em diferentes épocas, um importante instrumento na disseminação da ideologia católica junto a meninos e rapazes de vários segmentos sociais. Sua ação educacional e evangelizadora se dava através da atuação dos Irmãos lassalistas nos cursos do próprio Gonzaga e nas associações religiosas que ali se formavam, compostas pelos alunos de classes sociais de maior poder aquisitivo. Em contrapartida, sua ação se desenvolvia também através do trabalho dos Irmãos junto à escola gratuita que mantinham

para atender alunos carentes e da atividade caritativa e evangelizadora dessas associações de leigos. Essa escola, no entanto, oferecia ensino somente primário, como “bem deveria ser” o ensino destinado às classes populares.

Dessa forma, propunham-se a educar novas gerações formando, junto às elites, lideranças católicas que se dirigiam aos cursos superiores e que se encaminhariam como profissionais liberais ou trabalhadores em empresas privadas ou órgãos públicos. E, junto às classes menos privilegiadas, visavam a formação de “bons trabalhadores”, obedientes e responsáveis em relação às suas obrigações cristãs. Essa era uma forma de reforçar o *habitus* de cada classe através da existência de duas escolas específicas onde eram ministrados diferentes saberes e práticas escolares. Buscavam, assim, vincular o catolicismo à organização social, cultural, econômica e política da comunidade pelotense. Os Colégios religiosos, tanto os pagos quanto os gratuitos, visavam a formação de indivíduos letrados, católicos, patrióticos, ordeiros, dóceis e úteis, enquadrados à sua classe social.

Tendo por base depoimentos de ex-alunos sobre aspectos curriculares e organizacionais, o Gonzaga poderia ser definido como “uma escola organizada onde tudo funcionava muito bem”, com uma disciplina exemplar, imposta pela vigilância e autoridade dos Irmãos. Uma escola que propiciava um “meio seguro de aprendizagem e formação” num prédio com dependências amplas e modernas. Uma escola cristã destinada àqueles que podiam pagar e que se sujeitavam às suas regras bem definidas, em relação ao processo de ensino no qual incorporava-se a formação religiosa e comportamental oferecida aos alunos.

Ao mesmo tempo, os relatos sobre o Pelotense indicam que essa Instituição também propiciava um meio seguro de aprendizagem e formação dos alunos, embora sob condições adversas, tais como: a inadequação do prédio, o fato de muitos professores não terem formação pedagógica e serem mal remunerados, dentre outros.

O Colégio Pelotense, como uma instituição sob a administração pública municipal, manteve particularidades ocultas e/ou manifestas de influência maçônica e positivista. Sem perder de vista o caráter de “instituição moderna”,

motivo de orgulho da comunidade, em diferentes épocas, essa influência produziu sentidos diversos a partir das urgências sócio-políticas geradas em seu momento presente.

Em relação às disputas futebolísticas, é certo que os Pe-Gon's, além de incentivarem a competição entre os alunos e traduzirem um forte vínculo de identidade com os valores que cada escola representava, foram fundamentais na formação dos jovens que passaram por esses educandários, especialmente daqueles que participavam dos Grêmios estudantis. Pode-se destacar ao menos dois fatores que tiveram as disputas futebolísticas como geratriz.

O primeiro, diz respeito a todo um envolvimento e um aprendizado que extrapolava os limites da sala de aula e pouco tinha a ver com a tradicional formação escolar. Trata-se desde o gerenciamento, com todos os desdobramentos desse importantíssimo evento esportivo-cultural em que se transformaram os Pe-Gon's, até o desenvolvimento das habilidades necessárias à defesa e manutenção de seus posicionamentos diante de toda a sociedade pelotense. Para tal, certamente, era preciso mais do que simples *arrobos juvenis*. Fazia-se necessário construir uma argumentação sólida, demonstrar uma firmeza de princípios e manter um senso de responsabilidade e cooperação que os impelia a ultrapassarem os limites inerentes à sua pouca idade.

O segundo, tem a ver com todos os ritos que estimulam o sentimento individual de pertença e que dão força à ação do grupo, do coletivo. A escolha e o convite oficial à madrinha do time, as negociações para a realização dos jogos, as reuniões para definir estratégias de defesa e/ou ataque, certamente têm papel fundamental na difusão e manutenção desse sentimento que transmite um aprendizado que irá permanecer em boa parte dos indivíduos que o vivenciaram.

No longo espaço de tempo que abrangeu esse estudo houve muitas mudanças no corpo docente e no corpo discente das duas escolas. Várias reformas educacionais se sucederam; a conjuntura política e econômica também sofreu muitas mudanças. Mas é notório que, por várias gerações, ser Gato-Pelado ou Galinha Gorda representou uma certa cumplicidade, um forte sentimento de ligação à escola e aos valores lá compartilhados. Representava, também, ao

menos para alguns, um compromisso de oposição aos valores católicos e aos valores vinculados ao ensino laico, que alicerçava toda uma rivalidade entre os alunos e que acabou perdurando por décadas.

Ressalta-se a importância tanto para os alunos do Gonzaga quanto para os do Pelotense, dos espaços em que se desenvolveram práticas culturais que extrapolaram a sala de aula e propiciaram possibilidades de vivências e superações de conflitos, que certamente têm papel fundamental na produção do conhecimento sobre a realidade. Nesse sentido, cabe ressaltar positivamente a possibilidade de organização e atuação desses estudantes em torno de seu Grêmio, com mais destaque no Pelotense, e das associações religiosas, no Gonzaga. Certamente o envolvimento nessas práticas influenciou fortemente no encaminhamento pessoal e profissional de muitos alunos egressos.

Mas, como as práticas culturais eram diferenciadas nas instituições educacionais, os alunos desenvolveram *habitus* também diferenciados. Em relação aos alunos do Pelotense, inclusive, esse *habitus* passou a ser reconhecido na própria comunidade como o “espírito Gato Pelado”. Esse “espírito” foi sendo forjado, inicialmente, num espaço em que o ensino se propunha laico e os jovens eram selecionados através de rigorosos exames de ingresso, o que muito provavelmente lhes conferia uma unidade cultural e social que já os diferenciava dos alunos dos demais estabelecimentos de ensino da cidade. Diferentemente dos Galinhas Gordas, suas manifestações irreverentes extrapolavam os muros do colégio e tomavam conta de vários espaços sociais e culturais da cidade, o que reforçava ainda mais esse *habitus*. Enquanto os Gatos Pelados marcavam seus posicionamentos em público, principalmente através de suas Passeatas, os “obedientes” Galinhas Gordas submetiam-se às orientações dos Irmãos que não permitiam a realização do que poderiam ser as “Passeatas dos Galinhas Gordas”. Havia, quando muito, alguma troca de insultos ou empurrões entre os alunos dos dois educandários quando a Passeata dos Gatos Pelados passava pelo Colégio Gonzaga.

Na realidade, as Passeatas dos Gatos Pelados eram um carnaval de inverno, com dois diferenciais: havia duas instituições de ensino como referência, e argumentos sociais, políticos e ideológicos, interpretados de forma jocosa, como enredo. O motivo que movia a imensa maioria, tanto dos que participavam quanto dos que assistiam às Passeatas, era simplesmente a diversão, não havendo, via de regra, engajamento maior ao conteúdo de muitas das críticas apresentadas.

É de se observar o fato de que o “espírito Gato Pelado”, entendido como o *habitus* desenvolvido nessa Instituição Escolar, permaneceu mais forte e mais duradouro na lembrança não só dos alunos egressos como da própria memória coletiva de Pelotas. Talvez isso se deva ao fato de o Pelotense ser uma “escola de Pelotas”, gestada aqui, mantida pela municipalidade e pelo trabalho de um seleto corpo docente constituído pelo que de melhor a terra possuía em termos de intelectualidade. Já o Gonzaga, seguia orientações que eram similares a muitas das instituições de ensino ligadas à Igreja Católica. E os professores, por sua vez, eram Irmãos pertencentes a uma ordem religiosa, portanto, “estranhos à comunidade”, pois eram oriundos de outras localidades.

Mas, certamente o resultado da pesquisa realizada, transposto neste trabalho, comprova a grande importância destes dois educandários não só na formação de seus alunos, mas na vida da comunidade e no próprio desenvolvimento da cidade de Pelotas.

Isso em função de dois fatores, a meu ver, fundamentais: em primeiro lugar, as duas instituições tinham projetos pedagógicos extremamente bem definidos e alicerçados sobre princípios claros e firmes, os quais eram compartilhados por todo o corpo docente e cobrados incisivamente dos alunos. Em segundo lugar, destaco o grande número de atividades extra-curriculares que envolviam a todos que comungassem do ideário de cada uma das instituições, confirmando que o papel da escola na formação de seus alunos transcende à mera transmissão de conhecimentos. Portanto, aos alunos que desenvolvem práticas culturais fora dos limites da sala de aula, são propiciadas vivências e possibilidades de superação de conflitos, que acabam por produzir o

conhecimento da realidade. E, indubitavelmente, tais vivências se refletem de maneira positiva no encaminhamento futuro dos alunos egressos.

Os aspectos da história e da cultura do Gonzaga e do Pelotense aqui apresentados representam um pequeno fragmento de sua vida institucional, de forma a buscar que o olhar *interpretativo* superasse o *descritivo* de natureza homogênea e linear, não perdendo de vista a idéia de que a trajetória institucional não se limita a uma seqüência de datas “marcantes”, em que os fatos se desenrolam por si só no tempo.

Em relação ao significado e aos desdobramentos da rivalidade dos Gatos Pelados e dos Galinhas Gordas, questão que orientou o desenvolvimento desse estudo, pode-se afirmar que ela resultou da disputa política e ideológica, conseqüência de situações da conjuntura não só nacional como internacional, que envolviam a Igreja e a Maçonaria. E, mais além, dois projetos distintos para a manutenção da organização social vigente: um conservador, que pressupunha as imbricações entre Estado e Igreja, e outro alicerçado no ideário liberal, positivista e anti-clerical, que pretendia a modernização, laicização e secularização da sociedade. De qualquer modo, tanto um quanto outro eram projetos defendidos pelos segmentos mais privilegiados social e economicamente.

As disputas entre os Gatos Pelados e os Galinhas Gordas confirmam essa compreensão. Trata-se de alunos de duas instituições escolares que atendiam as elites, estabelecidas ou emergentes, respaldados por um ideário conservador e por um ideário com pretensões modernizantes.

Os desdobramentos dessa rivalidade, que passaram a fazer parte da cultura urbana de Pelotas, acarretaram pontos positivos, como a valorização do sentimento de pertencimento a um grupo assim como a participação da comunidade com relação às atividades escolares. Isso pode ter contribuído com a importância que a comunidade dá até hoje à formação escolar, provavelmente colaborando com a característica atual da cidade de ser um pólo educacional que conta com duas universidades, fruto de interesses ligados ao catolicismo e ao ensino laico.

Certamente não pode passar despercebido que a grande consequência da disputa que se estabeleceu entre o Pelotense e o Gonzaga foi a busca de superação da escola opositora, através da qualidade do ensino ministrado. Isso as impulsionou a um aprimoramento constante e, conseqüentemente, resultou, resguardadas as diferenças de suas propostas de ensino, em duas escolas de excelência para os padrões da época.

FONTES DE PESQUISA

1. Entrevistas

- AMARAL, Anselmo. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Porto Alegre, 13.06.2000.
- AMARAL, Paulo Brasil. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 15.02.2002.
- ARRALDI, Raimundo. Entrevista concedida a Gladys Lange do Amaral. Pelotas, 06.05.2003
- AZAMBUJA, Flávio Kramer. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 05.12.2000.
- AZEVEDO, Julieta Teles. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 30.09.1998.
- BARCELLOS, Claudiomar. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 29.08.2000.
- ESTEVES, Wanisa. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 26.10.2000.
- FONSECA, Francisco Louzada Alves da. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 21.03.2002.
- FREITAS, Luís Fernando Lessa. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 25.05.2000.
- LESSA, Luís Carlos Barbosa. Entrevista concedida a Gladys Lange do Amaral. Pelotas, 22.10.2001.
- ROCHEDO, Iara. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 23.08.2000
- ROHNELT, José Luís. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 23.05.2000.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 22.08.2000.
- SCHLEE, Aldyr. Entrevista concedida a Giana Lange do Amaral. Pelotas, 16.11.2000.
- VIDAL, Francisco. Entrevista concedida a Gladys Lange do Amaral. Pelotas, 05.05.2003.
- WREGGE, Lindolfo Alberto. Entrevista concedida a Gladys Lange do Amaral. Pelotas, 10.05.2003.

2. Depoimentos por escrito

- BENDJOUYA, Isaac. Texto escrito em 09.11.2002.
- ROCHEFORT, Clair. Texto escrito em 09.07.2000.

3. Fotografias

250 fotografias (selecionadas para este estudo).

4. Periódicos estudantis

- “O Estudante”:

- **1934** - Ano I, n^{os} 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
- **1935** - Ano II, n^o 12
- **1946** - Ano V, n^{os} 1, 3, 4, 5
- **1947** – Ano VI, n^{os} 1, 2, 3, 4, 5, 6
- **1948** – Ano VII, n^{os} 2, 3 e edição extra
- **1949** – Ano VIII, n^{os} 1, 3
- **1952** – Ano XII, n^{os} 1, 2
- **1956** – Ano XVI, n^o 1
- **1957** – Ano XXIII, edição extra
- **1960** – Ano XXIV, s/n^o
- **1961** – Ano XXV, s/n^o

“Ecos Gonzagueano”:

- **1943** – Ano I, n^{os} 1, 2, 3, 13, 14
- **1944** – Ano II, n^{os} 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15
- **1945** – Ano III, n^{os} 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16
- **1946** – Ano IV, n^{os} 1, 2
- **1948** – Ano V, n^o 1
- **1949** – Ano V (?), n^o 6 (extra)
- **1949** – Ano VI, n^{os} 1, 2, 3, 4
- **1950** – Ano VI (?), n^{os} 1 (extra), 2 (extra), 3
- **1955** – Ano VII, n^o 2, 3
- **1956** – Ano VIII, n^{os} 1, 2
- **1958** – Ano XV, n^o 3
- **1960** – Ano X(?), n^o 1
- **1961** – Ano XI, n^o 1
- **1962** – Ano XII, n^o 2

- **1963** – Ano XXI (?), nº 1
- **1964** – Ano XXII, nº 1, (s/nº)
- **1970** – Ano XXVII, nº 1

5. Jornais e periódicos

- A Opinião Pública (1914-1915)
- A Palavra (1912-1959)
- Correio Mercantil (1913-1914)
- Diário Popular (1902-1928)
- Jornal da Manhã (1923)
- O Liberal (1914)
- O Libertador (1926)
- O Rebate (1914)
- O Templário (1920-1935)

6. Álbuns e almanaques

- Álbum de Pelotas*, Centenário da Independência, 1922
- Almanaque de Pelotas*, de Florentino Paradera, de 1913 a 1932

7. Anais, atas e relatórios

- ANAIS DO SEMINÁRIO “PEDAGOGIA DA IMAGEM, IMAGEM DA PEDAGOGIA”.
Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação,
Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996.
- ANAIS DO VII ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. “Pesquisa em História da Educação: perspectivas
comparadas”. ASPHE. Pelotas, 03 e 04 de maio de 2001.
- ANAIS DO 1º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA.
“História Política da Maçonaria”. Rio de Janeiro - 19 a 21 de março de 1981.
IV vol.
- ANNAES DE CONGRESSO MAÇÔNICO, 1º vol. Rio de Janeiro. 07 a 13 de
Janeiro de 1925.
- BENIMELI, J.F. Relaciones Iglesia Catolica - Masoneria. In: *História Política da
Maçonaria - Anais do 1º Congresso Internacional de História e Geografia*. Rio
de Janeiro - 19 a 21 de março de 1981. Academia Maçônica de Letras.

- CHAVES, Antônio J. Q. *Estrada de ferro Pelotas a Santa Maria*. Diário Popular: Pelotas, 1930.
- FELIPPE, Rocco. *Relatório da gestão de 1923 a 1924. Loja Fraternidade de Pelotas*. Livraria Commercial - Meira & C. Pelotas. 1924.
- FELIPPE, Rocco. *Relatório da Gestão de 1923 a 1924. Loja Fraternidade de Pelotas*. Livraria Commercial - Meira & C. Pelotas. 1925.
- HISTÓRICO DO COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE, 1952, (mimeo).
- LIVRO DE ATAS DO “COMITÊ PRÓ-LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA”, de 1931 a 1933.
- LIVRO DE ATAS DO GRÊMIO DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE, de 1928 a 1960.
- NÓVOA, António. *História da Educação*. Relatório da disciplina de História da Educação, apresentado no âmbito das provas para obtenção da agregação, 2º grupo Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1994.
- RELATÓRIO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL EM 20.09.1914 PELO INTENDENTE ENG. CYPRIANO CORRÊA BARCELLOS.

8. Outros

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Educação no Brasil: História e Historiografia”. SBHE - Sociedade Brasileira de História da Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 06 a 09 de novembro de 2000. (CD)

9. Livros, teses, dissertações e artigos

- ABREU, Alzira Alves de. *Intelectuais e Guerreiros: O Colégio Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992.
- ALVES, Nilda. *O espaço escolar e suas marcas: o espaço como dimensão material do currículo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- AMARAL, Giana Lange do. O caráter ideológico da pesquisa. In: “*Nossas Trilhas*”, FaE/UFPel, 1996.
- AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva Publicações, 1999. (Série História da Educação em Pelotas, nº 1).
- AMARAL, Giana Lange do (org.). *Gymnasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: entre a memória e a história (1902-2002)*. Pelotas: Educat, 2002.
- ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada – Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

- ANDRÉ, Marli, LUDKE, Menga. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. Temas Básicos de Educação e Ensino. E.P.U., 1994.
- APPLE, Michel. *Ideologia e Currículo*. Ed. Brasiliense. 1982
- APPLE, Michel, GIROUX, Henri. *Educação e as Teorias da Resistência*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- APPLE, Michel. *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas., 1989.
- ARAÚJO, José C. S. e outros. Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: A Revista A Escola (1920-1921). In: *História da Educação/ASPHE*. FaE/UFPel. Nº3, vol.2. Abril,1998. Ed. da UFPel.
- ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano*. Pelotas, Editora Armazém Literário, 1994.
- AZEVEDO, Fernando de. *A educação e seus problemas*. 2º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- AZZI, Riolando. *Os salesianos à luz da história*. São Paulo: Salesianas Dom Bosco, 1983.
- AZZI, Riolando. *História da educação católica no Brasil. Contribuição dos Irmãos maristas: 1887-1987*. São Paulo, Simar, 1997.
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira. *Estado Novo e Escola Nova: práticas e políticas de educação no Rio Grande do Sul – de 1937 a 1945*. Porto Alegre, 1987, (dissertação de mestrado).
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BARREIRA, Luiz Carlos. *História e Historiografia: as escritas recentes da História da educação Brasileira (1971-1988)*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BARRETO, Álvaro. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os círculos operários (1932-1935)*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre. UFRGS, 1996.
- BARRETO, Célia de Barros. Ação das Sociedades Secretas. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, 1º vol. São Paulo: Difel, 1976.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. *Professorinhas da nacionalização: a representação do professor riograndense na Revista do Ensino*. Em Aberto. Brasília, ano XIV, nº 61, jan/ar de 1994, p. 135-143.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. A edificação modélica do professor cidadão: a imprensa (in)formando um discurso sobre *ser docente*. In: *Revista Veritas*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.43, nº especial, dezembro, 1998, p. 159-163.
- BENIMELI, J.F. CAPRILE,G. ALBERTON,V. *Maçonaria e Igreja Católica: Ontem, Hoje e Amanhã*. 2º ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

- BENITO, Agustín Escolano. *Tiempos y espacios para la escuela – ensayos históricos*. Editorial Biblioteca Nueva, S. L., Madrid, 2000.
- BERRIO, Julio Ruiz. *La cultura escolar de Europa – tendências históricas emergentes*. Editorial Biblioteca Nueva, S. L., Madrid, 2000.
- BOEIRA, N. O Rio Grande de Augusto Comte. In: *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 8º ed. Brasília, DF: Editora UNB, 1995.
- BOIS, Guy. Marxismo e Nova História. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BOOM, M, NARODOWSKI, M. *Escuela, Historia y Poder. Miradas desde América Latina*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Novedades Educativas, 1996.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P., PASSERON, J. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOUTIER, Jean [e] JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.
- BRANDÃO, Zaia. *A intelligentsia educacional – um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 1999.
- BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. *A educação negada. Introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo, Cortez Editora, 1991.
- BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. *A escola profissional de São Carlos*. São Carlos: EdUFSCar, 1998.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola do Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. 2ªed. São Paulo: UNESP, 1992.
- BUTELMAN, Ida (org.). *Pensando as instituições: teorias e práticas em educação*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- CAMARGO, Marilena. *“Coisas Velhas”*: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CAMPAGNONI, Ivo Carlos. *História dos Irmãos lassalistas no Brasil*. Canoas: Editora La Salle, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CADERNOS ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, nº 5, setembro, 1993. (Trabalhos apresentados na 15ª reunião anual da ANPEd).
- CADERNOS ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, nº 4, setembro, 1993. (Conferências da 15ª reunião anual da ANPEd).
- CARDOSO, C. F., VAINFAS, R (orgs). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, C. F., MAUAD A M. História e Imagem: os Exemplos da Fotografia e do Cinema. In: CARDOSO, C. F., VAINFAS, R.(orgs.).*Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Cadernos Uso do Impresso nas Estratégias Católicas de Conformação do Campo Doutrinário da Pedagogia (1931-1935)*. Cadernos ANPED, nº 7, dezembro de 1994.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.
- CASPARD-KANYDIS et al. *La presse d'éducation et d'enseignement - XVIII siècle/1940*. Paris, INRP/Éditions du CNRS, 1981.
- CATANI, Denice e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Educação em revista – a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CARTROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra. *Fronteiras do milênio*. Porto alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão e leitura. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 2º ed. São Paulo: Cortez Editora, 1981. (Coleção Educação Contemporânea).
- CHAUVEAU, Agnès. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- COLUSSI, Eliane Lúcia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- COLUSSI, Eliane Lúcia. Os filhos da viúva: uma contribuição ao estudo da Maçonaria no Rio Grande do Sul. In:
- COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- COMPÈRE, Marie-Madeleine. *L'histoire de l'éducation em Europe*. Paris. Institut national de recherche pédagogique, 1995.
- CORSETTI, Berenice. Controle e ufanismo – A escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). In: *História da Educação/ASPHE*. FaE/UFPel. Nº 4, set.1998. Pelotas. Ed. da UFPel.
- CORTEZ, Maria Cecília; SOUZA, Cristiano de. A escola e a memória. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade de São Francisco/EDUSF, 2000.
- CURY, Carlos Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 2º ed. SP: Cortez – Autores Associados, 1984.
- DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. *RS: Economia e política*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação das elites: o Ginásio Catarinense na primeira república*. Florianópolis: cidade Futura, 2001.
- D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro: Editora Espiritualista.
- D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico. Pierre Villar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa; Princípio Científico e Educativo*. 4º ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996. (Biblioteca da Educação. Série 1 Escola; v. 14)
- DE CERTEAU, Michel. *A operação histórica*. In: LÊ GOFF e NORA, Pierre (orgs.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995b.
- DE LOURENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da, (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- DE PAULA, Jesiel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/Editora UNIMEP, 1998.

- DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. Solidariedade, formação do cidadão e seus agentes sociais. In: *Revista Veritas*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.43, nº especial, dezembro, 1998, p.83-89.
- DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. *Impresso: do folheto ao computador*. In: *Revista Veritas*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.43, nº especial, dezembro, 1998, p.141-150.
- DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil*, São Paulo, UNESP, 1996.
- DIEHL, Astor. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EdPUCRS, 1990.
- DIENSTBACH, Carlos. *A Maçonaria Gaúcha - História da Maçonaria e das Lojas do Rio Grande do Sul*. Londrina, PR: Ed. Maçônica "A Trolha" Ltda, 1993. Vols. 1,2,3,4.
- DRHER (org), Martin N. *Populações rio-grandenses e modelos de igreja*. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998
- EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Revista quadrimestral de ciência da educação (CEDES). Campinas, SP: Papyrus, nº 54, abril, 1996.
- ENÉAS, Zilá Simas. *Era uma vez no Instituto de Educação*. Rio de Janeiro, 1998.
- FACHEL, José Plínio. *A violência contra os alemães e seus descendentes durante a 2ª Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Ed. UFPel, 2002.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). *Pesquisa em História da Educação: perspectiva de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG edições, 1999.
- FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977.
- FAZENDA, Ivani (org.). *Novos Enfoques da Pesquisa Educacional*. 2º ed. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
- FEITOSA, Vera Cristina. *Redação de Textos Científicos*. 2º ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- FELIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EdUPF, 1998.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de...[et al.]. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. *Dicionário de Maçonaria: Seus Mistérios, Ritos, Filosofia, História*. São Paulo: Editora Pensamento, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

- FRAGO, Antonio Viñao Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. *Historia de la Educación*, v. 13-14, p. 17-74, 1993-1994.
- FRAGO, Antonio Viñao, ESCOLANO, Augustin. *Currículo, Espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- FRANCA, Leonel, S.J. *O método pedagógico dos jesuítas – o “Ratio Studiorum”:* introdução e tradução. Rio de Janeiro. Livraria Agir Editora, 1952.
- FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-científicas*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4ª ed. Ver. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREITAS, Décio, DACANAL, José, GONZAGA, Sérgio. *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- FREITAS, Marcos César de (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FREITAS, Marcos César. *Da micro-história à história das idéias*. São Paulo: Cortez: USF-IFAN, 1999.
- FREITAS, Marcos César. *História, antropologia e pesquisa educacional: itinerários intelectuais*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FRIGERIO, Graciela, POGGI, Margarita. *El Análisis de la institución educativa. Hilos para tejer proyectos. Para pensar e hacer la vida escolar*. Buenos Aires: Santillana, 1996.
- GIOLO, Jaime. *Estado, Igreja e Educação no RS da Primeira República*. São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- GOMES, Manuel. *A Maçonaria na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Aurora, 1975.
- GONÇALVES, Paulo Marcant. *Memórias dos Gatos Pelados*. Pelotas: EDUNI-SUL, 1988.
- GONDRA, José Gonçalves; CARVALHO, Marta Maria Chagas de, (orgs). *Pesquisa histórica: retratos da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.
- GORE, Jennifer. O Pós-Estruturalismo de Foucault e a Pesquisa de Observação: Um Estudo das Relações de Poder na Educação. *Revista Educação e Realidade*. UFRGS, v.20, nº 1, p. 135-152, Jan/Jun 1995.
- GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUIMARÃES, Farias. *O que é Maçonaria?* Pelotas. Loja Simbólica Fraternidade, 1946.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas, Editora Universitária/UFPel/Livraria Mundial, 1993.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed: Vértice, 1990.
- HENGEMÜLE, Edgard, fsc. La Salle, uma leitura de leituras: o padroeiro dos professores na história da educação. Centro Universitário La Salle, 2000.
- HILSDORF, Maria Lúcia. *Pensando a educação em tempos modernos*. São Paulo:USP, 1998.
- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO / ASPHE (Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação). FaE/UFPel. Nº2 (set. 1997); Nº3 (abril, 1998); Nº4 (set. 1998); Nº5 (abril, 1999); Nº6 (out., 1999); Nº7 (abril, 2000); Nº8 (set, 2000); Nº9 (abril, 2001). Pelotas: Editora da UFPel – Semestral.
- HISTÓRIAS DO SÉVIGNÉ CENTENÁRIO 1900-2000. Porto alegre: Editora Pallotti, 2000.
- HORTAL, Jesus. *Maçonaria e Igreja: Conciliáveis ou Inconciliáveis?* São Paulo: Paulus, 1993.(Coleção Estudos da CNBB;66).
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- JANSEN, Sílvio. *A ilustre pelotense - tradição e modernidade em conflito: um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalidade*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.
- JUSTO, Henrique. *La Salle, Patrono do Magistério – Vida, bibliografia, pensamento, obra pedagógica*. 4ª ed, 1991.
- KENSKI, Vani Moreira. *O Fascínio do Opinião*. Vols. 1 e 2. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado em Educação apresentada em 1990. Área de concentração: Metodologia de Ensino.
- KLOPPENBURG, Boaventura. *A Maçonaria no Brasil*. Orientação para os Católicos. São Paulo: Vozes, 1956.
- KOLLIG, Nilo. *Educação escolar em contextos de imigração pomerana no sul do Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEADBEATER, C.W. *A vida Oculta na Maçonaria*. São Paulo: Editora Pensamento, 1995.
- LEADBEATER, C.W. *Pequena História da Maçonaria*. São Paulo: Editora Pensamento, 1994.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000 (Texto & Arte, 9).
- LIMA, Danilo. *Educação, Igreja e Ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

- LINHARES, Marcelo. A Maçonaria e o Modelo Político Brasileiro. In: *História Política da Maçonaria*. Anais do 1º Congresso Internacional de História e Geografia. Rio de Janeiro - 19 a 21 de março de 1981.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo. Nacional, 1967.
- LOCHER, Gustavo. *Vade Mecum Philosophico*. São Paulo, Typographia Brazil de Carlos Gerke, 1898.
- LOMBARDI, José Claudinei (org.). *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2000.
- LONER, Beatriz Ana. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*. Pelotas, v. 2, nº 1, p. 5-34, abril, 1998.
- LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas-1888-1937*. Tese de doutorado. UFRGS-Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto alegre, 1999.
- LOPES, Eliane M. T. Tendências Teórico- Metodológicas da Pesquisa em História da Educação. *Seminário História da Educação Brasileira: a Ótica dos Pesquisadores*. Série Documental: Eventos, nº5, maio, 1994, p.19-27.
- LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Editora da Universidade, UFRGS, 1987.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). *Igreja e política no Brasil (do Partido Católico à LEC (1874-1945))*. São Paulo, Loyola, 1983.
- MAGALHÃES, Justino. *Contributo para a História das Instituições Educativas - entre a Memória e o Arquivo*. Universidade do Minho (mimeo), 1996.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio grande do Sul - Um Estudo Sobre a Cidade de Pelotas (1860-1890)*. 2º ed. Pelotas: Editora da UFPel-Livraria Mundial, 1993.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *História e tradições de Pelotas*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1999.
- MAIA, Pedro. *Ratio Studiorum - Método Pedagógico dos Jesuítas*. São Paulo, Loyola, 1986.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A Velha História: Teoria, Método e Historiografia*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- MANUEL, Ivan, A Igreja e a educação feminina: 1859-1919, uma face do conservadorismo. UNESP, 1996.
- MARANHÃO, Ricardo et al. *Brasil História: Texto e Consulta - Império*. Vol. 2. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- MARQUES, Mário Osório. Projeto Pedagógico: a Marca da Escola. *Revista Educação e Contexto. Projeto Pedagógico e Identidade da Escola* UNIJUI, p.16-28, Abr/Jun, 1990.

- MEDEIROS, Laudelino. *Escola Militar de Porto Alegre (1853/1911): significado cultural*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- MEIRELES, Ceres. *Educação Profissional: uma visão histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica Federal que tornou Pelotas centro de referência (1942-1998)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2003.
- MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão. Dimensão da modernidade brasileira: a escola nova*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- MOURA, Pe. Laércio Dias de, SJ. *A educação católica no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- MOURE, Telmo Remião. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 1994.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo, EPU. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.
- NADAI, Elza. *A educação como Apostolado: história e reminiscências (São Paulo 1930-1970)*. Tese de livre docência em Educação (mimeo). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1991.
- NETO, Kramer. *Nos tempos da velha escola*. Porto Alegre, Livraria Sulina Editora, 1969.
- NIKITIUK, Sônia L. (org.). *Repensando o Ensino de História*. São Paulo: Cortez Editora, 1996. (Questões da nossa época; v.53).
- NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. *Schola Mater: A Antiga Escola Normal de São Carlos*. São Carlos, São Paulo, SP: EDUFCar, 1996.
- NÓVOA, António (org.). *As Organizações Escolares em Análise*. 2ªed. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.
- NÓVOA, António. Inovação e História da Educação. *Teoria & Educação. Dossiê: História da Educação*, nº.6, p.210-220, 1992 Porto Alegre: Pannonica Editora.
- NÓVOA, António. *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do *Repertório* português. In: CATANI, Denice e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo. Escrituras, 1997.
- NUNES, Clarice, CARVALHO, Marta M. C. *Historiografia da Educação e Fontes. Cadernos ANPED*, nº 5, setembro, 1993.

- NUNES, Clarice (org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992 (Questões da nossa época; v. 4).
- NUNES, Clarice. *História da Educação Brasileira: Novas Abordagens e Velhos Objetos*. Teoria & Educação. Dossiê: História da Educação, nº 6, p. 151-182, 1992. Porto Alegre: Pannonica Editora.
- NUNES, Clarice. *Narrativa e História da Educação: Algumas Reflexões*. In: BOOM, A, NARODOWSKI, M. Escuela, Historia y Poder Miradas desde América Latina. Buenos Aires, Argentina. Ediciones Novedades Educativas, 97-120, 1996.
- NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000
- OSÓRIO, Luís Fernando Osório. *A cidade de Pelotas*. 2ªed. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.
- PARMAGNANI, Irm. Jacob José, RUEDELL, Otto. *Memorial do Colégio Gonzaga - Cem anos de Educação*. Porto Alegre: Gráfica Editora Pallotti, 1995.
- PELOTAS EM REVISTA, ano 1, nº 5, maio de 2000.
- PERES, Eliane Teresinha. *Templo de Luz: os Cursos Noturnos masculinos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)*. Porto Alegre, dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, UFRGS, mimeo, agosto de 1995.
- PERROT, Michelle. A força da memória e da pesquisa histórica. In: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Projeto História – Trabalhos da Memória*, nº 17, novembro, 1998. p. 351 a 360.
- PERUZZO, Rosária Sperotto. *Abrigo de Menores: hibridações na constituição de si*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*: 2ªed. Revista e ampliada. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. (Série Documenta;24).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Pelotas*. Porto Alegre: Typografia Gundach, 1940.
- PINEDA, Silvana Schuler. *Hiloea: o feminino na revista dos alunos do Colégio Porto Alegre (1922-1938)*. Dissertação de mestrado, PPGEdU/UFRGS, 2003.
- PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História – Trabalhos da Memória*, nº 17, p. 203-211, novembro, 1998.

- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes, (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 103-130.
- PORTO, Campos. *A Igreja Católica e a Maçonaria*. A decadência do catolicismo e a sua luta contra a Maçonaria, o Protestantismo e o Judaísmo. Rio de Janeiro, 1957.
- PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Projeto História – Trabalhos da Memória*, nº 17, novembro, 1998.
- QUEIROZ, Nei Faria. *Histórico do Colégio Municipal Pelotense (1902-1983)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 1986.
- QUEIROZ, Nei Faria. *Histórico do Grêmio dos Estudantes do Colégio Municipal Pelotense*, mimeo, Pelotas, 1987.
- QUEVEDO, Júlio, Org. *Rio Grande do Sul: quatro séculos de história* - Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.
- RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. Paradigma - Relações de Poder - Projeto Político Pedagógico: Dimensões Indissociáveis do Fazer Educativo. In: *Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível*/Ilma Veiga (org.). Campinas, S.P.: Papirus, 1995.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO. SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, janeiro/junho de 2001.
- RIBEIRO, Maria Luiza. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.
- ROCHA, Cristiane Famer. O espaço escolar em revista. In: *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo...!* organizado por Mariza Costa – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- RODRIGUES, José Honório. *A tradição, a memória e a história. Brasil Tempo e Cultura 3*. João Pessoa: secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1980, p. 209-244.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)* 18ªed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1996.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- SANFELICE J., SAVIANI, D., LOMBARDI, J. *História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999.

- SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (orgs.). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).
- SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino*. 4ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 1999. (Coleção educação contemporânea).
- SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SEMINÁRIO HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A ÓTICA DOS PESQUISADORES. Belo HORIZONTE, 17 a 20 de maio de 1994. Série Documental: Eventos, nº 5, maio/ 1994.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SILVA, Zilá Lopes. *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995 (seminários e debates).
- SILVEIRA, José Luiz. *Revelações Históricas da Maçonaria*. Santa Maria, RS. Palloti, 1995.
- SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). *História da Educação: Processos, Práticas e Saberes*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.
- SOUZA, Maria Cecília. *A Escola e a Memória*. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/EDUSF.
- SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação - Educação no Rio grande do Sul sob o Castilhismo*. Pelotas, RS: Ed. Universitária, UFPel, 1995
- TAMBARA, Elomar. A Formação Ideológica do Trabalhador na Diocese de Pelotas - RS: a Consolidação do Ultramontanismo (1910-20). *Cadernos de Educação*. Faculdade de Educação - UFPel ano 5, nº6, junho, 1996.
- TAMBARA, Elomar. *Introdução à história da educação no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. Universitária/Seiva, 2000.
- TEORIA & EDUCAÇÃO. *Dossiê: História da Educação*, nº 6, 1992. Porto Alegre: Pannonica Editora.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- URBIM, Carlos, coord. *Rio Grande do Sul: um século de história*, vol. 1 – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- URBIM, Carlos, coord. *Rio Grande do Sul: um século de história*, vol. 2 – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

- VALENFORT, Daniel V. A Revista da Revistas da América do Sul, 09.01.1919.
- VANTI, Elisa dos Santos. *O fio da infância na trama da História*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 1998.
- VECHIA, Ariclê, LORENZ, Karl. *Programas de ensino da escola secundária no Brasil: 1850- 1951*. Curitiba: Editora do Autor, 1998.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. 3º ed. Brasília: UNB, 1995.
- VICENT, Guy (dir.). *L'éducation prisonnière de la forme scolaire?* Presses Universitaires de Lyon, 1980.
- VIDAL, Diana, SOUZA, Cíntia (orgs). *A memória e a sombra – a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- VIEIRA, M. P. et al. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Editora. Ática, 1989.
- VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2ºed. Brasília: Editora UNB, 1980.
- VILLAR, Pierre. In: D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico. Pierre Villar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- VOUELLE, Michel. In: D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico. Pierre Villar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998
- WARDE, Mirian Jorge. *Liberalismo e educação*. Pontifícia Universidade de São Paulo, 1984, (tese de doutorado).
- WARDE, Mirian J. (org.). *Temas de História da Educação*. Contemporaneidade e Educação – revista semestral temática de Ciências Sociais em Educação, ano V, nº 7, 1º semestre/2000.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Sistema político-administrativo da educação: análise das relações de poder entre as instâncias federal, estadual e municipal no período republicano*. Porto Alegre: PUC-RS, Faculdade de Educação, 1993, (tese de doutorado).
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. Identidade institucional: papel dos gestores na preservação da história institucional. In: *ANAIS DO VII ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. "Pesquisa em História da Educação: perspectivas comparadas"*. ASPHE. Pelotas, 03 e 04 de maio de 2001.p.301-317.
- ZANOTELLI, Jandir João. *Universidade Católica de Pelotas – 40 anos*. Pelotas: EDUCAT, 2000.